



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

VANDERLEI DE SOUZA E OLIVEIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA EM ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA
DE PORTO ALEGRE E SUL - RS

SÃO PAULO

2016

VANDERLEI DE SOUZA E OLIVEIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA EM ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA
DE PORTO ALEGRE E SUL - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha e pesquisa “Campesinato Capitalismo e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

SÃO PAULO

2016

Oliveira, Vanderlei de Souza e.
O482 Análise das relações de trabalho e renda em assentamentos de reforma agrária nas regiões norte, sul e metropolitana de Porto Alegre e Sul – RS / Vanderlei de Souza e Oliveira. – São Paulo, 2016.
179 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Trabalhadores rurais – Rio Grande do Sul. 4. Assentamentos rurais. I. Título.

CDD 331.763

VANDERLEI DE SOUZA E OLIVEIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA EM ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA
DE PORTO ALEGRE E SUL - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Capitalismo, Campesinato e Tecnologia”.
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Antônio Tomaz Junior (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Profª. Dra. Michele Lindner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Profª. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

São Paulo, março de 2016.

Este trabalho é dedicado ao campesinato que destina a maior parte de suas vidas cultivando alimentos saudáveis para alimentar o mundo. Espero contribuir para que possam, através das relações de trabalho familiar, cooperativo ou comunitário, viverem dignamente em seus territórios, agregando renda na sua produção e melhorando sua qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST por proporcionar aos seus militantes as condições para se manterem em permanente processo de formação. Concluí minha graduação em Geografia na UNESP, campus de Presidente Prudente, de 2007 a 2011, na Turma Milton Santos, quando passei, junto com os demais colegas, cinco anos de minha vida. Foi nesta turma que dei os primeiros passos acadêmicos com meu orientador, professor Antônio Tomas Junior, que muito contribuiu para a minha formação. Depois concluí uma especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário na UFES e é através deste mesmo movimento socioterritorial que um filho de camponês sem-terra está concluindo o mestrado em Geografia. Nestes cursos, tive o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

A todos da Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF que passaram, nestes trinta meses de caminhada (e nos cinco anos de graduação), dedicando parte do tempo trabalhando, enquanto eu, integrante da Turma Carlos Mariátegui, dedicava o tempo estudando, buscando aprofundar conhecimentos. A todas as famílias assentadas que passaram por anos embaixo de uma lona preta, na certeza de conquistar um lote de terra, em especial às famílias dos seis assentamentos em que realizei esta pesquisa, a Dona Preta e seu Orestes do assentamento Lagoa do Junco, ao Zé e Grazi do assentamento Santa Rita de Cássia, ao Eurico e sua companheira do assentamento 20 de Agosto, ao Elemar do assentamento Encruzilhada Natalino, ao Juraci e Lorinei do assentamento Terra Nova e ao Chacrinha e sua família no assentamento Conquista da Liberdade. Foi na casa destas famílias que fiquei alojado enquanto realizava a pesquisa de campo e que me receberam com muito carinho e dedicação.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais que mesmo sem muito compreender o que é um mestrado continuam me incentivando a estudar; minha mãe tão querida que todas as vezes que vou a sua casa pergunta: está precisando de alguma coisa meu filho? Aos meus dois filhos Erick e Enrique, pela alegria de seus sorrisos, pela falta que sinto de vocês, mas pela certeza que um futuro melhor podemos construir. Aos meus colegas de trabalho um abraço bem apertado pela contribuição e carinho, pelas cobranças e incentivo ao estudo, Cátia, Ju, Tiago, os quais tenho a certeza de que estamos fazendo nossa parte na formação de médicos veterinários, igualmente muito importantes no desenvolvimento das comunidades camponesas.

Nos dois últimos anos, tenho representado o MST na coordenação da comissão político-pedagógica do curso de graduação em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas para os assentados e acampados da reforma agrária. Também, a formação destes médicos veterinários somente foi possível através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. O MST construiu juntamente com a Universidade Federal de Pelotas um convênio para realização do curso e também tem um convênio com a UNESP e diversas outras universidades brasileiras. Estes cursos, sem dúvida, proporcionam melhores condições para o desenvolvimento dos assentamentos.

Agradeço aos professores João Osvaldo Nunes e Antônio Tomaz Junior. Procurei atender suas sugestões e questionamentos através das arguições na banca de qualificação, também pelo comprometimento que ambos têm com a classe trabalhadora, na perspectiva da construção de uma sociedade socialista. Estendo meu agradecimento ao grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial às professoras Rosa Maria Vieira Medeiros, pelas orientações e pelo espaço cedido para realização de pesquisas e dados fornecidos e Michele Lindner, pela contribuição, sem medir esforços, na confecção dos mapas ilustrados neste trabalho.

Expresso também meu agradecimento ao professor Bernardo Mançano Fernandes, por ter aceitado orientar este trabalho e, de igual modo, pelas cobranças realizadas durante a pesquisa, pelo acompanhamento nas pesquisas de campo, pelas conversas, sugestões sem as quais não seria possível chegarmos à conclusão desta dissertação. Assiduamente, contribuiu para que tivéssemos rigor metodológico nas pesquisas, nas análises dos dados, com os conceitos utilizados e por colaborar para que pudéssemos, com este trabalho, apresentar resultados concretos, visando cooperar no fomento das atividades camponesas, na produção de alimentos, na agregação de renda e na construção de territórios camponeses emancipados da lógica capitalista.

No outono, quando se vê bandos de gansos voando rumo ao Sul, formando um grande “V” no céu, indaga-se o que a ciência já descobriu sobre o porquê de voarem desta forma. Sabe-se que quando cada ave bate as asas, move o ar para cima, ajudando a sustentar a ave imediatamente de trás. Ao voar em forma de “V” o bando se beneficia de pelo menos 71% a mais da força do voo do que uma ave voando sozinha. Pessoas que têm a mesma direção e sentido de comunidade podem atingir seus objetivos de forma mais rápida e fácil, pois viajam beneficiando-se de um esforço mútuo. Sempre que um ganso sai do bando, sente subitamente o esforço e resistência necessária para continuar voando sozinho. Rapidamente, ele entra outra vez em formação para aproveitar o deslocamento de ar provocado pela ave que voa imediatamente a sua frente.

Se tivéssemos o mesmo sentido dos gansos, manter-nos-íamos em formação com os que lideram o Caminho para onde também desejamos seguir. Quando o ganso líder se cansa, ele muda de posição dentro da formação e outro ganso assume a liderança. Vale a pena nos revezarmos em tarefas difíceis, e isto serve tanto para pessoas quanto para os gansos que voam rumo ao Sul. Os gansos de trás gritam encorajando os da frente, para que mantenham a velocidade.

Que mensagem passamos quando gritamos de trás? Finalmente, quando um ganso fica doente ou é ferido por um tiro e cai, dois gansos saem da formação e o acompanham para ajudá-lo e protegê-lo. Ficam com ele até que consiga voar novamente ou até que morra. Só então levantam voo sozinhos ou em outra formação, a fim de alcançar seu bando

Se tivéssemos o sentido dos gansos também ficaríamos um ao lado do outro, lutando pelo bem comum e com o mesmo ideal.

RESUMO

A agricultura capitalista brasileira sempre esteve voltada para atender as demandas do mercado externo, apoiada em pilares que cumprem função de oferecer matéria-prima e disponibilizar mão de obra barata para a indústria. Estes pilares estão baseados na concentração da terra, no modelo agroexportador, na expropriação camponesa e na exploração do trabalho. Este modelo de produção intensifica a utilização do solo e o uso descontrolado de agrotóxicos, preocupando-se, exclusivamente, com a produtividade e o lucro. Na pós-revolução verde, o modelo capitalista de produção proporcionou inovações tecnológicas no campo com a introdução de novos insumos agrícolas, máquinas modernas e modificação genética das sementes. Porém, estas mudanças agrícolas somente se viabilizaram, pois os grandes latifundiários se apoderaram de créditos públicos subsidiados. Por outro lado, a agricultura não capitalista, baseada no trabalho familiar, ocupando áreas periféricas no meio rural e com baixa inovação tecnológica, é a principal responsável pela produção de alimentos e dos empregos no campo. Os camponeses utilizam a terra para produzir sua subsistência, bem como produzir alimentos para o conjunto da sociedade. A pesquisa mostrou que as áreas de reforma agrária contribuem para a produção de alimentos nos diferentes aspectos, seja para subsistência das famílias assentadas, seja para produção, industrialização e comercialização de alimentos para a população rural e urbana. No entanto, existem contradições no modelo de produção as quais muitas famílias continuam inseridas na lógica capitalista da produção de *commodities*. Todavia, a produção camponesa está subjugada ao mercado capitalista que se apropria da renda produzida. A pesquisa em questão apresentou elementos da renda camponesa com base na produção para a subsistência das famílias e para o mercado, apontando que o processo de industrialização dos produtos agrícolas ainda é incipiente e que a agregação de renda é fundante para manter os camponeses inseridos na base produtiva e para a resistência do camponês enquanto sujeito social. Diante disso, viu-se que, mesmo nas áreas de assentamento, a renda camponesa é considerada insuficiente para sua reprodução. Para tanto, a diversificação na produção para a subsistência garante a resistência dos camponeses perante o modelo capitalista de produção, porque sem esta produção o campesinato estará cada vez mais subjugado às leis do capital, sendo desterritorializados dos seus meios de produção.

Palavras-chave: Renda territorial. Produção de alimentos. Relações de trabalho. Campesinato. Reforma agrária. Modelo de desenvolvimento agrícola. Movimentos socioterritoriais.

ABSTRACT

The Brazilian capitalist agriculture always was geared to meet the demands of the foreign market, supported by pillars that meet function to provide raw materials and available labor, cheap labor industry. These pillars are based on the concentration of land in the agro-export model, the peasant expropriation and exploitation of labor. This production model intensifies land use and the uncontrolled use of pesticides, concerns itself exclusively with productivity and profit. Green post-revolution the capitalist model of production provided technological innovations in the field, with the introduction of "new" agricultural inputs, modern machinery and genetically modified seeds. But these agricultural changes only if "made possible" because the big landowners took possession of subsidized public loans. On the other hand, the non-capitalist agriculture based on family labor, occupying peripheral areas in rural areas and with low technological innovation is primarily responsible for food production and jobs in the field. The farmers use the land to produce their livelihoods and produce food for the whole of society. The research presented here shows that the areas of land reform contribute to the production of food in different ways, be it for subsistence of settlers, as for production, processing and marketing of food to rural and urban population. However there are contradictions in the production model which many families are still inserted into the capitalist logic of production of commodities. However peasant production is subjugated to the capitalist market which appropriates the income produced. The research in question has elements of peasant income based on production for the livelihood of families and to the market. It points out that the process of industrialization of agricultural products is still in its infancy and that the aggregation of income is foundational to keep the peasants entered the production base and the peasant resistance as a social subject, because even in the settlements peasant income is considered insufficient for their reproduction. We point out that diversification in production for subsistence guarantees the resistance of peasants to the capitalist mode of production, for without this production the peasantry is increasingly subdued the laws of capital, and deterritorialized of their means of production.

Keywords: Income. Food production. Labor relations. Peasants. Agrarian reform. Agricultural model. Socio-territorial movements.

RESUMEN

La agricultura capitalista brasileña siempre estuvo vuelta para atender las demandas del mercado externo, apoyada en pilares que cumplen función de ofertar materia prima y disponibilidad de mano de obra barata a la industria. Estos pilares están basados en la concentración de la tierra, en la plantilla agroexportadora, en la expropiación campesina y en la explotación del trabajo. Esta plantilla de producción intensifica la utilización del suelo y el uso descontrolado de pesticidas, se preocupa exclusivamente con la productividad y el logro. Post-revolución verde la plantilla capitalista de producción proporcionó innovaciones tecnológicas e en el campo, con la introducción de “nuevos” insumos agrícolas, máquinas modernas y modificación genética de las semillas. Sin embargo estos cambios agrícolas solamente se “viabilizaron”, pues las grandes tierras tenientes se apoderaron de créditos públicos subsidiados. Por otro lado a la agricultura no capitalista basada en el trabajo familiar, ocupando áreas periféricas en medio rurales y con baja innovación tecnológica es la principal responsable por la producción de alimentos y de los empleos en el campo. Los campesinos utilizan la tierra para producir su subsistencia, así como producir alimentos para el conjunto de la sociedad. La investigación aquí presentada apunta que las áreas de reforma agraria contribuyen para la producción de alimentos en los diferentes aspectos, sea ella para subsistencia de las familias asentadas, como para producción, industrialización y comercialización de alimentos para la población rural y urbana. Sin embargo existen contradicciones en la plantilla de producción el cual muchas familias continúan insertadas en la lógica capitalista de la producción de commodities. Sin embargo la producción campesina está subyugada al mercado capitalista el cual se apropia de la renta producida. La investigación en cuestión presenta elementos de la renta campesina con base en la producción para la subsistencia de las familias y para el mercado. Apunta que el proceso de industrialización de los productos agrícolas aún es incipiente y que la agregación de renta es fundante para mantenerlos campesinos insertados en la base productiva y para la resistencia del campesino mientras sujeto social, pues, aún en las áreas de asentamiento la renta campesina es considerada insuficiente para su reproducción. Destacamos que la diversificación en la producción para la subsistencia garante la resistencia de los campesinos ante la plantilla capitalista de producción, pues sin esta producción el campesinado estará cada vez más subyugado a las leyes del capital, siendo desterritorializados de sus medios de producción.

Palabras clave: La renta territorial. La producción de alimentos. Las relaciones laborales. Campesinado. Reforma agraria. Modelo de desarrollo agrícola. Movimientos socio-territoriales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Localização dos municípios Palmeira das Missões e Ibiaçá e os assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino	100
Ilustração 2 - Municípios que constituem a regional Palmeira das Missões nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação.....	101
Ilustração 3 - Municípios que constituem a Chico Mendes/Serrana, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação	102
Ilustração 4 - Principais países produtores de arroz e sua participação na produção mundial	104
Ilustração 5 - Área colhida no Rio Grande do Sul e Brasil e a participação no total da produção.....	106
Ilustração 6 - Localização dos municípios de Tapes e Nova Santa Rita e os assentamentos Lagoa do Junco (Hugo Chaves) e Santa Rita de Cássia II	108
Ilustração 7 - Municípios que constituem a Regional Ênio Gutierrez, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação	110
Ilustração 8 - Municípios que constituem a regional Eldorado do Sul, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação	111
Ilustração 9 - Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Evolução do número de família e área plantada (ha)	115
Ilustração 10 - Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Evolução da produção em sacas	117
Ilustração 11 - Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Produção por assentamentos–Safra 2013/2014	118
Ilustração 12 - Crescimento da produção do leite	122
Ilustração 13 - Evolução da produção: 2004-2014 em bilhões de litros	123
Ilustração 14 - Localização dos Municípios de Candiota e Piratini e os assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade	126
Ilustração 15 - Municípios que constituem a regional Candiota, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação	127
Ilustração 16 - Imagem das duas sedes da COOPERAL	128

Ilustração 17 - Municípios que constituem a regional Piratini, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação	130
Ilustração 18 - Imagem de camponeses realizando ordenha manual no assentamento Vinte de Agosto	132
Ilustração 19 - Imagem de uma camponesa realizando ordenha de forma mecânica no assentamento Vinte de Agosto	132
Ilustração 20 - Área dos lotes no assentamento Seguidores de Natalino, áreas com produção de soja e área destinada a outras culturas	135
Ilustração 21 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Seguidores de Natalino	135
Ilustração 22 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Seguidores de Natalino	136
Ilustração 23 - Renda líquida da soja e outros tipos de produção no assentamento Seguidores de Natalino	137
Ilustração 24 - Área dos lotes no assentamento Terra Nova, áreas com produção de soja e área destinada a outras culturas	140
Ilustração 25 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Terra Nova.....	141
Ilustração 26 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Terra Nova.....	141
Ilustração 27 - Renda líquida da soja e outros tipos de produção no assentamento Terra Nova	142
Ilustração 28 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Santa Rita de Cássia II	145
Ilustração 29 - Área dos lotes no assentamento Santa Rita de Cássia II, áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas.....	148
Ilustração 30 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Santa Rita e Cássia II	149
Ilustração 31 - Renda líquida do arroz e outros tipos de produção no assentamento Santa Rita de Cássia II.....	150
Ilustração 32 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Lagoa do Junco que trabalham coletivamente	153
Ilustração 33 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Lagoa do Junco que trabalham individualmente.....	155
Ilustração 34 - Área dos lotes no assentamento Lagoa do Junco áreas com produção leiteira e área destinada a outras culturas	155

Ilustração 35 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Lagoa do Junco.....	156
Ilustração 36 - Renda líquida do arroz e outros tipos de produção no assentamento Lagoa do Junco.....	157
Ilustração 37 - Área dos lotes no assentamento Vinte de Agosto, áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas.....	159
Ilustração 38 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Vinte de Agosto.....	160
Ilustração 39 - Variação da produção entre produtores do assentamento Vinte de Agosto.....	163
Ilustração 40 - Renda mensal por família.....	166
Ilustração 41 - Renda líquida da Produção leiteira e outros tipos de produção no assentamento Vinte de Agosto.....	168
Ilustração 42 - Área dos lotes no assentamento Conquista da Liberdade áreas com produção de leiteira área destinada a outras culturas.....	169
Ilustração 43 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Conquista da Liberdade que trabalham individualmente.....	170
Ilustração 44 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Conquista da Liberdade, das famílias que trabalham coletivamente.....	170
Ilustração 45 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Conquista da liberdade das famílias que trabalham individualmente.....	171
Ilustração 46 - Renda líquida da Produção leiteira e outros tipos de produção no assentamento conquista da Liberdade.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números dos assentamentos e famílias na região de Bagé-RS (2011).....	29
Tabela 2 - Número de assentamentos por estado, número de famílias assentadas e total de área dos assentamentos (2010)	49
Tabela 3 - Número de assentamentos, famílias assentadas e total de área dos assentamentos por região	50
Tabela 4 - Produção mensal de litros de leite de famílias do assentamento Vinte de Agosto, no período de julho de 2013 a junho de 2014	162
Tabela 5 - Renda Bruta (R\$) da produção de leite no assentamento Vinte de Agosto	164
Tabela 6 - Renda líquida (R\$) da produção de leite no Assentamento Vinte de Agosto.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Archer Daniels Midland
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexos Agroindustriais
COCEARGS	Cooperativa Central de Agricultores de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados Nova Santa Rita Ltda.
COOPAT	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes
COOPERAL	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda.
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CPAs	Cooperativas de Produção Agrícola
CPP	Coordenação Político Pedagógica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
EDLP	Estação da Luz Participações
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRA	Gabinete da Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGLSRS	Instituto Gaúcho do Leite
INCRA	Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEAG	Núcleo de Estudos Agrários
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisa da Reforma Agrária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileira
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RS	Rio Grande do Sul
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIFEDOC	Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
TDA	Títulos da Dívida Agrária
TEMV	Turmas Especiais de Medicina Veterinária
UDR	União Democrática Ruralista
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UP	Unidades Produtivas
URSS	União das Repúblicas Socialistas
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VC	Via Campesina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	32
2.1	As mudanças recentes da agricultura brasileira (1960-2010)	32
2.2	As mudanças recentes da agricultura no Rio Grande do Sul (1960-2010)	51
2.3	Reflexões teóricas sobre a renda territorial.....	67
3	A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E POLÍTICAS DE EMANCIPAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	85
3.1	Contexto do monocultivo da soja transgênica nos assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino.....	85
3.2	Contexto do monocultivo de arroz orgânico nos assentamentos Santa Rita de Cássia II e Hugo Chaves (Lagoa do Junco)	103
3.3	Contexto da produção de leite no assentamento 20 de Agosto e Conquista da Liberdade	120
4	RELAÇÕES DE TRABALHO, RENDA TERRITORIAL E SISTEMAS PRODUTIVOS DE REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E SUL – RS.....	134
4.1	A renda monetária da soja, renda de autoconsumo e outras rendas	134
4.2	A renda monetária do arroz, renda de autoconsumo e outras rendas	144
4.3	A renda monetária do leite, renda de autoconsumo e outras rendas	158
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
	REFERÊNCIAS	176

1 INTRODUÇÃO

Faz parte do objetivo desta introdução apresentar minha trajetória de vida e a experiência vivida no curso de pós-graduação, desde as atividades realizadas no Movimento, a partir da atuação militante, no processo de formação e aprendizado com atividades do tempo comunidade e universidade, no desenrolar da pedagogia da alternância, onde a prática, o método, a teoria e as metodologias se complementam no desenvolvimento da pesquisa que me possibilitou a realização desta dissertação de mestrado. Optei por essa forma, porque minha origem e luta se entrelaçam com meu objeto de estudo. Procurei ser rigoroso, como alertado pelo meu orientador, para contribuir, de fato, com uma melhor compreensão da realidade camponesa em que vivo. Procurarei mostrar como minha luta e meus estudos são inseparáveis.

No segundo capítulo, dividido em três partes, escrevo sobre os debates teóricos da agricultura brasileira de 1960 a 2010, as transformações ocorridas na agricultura no Rio Grande do Sul e uma discussão sobre a renda territorial para que seja compreendida a renda camponesa nos assentamentos estudados. Neste, apresento uma revisão das leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil, no Rio Grande do Sul e reflexões teóricas sobre a renda territorial. No terceiro capítulo, discuto a produção agropecuária através das políticas públicas de subordinação e de emancipação, analisando a produção de leite, soja e arroz em áreas de assentamento de reforma agrária. E por fim, analiso a renda monetária de autoconsumo e outras rendas.

Sou descendente de família camponesa, desalojada da área indígena de Nonoai, norte do Rio Grande do Sul em 1978. Depois de meses acampados às margens das rodovias no estado, passando por dificuldade e sem ter para onde ir, no dia sete de setembro de 1979, meus pais, juntamente com mais 105 famílias, ocuparam a fazenda Macalli em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Nesta fazenda foram desenvolvidas atividades coletivas, plantações em mutirão e foi realizado o primeiro plantio e colheita. No ano de 1980 a área foi destinada para assentamento por ser uma área relativamente grande e foi dividida em dois grupos que em seguida constituíram duas comunidades, a Macalli I e a Macalli II. No assentamento da Macalli II, onde meus familiares foram assentados e residiram até o ano de hoje 2015, das 40 famílias assentadas em 1980, apenas 10 continuam residindo no assentamento, outras 11 que residem no assentamento, são famílias que adquiriram lotes dos antigos moradores e os outros 19 lotes encontram-se na atualidade desocupados com moradias, mas continuam sendo

ocupados para produção.

A titulação das áreas de assentamento foi um dos fatores que contribuíram para que as famílias negociassem seus lotes. Com os títulos em mãos e a elevação do preço da terra, os moradores que deram origem ao assentamento, passaram a vender seus lotes no intuito de adquirir áreas maiores em outras regiões do Rio Grande do Sul, inclusive migrando para outros estados do Centro-Oeste e Norte do país, onde a terra poderia ser comprada por preços menores. Diversos casos aconteceram de as famílias negociarem seus lotes de 15 a 18 hectares no assentamento Macalli e comprarem em torno de 200 hectares no Mato Grosso. Similarmente, o processo de heranças influenciou em algumas vendas e, de igual modo, o uso dos lotes para a produção, tendo em vista que a tendência no campo é de somente os casais de idosos ficarem para trabalhar na agricultura e os filhos migrarem para os centros urbanos onde adquirirem casas nas pequenas cidades próximas e passam a utilizar o lote para produção e não como espaço de trabalho e moradia.

A linha Macalli II ou assentamento Macalli II, como é o seu nome oficial, pela sua divisão geográfica e demográfica foram assentadas 40 famílias, enquanto que na Macalli I ficaram 65 famílias. Em cada uma das comunidades foram construídas escolas que atendiam as séries iniciais. Estudei na escola municipal, situada em nossa comunidade, da primeira à quinta série e a partir do quinto ano, na escola Isabel de Orleans localizada na linha Brilhante, pertencente ao município de Ronda-Alta e instalada em área de assentamento. Esta escola era a única nas proximidades com aulas a partir da quinta série. Para frequentar as aulas, minhas irmãs e eu, bem como todos os jovens da comunidade e ainda os outros da linha Macalli I e Brilhante tinham como tarefa diária realizar um percurso a pé de vários quilômetros. No meu caso e de minhas irmãs este percurso era em torno de 8 km (ida e volta), no entanto, para outras pessoas este percurso era ainda maior, podendo chegar até 18 km (ida e volta). A escola Isabel de Orleans funciona normalmente, ao passo que as escolas dos assentamentos Macalli I e II foram fechadas por falta de alunos.

No período de infância, desenvolvi, juntamente com os jovens da época que viviam neste assentamento, atividades nos grupos de jovens, igrejas, reuniões de grupos de famílias e também trabalhei na agricultura. Completei o primeiro grau em uma escola do campo, localizada no interior de Ronda-Alta e como não havia segundo grau nem mesmo transporte escolar para levar os estudantes às cidades mais próximas, não pude dar continuidade aos estudos. Como para meus pais o estudo era prioridade para os filhos, foi aceito o convite de meus avós e tios e, contando com o apoio de meus familiares, mudei-me para Chapecó em

Santa Catarina, prosseguindo meus estudos na Escola Estadual Coronel Ernesto Bertaso, localizado no bairro São Cristóvão, em Chapecó.

Em 1994, prestei vestibular para cursar matemática na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus de Chapecó, sendo aprovado e colocado na 36ª posição. Depois de seis meses tive que trancar a matrícula, tendo em vista meu salário não ser suficiente para custear as despesas de aluguel, alimentação e as mensalidades da faculdade. Neste período, morava de aluguel com alguns amigos e trabalhava na Sadia S/A em uma unidade de produção localizada no município de Guatambu - SC. No final do ano 1995 e início de 1996, aceitei o convite de meus primos, os quais trabalhavam de garçom no Rio de Janeiro, e viajei para trabalhar na mesma atividade, ficando no Rio de Janeiro em torno de 6 anos, mais precisamente de janeiro de 1996 a julho de 2002. Neste ano de 2002, abriu um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Encruzilhada Natalino, localizado no município de Ronda-Alta, Rio Grande do Sul, e como já ansiava voltar para o meu estado e também por não estar mais satisfeito com o trabalho na cidade grande, resolvi, juntamente com mais dois colegas Edimilson Antônio Gobi e Luiz Carlos Salvatore, deixar as atividades no Rio de Janeiro e acampar no Sul.

Assim, em agosto de 2002, acampamos na Encruzilhada Natalino, o qual já contava com um público de mais de 400 famílias. Aos poucos fui aprendendo a conviver com o novo grupo de famílias, completamente diferente das pessoas que estava habituado a conviver na capital carioca. Neste acampamento todas as pessoas desempenhavam um tipo de tarefa, tais como: cuidar das questões de saúde, higiene, hortas, relação com a sociedade, educação, cuja tarefa visava o cuidar da educação de todas as crianças das famílias acampadas, e dentre essas atividades ainda havia negociações com órgãos públicos. Neste acampamento ocorreram várias questões que influenciaram diretamente no cotidiano das famílias, uma delas foi a mudança para Julho de Castilhos, distante aproximadamente 300 km de seu local de origem. Neste espaço se encontravam outras famílias acampadas e mais uma vez, uma nova experiência de convivência com um novo grupo de famílias de cultura diferente, outros vícios e diferentes formas organizativas. Neste acampamento também, as famílias agrupadas estabeleceram um processo de luta em um grande latifúndio localizado próximo, denominada de Fazenda Bom Retiro. Diversas ocupações foram feitas nesta Fazenda, porém, apesar de todas as lutas, a área não foi desapropriada para assentamento. Mesmo assim, através do processo de lutas, os órgãos governamentais foram desapropriando áreas em outros municípios do estado, principalmente na região sul. Com isso, o acampamento perde sua força

de mobilização, porque muitas famílias haviam sido assentadas em outros locais, e as que permaneciam acampadas retornaram para a região norte do estado, desta vez localizando o acampamento no município de Sarandi, RS.

No ano de 2005, aconteceu o encontro estadual do MST – que acontece a cada dois anos – para fazer avaliação das mobilizações e resultado dos anos anteriores, realizar estudo se atividades culturais, avaliar o momento político, propor as atividades para os próximos anos e também trocar as direções das instâncias, regionais, estadual e nacional. Neste ano fui convidado a participar da direção estadual da frente de massa, responsável para acompanhar, contribuir na formação e organicidade nos acampamentos. Neste mesmo ano, o MST intensificou as mobilizações no estado do Rio Grande do Sul com o grupo de famílias que permanecia nos acampamentos, bem como novas famílias que ingressavam na luta pela terra em novos acampamentos. O resultado das mobilizações evidenciou no final de 2006 e início de 2007 que o governo federal desapropriou diversas áreas, constituindo novos assentamentos no RS, como o de Três Pinheiros em Sananduva, onde fui assentado. Este assentamento tem pessoas que passaram por acampamentos em várias regiões do estado e, todas as famílias passaram um período de, no mínimo, seis anos vivendo em baixo da lona preta.

Também no final de 2006 iniciava a etapa preparatória para a realização do curso de geografia, um convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/SP, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus de Presidente Prudente e Via Campesina Brasil. Indicado pelo MST iniciei em janeiro de 2007 o curso de geografia, concluindo em novembro de 2011, com o ato de certificação no auditório da UNESP em Presidente Prudente, São Paulo e uma confraternização entre os formandos e convidados da turma.

Oportuno expor que os cursos em convênio com o PRONERA utilizam como método a pedagogia da alternância, onde as aulas são realizadas por etapas, tempo escola e tempo comunidade. Na turma Milton Santos, nome dado à turma de Geografia, as aulas eram realizadas em dois momentos, ou seja, em janeiro e fevereiro e em julho e agosto de cada ano, em períodos concentrados, diurno, vespertino e noturno, portanto, eu permanecia durante os três períodos na universidade. O curso de graduação em Geografia teve como objetivo proporcionar a formação e capacitação de geógrafos comprometidos com as causas sociais, no sentido de atuarem em suas comunidades para o fortalecimento e desenvolvimento dos territórios de suas organizações e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais.

Dentre os elementos fundamentais da graduação estava presente a compreensão da luta de classes que perpassa o entendimento do que existe no campo, o pequeno camponês e grande latifundiário, mas um conjunto de relações que são tomadas como disputa pelo território seja ele camponês ou do agronegócio. Concluir o curso de Geografia foi um desafio diário para o conjunto de professores que se empenharam para sua realização, em especial os professores Bernardo Mançano Fernandes e Antônio Tomaz Junior. Para os movimentos socioterritoriais envolvidos foi a oportunidade de ter, em sua base, pessoas capacitadas para contribuir na luta de classe, seja ela nas escolas, nos assentamentos ou em outros espaços de atuação destes militantes. No que se refere à formação pessoal esta foi de fundamental importância para aprofundar o conhecimento técnico e científico na universidade, bem como um sonho pessoal de realizar um curso de graduação.

No trabalho de conclusão do curso escrevi minha monografia, juntamente com meu orientador, Antônio Thomaz Junior e meu co-orientador Gabriel Gonçalves, tendo como tema “As Relações de Trabalho na Colheita da Maçã em Vacaria-RS: da autonomia camponesa ao controle do capital”, pesquisando a renda da terra e as relações de trabalho existentes nos assentamentos de Candiota - RS, Hulha Negra - RS e Aceguá – RS e o desenvolvimento das forças produtivas, do capital. O constante embate teórico sobre a questão agrária brasileira nos leva a estar em permanente processo de aprendizado, através de pesquisas, leituras e compreensão da realidade, no intuito de contribuir com o desenvolvimento dos territórios camponeses. Portanto, aprofundar esses conceitos teóricos referentes aos paradigmas da questão agrária e capitalismo agrário, juntamente com outros conceitos que perpassam pelas relações de classes, interagindo nas contradições existentes, ou seja, nas relações Homem *versus* Natureza e Homem *versus* Homem, para que os sujeitos camponeses e o conjunto da classe trabalhadora sejam independentes das amarras do capital, são questões centrais para os militantes dos movimentos socioterritoriais.

No estudo realizado, constatou-se também que, em certos períodos do ano, os camponeses desenvolvem atividades laborais temporárias em pomares de maçã a fim de ter uma renda complementar para a família. Identificou-se que os camponeses, ao despenderem parte do tempo desenvolvendo atividades fora do lote, buscam uma alternativa de resistir enquanto sujeito-camponês, sendo que parte da renda aferida nos trabalhos sazonais é investida em meios de produção no lote, suprindo com estes recursos a falta de crédito e incentivos governamentais para a sua viabilização econômica e social. Além disso, a busca por alternativas para suprir as necessidades em relação às questões básicas de infraestrutura,

como redes de água, esgoto, energia elétrica e habitação, as quais os órgãos governamentais, através do Estado, não implementaram no tempo adequado, inviabilizam a situação de muitas das famílias assentadas.

O trabalho final foi apresentado em novembro de 2011 na UNESP de Presidente Prudente, sendo aceito pela banca examinadora e avaliado com nota máxima pelos examinadores, pela autenticidade da pesquisa, bem como pela demonstração de trazer para a atualidade um tema que traz, em sua raiz, pontos contraditórios aos objetivos e debates apresentados pelos movimentos socioterritoriais onde as famílias pesquisadas estão inseridas. Nas considerações finais apresenta-se como alternativa para a viabilidade socioeconômica, maior empenho dos órgãos governamentais na realização de novos assentamentos, levando em conta a sua localização geográfica e as condições edafoclimáticas. Tais pontos são fundamentais para a viabilização socioeconômica das famílias assentadas, por fazerem assentamentos em locais distantes simplesmente para cumprir um cronograma, uma meta, mas não oferecem as condições necessárias para viabilizar a produção. Entende-se aqui, que está sendo feita uma contra-reforma agrária, onde os assentamentos não conseguem apresentar os resultados esperados pelo conjunto da sociedade, frustrando, ao mesmo tempo, o sonho de as famílias melhorarem suas condições de vida.

No início do ano de 2012 até abril de 2013, contribuí na coordenação, juntamente com professores da Universidade de Brasília (UNB) e um grupo de geógrafos e estudantes, em uma pesquisa sobre a questão agrária brasileira, com ênfase na base organizativa do MST, tendo como temas de pesquisa a territorialização dos assentamentos, escolas, cooperativas, agroindústrias e toda a forma de organização interna deste movimento. Esta pesquisa encontra-se registrada como Dados da Reforma Agrária. Parte da referida pesquisa foi concluída e pode ser acessada em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br> por todos que pretendem aprofundar o conhecimento sobre a questão agrária. No tocante aos dados sobre a base organizativa do MST continua em andamento, aos cuidados de outro grupo de pesquisadores e estudantes, mas com limitações para ser concluída, tendo em vista a dificuldade em dar continuidade aos trabalhos de campo e a falta de recursos para tal.

Ainda no ano de 2012 iniciei na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) uma Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, concluída em novembro de 2014. Este curso teve uma parceria da UFES com o MST, juntamente com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), tendo como participantes os militantes de movimentos socioterritoriais do campo e da cidade e de organizações sindicais. No decorrer do curso me

aprofundi nos estudos de Karl Marx, especialmente pelas obras do capital, além de outros autores clássicos da economia política e também aos estudiosos que dedicaram suas pesquisas sobre a renda da terra e a questão agrária. Para a conclusão do curso realizei uma pesquisa que culminou na elaboração de um artigo, apresentando alguns resultados acerca da renda da terra a partir da produção leiteira no assentamento Vinte de Agosto, localizado no município de Candiota-RS. O trabalho de conclusão do curso foi apresentado em novembro de 2014, cujos resultados da pesquisa apresentaram a fragilidade dos camponeses assentados no referido assentamento, onde 60% das famílias pesquisadas sobreviviam com renda menor que um salário mínimo mensal. Diante dos resultados, passei a me aprofundar mais sobre a renda da terra, no intuito de compreender a configuração do capital e as condições com que e como é apropriada, a partir do trabalho dos camponeses, a renda da terra através da produção leiteira.

Buscando conciliar atividades acadêmicas, trabalho, espaços de militância e formação política nos tempos comunidade, tenho como atividade central a tarefa de contribuir com a Coordenação Político Pedagógica (CPP) das Turmas Especiais de Medicina Veterinária (TEMV) na UFPEL. Esta atividade faz parte de meu trabalho e desempenho a tarefa com mais três companheiros que compõem a CPP do curso, uma tarefa que é parte importante na formação pessoal e coletiva de sujeitos envolvidos na construção de um programa político-pedagógico que estejam vinculados com a proposta de educação participativa, voltada para atender as demandas da classe trabalhadora, em especial os camponeses. Esta experiência faz parte das demandas dos movimentos socioterritoriais do campo, e estão articuladas na proposta da educação do campo, onde os sujeitos envolvidos possam no seu tempo comunidade voltar para suas comunidades e colocar em prática parte do aprendizado que conseguiram absorver na universidade.

O trabalho com as turmas especiais de Medicina Veterinária, no papel de coordenador político-pedagógico, me proporcionou conviver com novas experiências nas relações entre os sujeitos de catorze estados brasileiros com diferentes culturas, formas de vida, e principalmente diferentes inserções em seus movimentos socioterritoriais. Tais práticas provocou dentro das turmas contradições na condução e no rumo do curso de Veterinária das turmas especiais, pois os militantes com inserção em suas organizações políticas optam por conduzir o curso, aprofundando os estudos na área de extensão rural, enquanto os mais jovens e com menor inserção política anseiam por um aprofundamento maior na parte técnica e clínica. Portanto, estas contradições requerem dos movimentos socioterritoriais uma reflexão sobre os objetivos, sobre o público dos cursos a serem pautados junto às universidades, haja

vista que a proposta, em convênio com o PRONERA, é capacitar profissionais para atuarem em suas comunidades e não formar para o mercado de trabalho e para o capital.

Nas tarefas de militância, no tempo comunidade contribuí no trabalho de base com a organização de dois acampamentos do MST na luta pela terra, sendo um no município de Capão do Leão e outro, no município de Pelotas, ambos na região sul do estado. Estes novos acampamentos fazem parte e apresentam uma nova proposta na retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul, sendo que, nos últimos anos, um número bastante significativo de novas famílias ingressarem nessa luta, alcançando cerca de cem famílias acampadas no estado. Com este trabalho de base, mais de duas mil novas famílias ingressaram na organização, nestes e em outros acampamentos a fim de lutarem pela conquista de um lote de terra e melhores condições de vida. Esta nova estratégia de organização faz parte dos debates realizados no VI Congresso Nacional do MST realizado em Brasília no início de 2014. Neste Congresso, além de outros pontos, foi discutida a luta pela terra, bem como a reforma agrária popular, apresentando a produção de alimentos saudáveis para o conjunto da população e um novo modelo de assentamento próximo dos centros consumidores, afastando-se da lógica de fazer assentamentos para manter a matriz produtiva imposta pelo capital.

Aproveitando os estudos realizados na disciplina de Educação do Campo e propondo fazer uma reflexão sobre o andamento das turmas especiais de Medicina Veterinária, no mês de agosto e setembro de 2014, foi possível conciliar o tempo do trabalho com os estudos para escrever um artigo referente à educação do campo inserida no contexto das turmas especiais de Medicina Veterinária, as quais estudam na Universidade Federal de Pelotas. O estudo é composto por questões que fazem parte da educação do campo e mostra a sua importância tanto para os movimentos socioterritoriais como para as comunidades onde os educandos estão inseridos, pois ter um vínculo com a base é parte fundante do processo educativo pautado pelos movimentos socioterritoriais em relação à educação do campo e para o campo. Este artigo foi publicado recentemente nos anais do Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo (SIFEDOC), realizado em Santa Maria, RS, intitulado II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS: educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina.

No decorrer do tempo na comunidade também realizei, juntamente com movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, movimentos sindicais, professores universitários, estudantes de graduação e pós-graduação, diversas atividades para dar encaminhamentos ao plano camponês proposto pela Via Campesina do Rio Grande do Sul, onde os camponeses

produzem alimentos saudáveis e o Governo do Estado subsidia sua compra para disponibilizar as famílias carentes que moram nos centros urbanos. Procurando contemplar os trabalhadores urbanos a consumir produtos saudáveis, os movimentos sindicais trabalham para que as empresas comprem os alimentos diretamente dos camponeses para serem consumidos nos seus refeitórios e também para que os trabalhadores, vinculados aos sindicatos, adquiram cestas básicas diretamente dos camponeses, possibilitando, dessa forma, de que sejam consumidos produtos saudáveis na cidade e, para os trabalhadores do campo, a garantia da comercialização dos seus produtos.

Além dessas atividades contribuí simultaneamente com um grupo de dirigentes que fazem parte da frente de massa e de pessoas acampadas nos diferentes acampamentos do estado, em diversas reuniões e debates com órgãos federais e estaduais, a fim de colocar em pauta a questão da reforma agrária e a necessidade da realização de novos assentamentos para as famílias acampadas. Tais debates foram aprofundados no VI congresso nacional do MST em fevereiro de 2014 e faz parte da nova proposta de uma reforma agrária popular. Nas reuniões com representantes do Estado, diversas áreas foram apresentadas para realização de assentamentos, no entanto, até o mês de março de 2015, somente duas áreas foram disponibilizadas para a concretização de novos assentamentos, contemplando apenas 148 famílias, infelizmente, número muito abaixo da demanda apresentada que é de 2.150 famílias. Em contrapartida, o INCRA está adotando como estratégia o processo de editais para ocupação de lotes em antigos assentamentos, contabilizando como novas famílias assentadas. Nesta pesquisa foram estudadas as rendas monetárias e de autoconsumo de famílias camponesas, a maneira de como a produção destinada ao mercado agrega renda e se as famílias possuem outras formas de comercialização que potencialize a viabilização econômica que não seja a do mercado capitalista.

Questões e hipóteses foram levantadas a fim de compreender o destino da renda da terra produzida pelo trabalho das famílias camponesas, se fica com as famílias que utilizaram sua força de trabalho na realização da produção, ou se é transferida para as empresas capitalistas. De igual modo, me dediquei para compreender como o capital tem se apropriado da renda camponesa de maneira sutil e gradual sem que, por vezes, seja observado pelos camponeses, porque a apropriação da renda da terra não está especificada diretamente na produção, mas também se expressa na comercialização, onde o capital atua para encobrir as redes e os fluxos, subjugando a produção como parte de sua acumulação.

No processo investigativo acerca dos diferentes aspectos que compõem a renda das famílias camponesas assentadas, algumas questões foram alvo de entrevistas e questionamentos, que levou à busca de dados sobre a renda obtida através da comercialização dos produtos. Dentro da renda familiar camponesa foram obtidos os dados da produção utilizada para o consumo familiar, além dos gêneros alimentícios comprados para compor a cesta básica necessária para atender as demandas alimentares das famílias. O estudo também tratou da produção de *commodities*, visando às famílias camponesas subordinadas à lógica do capital, como por exemplo, os assentamentos que cultivam soja para exportação e as empresas do agronegócio que se apropriam da renda camponesa da terra. As pesquisas foram realizadas em seis assentamentos de programas de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Para compreender melhor a lógica do capital e sua influência dentro das áreas de assentamentos foram escolhidos dois assentamentos da região norte do RS, ou seja, o assentamento Terra Nova situado no município de Palmeira das Missões, e o assentamento Seguidores de Natalino, no município de Ibiaçá, ambos estabelecidos em área com predominância da cultura da soja, forte influência do agronegócio na região e também nas áreas de assentamentos. O assentamento Seguidores de Natalino foi escolhido por ser uma área simbólica da luta do MST na década de 2000 e por estar situado em uma região estruturada para a cultura da soja, potencialmente produtiva com solo fértil e com baixa incidência de estiagem. As famílias são frequentemente influenciadas por grandes produtores da região que procuram arrendar seus lotes para expandir, ainda mais, suas áreas de plantio. Também é considerada uma das regiões em que o preço da terra é superior às demais do estado.

O assentamento Terra Nova foi escolhido para a realização da pesquisa dada a sua localização geográfica e às novas tecnologias implementadas, como a inovação tecnológica do capital e da região de Palmeira das Missões ser historicamente marcada por grandes latifúndios, contradições sociais e frequentes mobilizações dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre(RMPA), foram escolhidos para fazer parte da pesquisa, os assentamentos Santa Rita de Cássia II, localizado no município de Nova Santa Rita e o Lagoa do Junco (Hugo Chaves), no município de Tapes que faz divisa com a RMPA, por produzirem arroz e porque a cultura do arroz vem se constituindo em uma nova experiência para as famílias assentadas, as quais estão produzindo o arroz orgânico, abandonando a produção convencional da referida cultura.

O levantamento mostrou que o excedente da produção tem como destino a comercialização com órgãos públicos através de programas e políticas públicas que compram boa parte desta produção, enfatizando os programas da alimentação escolar, da aquisição para formação de cestas básicas, entre outros. Outra maneira de comercialização são as feiras realizadas em espaços locais, regionais e nacionais, além da comercialização com redes de supermercados e também diretamente com consumidores.

Por fim, foram estudados os assentamentos Conquista da Liberdade (Piratini), situado no município de Piratini e o Vinte de agosto (Estância do Fundo), em Candiota, ambos na região sul do Rio Grande do Sul. A pesquisa em ambos os assentamentos apontou que a principal renda das famílias assentadas está na produção leiteira, desenvolvida em praticamente 100% dos lotes de reforma agrária. Poucos são os casos em que a produção está voltada para o consumo interno, portanto, predominando a venda ao mercado. Foi possível assimilar como o capital se apropria de parte do excedente da produção camponesa e, diferentemente das outras regiões do estado que, juntamente com a produção leiteira, o campesinato desenvolve culturas como soja, arroz milho etc.. Estes assentamentos são dependentes da produção de leite.

A escolha da produção leiteira vem ao encontro da proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para as famílias assentadas na região Sul do estado, com base nas condições edafoclimáticas e do solo. Esta região é a mais pobre do estado e diversas tentativas foram feitas para desenvolver a região. O MST, a partir de sua forma de organização, vem construindo, juntamente com órgãos governamentais, políticas para viabilizar a produção leiteira como alternativa de renda.

A intenção de pesquisar o arroz, a soja e o leite em assentamentos do MST no estado do Rio Grande do Sul visa conhecer melhor as condições de mudanças no trabalho e renda das famílias camponesas em áreas de assentamento. A produção de arroz orgânico na RMPA iniciou com pequenas experiências no momento em que as famílias produtoras de arroz convencional se encontravam completamente endividadas, carecendo encontrar a saída para continuar no campo. Tais experiências se transformaram em uma perspectiva de renda e viabilidade econômica para as famílias que se propuseram a mudar o modelo de produção. A escolha destes três produtos proporciona um debate sobre a produção agropecuária no âmbito dos assentamentos do MST, analisando diferenças como a soja destinada ao mercado externo, produzida predominantemente pelos agricultores ligados ao agronegócio, mas que também é produzida em muitas áreas de assentamento. Apesar de a soja ser frequentemente questionada

pelo próprio MST, a sua produção em áreas de assentamento existe e precisa ser mais bem compreendida nas relações de subordinação ao agronegócio, enquanto que a produção de arroz e leite, que é parte da base da alimentação da população brasileira, é destinada ao mercado interno, principalmente o institucional. As pesquisas pretendem entender as estruturas utilizadas pelo capital para subordinar o campesinato através da renda capitaliza da terra e seus desdobramentos, bem como as contradições que significam para o campesinato e suas organizações.

O tema da presente dissertação foi definido na coordenação estadual do (MST-RS). O critério de escolha do tema se deu pelo fato de que nos últimos anos tem-se direcionado a atuação para as áreas de assentamentos, porque a base organizativa que, anteriormente alcançou força nas ocupações de terra, encontra-se fragilizada pela conjuntura da questão agrária atual, devido à baixa capacidade para organizar ocupações. Este tema frequentemente aparece nas análises de conjuntura do MST e da Via Campesina.

Nos últimos vinte anos, a territorialização do MST proporcionou a conquista de muitos assentamentos que levaram a fortes embates e debates sobre a produção de alimentos e os modelos de assentamentos. Apesar da precariedade das políticas de reforma agrária e das perspectivas do campesinato como modelo de desenvolvimento, o MST tem se desafiado a pensar na superação dessas condições. Estes desafios e superações serão tratados no primeiro capítulo ao abordar as mudanças recentes na agricultura e as perspectivas do campesinato na construção de um modelo emancipador de desenvolvimento.

Diante do exposto, escolher a metodologia adequada para apresentar os resultados da investigação compreende interagir com o objeto da pesquisa a partir da realidade concreta, buscando elementos que possam trazer presente questões que contribuam na análise dos dados e referenciais teóricos que possibilitem a compreensão do objeto. São muitos os estudos a respeito dos assentamentos, porém com viés voltado para a territorialização e espacialização dos movimentos socioterritoriais e também estudos voltados para as questões socioculturais, deixando as questões econômicas e da renda em segundo plano.

Nos primeiros estudos realizados por Oliveira (2011) foi possível analisar a renda camponesa com ênfase nas atividades laborais desenvolvidas fora da unidade produtiva, buscando compreender a renda complementar, ou renda sazonal. Estes estudos não aprofundam a análise da renda das famílias assentadas, com olhar na produção. No entanto, esta pesquisa apresenta a real potencialidade da produção nas áreas de assentamentos. Nos assentamentos pesquisados foram encontradas contradições na base produtiva, com as linhas

políticas definidas pelos movimentos socioterritoriais, como por exemplo, o cultivo de soja transgênica, cultura esta que foi motivo de muitas lutas de resistência inclusive por parte das famílias que atualmente realizam seu cultivo. Estas contradições precisam ser enfrentadas pelos movimentos socioterritoriais que têm, na sua base, princípios ideológicos de que a terra conquistada através da luta é para a produção de alimentos e não de *commodities* agrícolas para exportação.

Todavia, para enfrentar estas contradições é necessário compreendê-las no processo de subordinação do campesinato ao modelo de produção capitalista. Em que condições, famílias organizadas no MST produzem para o agronegócio? Se estas contradições não forem compreendidas na sua essência pelas lideranças dos movimentos socioterritoriais e principalmente pelas famílias assentadas, segue-se fragilizando as potencialidades de superação.

Entender a lógica organizativa e o processo histórico do capital se faz necessário para propor novas ou reiterar as atividades desenvolvidas, bem como assegurar através da organização, políticas públicas voltadas a atender e fortalecer o modo de produção ideologicamente defendido pelos camponeses que lutam contra o capital e são sujeitos históricos que contribuem para a reestruturação organizativa da produção, voltando-se a produção de alimentos, interagindo com a natureza como relação entre ser e natureza, tendo esta como meio de socialização dos recursos para a organização produtiva e não como meio de exploração, para atender as demandas do capital.

Acreditar que na constituição dos assentamentos as ideias se expressam por uma homogeneidade sem contradições é negar o processo histórico da cultura dos povos que criam e recriam formas de viver e resistir. Estas formas, muitas vezes, passam por um processo de adaptação ou resistência das famílias nos territórios em que se constituem os novos assentamentos, portanto, isso fez com que em certas regiões, onde foi constituída a maioria dos assentamentos no Rio Grande do Sul, as famílias tiveram, em seu primeiro momento, que se adaptarem ao sistema agrário encontrado na região, talvez não por vontade própria, mas pela necessidade de se reproduzir. Fazendo referência a essa adaptação, Oliveira (2011) apresenta um estudo no qual destaca que nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá (Tabela 1), alegando que todos estes municípios localizados na região Sul do RS e desmembrados do município de Bagé concentram atualmente uma quantidade significativa de assentamentos e de famílias assentadas, sendo que, em sua maioria, as famílias migraram de seus locais de origem para esta região quando o MST conseguiu, através das mobilizações,

territorializar-se para diversas partes do estado gaúcho, como descrito a seguir:

Em 1988 o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra começou a desbravar a fronteira Sul do Rio Grande do Sul com a chegada das primeiras famílias, formando os 4 primeiros assentamentos da região sendo eles: **Nova União** (27 famílias), **Santa Elmira** (53 famílias), **Conquista da Fronteira** (91 famílias) e **Santa Lúcia** (47 famílias). Estas famílias assentadas, neste período, são oriundas de pequenos agricultores da região norte do estado, as quais estavam acampadas na Fazenda Anoni. (Frei Zanata, texto mimeografado para a Romaria da Terra, fevereiro de 2011. (OLIVEIRA, 2011, p. 20, grifo do autor).

Este processo de migração perpassa por um processo de adaptação no novo território, para tanto, compreende-se que esta adaptação é multidimensional: ambiental, cultural, social etc.

Tabela 1 – Números dos assentamentos e famílias na região de Bagé-RS (2011)

Município	Número dos assentamentos	Número de famílias	Área do assentamento
Hulha Negra	25	826	21696
Aceguá	5	191	4837
Candiota	26	702	17068
Total	56	1719	43601

Fonte: Criação nossa, com base em DATALUTA (2011).

Compreender a realidade dos assentamentos no RS e sua viabilidade econômica implica, através das relações estabelecidas entre os sujeitos, fazer uma análise de cada realidade para não cair no equívoco de tentar aplicar para cada região, de forma linear, conceitos preestabelecidos como algo que está inserido em outras relações e referências. Neste ínterim, aplicar experiências iguais para cada região como se os seres fossem homogêneos e as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos em uma região sempre se aperfeiçoarão em outros lugares com paisagens e vida social completamente diferente, não condiz com o método de compreensão da realidade e dos sujeitos construtores de sua própria história.

Para realizar esta pesquisa, desenvolveu-se um conjunto de procedimentos com o objetivo de levantar os dados sobre trabalho e renda da terra nos assentamentos eleitos. Os procedimentos metodológicos contêm um conjunto de atividades que compreendem: entrevistas, levantamento de dados e documentos, organização e sistematização de dados e informações, redação, reflexão, revisão e debate constante entre as teorias e as realidades. Neste sentido, busca-se relacionar as teorias camponistas com a prática camponesa em

contraponto com as teorias do paradigma do capitalismo agrário para discutir a produção e comercialização dentro do mercado capitalista, na perspectiva de compreender as possibilidades de construção de um mercado que perpassasse pelas fronteiras do mercado capitalista.

No decorrer da pesquisa, procura-se dialogar com a realidade dos sujeitos pesquisados, quando se depara com questões desconhecidas. Estas novas abordagens aparecem em forma de questionamentos tais como: “Por quê? Como? Para que? Onde? Quando?” (SPÓSITO, 2004, p. 11). Para Batista (2013, p. 31), “Ter clareza do método na ação-investigativa é uma premissa fundamental para esclarecer ao pesquisador e para o leitor as múltiplas determinações que acompanham o tema investigado”. Dessa forma, buscando-se responder as questões apresentadas na pesquisa, compreender-se-á parte da realidade estudada, porque em uma pesquisa, por mais ampla e completa que seja jamais contemplará a totalidade do objeto e dos sujeitos envolvidos nesta comunidade. Portanto, é possível realizar uma pesquisa sem fazer negação histórica dos sujeitos no seu processo de construção, entretanto, fazer análise a partir da realidade sem falsear os dados abordados na pesquisa, estabelecendo uma separação (ampliação) entre o conhecimento e o pensamento, vê-se que uma questão é o que se pensa daquela realidade, outra, é o conhecimento que vai ser produzido da realidade estudada, a partir das concepções metodológicas aplicadas no objeto estudado.

O MST no RS é cobrado constantemente por ambientalistas, grupos de agroecologia, organizações sociais, grupos de apoiadores como professores, estudantes, movimentos sindicais entre outros, bem como por parte de sua base organizativa em outros estados, por haver, dentro de sua base, diferentes concepções de produção e desenvolvimento dos assentamentos. Compreender os diferentes métodos de análise e pesquisa é fundamental para elaboração de um trabalho científico ou mesmo quando se pretende propor um projeto a uma comunidade. Esta ação aparece neste trabalho como uma prática pedagógica a ser construída juntamente com a comunidade estudada, a qual se materializa como uma atividade concreta sob o objeto pesquisado. Apresentar os resultados das pesquisas aos sujeitos pesquisados tem sido o grande desafio da sociedade acadêmica, pois apesar de se produzir conhecimento através dos estudos, poucos são os casos em que os pesquisadores voltam para os locais da sua pesquisa no intuito de apresentar, ou simplesmente para contar quais foram os resultados. Estes e outros fatores levam, em muitos dos casos, as famílias que são “objetos”, sujeitos da pesquisa, a se negarem a prestar informações ou falsear os dados fornecidos, o que para alguns pesquisadores pouco importa, tendo em vista não estarem interessados com os

resultados do estudo e sim em concluir um trabalho para cumprir as normas da academia.

Neste sentido, não se trata de negar os outros métodos da pesquisa, pois todos são importantes para o processo formativo, no entanto, este trabalho perpassa por questões que uma pesquisa-ação leva a trabalhar com o método do materialismo histórico dialético, no sentido avaliativo da temática, buscando demonstrar as múltiplas relações e determinações das abordagens que compreendem a totalidade, levando em consideração sua complexidade e as diferentes concepções que cada sujeito vê de sua realidade. Este trabalho estará disponível ao MST e às famílias estudadas como uma contribuição ao debate sobre produção e renda territorial nos assentamentos de reforma agrária.

2 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

2.1 As mudanças recentes da agricultura brasileira (1960-2010)

Neste capítulo serão apontados os aspectos relacionados à agricultura brasileira no período de 1960 a 2010, discorrendo-se sobre a agricultura capitalista hegemônica no intuito de compreender os processos de mudanças na agricultura, dos latifúndios ao agronegócio. Procura-se também trazer elementos sobre a manutenção da concentração da terra e acumulação de capital por parte da agricultura capitalista, tendo em vista que esta hegemonia e supremacia do modelo de desenvolvimento que gerou o agronegócio, também produziu o êxodo rural, a formação de grandes conglomerados urbanos de uma sociedade urbano-industrial, forjada pela descapitalização e desterritorialização do campesinato. De igual modo, serão analisadas as lutas camponesas com ênfase ao surgimento do MST e a questão agrária atual.

Serão exibidos também os planos de reforma agrária apresentados pelos governos nos diferentes períodos, demonstrando como as forças políticas contrárias à realização da reforma agrária se articularam para inviabilizar a efetivação dos planos, principalmente na década de 1960 e 1980. Os planos de reforma agrária estiveram na pauta política somente quando os movimentos socioterritoriais tiveram força para realizar a luta pela terra, portanto, é esta que mantém viva a possibilidade do acesso a terra no Brasil. Nas últimas décadas o agronegócio tem intensificado a desterritorialização de camponeses e indígenas. Fernandes et al. (2014, p.33) destaca que “[...] esta, de fato, tem sido a tendência das políticas fundiárias do Brasil, ou seja, para garantir as terras dos latifundiários e/ou do agronegócio expropriam-se os povos indígenas e as comunidades camponesas”. A tendência destas políticas permite compreender a manutenção da concentração da terra no Brasil até os dias atuais.

No período estudado observa-se que a estrutura fundiária brasileira permanece com a distribuição desigual da terra, sendo que o índice de Gini apontado pelo INCRA-2012 é de 0,843, patamar equivalente ao que vem sendo registrado no Brasil desde 1975. O Censo Agropecuário de 2006 que registrou o grau de desigualdade fundiária no território brasileiro entre os anos de 1975 a 2006 permanecem, praticamente, inalterados; o índice de Gini registrado para 2006 foi de 0,856; não muito diferente do mesmo índice para os anos 1995, 1985 e 1975 que foi, respectivamente, 0,857; 0,858 e 0,855. Estes dados apontam que a concentração da terra se mantém de acordo com os interesses do capital, na lógica da

acumulação privada da terra, do modelo agroexportador e das desigualdades sociais no campo. Neste contexto, Fernandes et al. (2014) em seus estudos sobre os usos da terra no Brasil afirmam que:

O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário. Possui 8.514.876,599 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e mantém desigualdades tão grandes quanto seu território. Essas desigualdades mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, [...] sendo que a maior parte das terras está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. (FERNANDES et al., 2014, p.17).

Em estudo sobre as disputas territoriais entre movimentos camponeses e o agronegócio, discutindo o paradigma da questão agrária e do capitalismo agrário, Fernandes (2012) afirma que as empresas multinacionais, além de controlar a terra:

[...] controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária. (FERNANDES, 2012, p. 216).

A partir da revolução verde, aprofundou-se a concentração da terra no Brasil, intensificando as expropriações e aumentando o êxodo rural para as periferias das cidades. Na divisão internacional do trabalho, para a agricultura brasileira coube o papel de fornecer matéria-prima não industrializada, seja através da extração de minérios ou da produção de *commodities* agrícolas, mantendo os padrões da época colonial e da imperial. Desta forma, o capital articulado internacionalmente proporcionou mudanças nas relações de produção no campo e no processo de urbanização e industrialização brasileira, sendo assim, Stedile (2006, p. 74), afirma que “O apogeu do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro caracterizou-se como um processo gerador de profunda desigualdade e altamente excludente, custeado por um regime ditatorial e por um aparato institucional”.

Para Martins (1975, p. 39) “o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária”. Na visão de Fernandes (2008), esta economia, que é gerada na conflitualidade das disputas por modelos de desenvolvimento, pode ser compreendida pelo paradigma da questão agrária, tendo uma riqueza produzida pelos camponeses apropriada pelas corporações que industrializam e comercializam os produtos da agricultura camponesa. Já pela leitura do paradigma do capitalismo agrário, a concentração da riqueza é parte “natural” da modernização da agricultura e da hegemonia do agronegócio. Estas duas leituras demonstram diferentes visões

sobre a riqueza produzida pela agricultura. Segundo Oliveira (2001, p. 24), “a industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura”. Assim, com o aprofundamento das relações capitalistas de produção no campo na década de 1980, a agricultura brasileira foi caracterizada, de acordo com Stedile (2006), da seguinte forma:

a) A constituição dos complexos agroindustriais como aprofundadores da integração de capitais, b) a redução do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento capitalista, a qual foi perdendo seu espaço, quer como produtora de bens, quer como reserva de mão-de-obra, gerando intenso êxodo rural c) a redução da sazonalidade do trabalho temporário, seja pela mecanização de culturas até então pouco tecnicizadas em fases de colheita, restringindo cada vez mais as já provisórias oportunidades de trabalho por parte de assalariados, boias-frias, clandestinos etc. (STEDILE, 2006, p. 80-81).

No mesmo sentido, Martins (1975, p. 63) afirma que “o Estado assumiu, assim, no que se refere à política econômica, a função de representante dos interesses urbano-industriais” atuando como, “manipulador da política de preços e da política cambial como meio para incrementar os recursos em favor do que encontraria expressão ideológica no desenvolvimentismo”. Segundo Stedile (2006, p. 88), “a permanência de tradicionais estruturas e mecanismos de dominação/expropriação no campo” objetivados para manter a concentração da terra contribuiu para um “novo processo deslanchado pela consolidação do *agribusiness*”. Este processo trouxe para o campo brasileiro a expulsão, o êxodo rural, miséria, pobreza e claro, conflito, indo contra a lógica camponesa de permanecer no campo.

Seguindo esta lógica de pensamento, Martins (1975, p. 25) em seu livro *Capitalismo e tradicionalismo*, salienta que “o governo, que, de 1964 para cá, vem sustentando uma filosofia econômica não-protetionista, legitimou, por assim dizer, os órgãos de intervenção nos preços da economia agrária”. Esta intervenção governamental, constatada por Martins (1975), teve como princípio manter os salários urbanos abaixo dos níveis para reprodução da força de trabalho, contribuindo para uma rápida industrialização e crescimento urbano, reduzindo os custos da economia urbana. No entanto, este processo de intervenção retirou do campo a possibilidade dos camponeses “manter um certo nível de renda agrária” (MARTINS, 1975, p.25). Por outro lado, as políticas estabelecidas pelo Estado para a agricultura capitalista brasileira cumpriram papel importante nas relações comerciais estabelecidas pelo país e, pode-se observar os incentivos para a agricultura criada com a crise do petróleo em 1972. Neste período, novamente o governo federal da época fez intervenção através de políticas

públicas para favorecer aos grandes fazendeiros, como assim descrevem Fernandes et al. (2014):

A tendência modernizadora de planejamento em grande escala, iniciada pelo governo Vargas, foi perseguida com mais autoritarismo pelos militares. Embora o discurso seja nacionalista, a relação entre produtores brasileiros e investidores estrangeiros cresceu. [...] realizaram o sonho dos desenvolvimentistas em construir vínculos mais fortes entre agricultura e indústria com a criação dos Complexos Agroindustriais – CAI, que se expandiram ainda mais com o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, no contexto da crise do petróleo dos anos de 1970. (FERNANDES et al., 2014, p. 58).

O referido processo intensificou também a modernização no campo e contribuiu para o desenvolvimento das forças produtivas, as quais foram sempre subjugadas aos interesses do capital internacional, entendendo como forças produtivas as relações de trabalho estabelecidas entre as classes sociais e o desenvolvimento tecnológico impregnado para alavancar a produção. Oliveira (2001) estudando “a agricultura camponesa no Brasil” afirma que:

O desenvolvimento das forças produtivas, quer na direção da lógica do capital que produz e reproduz o trabalhador nu, o assalariado, o volante, o ‘boia-fria’ etc., quer na contradição intrínseca dessa lógica produzindo e reproduzindo o camponês reflete concretamente o seu desenvolvimento desigual. (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Continuando sua análise sobre as forças produtivas Oliveira (2001) enfatiza que “o desenvolvimento das forças produtivas, portanto, devem ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade deve ser uma unidade de diversidade” e, neste conjunto de diversidade, “o capital já unificou, articulou, estruturalmente, a sua reprodução ampliada”. Para tanto, a reprodução ampliada do capital somente foi possível, pois este consubstanciou numa “articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, e tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação” (OLIVEIRA, 2001, p. 13). Sendo que esta “mediação e a regulação do Estado têm garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital”.

As novas técnicas empregadas na agricultura, juntamente com um novo rearranjo produtivo, proporcionou uma constante transformação no campo brasileiro. Carvalho (2005), realizando um estudo sobre a produção de energia renovável, a partir da cana-de-açúcar no Brasil, destaca que “com a crise do petróleo na década de 1970, mas, principalmente no início do século XXI, as grandes empresas passaram a intensificar a produção de agrocombustíveis” através da cana-de-açúcar, sendo que em 2007 do total de energia consumida no Brasil 46,4% foi de energia renovável, desta, 16%, foi de produtos extraídos da cana-de-açúcar.

Comprovando a tendência de aumento dos investimentos na produção de agrocombustíveis, Carvalho (2011, p. 9) demonstra, em seus estudos, que “o Brasil contava com 370 unidades sucroalcooleiras”.

Todavia, o processo de “expansão desse complexo se realiza ampliando as desigualdades sociais como a dependência do país aos interesses privados estrangeiros” (CARVALHO, 2011, p. 6). A expansão da cana-de-açúcar desterritorializa os camponeses, pois “invade áreas tradicionais de cultivo de alimentos [...] como milho, café e laranja”, sendo assim, “os dados apontam que ao menos 27% da expansão da área de cana no ano-safra 2007/08, segundo declaração dos próprios produtores, ocorreu em regiões antes ocupadas por estas culturas” (CARVALHO, 2011, p. 10). Toda esta evolução na produção agrícola ocorreu com investimento de empresas transnacionais e principalmente por financiamentos públicos, pois, como explicam Fernandes et al. (2014):

[...] as indústrias cobram do governo instalação de novas usinas e ampliação das existentes, para isso o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e seus agentes financeiros possuem uma carteira de R\$ 30 bilhões ao setor em financiamentos diretos e indiretos para empresas em todas as partes e em todas as regiões do país. (FERNANDES et al., 2014, p.96).

Ainda os autores explicitam que esta política de Estado em poucos anos culminou para que:

No Brasil o processo de urbanização subordinou o espaço rural à cidade (indústria), que passou a fazer o papel de fornecedor de matérias-primas e receptor de produtos industrializados como agrotóxicos, fertilizantes, sementes modificadas e máquinas. Aumentou-se a exploração agrícola e agravaram-se os impactos ambientais também no espaço rural. Esse modelo de desenvolvimento da agricultura que passa a preconizar maior rendimento da exploração agrícola é responsável por graves impactos sociais e ambientais. (FERNANDES et al., 2014, p. 81).

Estes são fatores para compreender as causas das desigualdades sociais existentes no campo e o processo da migração brasileira. Stedile (2006) explica que “as políticas públicas modernizadoras não só beneficiaram latifundiários tradicionais, mas também atraíram investidores de outros setores da economia”. Sendo assim, os capitais “passaram a ver a terra como alternativa interessante de investimentos”, pois com estas medidas, “Os grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial, imobilizando capitais em terras, esperando, com isso, também se beneficiar da captação dos até então fartos recursos públicos” (STEDILE, 2006, p. 119).

No caso da agricultura brasileira percebe-se como o agronegócio impõe, com apoio do Estado, sua forma de poder sobre os camponeses no tocante à concentração da terra e dos créditos disponibilizados. Assim, em análise dos dados do censo agropecuário de 2006:

O Brasil agrário é paradoxal porque 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito e divide o resto da riqueza produzida, ou seja, a parte que o capital permitiu que ficasse com o campesinato. Do outro lado o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas. (FERNANDES, 2012, p. 218).

O capitalismo agrário vem mudando a paisagem do campo e a estrutura agrária em todo o mundo, através da territorialização do monocultivo em grande escala e da extração dos recursos naturais: madeiras, minérios para a produção de *commodities*. A exploração das *commodities* minerais tem sido o mote para a expansão do capital, especialmente através da exploração de minérios e de petróleo, bem como a expansão do agronegócio na agricultura, como descreve Gudynas (2011):

El extractivismo propio de laminería y los hidrocarburos ha crecido en los últimos años. Mientras que Venezuela, Ecuador y Bolivia siguen siendo importantes exportadores de petróleo o gas, se observan cambios sustanciales en el sector minero. Se destaca la consolidación de Brasil, con enorme producción e exportación, que ha superado a las naciones andinas. (GUDYNAS, 2011, p. 129).

Este modelo extrativista¹ de recursos naturais com recursos de políticas públicas para expansão do capital caminha junto com o processo de exclusão, aumentando a intensa dependência das nações que configura um conjunto de conflitualidades entre campesinato, indígenas e capitais, cuja produtividade do trabalho e desigualdade se intensifica. Esta produtividade, cada vez mais intensa, faz com que os recursos naturais dos países explorados sejam as condições de suas dependências.

A expansão do agronegócio impõe uma configuração quase que homogênea da paisagem no campo. Podem ser observadas grandes extensões de terras com uma única cultura, seja de eucalipto no sul do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, e soja nos estados do Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, ou de cana de açúcar nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, entre outros, com plantações

¹ Observe que para o autor o conceito de extrativismo está relacionado à exploração para produção de *commodities*, enquanto no Brasil extrativismo está associado à coleta seletiva pelo campesinato e populações indígenas.

menos expressivas. Estas culturas são a ênfase do modelo agroexportador adotado pelas diferentes corporações capitalistas que, com os financiamentos disponibilizados pelos governos, direcionam a política pública brasileira e as formas de produção.

Os governos dos países periféricos, progressistas, utilizam da exportação destes recursos para manterem alguns programas de distribuição de renda, os quais trariam algum tipo de benefício para o conjunto da sociedade, sendo uma estratégia para o crescimento econômico. Nesse sentido, Gudynas (2011, p. 134) afirma que: “A su vez, todos estos gobiernos defienden estas prácticas, y el propio extractivismo, sosteniendo que permiten recaudar fondos que son utilizados en programas de lucha contra la pobreza”. Todavia, na sua maioria, tais programas são de distribuição de renda em formas assistencialistas, pois não alteram a estrutura fundiária, a correlação de forças e a manutenção da exploração dos trabalhadores, com o modelo de produção vigente. Explicita-se que a distribuição de renda é necessária e fundamental para que se tenha diminuídas as desigualdades sociais. Apesar de os governos utilizarem parte destes recursos para programas sociais são as empresas que exploram os recursos naturais e se apoderam dos benefícios na forma do lucro, entretanto, ressalta-se que não pode ser à custa dos recursos naturais para diminuir as desigualdades sociais, mas de programas estruturais que modifiquem a estrutura fundiária, as relações de trabalho no campo e na cidade e a participação dos trabalhadores como sujeitos das mudanças para suprimir a opressão de uma classe sobre a outra.

O avanço do capital, a partir da acumulação primitiva, como, por exemplo, a exploração dos recursos naturais, causa diversos enfrentamentos entre as empresas transnacionais ou mesmo estatais com comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros que têm seus territórios ameaçados constantemente pela ofensiva degradante do capital, e que as compensações propostas pelas empresas e governos não os convence mais. Continuando, Gudynas (2011) explica:

En varios casos esto se debe a los agudos impactos del extractivismo: esos efectos alcanzan tal envergadura que ya no existen compensaciones económicas aceptables para las comunidades locales. O bien, esos impactos afectan dimensiones no mercantiles que las poblaciones locales consideran innegociables. El Extractivismo está chocando contra límites democráticos, sociales, culturales y ambiental es en varios países, lo que desencadena una propuesta ciudadana creciente. (GUDYNAS, 2011, p. 144).

Em seus estudos, Gómez (2007, p. 51) afirma que “o capital se reproduz com ou sem conflito, contudo a planificação para o desenvolvimento leva embutida a consolidação de

certa ordem social, o qual requer certa instabilidade”. Para isso, o capitalismo agrário explora muito bem nos meios de comunicação a ideia de que o agronegócio brasileiro traz um conjunto de vantagens para toda a sociedade, utilizando-se de termos como: “democracia, emancipação desenvolvimento e progresso [...] belos princípios corrompidos pela forma social adotada pela modernidade – quer dizer, capitalismo” (PEET, 2005, p. 34). Na atualidade os chavões predominantes são “desenvolvimento e modernidade”, mas desenvolvimento para quem? Para uma minoria que controla as terras, as agroindústrias, o comércio? O que significa a modernidade? Somente utilizar meios de produção técnicas de ponta? Ser o país que mais consome agrotóxico no mundo? Aumentar os níveis de produtividade sem aumentar a rentabilidade da produção? Na última safra brasileira, foram importadas 16 milhões de toneladas de fertilizantes (STEDILE, 2013). A agricultura brasileira é dependente de agroquímicos e, segundo o texto do programa agrário do MST (2013), o Brasil está importando 75% de todos os fertilizantes químicos utilizados. Mesmo utilizando os chavões do agronegócio como se terá democracia, emancipação, desenvolvimento, progresso, se a agricultura brasileira depende da importação de fertilizantes e agroquímicos para aumentar a produtividade e dizer-se altamente produtiva e competitiva no mercado mundial? Esta falsa produtividade e competitividade no mercado estão relacionadas com a degradação do meio ambiente, a exploração dos trabalhadores e a concentração da terra, e, acima de tudo, porque a agricultura capitalista, ou a agricultura do agronegócio somente sobrevive, pois é financiada e subsidiada com recursos públicos de toda a população brasileira.

Dando ênfase aos seus estudos sobre o desenvolvimento, Gómez (2007) em seu trabalho apresenta reflexões e questionamentos sobre as concepções apresentadas sobre este conceito, explica:

O discurso e a prática do desenvolvimento se apresentam como a tendência planejada racionalmente de melhorar a qualidade de vida da população. Com esse axioma como ponto de partida, o desenvolvimento se erige em empreendimento legítimo, desejado e promovido desde todos os âmbitos da sociedade. Quem poderia estar contra uma melhora na qualidade de vida da população? No entanto, apesar da auréola de prestígio que circunda, o desenvolvimento proporciona realmente o que promete? (GÓMEZ, 2007, p. 39).

O desenvolvimento capitalista, gerador da questão agrária, que bloqueia a realização da reforma agrária na América Latina e, em especial, no Brasil, sempre exclui as relações não capitalistas. No conjunto das nações latino-americanas, as disputas territoriais sempre estiveram em questão, sendo o cerne de diversos conflitos que se expandiram pelos diferentes

países, como forma de resistência de povos indígenas, quilombolas e camponeses contra o modelo hegemônico do capital. No caso brasileiro, os conflitos pela terra, – onde o campesinato luta para manter ou ter acesso à terra –, são expressos por muitos exemplos, entre eles: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, MST, entre tantos outros (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 16). Os interesses do capital impediram que a classe camponesa ampliasse seu acesso a terra, culminando na efetivação do golpe militar de 1964, sendo que, na época, o governo deposto pelo golpe, se propunha a realizar a reforma agrária para impulsionar o processo de industrialização brasileira. Mesmo assim, os setores retrógrados da classe dominante não permitiram.

João Goulart, em seu discurso na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, afirmou que “a reforma agrária só prejudica uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida” (STEDILE, 2005, p. 106). Esta minoria controla o poder político do Estado para proteger aqueles que os definem como suas propriedades. Por não haver correlação de forças que consiga derrotar esta minoria de proprietários e capitalistas, a estrutura agrária continua concentrada de modo que os governos e o capital mantenham a exploração dos camponeses pelos capitalistas com os salários baixos a custo da precarização do trabalho e pagamentos dos produtos agrícolas que proporcionam, em muitas vezes, uma renda negativa aos camponeses, mantendo a expropriação da terra dos camponeses e intensificando a expropriação da natureza. Está intrínseco endogenamente na classe burguesa que controla os meios de produção.

Para Martins (1975), os movimentos na economia, expressos pelas contradições de interesses da terra de trabalho e da terra de negócios entram em choque quando os interesses da realização do lucro representam uma pressão sobre as terras da economia de autoconsumo, (isto é, sobre as terras empregadas na produção direta dos meios de vida), então tem início uma crise social nas áreas rurais. Este movimento ocorreu em diversas regiões do país, onde o capital para ampliar sua capitalização foi expropriando camponeses, direta ou indiretamente, sendo que para estes camponeses, segundo Martins (1975), se apresentam apenas três circunstâncias: (i) migração para as terras da frente de expansão; (ii) migração para as cidades onde, em muitos casos, as pessoas se tornam desempregadas ou subempregadas; e (iii) explosão de movimentos sociais. Este terceiro ponto será tratado neste capítulo.

Nos últimos anos as mudanças na agricultura, influenciadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, bem como a atuação do capitalismo, fez com que novas formas de organizar e produzir fossem incorporados no campo. Em decorrência destas mudanças, novos

sujeitos se configuraram para reorganizar as formas de produção agrícola. No final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, cresce os conflitos sobre a questão agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos socioterritoriais entram em cena, “como o dos atingidos por barragens, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem-terra etc.” (MARQUES, 2012, p. 45). Estas mudanças da modernização capitalista na agricultura, geradoras de conflitualidade e o surgimento de novos sujeitos, coloca o campo como territórios em disputa, onde o país se mantém entre os principais produtores e exportadores *commodities*.

O processo de acumulação do capital está em constante transformação e aprimoramento das formas de apropriação dos meios de produção. A compra de terras por estrangeiros, principalmente empresas ligadas ao agronegócio da cana-de-açúcar e da celulose expressam como o capital cria e recria métodos de intensificar a sua reprodução. De acordo com Fernandes (2012, p. 205), nos últimos anos, “as transnacionais têm comprado enormes extensões de terra em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities”. Com isso, existe uma preocupação em torno desse novo momento, onde Fernandes (2012, p. 205) afirma que “essas realidades têm gerado debates sobre a venda de terras às transnacionais como uma questão de segurança nacional”. Observa-se, neste caso, uma nova compreensão de segurança nacional voltado para os interesses da população, referindo-se à venda das terras como territórios em permanentes disputas.

Concomitante à venda das terras, essa nova investida das transnacionais possui um duplo objetivo, ou seja, “a produção de commodities que está associada a um modelo de desenvolvimento que, além de atingir diretamente a população, desafia a soberania dos países” (FERNANDES, 2012, p. 205). Isto se dá ao fato de a produção estar baseada na monocultura, voltada para atender os interesses das empresas transnacionais e o mercado externo, deixando fragilizadas as populações internas, inclusive de ter acesso à alimentação. Conforme estudos realizados por Carvalho e Stedile (2011) sobre a produção de alimentos, vê-se que a persistência da fome no século XXI, com todas as técnicas desenvolvidas para produção de alimentos, continua sendo um problema mundial. No entanto, a fome como problema da população mundial, não pode ser definida como falta de alimentos, mas as suas causas, como explicam Carvalho e Stedile (2011), estão:

[...] no controle da produção e na distribuição da produção e da renda entre as pessoas. Nunca antes na humanidade a produção de alimentos esteve tão

concentrada sob controle de uma mesma matriz de produção. Nunca antes na humanidade tão poucas empresas oligopolizaram o mercado, atuando a nível internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e comércio de produtos alimentícios como agora. Estima-se que menos de 50 grandes empresas transnacionais tenham o controle majoritário da produção de sementes, de insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos em todo mundo. (CARVALHO; STEDILE, 2011, p. 31).

Ainda de acordo com os autores supracitados, entende-se que os governos são financiados e atendem aos interesses das grandes corporações as quais buscam, especificamente, o lucro, deixando milhões de pessoas à mercê da falta de políticas públicas que contemplem o desenvolvimento humano. Para estes autores, “de fato, a ocorrência da fome que atinge a milhões de pessoas, que em 2009 alcançou a um bilhão de seres humanos e em 2010 recuou em para 925 milhões, tem suas causas no controle da produção e na distribuição e da renda entre as pessoas” (CARVALHO; STEDILE, 2011, p. 31). Isso mostra a ineficiência do Estado para com a sua população.

A fim de superar a situação de continua expropriação, a reforma agrária mantém-se atual no processo de desenvolvimento da agricultura camponesa. No período estudado, a luta pela reforma agrária começa com as Ligas Camponesas e, desde então, ocorreu a criação de instituições, como consta no discurso do presidente João Goulart em 1964, presente no livro três da coleção Questão Agrária no Brasil, organizada por Stedile (2005).

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto do Supra. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos [...]. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivo áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. (STEDILE, 2005, p. 103).

O referido discurso, juntamente com outros fatores, levou ao golpe militar em 31 de março de 1964 e o tão sonhado plano de reforma agrária não saiu do papel, frustrando a expectativa de milhões de pessoas. Neste mesmo texto, o autor denota: “E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer a reforma sem mexer a fundo na Constituição” (STEDILE, 2005, p. 104).

As políticas de Estado entendidas como políticas estratégicas para a concentração do capital perpassam, muitas vezes, a vontade de um governo e, por isso, não se pode afirmar como políticas de governo, pois na troca de governos, as políticas nem sempre permanecem as mesmas, sendo que, em geral, o que se mantém são os privilégios das grandes empresas,

que no caso brasileiro, acabou com seus estoques de alimentos para atender aos interesses do capital, como afirmam Carvalho e Stedile (2011):

[...] impõem condições concretas para que o abastecimento alimentar brasileiro fique subordinado ao mercado Internacional sob o controle das grandes empresas privadas. Isso já resultou na eliminação dos estoques estratégicos governamentais nacionais a partir das pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC em nome do livre comércio mundial e das distorções mercantis que esses estoques poderiam provocar. Isso levou a que no passado os governos com vocação neoliberal tenham inclusive eliminado, e privatizado as redes públicas de armazenagem, no Brasil e em todo mundo. Deixaram assim a oferta de alimentos à mercê dos interesses das grandes empresas. (CARVALHO; STEDILE, 2011, p. 38).

Enquanto os governos favorecem as grandes empresas, que não passam de uma centena, e que, mesmo assim, controlam quase por completo a comercialização dos alimentos no mundo, no mesmo texto, os mesmos autores se referem quanto à falta de alimentos para a população mundial:

Mas a humanidade tem sobrevivido aos sucessivos modelos concentradores de bens e riqueza, que alteraram os preceitos equilibrados de produção para o sustento, substituindo-os por negociações de lucros, entre cujas consequências está a fome, que atinge agora 925 milhões de pessoas. Cerca de 40 países enfrentam um estado de emergência alimentícia permanente e, nos países em desenvolvimento, a cada 3,6 segundos, alguém, geralmente uma menina, morre de inanição. Enquanto isso, alguns países registram excedentes alimentares e excessos no consumo. (CARVALHO; STEDILE, 2011, p. 39).

Além do mais, muitas empresas com poder de controlar governos em diversos países, exigem destes, para manter sua hegemonia econômica e monopólio na comercialização dos produtos, certas vantagens econômicas, dentre as quais está incluída a abertura dos mercados. Os governos, sem poder para proteger seu mercado interno, deixam fragilizados vários setores dentro de seu próprio país, pois:

[...] abrir os mercados significa perder postos de trabalho protegidos – isto é, criar desemprego em nome da ‘eficiência’ em países nos quais a mão-de-obra já é subutilizada. Privatização significa introduzir a motivação do lucro no fornecimento da água e eletricidade, por exemplo, e desprezar qualquer um que não possa ou não pague taxas mais altas – muitas pessoas têm sido baleadas ao protestar contra esta pequena diferença de números. Reduzir déficits estatais inchados em nome da responsabilidade fiscal pode soar bem até que seja lembrado que populações desesperadas dependem para sua sobrevivência de alimentos subsidiados pelo Estado e dos serviços de saúde gratuitos. (PEET, 2007, p. 20).

A abertura dos mercados é uma luta constante do grande capital, como foi também com a tentativa de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que dentre os diversos pontos, apresentava a abertura dos mercados como mote principal para

favorecer o grande capital e deixar ainda mais vulnerável os camponeses que se dispõem, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a continuar a produzir alimentos. Graças à luta da sociedade civil, organizada através dos movimentos socioterritoriais, a ALCA não foi implementada, mas, mesmo assim, o capital vem encontrando formas de se expandir sobre os territórios dos camponeses.

Note-se que ao mesmo tempo, a produção local de alimentos é reduzida em decorrência da ênfase em cultivos voltados para exportação e da remoção da proteção tarifária, produzindo uma perigosa vulnerabilidade em massa a episódios de fome. Flexibilidade do mercado de trabalho significa atacar os sindicatos pagar salários mais baixos e eliminar as poucas leis que possam existir para proteger os trabalhadores. (PEET, 2007, p. 20-21).

Tal expansão do capital traz consigo suas contradições e, gera no campo brasileiro, diversas conflitualidades entre camponeses e setores do agronegócio, que amparados pelo Estado, influenciam diretamente na estrutura organizativa da produção, comercialização e industrialização dos alimentos, enquanto que os camponeses lutam para produzir alimentos o agronegócio se territorializa para produzir lucros.

A estrutura fundiária e os avanços do capital na agricultura também apresentam contradições sociais que são eminentes do processo produtivo capitalista. Estas contradições se expressam, em muitas vezes, pelo “desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista de produção na formação social capitalista” (OLIVEIRA, 2001, p. 11). Para esta reprodução desigual do capital, o referido autor se manifesta, alegando que “significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalistas” (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Logo após a redemocratização política brasileira foram se criando novas dinâmicas para o campo, pois este é bastante heterogêneo. Assim, as contradições se expressam a cada momento entre as classes sociais opostas que tem interesses antagônicos. O surgimento de movimentos socioterritoriais que lutam pela terra assim como o MST, fez com que houvesse no campo uma redução no êxodo rural e um retorno das pessoas que moram nas cidades para o campo. Nesse cenário, Stedile (2006) explica:

A expulsão em massa dos trabalhadores das grandes fazendas; o processo migratório; a criação de uma rede sindical no país e mais recentemente, a emergência de movimentos sociais como os sem-terra; o comprometimento da igreja com a luta pela terra ou mesmo a presença direta do Estado em áreas rurais multiplicaram os focos de poder no campo, fazendo com que a legitimidade da

dominação exercida sobre os trabalhadores fosse questionada. (STEDILE, 2006, p.89).

Em 2015, diferente dos anos 1960 e 1970, as fronteiras agrícolas estão ocupadas, somente restam poucas áreas na Amazônia para que a agricultura possa avançar. A agricultura camponesa, a cada ano que passa, sofre mais pressão dos grandes fazendeiros e empresas para comprar suas propriedades, elevando o preço da terra. Este fato ajuda a impedir a realização da reforma agrária, onde os índices de produtividades não são alterados desde 1975. Além do que as formas adotadas pelos governos ainda perduram procedimentos antigos com desapropriação de áreas improdutivas e o pagamento na forma de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), se utilizam também de algumas compras e regularização de áreas públicas que foram expropriadas pelos grandes capitalistas. No entanto, os governos por não proporem alteração nos índices de produtividade para as desapropriações, não realizam uma intensiva ação de recuperação das terras públicas, nem mesmo alteram as condições para desapropriação de áreas para realização de assentamentos, assinando, dessa forma, o atestado de inviabilização da reforma agrária. Mas, se por um lado, os governos, através do Estado, inviabilizam a reforma agrária, por outro, oferecem todas as condições para o avanço do agronegócio, com a finalidade de produzir *commodities* para exportação, colocando a situação da produção de alimentos sob os interesses da acumulação do capital, e assim, a população brasileira e mundial continua a passar fome.

Voltando-se ao início da década de 1960, compreende-se que o intenso movimento no campo colocou em pauta a realização da reforma agrária, por causa da situação de miséria e precariedade em que se encontravam os trabalhadores no meio rural. Embora o governo da época adotasse um conjunto de medidas para realização da reforma agrária, com o golpe militar de 1964, as propostas efetivas de reforma agrária foram suprimidas e substituídas pelo Estatuto da Terra que, em sua origem “teve como especificidade o fato de conter em seu bojo duas estratégias distintas: uma, claramente ‘distributivista’, voltada à democratização da propriedade da terra; e outra ‘produtivista’, concentradora, já sinalizando a opção que prevaleceria nos anos de 1970, a assim chamada ‘modernização conservadora’” (STEDILE, 2006, p. 39).

O Estatuto da Terra, no sentido de viabilizar um projeto de reforma agrária, apresentava como proposta terminar com o latifúndio improdutivo, disponibilizando estas terras para os camponeses ou colocando-as a produzir, tendo em vista a grande extensão de terras que se encontravam desocupadas para a produção, servindo como uma espécie de

especulação. Explica Stedile (2006, p. 43) que “o Estatuto da Terra era uma espécie de balão de ensaio no sentido de criar limites ao latifúndio improdutivo e atingir por tal via, o setor da classe dominante agrária mais retrograda e conservador”. Todavia, estas eminentes propostas acabaram gerando reação por parte dos latifundiários e seus representantes, sendo que “os grandes proprietários sentiram-se traídos com a emenda constitucional do Estatuto da Terra, voltando-se imediatamente para mobilização de suas entidades de classe” (STEDILE, 2006, p.43).

Todo o processo de articulação e mobilização por parte da classe latifundiária culminou para que o Estatuto da Terra não atingisse o objetivo de origem. Ainda, com base em Stedile (2006, p.50) “com o encaminhamento do projeto para votação no Congresso Nacional, em novembro de 1964, as negociações voltariam a estaca zero”, sendo assim:

As emendas e substitutivos propostos acabaram por consagrar alguns pontos de consenso integrantes da agenda das forças anti-reformadoras: reforma agrária sem mudança na estrutura fundiária; atrelamento a noção de democracia à intocabilidade da propriedade fundiária a retirada de noção de latifúndio por dimensão e o fim do estatuto da desapropriação por interesse social [...]. (STEDILE, 2006, p. 50).

No que tange ao processo de reforma agrária, proposto pelo Estatuto da Terra, sofreu uma derrota e o “grande vitorioso de todo este processo foi o conceito de empresa agrícola que se tornaria o equivalente a opção democrática para o campo e alvo prioritário do processo de modernização da agricultura brasileira” (STEDILE, 2006, p. 51). Percebe-se que a “luta política, movida pelas entidades patronais rurais, consagrou-se a separação entre reforma agrária e modernização da agricultura”, sendo que o Estatuto da Terra, uma vez derrotado pelas forças opositoras às mudanças fundiárias, “viria legitimar a capitalização da agricultura sem maiores alterações na estrutura fundiária do país” (STEDILE, 2006, p. 51), consolidando os interesses dos latifundiários brasileiros.

Neste mesmo período, as organizações sociais e populares que lutaram por melhorias nas condições sociais e, especificamente, por melhores condições de vida no campo e por uma pauta de reforma agrária, foram, segundo Stedile (2006, p. 71), “ao mesmo tempo, com os movimentos sociais, reprimidos, lideranças perseguidas e sindicatos sob intervenção, a nova lei acabou por significar muito pouco em termos de medidas efetivas em prol das demandas por terra dos trabalhadores rurais” Como as estruturas do Estado encontravam-se alinhadas aos interesses dos grandes latifundiários, “a propriedade fundiária, [...] se manteve não apenas intocada, mas também teve igualmente sua concentração estimulada” (STEDILE, 2006, p.72).

Para Oliveira (2001, p. 13), mesmo sem alterar a estrutura fundiária, “é no campo que parte dos trabalhadores pratica a traição às leis da ordem capitalista”, esta ordem do capital é colocada em contradição quando trabalhadores camponeses, para fugir da lógica capitalista de apropriação dos meios de produção, neste caso a terra, procuram outras formas de luta pela terra, ocorrendo desta forma, “o aumento do número de posseiros entre 1970 e 1985 é testemunho claro dessa realidade. Ocorre nesse espaço da reprodução uma contradição”. Sendo assim, “a luta capitalista pela apropriação privada da terra leva um aumento do número de posseiros, que também travam a luta desigual pela conquista de um espaço para se reproduzir” (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Na visão de Oliveira (2001, p. 37), “o aumento dos posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho camponês, familiar”, gerando um processo contraditório de relação entre a terra de trabalho e a terra de negócio. Estas contradições também se expressam quando:

O capital, interessado em sujeitar a renda da terra, primeiro estabelece a condição fundamental para fazê-lo: apropria privadamente a terra. Nesse processo os posseiros têm travado uma luta sangrenta contra o capital e seus asseclas. O objetivo desta luta é livrar-se do destino de alguns de seus companheiros: se tornar assalariados; ser ‘boia-fria’. Primeiramente o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado. (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

No Brasil, apesar das contradições apresentadas, milhares de famílias tiveram acesso à terra através da luta pelos movimentos socioterritoriais, sendo que “no centro das lutas tem estado a luta contra a apropriação privada da terra. O fim da propriedade privada da terra coloca em questão o fim da propriedade dos meios de produção” (OLIVEIRA, 2001, p. 15). Todavia, o autor apresenta vários exemplos de comunidades que já subjugarão a propriedade privada da terra, trabalhando de forma em que os meios de produção são coletivos para uso comum. E acrescenta: “Mas os trabalhadores têm mostrado na prática que não basta apenas a propriedade coletiva, é preciso o controle, posse e administração coletiva desses meios de produção” (OLIVEIRA, 2001, p. 15). Na década de 1980, com a abertura das pautas democráticas, do surgimento de movimentos socioterritoriais, recoloca-se a luta pela terra, como “passo fundamental no processo de luta contra os capitalistas e seus aliados os rentistas” (OLIVEIRA, 2001, p. 15).

Na luta pela reforma agrária no Brasil são vários os movimentos socioterritoriais que, ao longo da história, deixaram seu legado de que somente através da luta se consegue

conquistar os direitos e a realização de uma possível reforma agrária. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem feito da luta pela terra uma bandeira de defesa e de conquista da reforma agrária. Os acampamentos são verdadeiras escolas onde se discute a necessidade da produção coletiva nos assentamentos” (OLIVEIRA, 2001, p. 15). O MST surge em 1984 da necessidade dos camponeses que se encontravam em luta pela terra em diferentes regiões do país em criar um movimento nacional de luta pela terra². Algumas das contradições do modo capitalista de produção, as quais já foram destacadas acima, corroboraram para o surgimento do MST, pois, segundo Fernandes e Stedile (2005, p. 177), dentre os fatores que constituem a gênese do MST, “o principal deles foi os aspectos socioeconômicos das transformações que a agricultura brasileira sofre na década de 1970”. As contradições do capital se aprofundaram, porque “nessa década, houve um processo de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”. Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira”.

O MST, enquanto movimento socioterritorial, surge de “uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo na região onde vive” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 17). Em 1995, o MST escreve a sua primeira proposta de reforma agrária, buscando apresentar para o conjunto da sociedade um novo modelo agrícola, e assim descreve:

A reforma agrária no Brasil deve combinar uma política de ‘massiva’ distribuição de terras com uma política agrícola que combata o atual modelo agrícola implantado nas últimas décadas. A luta por um ‘novo modelo agrícola’ deve ser entendida como a busca de uma alternativa viável que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais. (STEDILE, 2005, p. 187).

Esta proposta de reforma agrária consubstanciaria em mudanças na estrutura fundiária brasileira. Não obstante, os mecanismos utilizados pelo capital impediram, mais uma vez, que programas, planos e propostas de realização efetiva da reforma agrária saíssem do papel. Embora, como se pode observar na Tabela 2, mesmo sem mudanças nas estruturas do capital, milhares de famílias tiveram acesso à terra através da luta dos diversos movimentos socioterritoriais em todos os estados brasileiros. É através desta luta e das contradições entre sem-terra e capitalistas que, segundo Oliveira (2001), os dados censitários revelam que, ao

² Reunidos em Cascavel-PR, em janeiro de 1984, num Encontro Nacional, com participação de líderes de sem terra, agentes, sindicalistas, assessores de diversas entidades de classe de 14 Estados do país, discutiram e aprovaram os seguintes princípios do Movimento [...] (STEDILE, 2005, p. 177).

mesmo tempo em que há um aumento dos latifundiários capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção; ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. (OLIVEIRA, 2001, p. 25-26).

Tabela 2 – Número de assentamentos por estado, número de famílias assentadas e total de área dos assentamentos (2010)

UF	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas	Total da área em (ha)
AC	148	22.409	5.698.610
AL	162	9.667	106.500
AM	91	28.119	16.520.198
AP	40	10.663	2.125.350
BA	654	42.063	1.970.971
CE	430	21.615	896.651
DF	21	748	19.453
ES	88	4.169	48.362
GO	425	23.138	1.021.429
MA	973	138.517	4.674.432
MG	379	23.829	984.746
MS	199	34.451	699.511
MT	564	102.073	6.125.948
PA	1.056	289.781	22.018.351
PB	281	14.250	266.146
PE	562	35.464	578.284
PI	490	34.955	1.401.364
PR	318	20.220	416.525
RJ	75	5.092	126.497
RN	293	18.974	537.687
RO	194	36.832	6.737.474
RR	52	15.667	1.577.631
RS	332	12.658	230.354
SC	157	5.319	101.975
SE	207	9.382	175.613
SP	247	13.733	330.875
TO	375	23.106	1.240.477
Total	8.813	996.894	76.631.414

Fonte: Criação nossa, com base em DATALUTA (2011).

Dos 8.813 assentamentos existentes no Brasil até 2010, o estado do Pará concentra o maior número de assentamentos e, conseqüentemente, de famílias assentadas, enquanto que o

Distrito Federal possui o menor número de assentamentos e de famílias assentadas. A Tabela 3 demonstra a distribuição da terra para as famílias sem-terra por região, e observa-se que é na Região Norte que está localizada a maioria dos assentamentos brasileiros. Este conjunto de assentamentos foi realizado principalmente pelo INCRA, no entanto, existem estados que criaram os seus próprios institutos de terras para contribuir ou criar empecilhos para a realização de assentamentos rurais. Também existem diferentes formas de constituição de assentamentos, ou seja, as desapropriações, compras, doação, arrecadação, reconhecimento, adjudicação, entre outras formas encontradas pelos órgãos federais e estaduais para concretizar os assentamentos. Com base nas informações do DATALUTA, observa-se que todos os governos federais, depois da redemocratização do país, criaram assentamentos. Em alguns governos houve maior mobilização pelos movimentos socioterritoriais e também maior número de assentamentos constituídos e, em outros governos, o processo de reforma agrária, não passou de campanhas políticas e promessas.

Tabela 3 – Número de assentamentos, famílias assentadas e total de área dos assentamentos por região

Região	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas	Total da área em (ha)
Norte	2.145	505.544	60.803.562
Nordeste	4.052	324.887	10.607.648
Centro-Oeste	1.020	81.443	2.980.870
Sudeste	789	46.823	1.490.480
Sul	807	38.197	748.854
Total	8.813	996.894	76.631.414

Fonte: Criação nossa, com base em DATALUTA (2011).

Observa-se na Tabela 3 que a Região Norte do Brasil concentra em torno de 50% das famílias assentadas no país, enquanto a Região Sul, onde o avanço do capital foi mais intenso, apenas 38.197 famílias foram assentadas, ou seja, pouco mais de 3% do conjunto das famílias que tiveram acesso à terra através das políticas de reforma agrária. Estes dados deixam explícitas as contradições no campo brasileiro, pois na Região Norte do Brasil, concentram-se quase 80% das terras destinadas a assentamento. Desta forma, conclui-se esta parte da análise sobre a agricultura brasileira, apontando que na Região Centro-Sul do país, o capital atuou de forma constante e intensiva para desterritorializar os camponeses e dificultar o acesso à terra. De igual modo, os escravos foram privados do acesso à terra com a lei de terras de 1850, e os imigrantes tiveram que trabalhar nos cafezais, nas plantações de cana-de-açúcar, na exploração de minérios e muitos retornaram ao seu país de origem ou emigraram para outros

países em busca da tão cobiçada terra para trabalhar. Diante disso, vê-se que os camponeses sem-terra terão que continuar se organizando e lutando contra o capital para que o povo brasileiro possa, um dia então, através da luta dos povos organizados, ver a terra liberta das amarras do capital e à disposição daqueles que querem dela tirar a subsistência da família, produzir renda e fazer da terra, terra de trabalho de moradia e não terra de lucro e exploração.

Agora, esta não é apenas uma tarefa dos movimentos socioterritoriais do campo, pois a reforma agrária se faz no campo, mas, segundo Oliveira (2001, p. 27), “se ganha na cidade”, salientando a importância para implantação de uma verdadeira reforma agrária, sendo necessária uma aliança entre o campo e a cidade, ou seja, entre os movimentos socioterritoriais camponeses e os movimentos socioterritoriais urbanos. “Assim, cidade e campo estão unidos dialeticamente quer no processo produtivo, quer no processo de luta” (OLIVEIRA, 2001, p. 27). Estas são algumas premissas para que no futuro as condições sociais dos camponeses possam ser garantidas com qualidade e estes possam, além de tudo, construir a sua própria história, a história dos trabalhadores e não dos opressores.

2.2 As mudanças recentes da agricultura no Rio Grande do Sul (1960-2010)

As mudanças ocorridas na agricultura brasileira são parte de uma política mundial do capital. Neste texto, discorrer-se-á sobre o desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul que não está desvinculada das concepções e articulações capitalistas internacionais. No entanto, ao analisar a agricultura no Rio Grande do Sul entende-se que, assim como o conjunto da agricultura brasileira, a agricultura gaúcha contribuiu para o aprofundamento das relações escravistas de produção. No entanto, na sua gênese, o Rio Grande do Sul tinha outra tarefa para ser cumprida para atender as demandas do capital, ou seja, para esta parte da colônia portuguesa, que, no início foi designada a tarefa de produzir carne para fornecer aos centros consumidores em outros estados. Com o objetivo de manter o modelo agrícola estabelecido pela coroa portuguesa, os fazendeiros foram se especializando nas charqueadas, pois neste território havia muito gado criado pelos indígenas que habitavam esta região da América Latina. Os índios Guaranis eram os mais populosos da região, porém, foram dizimados pelos exércitos de Espanha e Portugal na chamada batalha do Caiboaté. Segundo Gørgen (2004, p.122), os índios Guaranis, comandados pelo cacique Sepé travaram uma batalha derradeira “na altura em que hoje se situa a cidade de São Gabriel”, foi então que “os Guaranis se esbarraram com os exércitos das duas maiores potências de então”. Nesta luta

desigual, o comandante dos Guaranis “morreu assassinado ao mesmo tempo por Espanha e Portugal, no dia 7 de fevereiro de 1756 [...], e três dias depois, no alto da coxilha do Caiboaté, foram massacrados os 1.500 comandados de Sepé, antes do nascer do sol [...]” (GÖRGEN, 2004, p. 123).

A concentração da terra no Rio Grande do Sul segue a mesma tendência de outros estados, de modo que ao concentrar a terra na mão de poucos fazendeiros, proporciona desigualdades sociais e milhares de famílias continuam sem terra, como afirma Maestri (2011, p. 101) que “na década de 1960, apenas no Rio Grande do Sul, 270 mil famílias gaúchas necessitavam de terras”. Diferente das regiões serranas e metropolitana do Rio Grande do Sul onde a densidade demográfica é marcada pela constituição de famílias com número considerável de filhos propiciado também pelos hábitos dos migrantes que ocuparam parte destas regiões. Na região da campanha, onde predomina a produção agropecuária, os fazendeiros inviabilizavam o crescimento populacional, pois:

Os fazendeiros negavam-se a empregar peões casados. Quase 75% dos peões eram solteiros não possuindo, portanto, em forma geral, direito a família e à reprodução, o que contribui para o escasso desenvolvimento demográfico e econômico das áreas pastoris sulinas. (MAESTRI, 2011, p. 62).

Ainda Maestri (2011) explica a densidade demográfica das regiões onde os imigrantes se instalaram no Rio Grande do Sul da seguinte maneira:

Os imigrantes chegados da Europa traziam consigo tradição camponesa milenar de arraigo à terra. Comumente, os recém-chegados possuíam poucos filhos, já que praticavam a contensão demográfica, em geral após a postergação do casamento, devido a escassez da terra conhecida no velho mundo. No Brasil, devido à abundância relativa da terra e à falta de braços, essa comunidade conheceu explosão demográfica, em boa parte através da prática precoce do casamento. (MAESTRI, 2011, p. 93).

O autor supracitado enaltece que, em subtítulo denominado filhos que não acabavam mais, são relacionadas as formas de produção do imigrante para as terras coloniais. Continua sua explicação sobre a densidade demográfica, salientando que:

Foi a necessidade de braço trabalhador, e não a ideologia ou a pregação católica, que determinou a explosão demográfica conhecida por essa comunidade, até os anos de 1960, quando, a mecanização da produção e outros fenômenos ensejaram queda no número de filhos. Por quase um século, o filho foi braço para o trabalho, antes de se transformar em boca a ser alimentada. (MAESTRI, 2011, p. 99).

Neste contexto de modernização da agricultura gaúcha, as contradições se afloram e “uma parte da agricultura familiar permanece recriada e sujeitada ao capital industrial e financeiro, enquanto outra chega no seu limite histórico, via expropriação e destruição de parte de seu território” (RÜCKERT, 2003, p. 19). São nestas condições que:

[...] a migração instala-se sem dúvida, mas não ocorre no planalto médio, uma expropriação direta para o assalariamento, ao menos em proporções consideráveis. Abre-se aí uma diversidade de situações para os camponeses, dentre as quais as próprias lutas para permanecerem camponeses, inicialmente na fronteira agrícola do país e no segundo e atual momento, no próprio Estado, em movimentos de reivindicação por terras para o trabalho familiar. (RÜCKERT, 2003, p. 19).

Oportuno também expor que na visão de Rückert (2003), que havia uma nova divisão do trabalho. Explica, portanto, que:

O período 1967/1989, caracterizado basicamente pela inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, tem no modelo agroexportador um dos seus pontos mais fundamentais. A inserção do Rio Grande do Sul em tal modelo novo dá-se, inicialmente no norte, depois no sul do estado. Progressivamente, várias regiões do país, são articuladas pelo capital transnacional e pelo Estado brasileiro no que diz respeito à produção, industrialização e exportação da soja. (RÜCKERT, 2003, p. 51).

Ainda o autor supramencionado salienta que “O processo de articulação do planalto médio ao mercado nacional, internacional e ao ritmo do capitalismo monopolista prossegue mais vigorosamente no período de 1967 em diante” (RÜCKERT, 2003, p. 19). E continua:

A partir daí inicia-se o processo de consolidação dos capitalistas da agricultura, transformando-se os mesmos, de capitalistas arrendatários em capitalistas proprietários fundiários. A agricultura na década de 60 e principalmente na de 70, passa a ser concebida pelo Estado como fonte de divisas para o pagamento da dívida externa através da exportação da soja. (RÜCKERT, 2003, p. 19).

Estas empresas exportadoras da soja são responsáveis por ampliarem as desigualdades no campo, pois ao incentivarem os camponeses a produzir uma cultura que serve para exportação e a manter o lucro das grandes empresas, configuram a divisão clara entre os que trabalham e não obtêm lucros e, os que poucos trabalham e ficam com os lucros da produção. Tal fato é explicado porque, “no Rio Grande do Sul, produtores de trigo/soja apresentam a clássica divisão entre pobre, médios e ricos” tendo em vista que “o processo de capitalização da pequena produção não assegura, no entanto, que ela não termine proletarizando-se ou sendo expulsa da produção agrícola” (SORJ, 1980 apud RÜCKERT, 2003). Concomitante a este processo de acumulação de lucros por parte do capital, existe também uma intensificação na acumulação da terra, causando no campo, segundo Canali e Martineli (1990) citados por

Rückert (2003, p. 59) “uma desruralização” as quais “envolve uma diversidade de situações”, tais como:

Pela migração para as cidades; pela migração de pequenos proprietários para as fronteiras agrícolas, via cooperativas de colonização, pela migração de camponeses pobres para projetos de colonização oficial e até mesmo a simples transferência de moradia de famílias para a cidade, continuando a exercer suas atividades no campo, como assalariados temporários. (CANALI; MARTINELLI, 1990 apud RÜCKERT, 2003, p. 59).

Aprofundando as análises sobre o processo migratório no Rio Grande do Sul, Rückert (2003, p. 59) enfatiza que “os jovens migrantes sem-terra, nas cidades médias e Região Metropolitana do Estado, tornam-se mão de obra assalariada, principalmente nas indústrias de calçados no vale dos Sinos e nas indústrias metalúrgicas de Caxias do Sul”. Por outro lado, como a indústria não consegue absolver toda a mão de obra, a modernização agrícola dispensou parte destes migrantes, “transformando-se em mão de obra sobrando, favelizando-se na miséria e marginalização absoluta. Essa migração pode revelar tanto a expropriação direta da propriedade da terra quanto à expropriação das condições de trabalho de parte da família” (RÜCKERT, 2003, p. 59). Como acontece em outros setores do capital, as empresas capitalistas concorrem entre si para manter o monopólio da produção, circulação e comercialização, porém, na agricultura “a expropriação direta da pequena propriedade rural resulta da seletividade dos mais aptos para suportar o ritmo que o capital lhes impõe, o que, em última instância, os obriga a vender a pequena propriedade” (RÜCKERT, 2003, p. 59).

Para aqueles camponeses que têm os seus meios de produção, subjugados pelo capital de forma indireta, e que continuam resistindo no campo, preferindo não migrar para os centros urbanos e áreas de colonização, constituem a “elevação do assalariamento permanente, não só de camponeses não-proprietários, mas também de filhos de camponeses, colonos e pequenos proprietários” (RÜCKERT, 2003, p. 61), sendo que os pequenos proprietários “já vinham sofrendo a expropriação das condições de trabalho desde antes da década de 1970 pela excessiva fragmentação das pequenas propriedades” (RÜCKERT, 2003, p. 61). Esta subordinação ao capital “os leva a trabalhar em lavouras de capitalistas, cooperativas agrícolas, em madeireiras ou mesmo como diaristas nos empreendimentos capitalistas onde, posteriormente, alguns se tornavam assalariados permanentes” (RÜCKERT, 2003, p. 61).

Os arrendamentos é um fator importante na agricultura gaúcha e na transformação da agricultura capitalista do Rio Grande do Sul, sendo que na década de 1970, com a

intensificação da busca de lucros, os proprietários ampliam as taxas de cobrança, onde:

Os dados disponíveis acerca da manifestação exterior da renda são muito imprecisos nas fontes disponíveis. Uma vez deflacionados, no entanto, é possível chegar a alguns casos, onde se constata que, em Carazinho, por exemplo, entre maio de 1970 e maio de 1985, a elevação real do preço do arrendamento é em torno de 1.000% chegando-se a um aumento médio, de 63% a.a. (RÜCKERT, 2003, p. 101).

A agricultura no RS, nas décadas de 1960 e 1970, tinha como base a produção de grãos, consorciando principalmente no planalto do estado a produção de soja e trigo. As áreas destinadas a tais culturas se caracterizavam como áreas de arrendamentos, onde os proprietários capitalistas arrendavam suas terras para outras pessoas colocá-las na produção. Porém, ao longo do tempo, com o incremento de novas técnicas agrícolas, passaram eles mesmos a cultivar as terras ou exigir, ano após ano, preços mais altos dos arrendatários para cultivar as terras. Com isso, os arrendatários ao verem suprimidas as suas condições de trabalhar e produzir na terra buscam por alternativas. Em vista disso, explica Rückert (2003):

Frente à intensidade de busca de terras à elevação dos preços da renda da terra que são constantes, a reação dos capitalistas arrendatários frente às altas exigências dos proprietários, após meados da década de 60, principalmente, é de adotar uma solução clássica no Brasil meridional: passam a migrar para outras terras de campo, ditas novas, ainda não cultivadas e de aluguel baixo. Desde esses anos, a agricultura capitalista ruma para o oeste, atingindo os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, e São Borja [...]. Forma semelhante de expansão do arrendamento capitalista é o que se dá no sul do Estado, com a lavoura capitalista de arroz [...]. (RÜCKERT, 2003, p. 100).

Os processos de arrendamentos também corroboram para o desenvolvimento capitalista na agricultura gaúcha, porque, na visão de Rückert (2003, p. 104), “viu-se até agora, que a expansão do capitalismo no planalto tem-se dado não só pela sujeição da agricultura a indústria, mas também através dos tributos que os proprietários rentistas cobram à agricultura”. O autor ainda acrescenta:

Uma vez estabelecidas estas relações entre as classes dos proprietários fundiários, dos capitalistas e dos trabalhadores rurais, a renda da terra, o lucro e os salários representam a realização das mercadorias produzidas capitalisticamente nos antigos campos de pecuária e, mais recentemente nos lotes coloniais. (RÜCKERT, 2003, p.104).

As formas de arrendamento constituídas pelos proprietários gaúchos representam um ônus para o conjunto dos trabalhadores. De acordo com o livro de Oliveira (2001) intitulado A agricultura camponesa no Brasil, encontra-se as formas de arrendamentos e também se compreende o conceito de arrendamento:

É, pois, o próprio produtor que entrega diretamente para os proprietários da terra uma parte da produção, ou dias de trabalho, ou ainda uma parte de produção convertida em dinheiro (renda em produto, renda em trabalho e renda em dinheiro). É, pois, o trabalhador que paga a renda. Entretanto, com relação à renda capitalista da terra, o mesmo não acontece, pois, esta não nasce na produção e sim na distribuição da mais-valia. Desta maneira, a lógica que preside o processo de surgimento dessas duas formas de renda é distinta e a renda capitalista da terra nasce da expansão da agricultura, baseadas nas relações capitalistas de produção. (OLIVEIRA, 2001, p. 65).

Sendo assim, as formas de arrendamento estabelecidas na agricultura capitalista gaúcha, além do ônus aos trabalhadores que cultivam a terra, representam a elevação nos preços dos alimentos que estes arrendatários irão produzir e, conseqüentemente, o conjunto da população irá consumir. Esta elevação nos preços se dá, porque o arrendamento vem acrescido de outras formas de renda expressas pelo capital, uma vez que se a renda da terra não suprir o que os proprietários capitalistas desejam obter de lucro com os arrendamentos, eles mesmos irão colocá-las para produção. Porquanto:

O fato da terra antepor-se ao capital para cobrar-lhe uma renda – que por sua vez é paga pela sociedade inteira – encontra-se presente na produção capitalista no centro e planalto e, mesmo com a compra de terras pelos capitalistas, essa irracionalidade não desaparece, pois, a renda passa então a ser embolsada pelos novos proprietários. (RÜCKERT, 2003, p. 104).

Sendo assim, a partir da década de 1970 os arrendamentos perdem espaços nas terras gaúchas, passando para os domínios dos novos proprietários que são determinados como formas de organização da agricultura. Esta nova organização da agricultura neste período, além de colocar em xeque os arrendamentos no Rio Grande do Sul, apresenta uma nova configuração da agricultura capitalista que:

Junto com a ação direta do capital, há também a subordinação e o processo de ampliação da propriedade camponesa através da anexação das pequenas pelas médias e grandes. Há, portanto, um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa, em que o camponês médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno, que muitas vezes vai buscar uma área maior em outra região, na Amazônia ou Centro-Oeste, por exemplo, ou que tenha sido vítima da proletarianização, com conseqüente migração para as cidades. (OLIVEIRA, 2001, p.39).

Neste período, no Rio Grande do Sul, a cultura do trigo também deixa de ser a cultura principal a ser cultivada, dando espaço para a cultura da soja que, a cada ano, passa a ser predominante nas novas lavouras, mesmo ambas as culturas sejam cultivadas, o trigo no inverno e a soja no verão.

A introdução de cultivos em dois períodos agrícolas do ano fez com que a terra não

obtivesse um período de *pousio* e recuperação. Desta forma, ocorreu a utilização intensiva do solo por parte dos arrendatários e dos proprietários de terra que culminou no esgotamento do solo e na necessidade de implementar novas técnicas para alavancar a produção. A terra roxa ou vermelha que compõe boa parte das terras do Planalto Médio, do Alto Uruguai do RS, tornou-se “ácidas rapidamente e em poucos anos permite apenas o plantio da mandioca que gosta de solos ácidos”, esta acidez do solo “impede à maioria das plantas a absorção dos nutrientes do solo resultando então no desenvolvimento prejudicado das plantas e na sua aparência raquítica” (KIELING, 1999, p.25). No entanto, a modernização da agricultura brasileira buscou, ao longo do tempo, encontrar alternativas ao esgotamento de terras, tendo como incentivo pelo governo brasileiro “a formação de técnicos nos Estados Unidos, implementando os cursos de nível médio e superior destinado a formar a mão de obra qualificada”, como explica Kieling (1999, p. 24), para desenvolver a agricultura.

O desenvolvimento das técnicas também foi acompanhado pelo governo do RS na introdução de técnicas agrícolas para superar o desgaste do solo e acompanhar a modernização agrícola brasileira. Sendo assim, foi criada a “ASCAR – depois EMATER – que exerceu, na região colonial tanto o papel de apoio técnico como de propagandista” (KIELING, 1999, p. 33) para introdução de novos insumos na agricultura.

Os agrônomos faziam demonstração, plantando no mesmo eito um canteiro de milho com calcário e outro sem o corretivo. A diferença era muito grande, sendo relativamente fácil convencer os colonos da pertinência da utilização desta inovação. Não fora a necessidade de recursos monetários para a aquisição do calcário – que embora de custo irrisório, na época, implicava desembolso de dinheiro nem sempre disponível ao colono – e a difusão desse corretivo teria atingido a quase totalidade das lavouras coloniais. (KIELING, 1999, p. 25).

Encontrando dificuldade para a aquisição dos insumos como calcário, os pequenos agricultores não conseguiram acompanhar a produtividade dos médios e grandes proprietários que buscaram nos bancos investimentos públicos para incorporar na produção. O progresso e o aumento da produtividade ocorreram inicialmente na cultura do milho, pois, de acordo com Kieling (1999, p. 25), “o milho híbrido, talvez, tenha sido o grande herói dessa primeira fase de modificação na agricultura”.

Por outro lado, segundo Rückert (2003) o fornecimento de créditos públicos também contribuiu para a concentração fundiária no RS, tendo em vista que os arrendatários, os médios e grandes proprietários ao adquirirem créditos nos bancos, destinavam boa parte

destes recursos para a aquisição de novas áreas, principalmente de pequenos camponeses. Estes camponeses ao buscarem financiamentos nas agências bancárias colocavam em garantia a penhora de suas terras, no intuito de conseguir financiamento. No entanto, as altas taxas de juros e a elevada inflação, principalmente no final da década de 1970 e início da década de 1980, obrigaram muitos camponeses a entregar suas terras para os bancos, que repassavam para os grandes e médios proprietários através de novos créditos oferecidos pelas agências bancárias e que eram pagos a médio e longo prazo. Nesse momento, Rückert (2003, p. 120) destaca que: “pode-se deduzir que nas faixas médias e grandes tem residido a relação explícita entre o crédito público subsidiado e a concentração fundiária”.

Como exemplo de que as políticas de crédito tornaram-se uma armadilha para os camponeses que buscaram nos bancos alternativas para produzir, Rückert (2003, p. 128), salienta que “o ano de 1987, especialmente, é um momento drástico para os camponeses endividados, [...] o leilão de terras pelos bancos privados especialmente, evidencia o aprofundamento da expropriação dos camponeses proprietários”, que perdem suas terras, sendo que “o Estado, enfim, não deixa de ser um agente de expropriação principalmente nas regiões de pequenas propriedades” (RÜCKERT, 2003, p. 128).

Dando sequência aos estudos da estrutura agrária no RS e o desenvolvimento das forças produtivas no campo, bem como as características de acumulação do capital e as formas de crédito, Rückert (2003, p. 122) constata que “na safra de 84/85, pela primeira vez, o crédito rural tem taxas positivas (3%) de juros reais, eliminando-se o subsídio do crédito a agricultura”. Estas medidas da política de crédito para a agricultura alteram os investimentos capitalistas na concentração de terra e “o crédito rural não seria mais o poderoso instrumento adicional de acumulação, como fora nas fases anteriores. A burguesia agrária perderia um instrumento de superintensificação de sua acumulação” (RÜCKERT, 2003, p. 122).

Outro fator que é preciso compreender trata da acumulação capitalista na agricultura gaúcha, a qual provém de outra parte do estado. O território da região serrana do Rio Grande do Sul foi marcado pela ocupação de imigrantes que, ao longo do século XX, foram se instalando e imprimindo um modo de vida camponês baseado na “pequena produção e no trabalho da família, na solidariedade vicinal, na produção dos meios de vida, nos serões e festas de seu tempo cíclico e cósmico, na pulsação da vida ritmada pelo ciclo da natureza, na visão *campanilisia* da existência” (SANTOS, 1978, p. XIV). Este modo de vida, próprio do imigrante, com o passar do tempo, foi sendo suplantado, pois as famílias camponesas desta época tiveram um grande número de filhos e não foi possível incorporar todos nas pequenas

áreas de terras destinadas ao imigrante. Desta forma, muitas das pequenas propriedades foram fracionadas para os demais filhos, fragmentando, ainda mais, a subsistência camponesa. No entanto, na sua grande maioria, somente o filho mais novo permanecia juntamente com os pais, “o qual cabia à terra paterna e a sustentação moral e material dos pais” (SANTOS, 1978, p. XIV).

Para Santos (1978), os imigrantes, ao longo do século XX, tiveram sua produção subjugada aos interesses das empresas capitalistas da viticultura, porém, nos dias de hoje, explica o autor que:

[...] o trabalho do colono está submetido indiretamente ao capital. Embora preserve a sua autonomia formal e aparentemente trabalhe para si mesmo, na verdade foi subjugado pelo capital financeiro dos bancos que lhe fazem empréstimos, de que não pode abrir mão se quiser manter o nível e a qualidade da sua produção; foi submetido pelo capital dos intermediários e foi submetido, final e decisivamente, pelo capital das indústrias vinícolas, que o dominam através do seu produto comercial – a uva. (SANTOS, 1978, p. XV).

As áreas que compreendem a região serrana do Rio Grande do Sul foram terras de ocupação tardia que só foram colocadas no círculo da produção camponesa devido aos interesses do capital e dos governos que delimitaram as regiões a serem ocupadas pelos imigrantes estrangeiros durante o século XIX e XX. Contudo, “a colonização foi resultado do pensamento inovador no seio das classes dominantes, expressando a ideologia da colonização com homens livres, proprietários e brancos” (SANTOS, 1978, p. 20).

No bojo da agricultura do Rio Grande do Sul, as lavouras foram sendo constituídas em áreas que antes eram ocupadas por matas e campos. “E provável que tenham ocorrido a abertura de maiores áreas de plantio dentro de algumas fazendas médias e grandes”(KIELING, 1999, p.66). Estas observações não apontam para mudanças na estrutura agrária no RS, mas configura a “concentração da propriedade da terra não como situação nova, mas como perpetuação do monopólio da terra no Rio Grande do Sul” (KIELING, 1999, p.66). Constata ainda o autor, estudando a estrutura agrária gaúcha, que:

[...] o bloqueio ao uso da terra nesses grandes e médios estabelecimentos. Na faixa dos latifúndios superiores a 1.000 ha., por exemplo, mesmo com o grande incremento da agricultura, esta não ocupava, em 1980, mais que 10% da área total. Até na faixa 100/-1.000 ha. elas não ultrapassavam 30% do montante da área. (KIELING, 1999, p. 66).

Continuando com as análises, o autor supracitado destaca também que se “aplicássemos ao estrato 100/1.000ha., aproximadamente 2 milhões de ha. passariam a estar

disponível aos lavoureiros” (KIELING, 1999, p. 66). Nos grandes latifúndios (mais e 1.000 ha), enfatiza ainda que, se as áreas dos latifúndios fossem colocadas na produção agrícola, outros 3 milhões poderiam ser incorporados à agricultura. E continua:

Mais de 5 milhões de ha., portanto, seriam adicionadas à economia agrícola do Rio Grande do Sul apenas nos estabelecimentos com áreas superior a 100 ha. Isso não implica necessariamente na extinção da pecuária. E, mesmo que dela fosse subtraído algum percentual, isso redundaria em grande aumento de produção. (KIELING, 1999, p. 66).

São sobre as áreas ociosas e improdutivas que pequenos agricultores e camponeses, sem-terra irão intensificar a luta a partir do final da década de 1970 e início de 1980, principalmente com o surgimento de movimentos socioterritoriais do campo, pois:

Dos grandes latifúndios com área entre 1.000/-10.000 ha., metade tinha lavouras inferiores a 100 ha. Dos 2.341 informantes que declaram ter 667.157 ha. em lavouras temporárias, apenas 1.245 tinham-nas superiores a 100 ha. Os latifúndios com mais de 1.000 ha. - que detêm o monopólio de quase 30% da área total dos estabelecimentos do RS - são responsáveis por apenas 10% das lavouras. (KIELING, 1999, p. 75).

Este conjunto de áreas ao não ser destinado à produção agrícola, juntamente com a falta de inovações tecnológicas, corroborou para o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Entende-se que os custos da falta de produtos alimentícios trazem “efeitos [...] ao conjunto dos consumidores e dos setores produtivos em cujos custos de produção o item consumo alimentício dos trabalhadores é elevado” (KIELING, 1999, p. 79). Desta forma, a estrutura agrária sob monopólio dos latifúndios interfere “o conjunto da sociedade” que “em última análise, é atingido por esse caráter excludente das tecnologias agropecuárias, quando paga a um segmento social o preço da sovinice monopolística da terra” (KIELING, 1999, p.79). Tal modelo traz consequências e pode ser sentido em todos os ramos, sejam agrícolas ou indústrias, sendo que alguns pagam por este monopólio, enquanto que outros, acabam sendo favorecidos, como “os setores monopolistas do comércio, finança e indústria, produtiva ou especulativamente ligados à agricultura e à pecuária” (KIELING, 1999, p. 79).

A agricultura gaúcha influenciou diretamente no processo de industrialização no estado. A região serrana e metropolitana de Porto Alegre são, atualmente, os centros mais industrializados, enquanto que a Região Sul e Campanha, o processo de industrialização não acompanhou as demais regiões, isso também se deve a fatores ligados à agricultura. Isso se dá porque as empresas ao elaborarem seus planos de ação, levam em conta fatores como mão de obra, estradas, logística, e também da matéria-prima disponível para incorporar na produção.

Sendo assim, a parte Sul do Rio Grande do Sul sofreu com o latifúndio e até os dias atuais é perceptível o quanto a industrialização urbana é subjugada à indústria de outras regiões,. Nesse sentido, explica Kieling (1999):

Observa-se no Sul do Estado uma sinuosidade dos latifundiários e demais setores parasitas incompatíveis com sua participação efetiva na produção social. O preço da manutenção dos rituais dessa aristocracia são custos sociais oriundos de alguém, em parte, e – na maior parte – do conjunto da sociedade. Assim, um empresário que queria instalar uma indústria na região, necessariamente leva em conta esse custo extraordinário que, indiretamente, vai interferir na concorrência com empresas similares do Norte do Estado ou acima. Dessa forma, não bloqueia o acesso dos trabalhadores apenas a terra, mas também complicam sua participação no processo industrial. (KIELING, 1999, p. 79-80).

O setor industrial torna-se frágil ao se instalar na região sul do Rio Grande do Sul, intensificando as estruturas capitalistas de produção na agricultura e fica sufocado, pois na Região Norte do Estado, o capital impulsiona o avanço das técnicas, determina mudanças na produção e formas de produzir, submetendo ainda mais a exploração camponesa. De igual modo, nesta Região, o capital encontra uma nova forma de expropriar a renda dos camponeses. Buscando intensificar a produção de carnes, os setores ligados à agroindústria de carne criam mecanismos de impedir a produção camponesa de aves e suínos e adotam o sistema de integração para produção. Aqueles que mantiveram as formas tradicionais de produção “reduziram a criação a alguns poucos porcos (10 ou 20, por exemplo)”, no entanto, introduziram outras raças de animais “que tanto produzia carne quanto banha” (KIELING, 1999, p. 93).

Observa-se, portanto, que, mesmo assim, as agroindústrias passaram a trabalhar com agricultores que estivessem dispostos à inovações na forma de criar os animais, deixando de lado as formas tradicionais de produção, onde os porcos eram criados em chiqueiros de madeira e muitas das vezes soltos em banhados e matas. “Optaram por produtores especializados, tentando uma nova forma de produção independente ou se integrando nos esquemas de consorciamento oferecido pelos frigoríficos” (KIELING, 1999, p. 93). No entanto, este novo modelo de produzir carne suína, imposto pela agroindústria capitalista, proporcionou mudanças nas atividades agrícolas devido ao número de animais exigidos pela indústria. Outra mudança que a agroindústria da carne proporcionou foi nas relações de trabalho no campo, porque elas determinam os integrados e a forma de produzir e, como explica Kieling (1999, p. 93), “os integrados, inclusive, começam a receber o cronograma de seus trabalhos, submetendo-os ao circuito da fábrica”.

Desta forma, o trabalho das famílias camponesas que aderiram ao modelo de produção integrada passa a ser comandado por forças externas a propriedade e o camponês perde a autonomia em relação à produção e aos preços dos produtos, no caso dos suínos. Sendo assim, “a remuneração desses criadores passou a ser função direta do tempo de trabalho nas pocilgas, calculada nos escritórios da indústria, a partir de um determinado tempo otimizado de produção, e não mais função da mercadoria suína” (KIELING, 1999, p. 93). Modelo singular de produção ocorreu no mesmo período e praticamente na mesma região com a produção de aves. As agroindústrias são também praticamente as mesmas, mudando apenas as formas de abate, mantendo a estrutura de produção, industrialização e comercialização, como resultado, a expropriação da renda territorial camponesa. Explica Kieling (1999) que:

O sistema de integração, tecnicamente, possibilita um nível de produção muito grande. O controle monopolístico – via consorciamento ou não – sobre criadores, submete-os a precárias condições de remuneração, e, em consequência, a circuitos muito grandes de exploração. O sistema persiste em grande parte porque a criação é uma dentro de um conjunto diversificado de atividades de unidade camponesas de produção. Aliás, é em função da exploração dessa diversidade que se mantém uma grande parte das indústrias e firmas comerciais que lidam com os colonos e outros pequenos e médios produtores. (KIELING, 1999, p. 96).

Destarte, as agroindústrias de carne no norte do estado e em estados vizinhos se fortalecem e, contraditoriamente, é em função disso que persiste o campesinato como componente essencial das relações sociais de produção atuais. Como referido anteriormente, na Região Sul e Campanha, os fazendeiros impediram o aumento da densidade demográfica e, conseqüentemente, a formação de um campesinato e no Centro-Norte do estado eles foram impulsionados a produzir e fortalecer o surgimento de complexos agroindustriais. No entanto, no sul do estado, no mesmo período, as oportunidades de expandir um setor agroindustrial ficaram reduzidas.

Ainda assim, o processo produtivo de carnes subjugados ao modelo de integração intensifica a dependência dos camponeses aos complexos agroindustriais que passam a adquirir toda matéria-prima da indústria, inclusive os financiamentos para melhorar a qualidade das infraestruturas para criação dos animais. Este processo de inovação tecnológica impulsiona o sistema de integração dos camponeses ao mercado de carnes que, tecnicamente, possibilita um nível de produção muito grande. Portanto, os complexos agroindustriais passam a ter o monopólio da produção e comercialização, controlando o mercado nacional e internacional, subjugando a renda territorial camponesa da carne ao capital agroindustrial.

Os complexos agroindustriais constituídos na Região Sul do Brasil estão relacionados

com o desenvolvimento das forças produtivas nesta região. Foi no Sul que, a partir da revolução verde, foram desenvolvidas as principais inovações agrícolas, embora estas inovações tenham objetivos claros de manter inalterados o *status quo* do modo produção capitalista. As estruturas do capital intensificaram ao máximo a exploração da classe trabalhadora na produção de matéria-prima para suprir as demandas da tardia industrialização brasileira. A carne produzida, principalmente pela agricultura camponesa, foi só mais uma das engrenagens do motor de desenvolvimento do capital no campo. No entanto, a produção de carnes em grande escala proporcionou mudanças constantes na produção. Foi necessário criar um mercado interno de produção de gêneros para acompanhar as inovações deste setor como fábricas de ração, novas olarias para a produção da crescente demanda de produtos para construção dos aviários e chiqueirões; indústrias de fabricação dos produtos utilizados para a instalação dos aviários como silos, bebedouros, máquinas agrícolas de pequeno porte, entre outras.

No campo, a demanda por matéria-prima também aumentou consideravelmente, principalmente a soja e o milho, produtos utilizados para fazer ração e atender as demandas da indústria. Desta forma, a soja, que era basicamente para exportação, passa a ocupar espaço no novo arranjo produtivo da agricultura gaúcha.

A utilização de agrotóxicos no Brasil também faz parte das constantes mudanças introduzidas na agricultura pelo capital e pelas empresas estrangeiras que se instalaram no Brasil. No Rio Grande do Sul, a utilização tem início na década de 1960 “com a mecanização das lavouras e as plantações de soja e trigo” (RÜCKERT, 2003, p. 125). A cada década cresce a utilização dos referidos produtos, conseqüentemente, “a utilização descontrolada de venenos perigosos, causam um número incalculável de doenças e mortes – e isso já não constitui uma novidade – afirma a imprensa” (RÜCKERT, 2003, p. 125). O autor em pauta expõe em seu livro duas notas de rodapé, cujo teor é de grande relevância e que deveriam ser divulgadas e denunciadas cotidianamente. Entende-se que o autor, ao retirar da Zero Hora as informações, procura defender os interesses dos grandes latifundiários, no entanto, lastima-se que o Jornal na época do processo produtivo, pouco ou nada tenha divulgado sobre as conseqüências dos venenos que são utilizados atualmente. Para tanto, apresenta-se na íntegra as referidas notas:

Por detrás da imagem de abundância de alimentos nos últimos quinze anos o país aplica perto de um milhão de toneladas de veneno. São usados produtos vetados em outros países como os clorados, DDT, BHC, Aldrin e Lindane que leva mais de 30 anos para desaparecerem e se infiltram até no leite materno. [...] as áreas de risco com agrotóxicos, Planalto e Missões, são regiões que abrigam centenas de crianças deformadas, com cérebro fora da caixa craniana (localizada na nuca ou nas costas) e

centenas de mães chorando a morte de filhos que nascem acéfalos. [...] os casos mais graves – como anencefalia ou espinha bífida – dão-se com filhos de pais safristas na região de Passo Fundo, expostos aos agrotóxicos, normalmente com avião que sobrevoando a lavoura pulverizam a plantação. (ZERO HORA, 1990, p.38 apud RÜCKERT, 2003, p. 125).

Dentre as mudanças ocorridas na agricultura no Rio Grande do Sul, destaca-se a plantação de eucalipto em grande escala, uma cultura que ganha força só no final do século XX e início do século XXI. A monocultura do eucalipto para a produção de celulose tem mudado parte da paisagem das terras gaúchas, áreas que antes eram destinadas à pecuária e à produção de grãos, passam a ser adquiridas por empresas produtoras de celulose para efetuar suas estratégias de plantio em grandes áreas, principalmente na região Metropolitana de Porto Alegre e na Região Sul, fronteira com Uruguai e Argentina. A Stora Enso, uma multinacional sueco-finlandesa, possui terra em vários municípios do Estado. Esta é mais uma das áreas de atuação dos complexos agroindustriais para efetivação da acumulação do capital, os quais passam a controlar todo o sistema produtivo, desde a produção, circulação e comercialização.

Apresentou-se até então um conjunto de ações do capital na agricultura do Rio Grande do Sul. Ações que, como referido no início deste texto, são responsáveis pela ampliação das desigualdades sociais no campo e na cidade, um modelo gerador de contradições, de concentração da terra, de riqueza, de exploração dos trabalhadores, de subjugação da renda camponesa e expropriação da terra dos camponeses. Todavia este modelo é expresso por conflitualidade entre as classes. O camponês enquanto classe social, apesar de todo este sistema que os subjuga, está a todo o momento buscando uma forma de resistência, pois segundo Fernandes (2009, p. 199), as “relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade”. Esta resistência pode ser para manter-se enquanto camponês ou para se reterritorializar enquanto sujeito camponês, o qual foi desprovido dos meios de produção.

No Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões do país, muitos camponeses foram desterritorializados pelas ações do capital. No entanto, a luta pela terra tem possibilitado aos camponeses a sua (re)territorialização, formando um novo território. Assim, para Fernandes (2009):

O território é usado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de

resistência, produzindo constante conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial. (FERNANDES, 2009, p. 200).

Ainda segundo Fernandes (2009, p. 201), “o capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista”, todavia, o conjunto de relações no processo contraditório de ampliação do capital “produz relações sociais não capitalistas o que também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas” (FERNANDES, 2009, p. 201). Em sua tese *Contribuições ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)* destaca que “o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. Nesta lógica, é possível compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de acordo com Fernandes (1999). Passar-se-á a tratar da gênese do MST.

Os movimentos socioterritoriais, ao longo de toda história, estabeleceram processos de resistência para defenderem seus territórios. Segundo Fernandes (1999):

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiram por todo o território nacional. Os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a militarização do problema da terra. Nessa época, criou o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM. As sedes destes organismos governamentais eram utilizadas tanto como escritório para administração dos conflitos, como para a prisão de camponeses revoltosos. (FERNANDES, 1999, p. 33).

Com o avanço da modernização capitalista na agricultura sobre os espaços camponeses e a repressão por parte do Estado, diferentes conflitualidades foram criadas, no entanto, é a partir da retomada da luta pela terra em 1979, consolidação do MST em 1984 e a redemocratização política em 1985 que os espaços de disputas entre capital e camponeses se afluam e as disputas territoriais são mais contundentes. Neste cenário, explica Fernandes (1999):

Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes. Assim, os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitaram a conjuntura política para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformação da realidade. E nesse andar matreiro, próprio de quem sabe como lutar, construíram novos caminhos de resistência camponesa. (FERNANDES, 1999, p. 33).

O rompimento das cercas pelos camponeses no Rio Grande do Sul contra o modelo de produção capitalista é intensificado em 1979 quando 110 famílias oriundas da reserva indígena de Nonoai, RS ocupam a fazenda Macalli no município de Ronda Alta, também no RS. Esta experiência vitoriosa abriu caminhos para que, em 1981, fosse organizado, neste mesmo município, o acampamento da Encruzilhada Natalino³. Outras centenas de famílias foram se organizando em torno da luta pela terra em todo Brasil e, em 1984, formaram, oficialmente, o MST, movimento socioterritorial que surge na sua gênese, organizado nacionalmente. No ano de 1985 foi realizado o primeiro congresso do MST e o encontro, segundo Fernandes (1999), tinha como objetivo:

Convocar todos os que lutavam pela terra foi o principal objetivo da realização do Primeiro Congresso, para ampliar o Movimento pelo território nacional. Durante o ano de 1984, vários encontros estaduais e reuniões foram realizadas para a organização do Congresso. Os sem-terra contaram com o apoio e a participação da Comissão Pastoral da Terra e da Central Única dos Trabalhadores. De 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba – PR, aconteceu o Primeiro Congresso, do qual participaram cerca de 1.500 lavradores de 23 estados (RS – SC – PR – SP – MS – RJ – MG – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – GO – MT – RO – AC e AM). (FERNANDES, 1999, p. 81).

Uma das linhas tiradas neste congresso foi que a ocupação de terra seria a principal forma de luta do MST. Sendo assim, depois de um bom tempo de trabalho e articulação junto às comunidades de base, as pastorais sindicais e os camponeses que se encontravam às margens de acesso à terra, organizaram a primeira grande ocupação de terra, esta agora articulada e organizada em torno de um movimento socioterritorial. Portanto, no Rio Grande do Sul, a primeira ocupação de terra por familiares organizadas em torno do MST ocorre em outubro de 1985 (GÖRGEN, 2004). A “Fazenda Anonni, em Sarandi, Rio Grande do Sul, é ocupada por 1.600 famílias do MST. Mais de seis mil pessoas. Uma verdadeira cidade de lonas pretas. A fazenda de 9.800 hectares estava em processo de desapropriação desde 1972” (GÖRGEN, 2004, p. 64).

Observa-se nas palavras de Gørgen (2004) que a área ocupada já estava em processo de desapropriação há mais de uma década, no entanto, as forças contrárias à realização da reforma agrária impediam a sua efetivação. Como a ocupação foi massiva, os órgãos dos

³ Foi nesta Encruzilhada que os acampados das CEBs, numa luta de resistência digna dos autênticos heróis, derrotaram o exército da ditadura militar do Brasil, comandado pelo CEI. Curió. Os sem-terra de todos os estados da federação brasileira visitaram o acampamento e se empolgaram com a luta. Estavam lançadas as bases do MST que hoje está espalhado pelo Brasil e é considerado pelos analistas internacionais como um movimento popular dos mais fortes do mundo no final do segundo milênio e deablar do terceiro (GÖRGEM, 2004, p. 125).

governos não tiveram “condições de despejar tanta gente e o judiciário estabelece o *status quo* e congela uma área de quatro hectares, permitindo ali o acampamento que será mundialmente famoso, projetando o MST no cenário nacional e internacional” (GÖRGEN, 2004, p. 64). Esta projeção do MST enquanto movimento socioterritorial da luta pela terra, permite a sua rápida territorialização no estado e em outros estados da federação.

No Rio Grande do Sul, a partir da consolidação do MST, das experiências da Macalli e a ocupação da Fazenda Anonni, intensificaram as ocupações de terra e o surgimento de novos acampamentos. Até o final de 2015, 301 assentamentos foram conquistados por famílias vinculadas ao MST. Deste conjunto de assentamentos foram assentadas 11.905 famílias em uma área de 270.147 ha⁴. Tais informações apontam que, no Rio Grande do Sul, o MST mantém a hegemonia das famílias assentadas e isso decorre, porque, somente a partir de 2004 é que outro movimento socioterritorial passa a lutar pela terra assim como o MST. É o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que, por existir na sua base organizativa, muitas famílias, com menos de um módulo fiscal, buscam na luta pela terra uma oportunidade de conquistar um pedaço de terra maior, o suficiente para produzir sua subsistência.

Aponta-se como elementos cruciais para análise das mudanças na agricultura do Rio Grande do Sul os seguintes eixos: os avanços do capitalismo na agricultura, os elevados processos de ocupação do território, causado pela alta densidade demográfica, a superutilização do solo, acarretando a sua exaustão, o avanço dos migrantes sobre as terras do Alto Uruguai, ocupando áreas públicas denominadas devolutas e também áreas de reservas indígenas. O fracionamento dos territórios camponeses para seus herdeiros e co-herdeiros e por fim, a transferência de milhares de camponeses para as novas fronteiras agrícolas nas Regiões Centro-Sul e Centro-Oeste e mais tarde para o norte do país. Estes movimentos contribuíram para distender, em parte, a luta pela terra no estado, como também serviram de molas impulsoras de novas formas do capital para intensificar a exploração do trabalho, ampliar as áreas de exploração e expandir a produção.

2.3 Reflexões teóricas sobre a renda territorial

Desde a leitura acerca do desenvolvimento da agricultura brasileira e do Rio Grande do Sul, passa-se para uma descrição sobre a formação dos tipos de renda da terra, ou seja,

⁴ A LUTA pela Terra e pela Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

absoluta, monopólio, diferencial I e II, a partir de Marx (1986), Kautsky (1986), Martins (1975), Oliveira e Stedile (2008). Discutir-se-á os conceitos de renda territorial capitalizada, monopólio do território camponês pelo capital e territorialidade do capital em território camponês. Com estes conceitos, pretende-se desenvolver o tema com base no debate paradigmático. A finalidade visa traçar um paralelo entre a visão histórica e a análise geográfica dos territórios camponeses a partir da luta e da resistência do MST.

A discussão terá como foco o paradigma da questão agrária “que tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e as suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia do camponês” (FERNANDES 2012, p. 212). Esta autonomia está relacionada com o uso da terra, com a produção e comercialização. Outra forma de utilização da terra advém do paradigma do capitalismo agrário, cujas “desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural”, propondo “a integração do campesinato ou agricultura familiar ao mercado capitalista” (FERNANDES, 2012, p. 212). Esta integração retira do campesinato todas as suas possibilidades de autonomia, pois são as leis do mercado que determinam o preço dos produtos e as formas de produção e quais produtos deverão ser cultivados. Por outro lado, determinam quem terá acesso à terra. Desta forma, este conjunto de relações configura a renda da terra, as quais, em alguns casos, são para emancipação do trabalhador e liberdade da terra, e, em outros casos, para exploração do trabalhador e aprisionamento da terra. Para o paradigma do capitalismo agrário, “o regime de posse e/ou propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada: é propriedade que explora o trabalho” (RÜCKERT, 2003, p.26). Tornando-se aprisionada “ela tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração” Neste sentido, Rückert (2003) citando Martins (1980), enfatiza que:

Quando o capital se apropria da terra, essa se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; mas quando o lavrador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. A terra de negócio sempre explora: o trabalhador rural, remunerando-lhe mesquinamente o trabalho; o colono, vendendo-lhe por alto preço a terra de que ele necessita para trabalhar. Por isso, a apropriação da terra pelo capital nem sempre se deve a vontade do capitalista de se dedicar a agricultura. (MARTINS, 1980 apud RÜCKERT, 2003, p. 26).

Sendo a terra o principal meio de produção para os camponeses, reflete Maestri (2011) e explica:

A propriedade capitalista privada dos meios de produção é vista naturalmente pelo trabalhador como condição necessária para a expropriação da força de trabalho e dos

bens que produz. Para o camponês, ‘em sua relação com o capital, a propriedade privada’, ao contrário, ‘aparece como garantia de sua sobrevivência e de sua família’. É considerado, portanto, como fator de progresso e não de regresso. (MAESTRI, 2011, p. 68).

No Rio Grande do Sul, no Planalto, a plantação de trigo nas décadas de 1970/1980 proporcionou aos proprietários de glebas de terra o ganho de renda pelo arrendamento de terras para os capitalistas, colocadas no circuito produtivo através do “processo de produção capitalista de trigo. Começava, portanto, “[...] o enriquecimento através do pagamento da renda capitalista da terra aos proprietários fundiários” (RÜCKERT, 2003, p.78). O autor ainda aprofunda a discussão, afirmando que:

[...] no bojo da triticultura nacional apoiada pelo Estado, a acumulação dos capitalistas no campo, a manutenção e/ ou enriquecimento dos proprietários de terra que, monopolizando-a, obtêm renda sem nada produzir. Portanto, as terras ao serem colocadas para produzir nestas circunstâncias são as terras que passam a gerar renda, lucros e salários. (RÜCKERT, 2003, p.78).

Para compreender a renda territorial nas três regiões estudadas foi preciso diferenciar os modos de como estão envolvidas com a produção agrícola. Nesse ínterim, vê-se que a região Metropolitana concentra a maior parte da população e das indústrias do Rio Grande do Sul; a região Norte concentra a produção de soja para o mercado externo e está mais inserida no mercado mundial de *commodities*, sendo que a soja tem como destino as exportações. No entanto, outros fatores como a utilização de mão de obra, técnicas agrícolas e a fertilidade do solo influenciam na produção e, conseqüentemente, na produtividade e rentabilidade agrícola. Embora a renda territorial das famílias camponesas advinha de produtos agrícolas, dois são destinados ao consumo humano e um para a produção de ração para animais e produção de produtos que servem para consumo de energia pelos setores agroindustriais.

Para seguir a pesquisa e entender o processo de acumulação capitalista ou a renda territorial dos camponeses, é necessário compreender e contabilizar os custos de produção buscar políticas de preços que potencializem a competitividade e que favoreça a atuação econômica.

Os recursos que os capitalistas e plantadores de soja tomam emprestados, em forma de crédito ou em dinheiro adiantado, para colocarem na produção foram disponibilizados nas casas de câmbio ou bancárias em forma de capital para ser remunerado com juros. No momento da colheita, os produtores têm de devolver o capital, mais a parte da renda transformada em capital, ao prestamista do capital, com juros. Todo o seu capital, mais o

acréscimo dos juros, são preestabelecidos através de uma forma jurídica. Este capitalista que colocou no mercado seu capital terá seu lucro ressarcido junto com a mais-valia pela exploração do trabalho. Parte do capital usado para realizar a produção, o capitalista colocará no círculo produtivo, na compra de meios de produção ou na compra de força de trabalho, com o propósito de garantir que, no tempo estabelecido, consiga ressarcir seu credor. Segundo Marx (1986):

Esse duplo dispêndio do dinheiro como capital, em que o primeiro é simples transferência de A para B, corresponde seu duplo refluxo. Com $D \square$ ou $D + \Delta D$, reflui do movimento para o capitalista funcionante B. Este o transfere então novamente para A, mas ao mesmo tempo como parte do lucro, como capitalista realizado, como $D + \Delta D$ não é igual ao lucro inteiro, mas é apenas parte do lucro, o juro. (MARX, 1986, p. 257).

O capitalista plantador de soja toma emprestado capital e depois de completar o ciclo produtivo, coloca o produto no mercado, ou seja, soja, em forma de mercadoria que será transformado em dinheiro e que retorna ao seu prestamista na forma de capital, que segundo Max (1986, p. 258) “[...] capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo da exploração da força de trabalho”. Neste sentido, o prestamista extrai a mais-valia sem ter corrido risco e colocado seu capital na produção.

A mercadoria que é emprestada como capital é emprestada, conforme sua natureza, como capital fixo ou circulante. O dinheiro pode ser emprestado nas duas formas; como com capital fixo, por exemplo, quando é reembolsado na forma de renda vitalícia, de modo que com juros reflui sempre uma porção do capital [...] mas todo capital emprestado, qualquer que seja sua forma e como quer que o reembolso seja modificado pela natureza de seu valor de uso, é sempre apenas uma forma particular do capital monetário. Pois o que se empresta aqui é sempre determinada soma de dinheiro e sobre essa soma é calculado o juro. (MARX, 1986, p. 259).

No tocante à soja, o capital depreendido pelos capitalistas também faz parte do círculo do capital fictício, porque, parte das empresas compra ações de outras empresas. Voltando ao capitalista que tomou dinheiro emprestado na forma de capital, tem-se que, em muitos casos, os juros são calculados não por dinheiro, mas por sacas de produtos, mercadorias que serão transformadas em dinheiro, todavia, o preço destes produtos será negociado nas bolsas de valores no mercado futuro, sem mesmo se ter uma garantia que o produto seja colhido, no entanto o recurso do prestamista será mesmo assim garantido por um preço futuro. No entanto, ele só é capital em si, como todo capital no seu ponto de partida, no momento de seu adiantamento. Só mediante ao seu emprego ele se valoriza, se realiza como capital. Mas é

como capital realizado que o mutuário tem de devolvê-lo, portanto, como valor acrescido de mais-valia (juro). Esta última só pode ser parte do lucro por ele realizado, apenas parte, não a totalidade (MARX, 1986, p. 265).

O capital fictício na produção da soja pode muito bem ser representado na forma de como as empresas agem, compreendendo um círculo que engloba toda a cadeia produtiva. Porém, o ponto principal é a compra de ações das empresas que atuam no ramo, ou mesmo à compra de ações das empresas pelas próprias empresas ou pelos bancos, pois muitos dos bancos que, ao mesmo tempo, atuam como bancos, atuam também como portadores de ações das empresas capitalistas que operam no círculo mundial da especulação. Todavia, o caso mais incisivo da expressão do capital fictício aparece nas relações capitalistas de negociações, pois as safras são comercializadas nas bolsas de valores, mesmo sem a produção ter qualquer vínculo com as ações colocadas no mercado. À vista disso, compreende-se que são compras futuras das referidas ações, as quais garantem a remuneração ao capitalista sem que o produto seja transformado em mercadoria, ou seja, mesmo que não exista produto.

Na visão de Marx (1986, p. 283), “O capital portador de juros é o capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função” e “o juro em si [...] representa a mera propriedade de capital como meio de apropriar-se de produtos do trabalho alheio”. Continuando seu debate sobre o juro, Marx (1986, p. 283) ainda salienta que o juro é “uma relação entre dois capitalistas e não entre capitalista e trabalhador”.

Com a divisão internacional do trabalho, os países periféricos ficaram com a tarefa de oferecer produtos primários ao capital. Esta relação centro-periferia domina as economias dependentes de acordo com seus interesses, um processo que tem acentuado as contradições nas relações sociais e intensificado a exploração da força de trabalho. Os governos brasileiros com as políticas neoliberais optaram em solucionar os déficits na balança comercial, ampliando e intensificando sua atuação nas exportações relacionadas no agronegócio, dividindo em poucas *commodities* a sua produção. Como exemplo, cita-se a cana-de-açúcar, carnes, celulose e soja, esta última, tem ocupado espaço em praticamente todas as regiões do país, abrindo fronteiras agrícolas, expulsando indígenas, expropriando camponeses.

Os bancos na lógica do capital atuam de modo a fornecer financiamentos aos agricultores sejam eles grandes ou pequenos. Parte destes recursos é disponibilizado por governos através dos bancos para atender determinadas políticas públicas voltadas a fortalecer a agricultura e, outra parte dos financiamentos é fornecida pelas empresas que encontram nos bancos seus gerenciadores de capital. No entanto, os bancos, na forma original da acumulação

de capital, somente realizam empréstimos com o objetivo de obterem lucros. Na visão de Marx (1986):

O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital: não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia. (MARX, 1986, p. 258-259).

Além dos expostos pelo autor supracitado, Moreira (1986) explica a extração e apropriação da renda da terra por parte do capital sobre o que este denomina de minifúndios:

O grande proprietário obtém o empréstimo bancário a uma determinada taxa de juros e a repassa ao minifundiário a uma taxa mais alta, apropriando-se da diferença. Dessa forma doravante o banco passa a integrar a partilha da massa de excedente expropriada aos minifundiários, expandindo-se para o nível geral da acumulação a teia da extração da renda fundiária. (MOREIRA, 1986, p. 14).

Diversos são os estudos em relação à extração da mais-valia da renda da terra. Na atualidade, com a expansão e o processo de financeirização da agricultura, intensificam-se os meios de oferecer créditos para o que os capitalistas denominam de modernização da agricultura. Tais créditos aparecem, muitas das vezes, de forma fictícia como denominados por Fontes (2010):

O crédito é uma das formas corriqueiras da formação de capital fictício, a qual vale incorporar as demais formas, como a circulação de letras de câmbio como meio de pagamentos (uma vez que não sabe se a produção que lastreiam ou a venda que afirmam efetivamente realizou). (FONTES, 2010, p. 37).

Na intenção de trazer para a atualidade os debates do capital no campo e uma proposta camponesa para enfrentar os desafios dos camponeses, Stedile (2013) vem, nos últimos anos, aprofundando os estudos juntamente com um conjunto de pesquisadores e aponta que a concentração da riqueza nos últimos anos está basicamente na esfera do capital financeiro, para concentrar a riqueza efetivada na agricultura o capital. Segundo o autor, “precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e agricultura) e o comércio em nível mundial para apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral” (STEDILE, 2013, p. 21).

Stedile (2013) mostra a relação dos créditos disponíveis para financiamentos da agricultura brasileira com base no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e aponta que, em dez anos, compreendidos entre (2001-2010), o montante de crédito fornecido cresceu 148%, uma média de 14,8 % ao ano. Para o autor, esta é “a base principal sobre a qual se apoia a modernização técnica da agricultura brasileira” (STEDILE, 2013, p. 76).

Este capital financeiro se encontra em todos os setores da economia, tem direta influência política global, desde as economias mais desenvolvidas até a economia dos países subdesenvolvidos. Para Stedile (2013, p. 21) “o capital financeiro internacionalizado passou a controlar a agricultura através de vários mecanismos”, que, por meio destes, se apropria da mais-valia dos trabalhadores. Continua o autor:

O primeiro deles é que, através do excedente do capital financeiro os bancos começaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuam em diferentes setores relacionados com a agricultura e, a partir do controle da maior parte das ações, promoveram então um processo de concentração das empresas que atuavam na agricultura [...], e passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos ferramentas etc. (STEDILE, 2013, p. 21).

Em determinados pontos o capital procura sua aliança estratégica com o Estado para poder garantir sua extração de lucro. Para isso, se utiliza de mecanismos dogmáticos no sentido de preparar um cerco às economias e Estados fragilizados no processo de desenvolvimento, e controla utilizando métodos já utilizados há séculos atrás como:

[...] dolarização da economia mundial, [...] regras do livre-comércio imposta por organismos internacionais, como a Organização Internacional do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, (FMI) e acordos multilaterais que normatizam o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos servis a liberalizarem o comércio desses produtos [...] crédito bancário [...] na maioria dos países, os governos abandonaram as política públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. (STEDILE, 2013, p. 21-22).

Nestes pontos, a produção está relacionada com as formas mais avançadas de exploração do trabalho, realizado primeiramente no sistema de crédito, quando os bancos emprestam dinheiro. Todavia, este dinheiro não é disponibilizado para os agricultores na forma dinheiro, mas em forma de crédito para a efetivação das compras de matéria-prima necessária para a realização dos cultivos. A exploração do trabalho também aparece na comercialização da produção dos agricultores camponeses, pois “os preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional já não têm mais relação com o custo médio de

produção e o valor real medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário” (STEDILE, 2013, p. 23). Para o autor, os preços dos produtos agrícolas “são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas” (STEDILE, 2013, p. 23). Isso se reflete em uma simbiose múltipla da acumulação do capital, uma vez que as empresas controlam os preços nos dois sentidos, primeiro ao vender os insumos necessários para a produção acima do valor e, segundo, ao comprar os produtos agrícolas, pois praticam preços abaixo do valor da reprodução da força de trabalho.

A venda dos produtos agroindústrias para a agricultura faz parte das relações campo e agroindústrias em um contexto onde as culturas, devido ao esgotamento do solo, necessitam a cada ano, um incremento de insumos e fertilizantes. O esgotamento do solo se explica pelo processo histórico brasileiro ao optar pelo cultivo das poucas monoculturas, colocando em prática a teoria ricardiana acerca das vantagens comparativas, onde um país ou empresa se especializa na produção de alguns produtos, sejam agrícolas ou manufaturados. Viabilizar as vantagens no setor da soja, as empresas ligadas ao agronegócio e as empresas públicas desenvolvem pesquisas a fim de impulsionar novos tipos de espécies a serem cultivadas com adaptação das condições edafoclimáticas de cada região, onde o capital pretende se instalar.

O caso da soja é um exemplo onde as empresas capitalistas agiram com a mais alta tecnologia disponível no sentido de pôr em prática os objetivos do capital, desenvolvendo sementes geneticamente modificadas. Estas sementes foram disseminadas em regiões da Argentina e depois foram contrabandeadas para o Brasil através da fronteira com o Rio Grande do Sul. Em pouco tempo, aconteceu a expansão para outros estados, mesmo sendo sua produção e comercialização proibida pelas leis brasileiras. No entanto, muito rapidamente foi ganhando corpo e demorou pouco tempo para que fosse aprovado congresso brasileiro a sua liberação.

A liberação da soja transgênica foi mais uma forma das grandes empresas se abocanharem de parte da renda da terra dos agricultores, sendo pequenos ou grandes produtores, tendo em vista que, para o cultivo destas sementes, os agricultores são obrigados a informar, através de notas fiscais, a procedência das sementes. As sementes que são comercializadas através de cooperativas e agropecuárias ou por outros tipos de casa de comercialização já descontam os *royalties* no ato da compra das sementes. Para a obtenção dos financiamentos, os agricultores são obrigados a apresentar notas das empresas.

Todavia, os agricultores que não apresentarem as notas de compra de sementes são obrigados a pagar os *royalties* quando forem comercializar seus produtos. Esta forma ainda é

a mais danosa para os agricultores, pois os impostos cobrados pelas empresas estão baseados no montante da produção e não na quantidade de sementes utilizadas. São estes artefatos manipuladores usados pelas grandes empresas com autorização do Estado que impedem ou impossibilitam que os agricultores produzam suas próprias sementes, estando eles reféns do complexo agroindustrial da soja e subordinados as condições estabelecidas pelo capital.

Tanto a renda diferencial da terra como o preço da terra são impulsionadas para cima com o avanço dos preços das *commodities* agrícolas, pois os preços dos produtos estão baseados nas negociações estabelecidas pelas bolsas de valores. A comercialização dos produtos agrícolas, acima do valor real, intensifica as buscas por terra na perspectiva de colocá-las no círculo produtivo ou mesmo para utilizá-la como fonte de especulação no mercado mobiliário, sendo aterra uma reserva de acumulação de capital a ser negociado assim como qualquer outra mercadoria. Em determinadas regiões do país, as terras foram sendo utilizadas simplesmente como forma de garantia de poder, no entanto, com o avanço do capital no campo, os latifundiários precisaram achar uma saída para colocá-la no círculo da produção. Esta saída se deu através dos arrendamentos para outros capitalistas, na intensificação da agricultura, ou na venda para a constituição dos grandes complexos agroindustriais.

Segundo a teoria de Oliveira (2001) parte das áreas de terras dos latifundiários que não cumpriram os objetivos das transformações capitalistas de produção foi destinada a projetos de assentamentos em todas as regiões brasileiras. E acrescenta:

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalista poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim realizam a metamorfose da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Nos assentamentos estudados não foram encontrados nem um caso de capitalistas, segundo o conceito estabelecido por Oliveira (2001) que afirma: “Capitalistas são, portanto todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para eles em troca de salários” (OLIVEIRA, 2001, p. 21). Seguindo esta linha de pensamento, Oliveira (2001) ainda salienta que no capitalismo o trabalhador não é dono nem pode dispor do produto de seu trabalho. Estes elementos ajudam a compreender que nos assentamentos estudados não aparecem camponeses capitalistas, por disporem de parte dos produtos produzidos para o autoconsumo ou para servir de alimentação para os animais, mesmo no caso da soja.

Portanto, estes elementos apontam que, mesmo assim, o camponês não está livre das relações de produção capitalista, pois, o capital também territorializa-se sem territorializar a terra e também monopoliza o território sem territorializar-se.

É nesse embate teórico que procuramos nos situar, pois entendemos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua etapa monopolista como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que ele não é na essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. (OLIVEIRA, 2001, p. 48).

Constata-se, portanto, que, nos assentamentos estudados, ambas as culturas estudadas são produtoras de mais-valia, apropriadas pelo capital, mesmo no caso do arroz orgânico em que as famílias através de suas cooperativas conseguem industrializar a produção estão subordinadas ao capital na parte final da cadeia produtiva, ou seja, na comercialização dos produtos. Na questão do leite, a subordinação está na circulação e comercialização do produto, enquanto que na soja a subordinação é total, mesmo antes de o produto ser cultivado passando por todas as fases da produção, circulação e comercialização. Mas entende-se que “o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá nela” (OLIVEIRA, 2001, p.49).

Segundo Oliveira (2001) na produção capitalista tem-se para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal ampliada, portanto, enquanto que na produção camponesa se está diante do movimento expresso na fórmula M-D-M., por conseguinte, alógica da produção camponesa está assentada na fórmula simples de circulação de mercadorias, onde se tem conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar.

Outro fator analisado ao estudar a renda camponesa provém da força de trabalho disponível na unidade produtiva, tendo em vista que as famílias camponesas desprendem sua força de trabalho primeiramente como bem de uso e não como bem de troca. Sendo assim, a força de trabalho que os membros da família desprendem nas atividades laborais, compreende parte da renda que esta obterá da sua unidade produtiva, ou através das culturas cultivadas em seus lotes. Nas culturas analisadas, principalmente na hora do plantio e da colheita, é que as famílias camponesas desprendem de maior quantidade de horas de trabalho, no caso da cultura da soja e do arroz. Na produção leiteira, as horas de trabalho desprendidas pelos

camponeses correspondem a uma jornada diária de trabalho, pois as tarefas com esta atividade produtiva são diárias como, por exemplo, a ordenha e trato com os animais, no caso da ordenha, realizadas duas vezes ao dia, pela parte da manhã e no período da tarde.

No caso das famílias que não dispõem da quantidade de mão de obra suficiente para desempenhar as tarefas nas unidades produtivas, utilizam outras formas trabalho para suprir suas necessidades. No caso do arroz, encontra-se a troca de horas de trabalho com mais frequência nos grupos que cultivam o arroz para sementes, pois para que a planta possa ser destinada às sementes, necessita que sejam retiradas do meio das lavouras as plantas denominadas de plantas invasoras. Este tipo de tarefa exige a utilização de maior quantidade de horas de trabalho. Na produção do leite a troca de serviço não se efetiva por falta de mão de obra nas unidades produtivas, pois um único membro da família com os avanços tecnológicos pode desempenhar as atividades demandadas. Porém, a troca de horas de trabalho aparece em muitas unidades produtivas, ocorrendo em ocasiões esporádicas, quando uma família resolve passear na casa de amigos ou parentes, portanto o caso que aparece com mais frequência está relacionado à continuidade da luta dos camponeses sem-terra, e a troca ocorre quando membros da família ou toda a família saem para participar das mobilizações, por créditos e infraestruturas para as famílias assentadas.

Nas três culturas analisadas não foi encontrado trabalho assalariado para desempenhar as atividades produtivas do lote, mas no assentamento Santa Rita de Cássia II encontra-se membros das famílias camponesas vendendo sua força de trabalho para outrem, principalmente na construção civil, serviços, frentistas de postos de combustível, serviços públicos, entre outros menos expressivos. Esta também é uma forma encontrada pelos camponeses para ocupar a força de trabalho que não está sendo utilizada para as atividades culturais. Esta é uma estratégia para se manterem camponeses, pois parte da renda auferida deste trabalho é investida nas unidades produtivas para a compra de meios de produção e novas tecnologias.

Nos assentamentos de reforma agrária estudados, 100% das famílias mantêm a posse da terra e não são proprietários dela, sendo assim, desenvolvem atividades produtivas em suas posses. Apesar de expressar enquanto posse, os camponeses assentados, em suas definições se apresentam como donos e, praticamente, todas as famílias dos assentamentos, que cultivam soja, querem ter o título da terra, se tornar proprietários, uma condição que os coloca livres para poderem ir além de arrendar suas parcelas, caso muito comum nestes assentamentos, mas também podem transformar a terra em mercadoria. A posse da terra para os camponeses sem-

terra é um problema para o capital, pois ao obterem a terra como meio de produção deixam de trabalhar para os capitalistas e a renda auferida com os arrendamentos deixa de existir, ao menos para esta parcela de camponeses que vivem nos assentamentos, pois na sua grande maioria, os assentados trabalhavam de meeiros, arrendatários, parceiros e boia-fria para os capitalistas. A posse da terra dos camponeses sem-terra advém da conquista da luta pela terra, e esta não transfere renda capitalizada da terra aos capitalistas, por causa da desapropriação dos latifúndios que o INCRA adquire a terra e repassa aos camponeses.

A posse da terra enquanto posse dos assentados, atualmente é emblemática para os capitalistas, criando uma celeuma nas relações inclusive entre algumas famílias assentadas, as quais pautam a titulação dos lotes, e em consequência tornar as áreas de assentamentos em propriedades privadas, livres para serem entregues novamente aos capitalistas. Ao titular as áreas de reforma agrária o capital pode comprá-las, assim como compra qualquer outra mercadoria, e com isso além da terra o capitalista assegura a “sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não capitalista do trabalhador” (MARTINS, 1975, p. 66).

No conjunto das famílias entrevistadas a produção camponesa é subdividida em produção para subsistência como produção mercantil. Além da “propriedade da terra” os camponeses são donos dos outros meios de produção, apesar de que estes meios foram adquiridos, comprados através de recursos estatais, sejam eles através de créditos subsidiados para investimento agrícola ou de outros financiamentos públicos. Estas condições proporcionaram aos camponeses, organizar a produção através de relações não capitalistas de produção com autonomia. No que tange à produção, as relações de trabalho estabelecidas nas unidades produtivas, são relações de trabalho sem assalariamento ou exploração da força de trabalho de outrem.

A renda territorial camponesa deve também ser compreendida pelas relações de trabalho estabelecidas nas unidades camponesas, pois “a presença de força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa” (OLIVEIRA, 2001, p.56).

A complexidade de atividades no campo nos diferentes períodos de cultivo amplia a dimensão de possibilidades de trabalho, envolvendo um conjunto de relações entre os camponeses.

É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua, e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade de relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a

partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo. (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Apesar da obviedade, é importante lembrar que para entender a renda territorial na agricultura brasileira, assim como nos assentamentos de reforma agrária, é necessário compreender que “a sujeição da renda da terra ao capital é o processo fundamental que rege a relação entre o pequeno lavrador camponês e o capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 104). Esta sujeição da renda camponesa ao capital também pode ser explicada, pois os territórios camponeses e do capital estão em permanente disputa pelo mercado, dos diferentes produtos por eles produzidos. Desta forma, a agricultura camponesa ou os produtos produzidos por ela precisam competir com o mercado capitalista de produção e comercialização.

A respeito da utilização da terra, as famílias entrevistadas afirmam que a terra é para elas espaço de trabalho, território de vida, conquistado através da luta dos movimentos em especial o MST. No entanto, as disputas são permanentes e surgem conflitos sobre estas áreas de trabalho familiar, pois o capital quer retomar as terras, que começa com o arrendamento. Esta forma de apropriação da terra dos camponeses aparece com mais frequência nas áreas de produção de soja, ou seja, nos assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino. Como nos assentamentos, a terra é apenas posse e não propriedade, e, nos últimos anos intensificou-se a ofensiva do capital para que as áreas de assentamentos sejam tituladas, ou seja, que áreas se tornem propriedade particular, este mecanismo proporcionaria a venda dos lotes, como existe em assentamentos que foram titulados, cita-se aqui o exemplo do assentamento Macalli II localizado no município de Ronda Alta – RS que, das 41 famílias que foram assentadas em 1979, apenas 12 lotes continuam sobre a posse das famílias que iniciaram o assentamento o restante foram trocados ou entraram da lógica da mercadoria sendo objeto de compra e venda.

Para o capital desvincular o camponês da posse da terra é parte fundante para ampliar a exploração do seu trabalho, pois sem a posse da terra os camponeses serão obrigados a vender para os capitalistas a sua força de trabalho. Desta forma, serão os capitalistas quem determinarão as regras de trabalho e quanto pagarão pela força de trabalho desprendida pelos seus subordinados. Por outro lado, o capital subordina os camponeses quando controlam as formas de financiamento e comercialização da produção, sendo que os camponeses transferem para os capitalistas, parte da renda. Este caso fica mais evidente na produção da soja, onde os camponeses buscam nos bancos públicos e privados os financiamentos para poder produzir, pois sem estes recursos não conseguem viabilizar a produção. Quando os produtos por eles produzidos precisam ser comercializados não tem outra forma a não ser

entregar para as empresas capitalistas, haja vista que as famílias assentadas não conseguiram se estruturar para industrializar a produção da soja.

No entanto, a posse da terra no caso das famílias assentadas é diferente da posse dos posseiros que foram ocupando e produzindo em áreas consideradas da União ou dos Estados, áreas devolutas. Segundo Oliveira (2001), no Brasil, “o posseiro sempre se constituiu em um desbravador do território, um amansador da terra”. A posse das famílias assentadas advém da luta, conquista e por fim pela desapropriação de áreas por parte dos órgãos responsáveis pela realização da reforma agrária, ou seja, INCRA e órgãos estaduais, como o caso do Gabinete da Reforma Agrária (GRA) no Rio Grande do Sul. Atualmente passou a ser denominada de Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Seguindo os exemplos para distinguir a posse da terra pelos posseiros e a posse da terra pelas famílias assentadas, nos baseamos nas informações de Oliveira (2001) explicando que em 1940, o número de posseiros era de 109.016, ocupando uma área de 5.278.125 ha. No mesmo estudo, Oliveira (2001) ainda aponta que o número de posseiros e área ocupada aumentou consideravelmente após a revolução verde, chegando em 1985 há 1.054.542 estabelecimentos agrícolas conduzidas por posseiros e a área ocupada passou para 20.115.002 ha. Por outro lado os dados apresentam que:

Os estabelecimentos dos posseiros em sua maioria de pequenas dimensões, ou seja, ocupam classes de áreas inferiores a 100 ha representavam em 1960 um total de 96,30%, passando para 93,26% em 1970, 95,18% em 1975, 94,28% em 1980 e 96% em 1985, o que demonstra que praticamente a totalidade dos estabelecimentos dos posseiros está concentrada nessas classes de áreas. (OLIVEIRA, 2001, p. 122).

No Rio Grande do Sul o número de estabelecimentos ocupados por posseiros de 1960 a 1985, segundo dados apresentados por Oliveira (2001), apresenta a seguinte variação: em 1960, 40.157, 1970, 45.232, 1975, 36.539, 1980, 35.693 e 1985, 39.859. Neste mesmo período a área ocupada por posseiros apresentam as seguintes variações em ha. Em 1960 a área ocupada é de 665.913 ha, 1970, 893.368 ha, 1975, 636.597 ha, 1980, 710.492 há, e em 1985 a área ocupada é 690.490ha. Observa-se que existe um aumento no número de estabelecimentos e área ocupada entre 1960 a 1970. Já nos anos subsequentes ocorre uma variação tanto no número de posseiros quanto na área ocupada.

A consciência dos camponeses assentados advém da luta estabelecida anteriormente à posse da terra, embora o camponês posseiro não se enxergue enquanto classe social, pois não consegue, como indivíduo, visualizar as contradições expostas pelo capital. Somente quando

avança sobre o território por ele ocupado é que o posseiro vê o capitalista enquanto concorrente de classe.

A economia brasileira que se internacionalizou nos últimos 30 anos, passou a requerer da agricultura a elevação das taxas de produtividade. Para que isso fosse possível, transformações nas relações de produção e de trabalho ocorreram. O trabalho assalariado (boia-fria) expandiu-se pelo país todo, ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico. (OLIVEIRA, 2001, p. 143).

Ao definir o conceito de classe social para desenvolver seu estudo sobre os camponeses da serra gaúcha, Santos (1978) em seu trabalho *Colonos do Vinho*, afirma que: “o conceito rigoroso de classe social pressupõe uma apropriação do trabalho excedente, gerado por uma classe de produtores diretos, por outra classe de não-produtores, no próprio interior do processo de trabalho”. Neste sentido, afirma o autor que “o trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho, mas é realizada pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês” (SANTOS, 1978, p. 2). Em ambos os assentamentos não foram encontrados casos de camponeses que comparem a terra e isso se deve ao alto preço da terra encontrado nas diferentes regiões pesquisadas.

Os camponeses assentados não dependiam de recurso financeiro para obter a posse da terra, no entanto, a terra está à disposição de todos como meio de produção para que tirem dela a renda para sua família. Porém, mesmo sem ter o título da terra, a partir do momento que é desapropriada ou comprada pelo INCRA e repassada aos camponeses, a terra passa para os camponeses a ter uma “valorização econômica da propriedade, que vai se expressar na formação do preço da terra, que nada mais é senão a renda territorial capitalizada” (SANTOS, 1978, p. 49).

A fertilidade do solo, principal elemento da renda diferencial, não foi aqui analisada, pois todos os assentamentos estudados requerem reparos para a realização do cultivo. Segundo Kautsky (1986), a fertilidade do solo é o principal elemento para obter uma renda diferencial na produção. Destaca também que, na produção, a introdução de técnicas provindas da indústria, transferíveis de um local para outro, são como ferramentas, máquinas influenciam na renda. Por outro lado, aponta também para as vantagens naturais como as quedas d'água e as fontes de energia.

Nos assentamentos com produção leiteira observa-se que a distância dos mercados consumidores influencia diretamente na renda dos camponeses, pois a cooperativa, ao realizar

o processo de recolhimento, cobra por quilometragem para realizar o transporte. Este mesmo elemento influencia nos custos de produção, porque os produtos utilizados para manter os animais como ração e medicamentos, também apresentam maior variação por causa da distância da cidade. Kautsky (1986) constata em seus estudos que as distâncias dos mercados influenciam na renda fundiária, tendo em vista que os produtos ao serem comprados para inserir na produção ou no momento da venda dos produtos agrícolas para o mercado consumidor sofrem influência dos custos de transporte, fazendo com que os agricultores das terras mais distantes tenham reduzido os seus ganhos ou trabalhem com certos prejuízos na produção. Acrescenta o autor:

Não são apenas os graus de fertilidade que entram na constituição da renda fundiária. Em sua formação entram, igualmente, as diferenças decorrentes da situação geográfica da terra de culturas, bem como a distância a que estas se encontram afastadas do mercado. (KAUTSKY, 1986, p. 70).

Por outro lado, o autor salienta que a produção de alimentos e a utilização da terra estão baseadas no aumento da população, enfatizando que: “quanto mais cresce a população de um mercado de gêneros alimentícios, e respectivamente demanda desses gêneros, maiores se tornam as distâncias entre mercado e o local de origem dos produtos que neles se comercializam” (KAUTSKY, 1986, p. 70). Sendo assim:

As terras mais distantes só passam a ser utilizadas, no entanto para o suprimento desse mercado, depois que o aumento dos preços chegou ao ponto de cobrir, além dos custos de produção, também os de transporte, bem como pagar o lucro médio do capital. São estes os elementos que compõem, enfim a renda fundiária das terras mais próximas do mercado. (KAUTSKY, 1986, p. 70).

Kautsky (1986) ao se referir à agricultura capitalista explica:

O capitalista, no entanto – e aqui nos referimos tão somente à agricultura capitalista – exige do empreendimento ao qual se dedica que lhe forneça, além do preço de custo, também o lucro habitual vigente no país. Por isso, o capitalista só cultiva as terras quando o suprimento falho tiver elevado tanto os preços dos gêneros alimentares que a exploração de terras fraca torne compensadora. Quer dizer que na agricultura os preços de produção não são determinados pelo solo médio, mas pela pior terra de cultura. (KAUTSKY, 1986, p. 68).

Na agricultura capitalista, a produção ou é abandonada ou as terras são colocadas no circuito da produção repassando aos arrendatários, ao contrário da agricultura camponesa, onde os agricultores não abandonam a produção, porque a terra é, para os agricultores, o meio de moradias, trabalho e de onde buscam o autossustento da família. De igual modo, os camponeses não trabalham visando lucro, mas renda.

No tocante à autonomia dos agricultores camponeses, assunto já comentado no trabalho, salienta-se que diferente do trabalho escravo em que os trabalhadores eram subordinados às determinações dos fazendeiros e também diferente do colonato brasileiro em que os imigrantes ou eram assalariados rurais, ou trabalhavam nas terras dos fazendeiros, cultivando os cafezais. No entanto, cultivavam somente os produtos para sua subsistência no meio dos cafezais ou em áreas determinadas pelos fazendeiros. Os camponeses assentados têm sua autonomia para cultivar os produtos de subsistência nas áreas que achar mais conveniente, inclusive os camponeses aqui estudados, que produzem sua subsistência nas áreas mais férteis e onde não são usados agrotóxicos. Sobre a produção de subsistência, Martins (2013, p. 106) afirma que “A produção direta dos meios de vida pelo colono, em terras do fazendeiro e terras de café, com a mudança no uso e no custo da terra, fez com esta produção, aparentemente gratuita e sem custo, passasse a ter um custo regulado pela renda da terra.

Utilizando-se como referência os estudos de Marx (1986) sobre o modo de produção, Martins (2013, p.20) destaca que “um modo de produção é um modo de como se dá esse movimento, é o modo historicamente singular como a sociedade de produz e não meramente o modo como a sociedade produz”. Referindo-se à renda capitalista, Kautsky (1986) acrescenta que há uma terceira forma de renda, ou seja, o elemento que introduz uma renda extraordinária que vem sendo muito importante nos últimos tempos. E clarifica:

Pode-se a produção de alimentos não apenas pela introdução de terras virgens, mais igualmente pela melhoria do solo já em uso, utilizando mais adiantando um capital maior (em despesas referentes a pagamentos de salários, à aquisição de adubos e ferramentas etc.). Quando esse capital adicional se aplica a um solo melhor e assim este produz um resultado melhor que alcançado pelo cultivo das piores terras (que, de contrário, teriam de ser utilizadas para plantio) o mais produto produz um novo lucro extraordinário, uma nova renda fundiária. (KAUTSKY, 1986, p. 71).

Oportuno enfatizar que na análise ao capitalista proprietário de terra, o próprio capitalista coloca a terra para produção, mas essa análise não se aplica aos agricultores arrendatários, porque segundo Kaustky (1986):

Na qualidade de renda diferencial, a renda fundiária é produzida pela concorrência; na qualidade de renda absoluta; ela produzida pelo monopólio. Em qualquer dos casos, ela se destina ao proprietário fundiário, não em decorrência de uma função social qualquer, mas simplesmente em decorrência da noção de propriedade privada do solo. (KAUSTKY, 1986, p.75).

Para exemplificar as questões sobre renda diferencial e renda absoluta Kautsky (1986) afirma:

[...] a renda diferencial decorre do caráter capitalista da produção e não da propriedade particular, da posse da terra e mesmo que a terra seja estatizada existiria uma renda diferencial, contudo que se mantivesse o modelo capitalista da agricultura, no entanto, esta renda não iria para o bolso de particulares, mas para o fundo da comunidade. (KAUSTKY, 1986, p. 75).

Todavia, a renda absoluta deixaria de existir com a estatização da terra, porque a “renda fundiária absoluta nasce da propriedade particular da terra. Nasce do conflito que existe entre os interesses do dono da terra e os da população total” (KAUSTKY, 1986, p. 75). Desta forma, a estatização das terras ofereceria a possibilidade de acabar com essa renda e de reduzir os preços dos produtos agrícolas em proporção correspondente.

3 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E POLÍTICAS DE EMANCIPAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

3.1 Contexto do monocultivo da soja transgênica nos assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino

Neste subcapítulo será analisada a cultura da soja no Rio Grande do Sul como o principal produto das *commodities* agrícolas para exportação brasileira e que tem se territorializado pelo estado. Esta expansão tem influência direta da política agrícola brasileira, sendo responsável por uma porção significativa dos créditos destinados pelo Plano Safra do governo federal a cada ano. Atentar-se-á para as mudanças ocorridas na agricultura do Rio Grande do Sul a partir das plantações de soja transgênicas e seu processo de hegemonização na agricultura brasileira. As consequências destas mudanças para os pequenos agricultores, que antes destinavam suas áreas produtivas ao cultivo de culturas diversas, passaram a implementar o monocultivo da soja, mudando hábitos culturais e relações de trabalho. Salienta-se que o monocultivo da soja é recente na agricultura brasileira.

A soja é um produto originário da China, porém disseminou-se “por diversos países após a Primeira Guerra Mundial, quando os Estados Unidos adotaram o farelo de soja, juntamente com o milho como as principais fontes de alimentação para os animais criados em regime de confinamento” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 13). No entanto, foi com a vitória dos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados na Segunda Guerra Mundial que os “Estados Unidos passou a exportar para o restante do mundo não só sua produção agrícola e industrial” e “suas grandes empresas multinacionais, seu modelo de produção, assim como novos padrões de consumo”. E é justamente neste período que aumenta o “consumo de carnes, leite e laticínios, substituídos nos dias de hoje, em grande parte, por cereais, frutas e legumes até então predominantes no consumo alimentar da humanidade” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 13). Importante salientar que a introdução da cultura da soja nas grandes, médias e pequenas propriedades proporciona também uma mudança nos hábitos alimentares das famílias camponesas que passam a introduzir o óleo vegetal na base alimentar, sendo assim, Rückert (2003, p. 130) afirma que “na década de 1960, o capital monopólico trata de, no Brasil, alterar os hábitos alimentares da população brasileira, substituindo, por exemplo, a gordura animal pela gordura vegetal”.

No caso brasileiro, as primeiras plantações de soja registradas são de “1900 e 1901, quando foram realizadas as primeiras distribuições de sementes em São Paulo e os primeiros plantios no Rio Grande do Sul” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p.13). Segundo pesquisa realizada por estes autores acerca da cultura da soja na agricultura familiar na Região Sul do Brasil, tendo como estudo de caso os municípios de Três de Maio no Rio Grande do Sul e o município de Planalto no Paraná, apontam que:

A soja vem ocupando nos últimos anos a posição de primeiro produto de exportação do agronegócio no Brasil. E também o cultivo que ocupa a maior área plantada. Sua produção em maior escala teve início no Brasil nos anos 1950, no Rio Grande do Sul. Da década de 1970 em diante, expandiu-se por todas as regiões do Brasil. Nos dias de hoje, seu crescimento se dá de forma acelerada nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 7).

Acompanhada pela introdução da soja nas lavouras brasileiras, “chegava ao Brasil a assim chamada “Revolução Verde”, caracterizada pelo uso intensivo de agroquímicos e máquinas agrícolas” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 5). Estes fatores foram marcantes para impulsionar um grande avanço da soja sobre o território brasileiro. A introdução destas técnicas proporcionou a produção “da soja em grande escala [...] neste período em um ambiente de intenso processo de modernização da agricultura no Brasil, conhecido na literatura como ‘modernização conservadora’” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 5).

Diversos foram os fatores que contribuíram para o crescimento do cultivo de soja em território brasileiro, dentre os quais destaca-se o “forte apoio do Governo Federal, sobretudo através da concessão de empréstimos com juros muito inferiores as taxas de mercado”. Este aporte financeiro beneficiou a viabilização da produção e também ajudou a suprir a demanda de farelo de soja impulsionado pelo “crescimento da avicultura brasileira no final dos anos 1960” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 16). Como fator externo, a produção de soja ganha destaque com os acordos firmados entre o governo japonês e o governo militar brasileiro “dando origem a um forte impulso à ocupação do cerrado pela soja”. De acordo com Schlesinger e Nunes (2008):

Em 1974, é criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento Agrário do Cerrado – Proceder, com financiamento da JICA – Agência de Cooperação Internacional Japonesa. O programa vem se desenrolando em diversas etapas até os dias de hoje, incluindo parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco do Nordeste. (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 17).

Este conjunto de medidas culminou para que, além do aumento da produção, fossem proporcionadas as infraestruturas para escoação da produção como estradas, ferrovias, expansão dos portos e também mecanismos para armazenagem de parte da produção, sendo que a outra parte era exportada imediatamente a sua colheita. A criação por parte do governo de centros de pesquisa como a Embrapa em 1973, a Embrapa soja e a Embrapa Cerrado em 1975, “contribuíram em seguida para o desenvolvimento em sementes adaptadas ao clima tropical, viabilizando a extensão da produção às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 17). Com o objetivo de agregar valor à produção, um conjunto de indústrias foi sendo instalada, principalmente na região Centro-Sul, para moagem de farelo e produção de óleo para o consumo humano em substituição à banha de porco, muito utilizada neste período. Sendo assim, a produção de soja teve, nas décadas de 1960 e 1970, o seu grande auge na produção e comercialização, pois foi intensamente favorecida por fatores internos e externos como os acima apontados.

Na década de 1980, a expansão da soja continua em todas as regiões do país, no entanto a euforia desapareceu, devido à “recuperação da produção nos Estados Unidos”, após passar por um período de problemas climáticos, “o aumento expressivo da produção na Argentina e a estabilização da demanda na Europa [...] geraram grande dúvidas quanto ao futuro da soja no Brasil” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 18). No Rio Grande do Sul, o setor mais afetado com os problemas da soja, neste período, foi o pequeno produtor, “pois a decisão do governo de retirar os subsídios da produção agrícola, associada à evolução desfavorável dos preços [...] desestimulam a expansão da produção”. E a “participação do Rio Grande do Sul na produção total do país que era de 38% em 1980, recua fortemente durante a década, situando-se em 27% em 1989” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 18).

Neste mesmo período, ocorre um processo de migração dos agricultores gaúchos para outras regiões do país. Alguns migram incentivados pelo ainda governo militar como parte de sua política para ocupar as novas fronteiras agrícolas, outros migram forçadamente para fazer parte dos novos projetos de colonização da região amazônica. Neste cenário, explicam Schlesinger e Nunes (2008):

É nestes mesmos anos 1980, entretanto, que se dá a expansão acelerada do cultivo da soja no Cerrado, na região Centro-Oeste do Brasil. E, em sua maioria, são os próprios agricultores da soja na região sul que saem em busca de terras mais baratas, que viriam viabilizar a continuidade da monocultura da soja no país. (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 19).

A introdução da soja em outras regiões do país como o Cerrado, por exemplo, fez com que incorporasse “novos métodos de produção, baseados na alta tecnologia agrícola”, financiados por “uma série de programas governamentais”, proporcionados à “expansão da soja rumo ao Centro-Oeste e, posteriormente, às demais regiões do Brasil” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 19). Estas novas técnicas criam no campo novas possibilidades de empregos para trabalhadores qualificados, porque segundo Schlesinger e Nunes (2008, p. 19-20) “há empregos para engenheiros, técnicos em informática, pilotos de avião, gente que saiba lidar com máquina que custa trezentos mil dólares”. Porém, toda esta tecnologia somente pode ser absorvida pelos “propulsores do desenvolvimento”, pois “os recursos governamentais dedicados ao desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas voltam-se prioritariamente, para esta nova versão do agronegócio” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p.20). Ainda assim, a nova fase dos empregos profissionalizados para poucos, culminou gerando um conjunto de desempregados no campo.

Inicialmente aponta-se que a soja é uma cultura original da China, porém, as empresas transnacionais no final do século XX produziram, em laboratório, as sementes transgênicas, inclusive de soja que entrou “inicialmente de forma ilegal, contrabandeada da Argentina [...] produzidas pela Monsanto começaram a ser plantadas no Rio Grande do Sul em 1996” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 22). As empresas introduziram as sementes transgênicas e de imediato, substituindo as sementes convencionais, ou as sementes crioulas, realizando um *lobby* aos produtores, afirmando que estas proporcionariam redução nos “custos de produção e maior produtividade” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 22). Em pouco tempo, os agricultores foram percebendo que a esperança por redução nos custos de produção não existia, porque as novas sementes vinham acompanhadas de um pacote de produtos agroquímicos que deveriam ser utilizados. No entanto, “como se poderia prever, a introdução das sementes transgênicas provocou um rápido desaparecimento das sementes convencionais” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 22).

Com a inserção das sementes transgênicas na agricultura brasileira, observa-se que “entre os anos de 1990 e 2007, a área plantada com soja no Brasil cresceu cerca de 114%, passando de 9,74 para 20, 87 milhões de hectares” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 27). No entanto, este crescimento se deu sobre áreas que estavam sendo utilizadas principalmente com a pecuária e sobre as terras da Amazônia. O crescimento da área cultivada também se dá pela “forte elevação dos preços da soja no mercado internacional vem provocando uma expansão acelerada do plantio da soja em todas as regiões do Brasil” (SCHLESINGER;

NUNES, 2008, p. 27). É possível constatar este crescimento, que será visto no decorrer do presente estudo, vem, a cada ano, batendo recorde de área plantada e de produção, no entanto, como o processo de mono cultivo e a introdução de sementes transgênicas são dependentes de grande quantidade de utilização de agrotóxicos, esta produção apresenta suas contradições.

A agricultura brasileira vive atualmente a perspectiva de colher sua maior safra de grãos. Esta supersafra tem a soja como carro-chefe, que, segundo dados da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab), em seu levantamento realizado no mês de março de 2014, a área plantada com soja na safra 2012/2013 foi de “27.736,1 milhões de hectares e na safra 2013/2014 foi de 29.797,6 milhões de hectares”, apontando um crescimento de 2.061,5 milhões de hectares na área cultivada. Ainda segundo dados da Conab, apresentada no mesmo documento, a perspectiva de colheita de soja na safra 2013/2014 é de “85.442,5 milhões de toneladas”, apresentando um acréscimo de 3.943,5 milhões de toneladas em relação à safra de 2012/2013 que, ao final da colheita, obteve uma safra de 81.499,4 milhões de toneladas, porém, tais dados apresentam uma queda significativa em relação as previsões feitas pela companhia no mês anterior, a qual apresentava a expectativa de colheita de 90.013,8 milhões de toneladas (CONAB, 2014, p. 73).

Os dados apontam um incremento na produção de 4,8% em relação à safra 2012/13. Isto é resultado de um crescimento de 7,4% na área cultivada e uma redução prevista na produtividade de 2,4%. O Rio Grande do Sul, na safra 2012/2013, correspondeu com uma área plantada de 4.618,6 milhões de hectares, enquanto que na safra 2013/2014 a área cultivada passou para 4.886,5 milhões de hectares, porém, os dados apontam para um crescimento na área, apresentando uma redução na produção. Na safra 2012/2013, a produção chegou a 12.534,9 milhões de toneladas, e na safra 2013/2014 a expectativa de colheita foi de 12.314,0 toneladas, apresentando uma redução de 1,8% na produção (CONAB, 2014, p. 73).

O documento da Conab faz a seguinte afirmação para justificar a redução na produtividade.

No Rio Grande do Sul, o forte aumento na área plantada não deverá se traduzir numa correspondente produção, em virtude da forte alteração qualitativa da lavoura causada pela má distribuição das chuvas, especialmente nos últimos trinta dias. Adicionalmente, a redução prevista na produtividade foi influenciada em razão dos ataques de pragas, intensificado nas últimas semanas pela escassez das chuvas. (CONAB, 2014, p. 72).

Em uma reportagem divulgada no portal Laborsolo é destacado que:

Parte dos agricultores, engenheiros agrônomos, revendedores de insumos e técnicos agrícolas! Recentemente expõe a preocupação dos agricultores com a Falsa Medideira. É de fato lamentável o comportamento geral da classe agrônômica frente aos problemas que assolam ano a ano as lavouras pelo país. Uma hora é a ferrugem, outra hora é o mildio, outro ano é a Helicoverpa, agora chegou à vez da falsa-medideira. E assim, safra após safra, vamos apagando fogo e ninguém ataca o real problema que é a inépcia dos agrônomos e o achismo dos produtores para encontrar soluções baseadas em nada. (PORTAL LABORSOLO, 2014, p. 1).

A corrida desenfreada pelos produtores buscando por alternativas no intuito de salvar a produção tem causado a “elevação dos gastos com uso de agrotóxicos”. Neste grupo de despesas geralmente quem paga a conta para produzir são os produtores e quem fica com o lucro são as empresas, pois, como afirmam Schlesinger e Nunes (2008, p. 47), “os gastos com fungicidas foram os que mais aumentaram: 264%, evidenciando também os desequilíbrios ecológicos decorrentes deste modelo de produção agrícola”. Reportando-se às descrições da Aprosoja, a situação é explicada:

Ora, será que a soja só vegetou bem este ano? A presença da praga nada tem a ver com vegetação ou não. A presença da praga é puramente desequilíbrio ecológico, fato que a classe agrônômica nunca ataca ou por desconhecimento ou por negligência mesmo, uma vez que, o comércio de produtos fitossanitários é o grande filão do agronegócio. Assim, ao invés de atacar o problema de forma sistêmica e com planejamento, todos saem à cata de inseticidas mais ou menos eficientes para o corre-corre do apaga fogo. As empresas de defensivos agradecem penhoradamente e o problema não se resolve. Qual será a praga da vez no ano que vem? (PORTAL LABORSOLO, 2014, p. 1).

Os capitalistas operam no modelo concorrencial com diversas estratégias para manterem o lucro cuja meta é de acrescer a produtividade da área plantada, aumentando assim o seu lucro através da exploração da força de trabalho. Isso acontece tendo em vista que a produtividade da área plantada se explica pela produtividade da força de trabalho. Parte deste lucro provém de engenhosa capacidade que as empresas têm em criar no setor falsa ilusão referente ao sistema produtivo como descrito a seguir:

Com doença ou sem doença dá-lhe venenos. Isto é uma constatação, pois muito antes das infestações das ferrugens não se encontram mais produtos no mercado para serem adquiridos. As empresas produtoras criaram a teoria do caos na cabeça dos produtores. Compreem antecipadamente, pois lá na frente vai faltar. Não haverá produto e você vai ficar na mão. O que se vê, é uma corrida desenfreada às lojas para adquirir fungicidas para as tais aplicações preventivas. Se precisar, bem, se não precisar aplica-se do mesmo jeito, pois, o produto já foi comprado e para não perdermos o investimento, aplica-se de qualquer forma. (PORTAL LABORSOLO, 2014, p. 1).

O Brasil, na atualidade, é considerado como o campeão em consumo de agrotóxicos. Segundo o portal Laborsolo (2014, p. 1), “Os fungos se foram ou diminuíram no ambiente devido ao uso desenfreado de fungicidas para o controle da ferrugem, pois sabemos que os produtores adoram aplicar fungicidas”. Explica também que “Este foi o cenário que criamos. Os agrônomos estão nas revendas com seus receituários em punho, prontos a receitar, pois muitos são comissionados e precisam vender”. As grandes empresas, de igual forma, têm como estratégia a seguinte maneira de agir “no mesmo balcão o marketing pesado das empresas produtoras prontos para oferecer a salvação. E do outro lado, o agricultor incauto, louco para comprar, e com medo de ficar sem o produto quando efetivamente precisar”. E assim conclui: “o negócio é aplicar. Não é à toa que o Brasil se transformou recentemente no maior consumidor de agrotóxicos do mundo”. De acordo com o engenheiro agrônomo “este é o preço que se deve pagar pela ignorância dos agentes responsáveis pela produção agrícola. Tanto da parte dos produtores quanto da classe agrônômica e dos agentes do agronegócio” (PORTAL LABORSOLO, 2014, p. 1).

Outro fator importante se refere ao uso intensivo de agrotóxicos no Rio Grande do Sul. A notícia foi publicada no Jornal Zero Hora em 21 de março de 2014, mostrando que os agricultores estão tendo grande perda na produção por utilizar agrotóxicos. Eis parte do conteúdo da matéria escrita:

O que os produtores gaúchos temiam começa a se confirmar com o início da colheita de soja no Estado. Desde o começo de fevereiro, a fitotoxidade (reação das plantas a produtos químicos) visivelmente percebida nas folhas deixou agricultores receosos quanto a possíveis perdas. O efeito teria ocorrido, conforme os agricultores, após a aplicação do fungicida Fox, da Bayer. Em uma lavoura de Cruz Alta, no Noroeste gaúcho, a produtividade das primeiras áreas colhidas na semana passada não passou de 20 sacas por hectare — onde normalmente o resultado chega a 50 sacas por hectare — passei o produto em toda a lavoura, mas o problema foi mais grave em 30% da área, onde as folhas queimaram e não se recuperaram mais _ conta um produtor, que calcula prejuízo próximo de R\$ 500 mil. (PRODUTORES... 2014)⁵

O prejuízo dos agricultores reflete na sua ambição de aumentar a produtividade a qualquer custo, deixando de lado as questões ambientais e buscando o que muitos denominam como lucro certo, ou seja, a plantação de lavouras com a soja. No entanto, este assunto virá a ter muitos debates, pois as empresas não assumirão a culpa sobre os prejuízos causados pelos seus produtos por eles comercializados.

⁵ PRODUTORES de soja relatam perdas na colheita causadas possivelmente por fungicida. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/supersafra/?s=Marcelo+Madalosso&topo=>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

Segundo a matéria na Zero Hora, tem-se:

Gerente de Pesquisa e Ensino do Instituto Phytus, o engenheiro agrônomo Marcelo Madalosso explica que a reação das plantas a substâncias aplicadas é potencializada em situações climáticas adversas como altas temperaturas ou estresse hídrico, normalmente a fitotoxicidade não é visível. Mas, nesse caso, como coincidiu com um período muito quente, a planta não deve ter conseguido desintoxicar o produto completa Madalosso. Quanto à responsabilidade dos efeitos provocados nas lavouras, Madalosso salienta se tratar de uma questão complexa, já que a bula desses produtos especifica orientações sobre as condições adequadas de aplicação. A Bayer, por sua vez, afirma que apenas no final da colheita poderá traçar um diagnóstico mais preciso da situação e que os casos de reclamantes serão avaliados individualmente. (PRODUTORES... 2014)⁶

De acordo com o portal do Estadão, grandes empresas ligadas ao setor do agronegócio preparam uma grande fusão de capitais para investir na logística de transporte. A chamada da notícia descreve “Gigantes do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias” segundo a matéria as empresas Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus – mais a estruturadora de negócios Estação da Luz Participações (EDLP) pretendem se associar para criar uma empresa de logística”. Isso se justifica para as empresas, pois elas, segundo o jornal em pauta, controlam “[...] juntas, elas respondem por 70% das exportações de grãos no País” (GIGANTES...2014)⁷.

As empresas supracitadas têm como objetivo ampliar a concentração das exportações, por apresentarem propostas referentes à formação de grandes oligopólios, formando uma corrente a qual envolve concentração na produção e comercialização e fazendo dos produtos agrícolas, através da especulação e do jogo do mercado, sua fonte de lucro. Este processo se acentua principalmente quando as mercadorias, provindas da agricultura, se transformam, além de alimentos em fontes de energia, para atender as demandas do capital.

Na busca desenfreada do lucro, as empresas e agricultores do agronegócio da soja expandem suas plantações e comércio, liquidando com culturas ancestrais, camponeses, e comunidades inteiras, devastando o meio ambiente, dizimando biomas inteiros, causando doenças etc. Esta expansão da produção traz em si contradições constantes, porque além dos elementos apontados, boa parte da matéria-prima viabilizará a cultura da soja. Cita-se como exemplo, os agroquímicos importados, portanto, a agricultura, de modo geral, se torna refém

⁶ PRODUTORES de soja relatam perdas na colheita causadas possivelmente por fungicida. 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/supersafra/?s=Marcelo+Madalosso&topo=>. Acesso em: 14 nov. 2015.

⁷GIGANTES do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/gigantes-do-agronegocio-se-unem-para-investir-nas-novas-ferrovias-imp-,1144031>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

das importações, não tendo autonomia. Isso não é diferente no Rio Grande do Sul, local onde iniciou o cultivo das plantas transgênicas e que entraram de forma ilegal pelas fronteiras com a Argentina, expandindo para outros lugares até a sua legalização pelo congresso brasileiro.

A cultura da soja apresenta na sua gênese uma monopolização na circulação da mercadoria soja, tendo em vista que ser produzida pelos diferentes atores sociais, capitalistas arrendatários, meeiros, camponeses, todos estes com denominações territoriais diferenciadas. No entanto, o capital para se apoderar da produção e manter o lucro os capitalistas é explicado por Rückert (2003), salientando que é melhor:

Monopolizar a circulação de mercadorias de origem agrícola e não investir diretamente no processo produtivo. Ao implantar-se na circulação, ele submete tanto a camponeses como a capitalistas, monopolizando o território, sujeitando a renda da terra, sem, entretanto, monopolizar-se. (RÜCKERT, 2003, p. 26).

Este controle do capital monopolizador se dá em escala internacional subjugando os territórios locais que não têm poder para interferir na tomada das decisões produtivas e comerciais. No exemplo da soja produzida no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, no Brasil, tal fato “tem permitido maior concentração e controle do setor por um pequeno grupo de grandes empresas, que controlam o fornecimento de sementes e outros insumos” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 50).

A monopolização do território [...] dá-se, na circulação das mercadorias – soja e derivados – através dos núcleos de comandos nos grandes centros comercializadores e consumidores – Estados Unidos, Europa e Japão – onde estão sediados os grandes grupos de transnacionais. (RÜCKERT, 2003, p.26).

As empresas capitalistas produzem soja no Rio Grande do Sul antes mesmo das décadas de 1950, utilizando os territórios para produção, mas também adotam:

A estratégia de fazer com o camponês colono pequeno proprietário passasse a cultivar a soja e, conseqüentemente, produzir para o capital transnacional é a de, desde o início assegura crédito aos pequenos produtores em troca da entrega de seus produtos. Desde o início eles abastecem os pequenos produtores com sementes de soja, dando-lhes as instruções sobre os métodos de cultura, plantio, de adubos, etc. junto ao produtor de soja eles atuam quase sempre através de representantes que são, normalmente, comerciantes locais de tradição. (RÜCKERT, 2003, p. 52).

Na atualidade, os métodos das empresas capitalistas continuam praticamente os mesmos, onde as empresas articuladas com as casas de financiamentos e bancos públicos disponibilizam de quadro de assistência técnica para elaboração dos projetos para os camponeses poderem acessar os financiamentos de plantio. Como consequência os

financiamentos oferecem um conjunto de medidas que devem ser seguidas pelos camponeses, sendo um primeiro deles comprar um pacote com sementes e insumos de acordo com o projeto elaborado por estes técnicos.

Esses grupos marcam sua presença no país (há alguns anos), industrializando a soja e obtendo, com isso, altos lucros. Em sua política de abertura de mercado e controle de comercialização, esses grupos mantêm seus interesses representados nas áreas governamentais, interferindo nas políticas agrícolas e dificultando a penetração de interesses nacionais em sua área de atuação. Dispõe também, de mecanismos precisos de informação dos mercados nacional e internacional de produtos agrícolas, o que lhe garante segurança nas transações comerciais. É desses grupos o controle do mercado da soja. (FALKEMBAACH, 1985 apud RÜCKERT, 2003, p. 52).

As empresas são responsáveis por ampliar as desigualdades no campo pelo fato de incentivarem os camponeses a produzir uma cultura que serve para exportação e manter o lucro das grandes empresas as quais configuram a divisão clara entre os que trabalham e não obtêm lucros, e os que despendem de pouco trabalho e ficam com os lucros da produção. Explica Rückert (2003, p. 53) que no Rio Grande do Sul, produtores de soja e trigo mostram a tradicional divisão entre pobre, médios e ricos, tendo em vista que “o processo de capitalização da pequena produção não assegura, no entanto, que ela não termine proletarizando-se ou sendo expulsa da produção agrícola”. Neste contexto do modelo hegemônico de produção, o autor explica:

Os camponeses passam a trabalhar para os bancos, pagando juros e para as grandes empresas de comercialização de capital monopolista, através, principalmente, das cooperativas de comercialização agrícola, liderados pelos capitalistas da agricultura. Essas, procurando reter para si e, supostamente para seus associados, a fração que antes era abocanhada pelos intermediários, acaba por estender os limites da sujeição do camponês ao capital comercial, industrial e financeiro, quer seja no consumo produtivo, quer seja na circulação das mercadorias de origem camponesa. (RÜCKERT, 2003, p. 65).

Nota-se que até então a agricultura no Rio Grande do Sul apresenta características capitalistas e camponesas em que o Estado burguês, através das políticas públicas, possibilitou a ascensão do capital e fragilizou os espaços camponeses de produção. Com isso, intensificaram as migrações e a população rural deixou de ser predominante, sendo ultrapassada pela população urbana em um curto período de tempo em que se aprofundaram as contradições e as desigualdades sociais no campo. Para tanto, este processo de contradições, expropriação das terras camponesas e do assalariamento de parte dos camponeses a baixos salários, configurou a possibilidade destes camponeses se organizarem e vir a lutar pela terra, pois as condições a eles estabelecidas não proporcionam as condições

para a reprodução camponesa.

Outro fator expresso pelas contradições do capital, que subjuga os camponeses parceiros e arrendatários, das terras por eles utilizadas para manter as relações de trabalho não capitalistas, é de que eles, “[...] têm se defrontado sistematicamente com a expropriação das suas condições de trabalho, pois além de ter que cultivar as piores terras, as mesmas depois de limpas são requeridas pelos proprietários” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 24).

O processo de acumulação da renda auferido pelas parcerias ou arrendamentos consegue ir se capitalizando, “[...] passando a adquirir máquinas para cultivar, pessoalmente ou com assalariados, suas frações de terra”. Este mecanismo “têm expulsado os parceiros, os quais, por sua vez, não conseguem localizar contratos para novas terras, pois tais contratos vêm-se tornando sempre mais raros” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 24).

O crescimento constante das áreas cultivadas e o aumento da produção aceleraram a monocultura da soja não somente nas áreas de produção em grande escala, mas também nas pequenas propriedades da agricultura familiar, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, onde se encontram as mais desenvolvidas. Os agricultores familiares também foram beneficiados pelas políticas dos governos e das grandes empresas que fornecem crédito para viabilizar o plantio da soja. O setor privado passou a fornecer financiamentos prioritários a este cultivo, ocupando papel fundamental na estruturação da agricultura gaúcha e brasileira. Tais elementos “explicam a transformação crescente do cultivo da soja em atividade característica de grandes propriedades, estes fatos ajudam a entender a manutenção da agricultura familiar da soja” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 24).

Analisando-se os problemas enfrentados pelos produtores de soja, sejam eles grandes médios ou pequenos produtores, causados pelas constantes estiagens ocorridas nos últimos anos ou por influência do surgimento de doenças ou pragas da soja, como as já referidas anteriormente neste mesmo capítulo, vê-se que há “senão uma retração, pelo menos uma estagnação da atividade dos produtores com relação à cultura da soja” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 26). O que garante aos agricultores gaúchos manterem a área plantada nestes patamares são os preços dos produtos na hora da comercialização, assegurados pela facilidade de escoamento da produção e proximidade com os portos para exportar o produto.

Na entrevista realizada nos assentamentos Terra Nova e no Encruzilhada Natalino na Região Norte do Rio Grande do Sul, as famílias não se propuseram a mudar a lógica do capital já estabelecida na região, preparada pela lógica da produção de *commodities*, uma vez

que a soja é a cultura predominante do agronegócio no Rio Grande do Sul.

Segundo um dos assentados do Terra Nova, em Palmeira das Missões, disse que os agricultores encontram dificuldade de acessar crédito agrícola para cultivarem outras culturas que não sejam soja e milho. E, como o milho é uma cultura que enfrenta dificuldade com as constantes estiagens ocorridas nos últimos anos, estes optam em cultivar soja, tendo em vista sua maior resistência frente às intempéries climáticas. Outro fator que leva as famílias a produzirem soja nas áreas de assentamentos são os bons preços e a facilidade de comercialização no mercado, “em fevereiro de 2008, foi atingido o recorde de US\$ 527 a tonelada de grãos, na bolsa de Chicago” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 33), compreendendo que os preços das *commodities* agrícolas, incluindo a soja, são determinados pelas bolsas de valores. Para os agricultores gaúchos “este valor representava US\$ 34, cerca de R\$ 57 por saca de 60 kg [...] esta é a maior cotação da história do pregão, fundado em 1982” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 33). Atualmente, segundo o mesmo assentado, os preços estão bons, no entanto, afirma ter comercializado parte de sua safra por R\$ 58 a saca, ou seja, um real a mais do que era em 2008, como observado em sete anos, o preço da soja se mantém estagnado ou com pouca variação.

Por outro lado, apesar dos preços se manterem estagnados, garantindo uma renda da terra, “ao longo dos últimos anos foram desenvolvidas tecnologias que reduzem a demanda por mão de obra na produção da soja, incrementando a produtividade do trabalho nessa cultura” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 42). Para estes autores, “a elevada mecanização dispensa o próprio agricultor de morar em sua propriedade, permitindo-lhe mudar-se para cidades próximas, em busca de melhores condições de vida” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 42). Os preços dos produtos não acompanharam os custos de produção dos últimos anos influenciados pelas novas tecnologias, sendo assim, os assentados que possuem áreas pequenas, em média de 14 hectares no assentamento Terra Nova, e 12 hectares no assentamento Seguidores de Natalino, não têm conseguido manter um nível de renda somente com a cultura da soja, buscando novas alternativas de produção, principalmente na produção de leite e na diversificação de produtos alimentares.

As contradições do modelo agrícola brasileiro com a expansão da cultura da soja apresentam duas faces. Primeiro, aumenta a área plantada e a produção com incremento de novas técnicas agrícolas e depois impulsiona no campo o êxodo de agricultores que buscam nas cidades empregos que foram substituídos pela implementação de máquinas agrícolas. Outra parte destes despossuídos de emprego no campo irá compor a massa de famílias sem-

terra que, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, se organizavam em torno de movimentos socioterritoriais na luta pela terra, e fazem parte as famílias assentadas nos seis assentamentos mencionados nesta pesquisa.

No que diz respeito aos financiamentos para a cultura da soja, 87% das famílias assentadas no Terra Nova afirmaram não usar este tipo de crédito, nem em bancos ou outras agências de financiamento, tendo em vista não serem as responsáveis pela produção, pois destinam parte dos lotes para terceiros realizarem o cultivo em forma de arrendamento. Somente 13% das famílias entrevistadas realizam a plantação com recursos advindos de empréstimos bancários. Todavia, no assentamento Seguidores de Natalino, todas as famílias assentadas realizam, por conta própria, a produção da soja, porém estão buscando crédito nas cooperativas e casas agropecuárias, localizadas no próprio município e municípios vizinhos ao assentamento. O fato de as famílias do assentamento Seguidores de Natalino não usarem crédito nos bancos, mas em outras fontes agenciadoras, ocorre porque as famílias assentadas encontram-se com pendências com os bancos e não conseguem mais ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF).

O sistema de crédito adotado pelas famílias que não têm acesso aos financiamentos bancários tem fragilizado, ainda mais, as famílias camponesas, pois as cooperativas e casas agropecuárias ao fornecerem os insumos agrícolas diretamente ao produtor, sem intervenção e intermediação das agências bancárias, deixam estes descobertos de algumas políticas públicas oferecidas pelos bancos, principalmente o seguro agrícola, muito utilizado pelos agricultores camponeses e capitalistas quando ocorrem estiagens ou qualquer outro tipo de adversidade do clima.

Por outro lado, os agricultores que conseguem ter acesso aos créditos do PRONAF têm assegurado as despesas que buscaram no banco, porque na hora de realizar os financiamentos é obrigatória a realização do seguro. “A soja tem posição de destaque no crédito agrícola público para a agricultura familiar”, sendo que, o “principal destino do crédito para sua produção é o custeio para compra de insumos e sementes” (SCHLESINGER; NUNES, 2008, p. 52). A adoção por parte dos assentados na cultura da soja nesta região está relacionada com a disponibilidade de créditos para a realização do cultivo, pois como afirmam Schlesinger e Nunes (2008), 92% dos projetos de custeio são destinados para as culturas de soja e milho. Esta destinação dos créditos faz parte das estratégias das cooperativas, bancos e casas agropecuárias, no intuito de oferecer modelos predeterminados pelas grandes empresas fornecedoras de insumos agroquímicos.

A ilustração 1 exibe a localização dos municípios que fazem parte deste estudo com a localização dos assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino. Assentamentos estes inseridos na Região Norte e Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, onde predomina o cultivo da soja, a produção de carnes suínas e de aves. A soja é principal produto agrícola do município de Palmeiras das Missões e de Ibiaçá, foco deste estudo. Segundo Campos (2011 p.134) “a soja é o principal produto agrícola do rio Grande do Sul e do Brasil”. Um produto do agronegócio que:

[...] se desenvolve sobre uma estrutura fundiária baseada no latifúndio e com forte apoio governamental tanto em termos de créditos quanto de infraestrutura, entre outros benefícios. Se materializando, portanto, a atuação da tríplice aliança: Agronegócio-latifúndio-Estado, que em nossa avaliação é o principal mecanismo de produção e reprodução da pobreza nos municípios do interior do Brasil. (CAMPOS, 2011, p. 134).

Campos (2011) ao realizar o estudo A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS, mostra reflexões complexas sobre a pobreza causada por este modelo de produção e também aborda acerca dos “municípios em que predominam a cultura da soja, ou seja, o ‘mar’ da soja”, como a autora chama (CAMPOS, 2011, p. 147). Esta pobreza tem consequência direta na cultura da soja, tendo em vista ser:

Produzida com uso intenso de insumos industrializados, elevada mecanização desde o plantio até na colheita. O resultado é a geração de poucos empregos diretos na atividade agrícola. E como a maior parte da produção do município e da região é escoada para a exportação na forma de grãos (in natura), principalmente via transporte ferroviário, o conjunto da cadeia produtiva do agronegócio também gera poucos empregos. (CAMPOS, 2011, p. 147).

Embasando-se nas entrevistas com as famílias assentadas no Terra Nova e Seguidores de Natalino, entende-se que, ao chegarem ao território conquistado, encontraram uma região estruturada no modelo de produção capitalista e não se propuseram a mudar a lógica do capital já estabelecida nesta região e preparada pela lógica da produção de *commodities*, assim, seguiram dentro deste território, desenvolvendo atividades de produção estabelecidas pelo mercado do capital. O assentamento Terra Nova foi efetivado em 2001 quando a cultura da soja transgênica já estava sendo introduzida em todo o Rio Grande do Sul e em outros Estados. Como na região a cultura da soja é predominante e as ações do capital para o cultivo da soja encontravam-se consolidadas, as famílias encontram facilidade para se integrar na produção e logo adentraram na produção da soja.

Encontrou-se no Terra Nova a face do capital impregnada no assentamento, pois, segundo Campos (2011):

Na agricultura familiar em geral os proprietários residem na propriedade e participam diretamente do trabalho produtivo. Na agricultura patronal há muito arrendamento das terras, os proprietários e/ou arrendatários em geral não residem nas propriedades e se dedicam principalmente à gestão dos negócios e contratam força de trabalho assalariada para exercer as atividades produtivas. (CAMPOS, 2011, p. 137).

Observou-se que 87% das famílias arrendam os lotes para o cultivo da soja, mas não desempenham atividades laborais na lavoura, e terminam na venda de sua força de trabalho para desempenhar outras atividades, como trabalhar da construção civil e diaristas para os próprios fazendeiros que utilizam suas terras.

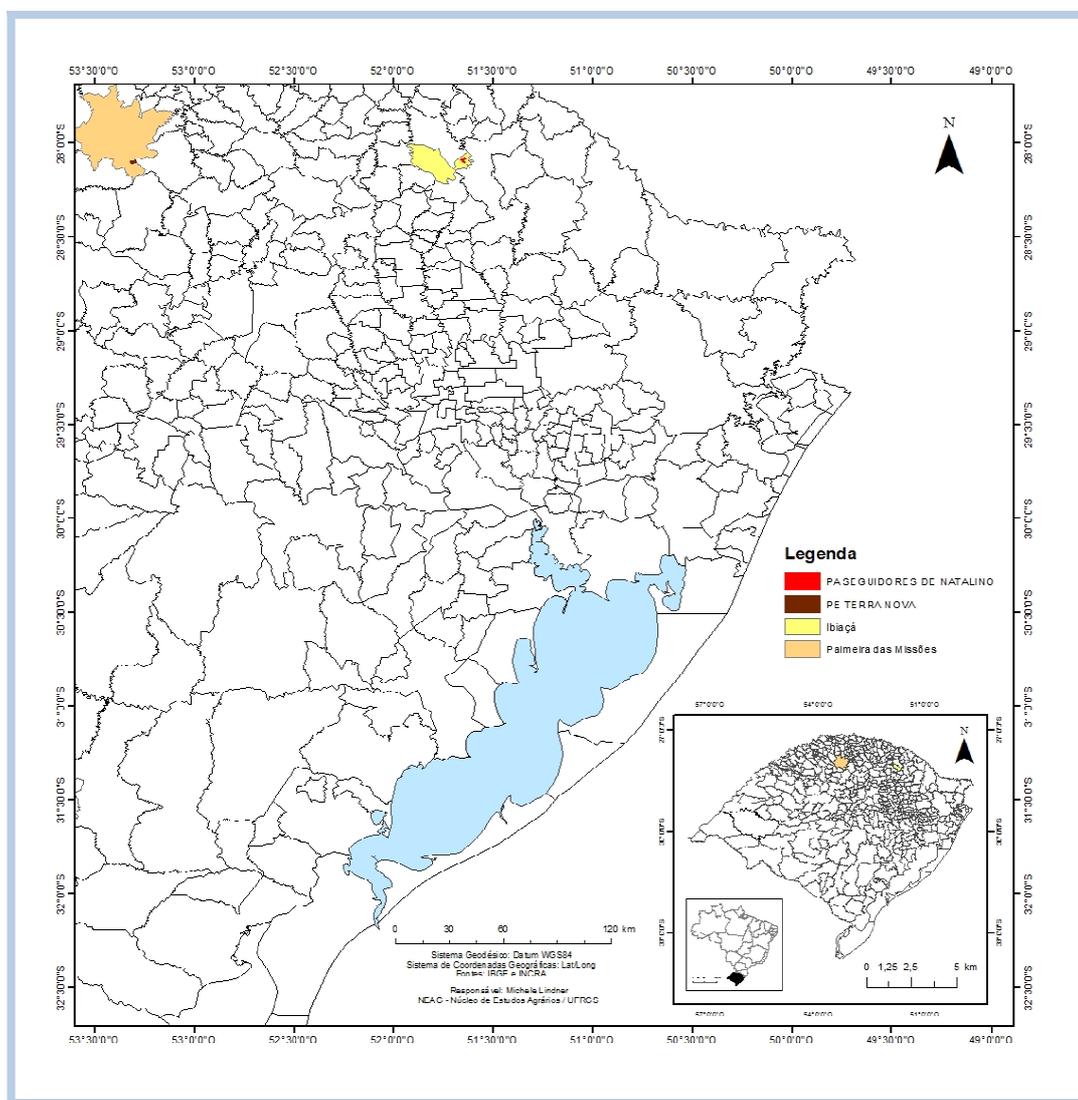
O assentamento Seguidores de Natalino foi constituído oficialmente em 2007, e encontrou no novo território uma área que há muitos anos não era cultivada por motivo de penhora bancária, por isso, não estava sendo usada para nem um tipo de produção. No entanto, as famílias deste assentamento são camponesas e descendentes de famílias assentadas há mais tempo na Região Norte do RS, e têm em mente que a cultura da soja é a saída para a viabilização econômica das famílias. Porém, como destacado acima, as famílias deste assentamento não conseguem acessar recursos públicos nos bancos por estarem inadimplentes. Torna-se oportuno neste momento indagar a causa desta inadimplência, se 100% das famílias destinam parte da área para cultura da soja? Afirma-se, portanto, que este tipo de atividade agrícola não se viabiliza em pequenas áreas.

As famílias do assentamento Seguidores de Natalino, como no Terra Nova, encontraram uma região estruturada pelo agronegócio para cultura da soja, com diversas cooperativas, casas agropecuárias e de financiamentos para esta atividade. Uma logística preparada para receber a produção e disponível em oferecer os insumos agrícolas necessários para a produção, neste caso um pacote agrícola como manda o figurino do agronegócio com: sementes, fertilizantes, venenos e tudo mais o que depender para produção. Para um dos entrevistados do Seguidores de Natalino, “as famílias somente continuam cultivando suas áreas, pois nos últimos anos as safras têm sido boas e os preços dos produtos têm garantido uma renda que facilite um pouco”.

Nos dois municípios estudados, são poucas as expectativas para a constituição de novos assentamentos, causados principalmente pelo elevado preço da terra, pela forte mobilização dos capitalistas para inviabilizarem os assentamentos já existentes e,

principalmente, pela inépcia das famílias assentadas nesta região de não construir alternativas viáveis que venham contrapor à cultura da soja.

Ilustração 1 – Localização dos municípios Palmeira das Missões e Ibiaciã e os assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino



Fonte: Lindner (2015), com base em NEAG/UFRGS (2015).

O assentamento Terra nova, apresentado na ilustração 1, faz parte da estrutura orgânica do MST, dividido por regionais e inserido na regional Palmeira das Missões. Na estrutura orgânica, as regionais, na sua proposta original, seriam compostas por, aproximadamente, 500 famílias, incluindo famílias acampadas e assentadas. Todavia, observa-se na ilustração 2 que a regional Palmeiras das Missões é composta por apenas cinco assentamentos e um total de 144 famílias assentadas. Recentemente houve uma tentativa de anexá-la à regional Roseli Nunes, localizada no município de Sarandi e arredores, no entanto, a baixa participação das famílias

da regional de Palmeira das Missões culminou para que, aos poucos, fossem sendo esquecidos das atividades e dos debates internos do MST. Em consequência deste distanciamento, poucos foram as políticas públicas acessadas pelas famílias, tanto é que muitas famílias não concluíram suas moradias e tampouco tiveram acesso à ampliação das habitações.

Nesta regional, todos os assentamentos produzem soja, sendo esta a principal cultura. Porém, em todos os assentamentos são encontrados outros tipos de produção, como leite, milho, feijão e hortifrutigranjeiros.

Ilustração 2 – Municípios que constituem a regional Palmeira das Missões nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação

Regional Palmeira das Missões				
Município	Assentamento	Nº de famílias	Área em (ha)	Ano de fundação
Palmeira das Missões	Antônio Joceli Correia	27	230	2001
Palmeira das Missões	Bom Retiro	62	1.049	1998
Palmeira das Missões	Potreiro Bonito	13	140	1999
Palmeira das Missões	Terra Nova	22	399	2001
Erval Seco	Santo Isidoro	20	202	1999
Total	4	144	2.020	

Fonte: Criação nossa, com base no portal da Reforma Agrária (2015).

A regional Chico Mendes está localizada na região Nordeste do Rio Grande do Sul (ver ilustração 3). Os assentamentos desta regional ocupam áreas com boa fertilidade do solo e pouca incidência de estiagem, fator que contribui para que as famílias, por acreditarem em ter renda mais fácil, optem pelo cultivo da soja, tendo em vista que, nos últimos anos, encontra-se com preços favoráveis no mercado. Mesmo produzindo soja e indo contra os princípios da organização que os forjou, as famílias deixam de lado o objetivo maior que os levou ao assentamento, ou seja, a produção de alimentos e a luta contra as amarras do capital. Um segundo elemento crucial na luta de classe é a batalha pela reforma agrária e a aniquilação do latifúndio, inseridos na lógica do capital. Produzindo *commodities* agrícolas as famílias sobrecarregam as famílias dos novos acampamentos que lutam pela terra e enfrentam ainda debates que dizem respeito a não distribuição da terra, tendo em vista que o capital cumpre a função de produzir soja com qualidade. Ao adentrarem na produção de soja sem propor mudanças na cadeia produtiva nos assentamentos, percebe-se que a consciência revolucionária de transformação social ficou para trás, ocorre, portanto, nesse movimento, “uma classe social que não completa seu ciclo revolucionário, superando a sociedade antiga acaba por voltar a se diluir na sociedade que queria negar, amoldando-se, fragmentando-se

novamente em interesses individuais” (IASI, 2007, p. 8).

Ilustração 3 – Municípios que constituem a Chico Mendes/Serrana, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação

Regional Chico Mendes/Serrana				
Município	Assentamento	Nº de famílias	Área em (ha)	Ano de fundação
Sananduva	Três Pinheiros/Sede	66	921	2007
Ibiaçá	Seguidores de Natalino	23	302	2007
Capão Bonito do Sul	25 de Novembro	55	775	2001
Esmeralda	Nova Esmeralda	23	700	1998
Pinhal da Serra	Nova Esmeralda	35	-	2007
Vacaria	Nova Batalha	10	537	1998
Vacaria	Nova Estrela	37	872	1999
Total	7	249	4.107	

Fonte: Criação nossa, com base no portal da Reforma Agrária (2015).

Por fim, compreende-se que mudar a cadeia produtiva em uma região dominada pelas forças do capital, seja um longo caminho, um extenso período de transição que não depende somente das famílias assentadas nestas regionais, mas do conjunto tanto do MST como da sociedade, a qual espera que as áreas de reforma agrária sejam para produção de alimentos para a população rural e urbana. Entretanto, este caminho depende de novas pesquisas que possibilitem aos trabalhadores desenvolver técnicas de produção capazes de aumentar a produtividade sem aumentar o tempo de trabalho, aumentar a produção com utilização de máquinas agrícolas voltadas aos pequenos agricultores, que tenham viabilidade econômica e sejam socialmente utilizadas. Alterar a cadeia produtiva exige dos órgãos públicos políticas públicas que potencializem os espaços de armazenamento separados dos produtos transgênicos, espaços estes inexistentes na atualidade.

Entende-se que as famílias camponesas precisam se viabilizar no sentido socioeconômico dentro dos territórios conquistados, porém, se as famílias cultivarem soja nestes territórios irão contra os princípios da organização, responsável por esta conquista. Assim, segundo Medeiros e Lindner (2014, p. 120), “ficam latentes duas indagações: primeira, porque alguns assentamentos rurais cultuam as mesmas práticas capitalistas que uma vez no passado já os excluíram do campo?” A segunda pergunta elaborada pela autora e que tem sido frequentemente debatido nos encontros do MST, é se “esses novos agentes sociais, os assentados ou novos agricultores familiares, serão excluídos do campo novamente? (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 120). Estas questões precisam ser debatidas para compreender o capital cria e recria o campesinato e também cria e recria as condições para

desterritorializá-lo.

3.2 Contexto do monocultivo de arroz orgânico nos assentamentos Santa Rita de Cássia II e Hugo Chaves (Lagoa do Junco)

Neste subcapítulo analisar-se-á a cultura do arroz em áreas de assentamento como parte do estudo para compreender a renda territorial que será posteriormente apresentada no item 4.2. Através da cultura do arroz as famílias assentadas iniciaram experiências de produção agroecológica e se propuseram a mudar a cadeia produtiva deste cereal, cultura que era produzida quase que exclusivamente por grandes latifundiários ligados ao modelo do agronegócio, passa agora a fazer parte da realidade cotidiana das famílias camponesas.

As famílias camponesas, assentadas no Rio Grande do Sul, ocupam espaço fundamental na produção de alimentos no estado, buscando, através da produção, estabelecer um processo de relação recíproca com a natureza a fim de garantir aos camponeses e à sociedade, alimentação saudável e alteração do modelo agrícola vigente. Produzir organicamente e permanecer no campo na atualidade tem se tornado tarefa diária de resistência para o conjunto dos camponeses, pois a constante atuação do capital, através do agronegócio, busca desterritorializá-los, expropriando suas terras, controlando as formas de produção e comercialização. Os desafios da produção orgânica são colocados como metas de superação ao modelo capitalista de produção e criação de novos mercados os quais proporcione à classe trabalhadora, a possibilidade de consumir alimento de qualidade.

Os países do continente asiático produzem aproximadamente 90% de toda produção mundial de arroz. Segundo dados da FAO “na safra 2009, foram cultivados 158 milhões de hectares de arroz. Nesta mesma safra, a produção chegou a 685 milhões de toneladas, sendo que mais de 75% desta produção é oriunda do sistema de cultivo irrigado”. Estudos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) destacam que o Brasil é o nono país produtor deste cereal no mundo. A ilustração 4 exhibe os principais países produtores mundiais de arroz na safra do ano 2000 e 2002.

Ilustração 4 – Principais países produtores de arroz e sua participação na produção mundial

Mundo	Produção em milhões de (t)		Participação no total mundial (%)	
	Ano 2000	Ano 2002	Ano 2000	Ano 2002
Mundo	593,2	393,0	-	-
China	179,5	179,5	30,3	30,3
Índia	136,1	136,0	22,9	22,9
Indonésia	49,6	47,7	8,4	8,2
Bangladesh	37,8	39,0	6,4	6,6
Vietnã	32,0	32,3	5,4	5,4
Tailândia	25,3	24,6	4,3	4,1
Myanmar	21,3	21,0	3,6	3,5
Filipinas	13,0	12,9	2,2	2,2
Japão	11,3	11,8	1,9	1,9
Brasil	10,8	10,7	1,8	1,8

Fonte: Criação nossa, com base em Madruga et al. (2005).

Observa-se na ilustração acima que o Brasil ocupa a nona posição mundial na produção de arroz, ficando evidente que a produção de alimentos não é prioridade, pois com o quinto maior território do mundo e os solos propícios a agricultura, o país fica atrás na produção de outros países com territórios bem inferiores como, por exemplo, Bangladesh, Vietnã, Tailândia, entre outros países com menor extensão territorial. O arroz é um dos principais alimentos da população mundial, e os dados da FAO apontam que se “comparado com as demais culturas, o arroz se destaca em segundo lugar em produção e extensão de área cultivada, superado apenas pelo trigo”. Dessa forma, “o arroz participa com 27,5% da produção mundial de cereais que é consumido pelas populações em todos os quadrantes do globo terrestre”⁸.

A produção de arroz em território brasileiro teve início no século XVI, onde “os colonizadores portugueses passaram a cultivar arroz em terras secas brasileiras, ocupando áreas no Maranhão (1745), em Pernambuco (1750), no Pará (1772) e na Bahia (1857)” (NUNES, 2015)⁹.

No Brasil, o cultivo de arroz assumiu uma importância social, econômica e política desde os tempos coloniais, pois era utilizado para a subsistência de colonizadores e escravos. Em 1766, a Coroa Portuguesa autorizou a instalação da primeira descascadora de arroz no País, no Rio de Janeiro, que estava isenta de impostos.

⁸MADRUGA, Sergio Rossi et al. Diferenciais de custos em culturas de arroz. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Volume II n. 2 jun-nov/2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/articulo/download/6510/3958>. Acesso em: 1º out. 2015.

⁹NUNES, José Luis da Silva. **Arroz: Histórico**. 2015. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/historico.aspx>. Acesso em: 1º out. 2015.

Mais adiante, em 1781, os portugueses decidiram proibir a importação de arroz brasileiro, de modo a proteger sua produção local. Ao ser introduzido na alimentação do exército, favoreceu também seu cultivo em diferentes regiões do Brasil, embora em volumes limitados. (NUNES, 2015)¹⁰.

O Brasil aumentou gradativamente a produção de arroz, mas “somente a partir de 1808, com a abertura dos portos brasileiros por Dom João VI, é que o Brasil passou a receber maiores quantidades de arroz, contribuindo para modificar os hábitos alimentares da população da época”. Ao longo dos anos a produção brasileira de arroz foi crescendo para atender as necessidades do público consumidor, de modo a reduzir sua dependência na importação (NUNES, 2015)¹¹.

No continente asiático a produção de arroz é realizada através da agricultura camponesa com trabalho familiar e em pequenas propriedades. No entanto, a produção de arroz no Rio Grande do Sul e no Brasil, a partir do século XX, esteve relacionada com a produção em grande escala, vinculada aos setores do agronegócio.

Em 1904, no município de Pelotas, que surge a primeira lavoura empresarial, já então irrigada. Depois, a cultura chegou a Cachoeira do Sul e, a partir de 1912, teve um grande impulso, graças aos locomóveis fabricados pela empresa Mernak, que eram veículos movidos a vapor, produzido pela queima da lenha. Os locomóveis acionavam bombas de irrigação, o que facilitava a inundação das lavouras de arroz¹².

No Brasil, o consumo anual é de, em média, 25 quilos por habitante e está no dia a dia da alimentação da população. O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz irrigado do Brasil. Já a área plantada com arroz de sequeiro, em terras altas, fica concentrada nas regiões Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás); Nordeste (Piauí e Maranhão) e Norte (Pará e Rondônia). A produção de arroz irrigado no Rio Grande do Sul impulsionou o modo capitalista de produção, transformando estes lugares que:

[...] se tecnificam, se dinamizam a partir das ações implementadas pelo capital – detentor do poder para decidir o que cultivar, como cultivar, o quanto cultivar, a quem vender o produto e a que preço. É uma transformação cuja ‘mobilidade’ é controlada pelo próprio capital. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 15).

A região Sul do Rio Grande do Sul e a Região Metropolitana de Porto Alegre (RPMA)

¹⁰ NUNES, José Luis da Silva. **Arroz: Histórico**. 2015. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/historico.aspx>>. Acesso em: 1º out. 2015.

¹¹ Idem.

¹² ORIGEM e história do arroz. 2015. Disponível em: <<http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/novo/origem-e-historia-do-arroz/>>. Acesso em: 1º out. 2015.

apresentam em suas áreas rurais, condições favoráveis ao cultivo de arroz, pois sua estrutura geográfica e geomorfológica é propícia para o cultivo de arroz irrigado. Baseando-se nos estudos de Medeiros e Lindner (2014), compreende-se que:

O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do Brasil. Dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) apontam que na última década a área plantada no estado correspondeu, em média, a 1/3 a área cultivada no país e a produção em toneladas à metade do montante nacional, o que indica que as lavouras gaúchas têm uma produtividade elevada para os padrões brasileiros. Segundo informações da Companhia Brasileira de Abastecimento, na safra 2010/2011 o Brasil produziu em torno de 13,8 milhões de toneladas de arroz, deste total 8,8 milhões foram produzidos no Rio Grande do Sul, o que significa que o estado foi responsável por aproximadamente 60% da produção deste grão no país. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 49).

A ilustração 5 apresenta o quanto a produção de arroz é expressiva no Rio Grande do Sul em relação à produção brasileira. Adota-se como parâmetro a área colhida e não a área cultivada, pois ocorrem safras que nem toda a área que foi cultivada pode ser colhida, por causa dos problemas climáticos, ou seja, excesso de chuvas no período de colheita, ocorrência de frio na época da floração. Tendo em vista as pequenas alterações nas temperaturas pode-se causar grande perda na produção, sendo, em muitas vezes, inviável colher as lavouras.

Ilustração 5 – Área colhida no Rio Grande do Sul e Brasil e a participação no total da produção

Rio Grande do Sul			Brasil		Participação RS/Brasil em (%)	
Safra	Área colhida	Produção em (t)	Área colhida	Produção em (t)	Área colhida	Produção
2010/2011	1.166.660	8.953.598	2.722.459	13.476.994	42,85	66,44
2011/2012	1.031.431	7.672.809	2.370.267	11.391.401	43,52	67,36
2012/2013	1.076.472	8.069.903	2.390.900	11.746.600	45,02	68,70
2013/2014	1.119.365	8.116.669	2.372.900	12.121.600	47,17	66,96
2014/2015	1.120.823	8.179.449	2.312.200	12.544.000	48,47	69,51

Fonte: Criação nossa, com base no IRGA¹³ (2015).

Observa-se, segundo os dados, que no Rio Grande do Sul existe uma pequena variação na área destinada à cultura do arroz, porém, esta variação na área colhida não tem reflexos negativos na participação gaúcha em relação a produção nacional, onde na safra 2014/2015, o Rio Grande do Sul alcançou 69,51% de toda a produção brasileira, ocorrendo um aumento no percentual em todos os anos analisados.

¹³ INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. Área e produção de arroz. 2015 Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/upload/20160720141326producao_rs_e_brasil.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

No entanto, a produção de arroz no Rio Grande do Sul, segundo o canal rural, apesar de representar 69,51% da produção brasileira, vem enfrentando crise nos últimos anos. Nesse contexto, aponta Pereira (2014, p. 1): “Há 25 anos nós tínhamos 650 indústrias de arroz no Rio Grande do Sul, hoje não passam de 250 e as 50 maiores beneficiam 70% do arroz gaúcho. Ou seja, ao longo da nossa história, não só o arrozeiro, mas a indústria também teve sua crise.

Este processo de crise das lavouras orizícolas proporcionou também, na década de 1990, que as áreas do IRGA, as quais se encontravam arrendadas para grandes fazendeiros da região metropolitana de Porto Alegre, fossem ocupadas por famílias do MST. Como consequência disso, se realizaram alguns assentamentos de reforma agrária em áreas antes ocupadas pelo capital rentista e por fazendeiros arrendatários. Desta forma, a produção capitalista do arroz no Rio Grande do Sul perde parte de suas áreas para a produção camponesa.

Os assentamentos estudados são parte dos territórios camponeses conquistados através da luta. Os novos territórios foram construídos ao longo do tempo com o estabelecimento de novas relações sociais e contradições das relações de produção entre o modelo capitalista de produção e o modelo do campesinato. Em decorrência da luta dos camponeses com o modelo do agronegócio, áreas antes utilizadas pela produção do agronegócio do arroz foram conquistadas em diversas regiões do estado passando a fazer parte da reterritorialização dos camponeses, alterando a lógica da produção capitalista e inserindo-se na cadeia produtiva camponesa. A espacialização das formas organizativas foi de fundamental importância para a construção dos assentamentos, tanto que as instituições construídas por estes camponeses trazem consigo os núcleos de base e os setores, discutidas no tempo de acampamento. Esta organização serve de base no convívio social e político, facilitando a integração com a sociedade em geral, criando os territórios da cooperativa, do grupo, da associação, fortalecendo os processos de convivência e rompendo com as formas capitalistas de organização. Segundo Martins (2002, p. 20), “é característico da sociedade capitalista, desde a sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. É própria da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas”.

A ilustração 6 mostra a localização dos assentamentos Santa Rita de Cássia II e Lagoa do Junco que mudaram a sua matriz tecnológica e as relações de trabalho. E áreas que eram grandes latifúndios produtores de monoculturas, atualmente se transformaram em terra de trabalho e diversificação camponesa.

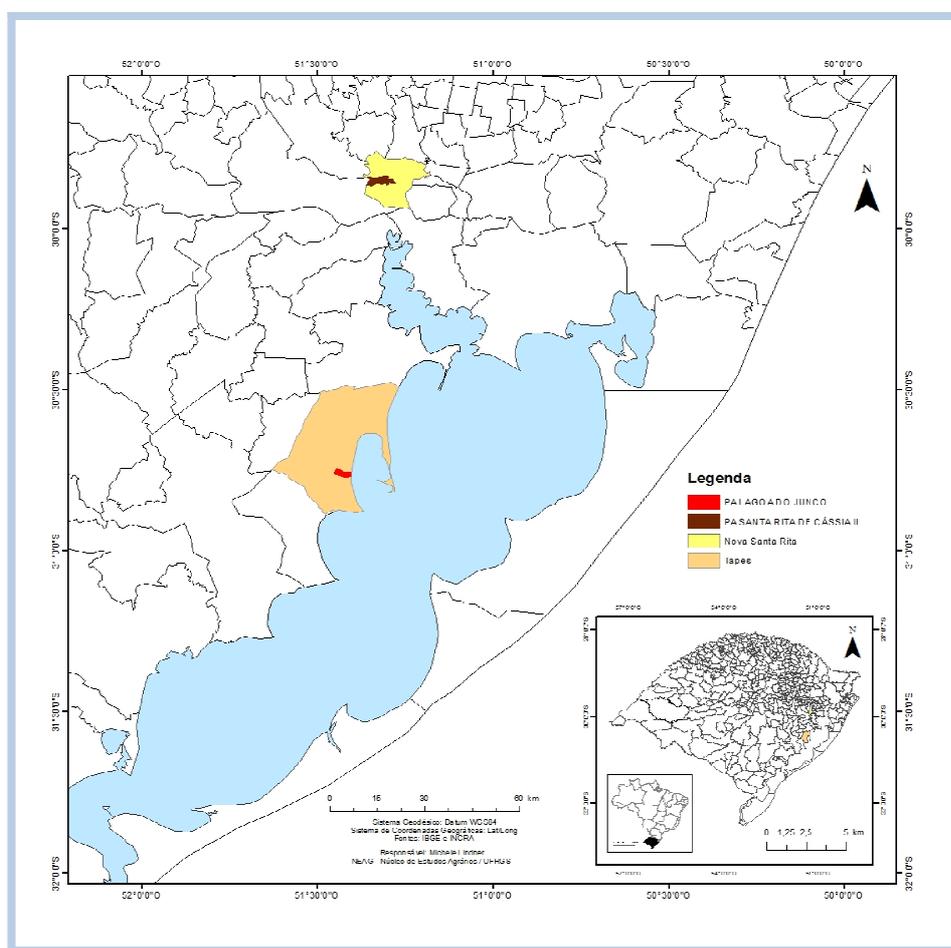
Os assentamentos supracitados se propuseram a uma reorganização da cadeia

produtiva do arroz da qual:

Trata-se de uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Isso porque ao participarem da cadeia produtiva as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 31).

O novo modelo de produção traz presente uma complexidade de ações que se contrapõe ao modelo hegemônico de produção, pois alteram as relações de trabalho na agricultura. As formas de trabalhar a terra e a visão de que o arroz é produzido somente com a utilização de químicos e em grande escala para o mercado capitalista em forma de mercadoria. As relações de trabalho são alteradas, porque quem cuida da produção são as próprias famílias assentadas e não o empregado da fazenda ou antiga fazenda. Aqui, a terra passa a cumprir a função de produzir alimentos e não uma mercadoria, alterando a utilização do solo. Um cuidado que com o manejo adequado não precisa a utilização de químicos.

Ilustração 6 – Localização dos municípios de Tapes e Nova Santa Rita e os assentamentos Lagoa do Junco (Hugo Chaves) e Santa Rita de Cássia II



Fonte: Lindner (2015), com base em NEAG/UFRGS (2015).

A forma de produzir arroz, criada pelas famílias camponesas nos novos territórios, e a desterritorialização do capital, ensejou para a cadeia produtiva do arroz um novo horizonte, sendo que:

Esta cadeia produtiva não só provocou mudanças significativas na forma de produzir arroz, como também demonstrou que é possível a produção orgânica em grandes áreas e que é possível reduzir os impactos ambientais com controle de pragas através do manejo da água e do controle seu durante o processo de produção. É um novo projeto de vida para essas famílias que rompem com a produção agrícola dependente de insumos externos, e que constroem novas relações socioespaciais, provocando transformações territoriais e ambientais nos assentamentos integrantes da Cadeia Produtiva do Arroz Ecológico. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 11).

Ainda para Medeiros e Lindner (2014, p. 11), os “camponeses chegaram, se instalaram se retorializaram, recriaram sua identidade em seus novos espaços de vida”, construindo uma dinâmica própria da organização social, cultural e de produção. Destacam os autores que existem vários fatores que impulsionam a produção e a organização destes camponeses. E explicam:

Outro fator que torna mais relevante o estudo desta cadeia produtiva é o fato de se implementar em uma região Metropolitana evidenciando que em meio ao predomínio de atividade urbanas, o espaço rural pode potencializar o desenvolvimento local e regional, mantendo a produção do arroz, que ocupa vasta extensão territorial na região, mas de forma ecológica, o que possibilita gerar emprego, renda e reduzir os impactos ambientais desenvolvendo nesse contexto uma série de inovações. Estas inovações estão relacionadas à produção sem uso de agrotóxicos, pelo uso de sementes pregerminadas, pela participação direta dos produtores em todas as fases da cadeia (produção, certificação, armazenamento e comercialização), além da possibilidade efetiva de acesso dos agricultores a políticas públicas (de crédito, de pesquisa científica e tecnológica, bem como de produção e difusão de informações) que viabilizem e dinamizem a cadeia produtiva. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 32).

O assentamento Santa Rita de Cássia II está inserido na regional Ênio Gutieres como mostra a ilustração 7. Observa-se que o assentamento Santa Rita de Cássia II é o que possui o maior número de famílias, no entanto, sua área é 502 ha menor que o assentamento Capela, localizado no mesmo município. Afirma o coordenador do grupo de produção J.C.A., entrevistado no dia 3 de fevereiro de 2015, que nos últimos anos o INCRA está diminuindo o tamanho dos lotes devido ao alto preço da terra na região. Por outro lado, o entrevistado coordenador do grupo do grupo de produção aponta que a localização do assentamento favorece para que as famílias possam comercializar diretamente com moradores da cidade outros produtos que produzem. O assentamento faz divisa com a sede do município e os assentados podem se deslocar caminhando para o centro da cidade. Esta proximidade permite às famílias assentadas terem uma renda diferencial da terra, porque não precisam gastar com

transporte para comercializar os produtos, nem mesmo para a introdução de insumos na produção. Isso permite agregação de renda aos produtos comercializados diretamente com os consumidores.

Na regional Ênio Gutierrez, nos assentamentos Itapuí/Meridional Capela e Santa Rita de Cássia II, 100% das famílias produzem arroz orgânico. No assentamento Capela a produção se dá de forma coletiva e individual, enquanto que no assentamento Santa Rita de Cássia, a produção é realizada por grupos de produção, no entanto, dentro dos grupos, cada família tem seu lote individual. No assentamento Itapuí/Meridional, a produção é realizada individualmente, e nos demais assentamentos, a produção é feita da forma tradicional e individualmente.

Ilustração 7 – Municípios que constituem a Regional Ênio Gutierrez, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação

Regional Enio Gutierrez				
Município	Assentamento	Nº de famílias	Área em (ha)	Ano de fundação
Nova Santa Rita	Capela	100	2.169	1994
Nova Santa Rita	Itapuí/Meridional	68	1.101	1998
Nova Santa Rita	Santa Rita de Cássia II	102	1.667	2005
Nova Santa Rita	Sino	13	270	1994
Monte Negro	Vinte e dois de Novembro	20	274	1992
Taquari	Tupi	7	118	2012
Taquari	Tempo Novo	13	240	1999
Total	7	323	5.839	

Fonte: Criação nossa, com base no portal da Reforma Agrária (2015).

No assentamento Santa Rita de Cássia II, a cultura do arroz orgânico ocupa a maior parte da área agricultável, formada por oito grupos de produção. A necessidade de utilização da mecanização e a divisão geográfica do assentamento não permitem que todas as famílias possam cultivar, por conta própria, a sua parcela de terra, utilizando uma forma de uso da terra que não obedece à lógica da distribuição do lote, possibilitando a constituição dos grupos de produção para viabilização da produção. Apesar de o assentamento ter sido constituído recentemente, todas as famílias tiveram acesso às políticas públicas de habitação e reforma das habitações. Também tiveram acesso de fomento, PRONAF, luz elétrica e água encanada, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico do assentamento, sendo este, referência para o MST na região. Estes fatores, segundo um entrevistado no dia 2 de fevereiro de 2014, aconteceram porque “no assentamento se constituiu, junto às famílias, uma equipe de coordenação política que buscava perante aos órgãos públicos responsáveis as políticas as

quais tinham direito”.

Como o arroz ocupa a área baixa do assentamento, cada família tem uma área seca em torno de quatro hectares por família, para suas moradias e para produzirem outras culturas voltadas para o autoconsumo e mercado local, através do sistema horticultor que, segundo uma família entrevistada, “é outra perspectiva para o assentamento”. Neste sentido, é preciso entender as condições da produção de horticulturas, pois, em primeiro lugar, as pessoas estão produzindo para comerem. Constata-se, portanto, que as famílias, depois de implementarem as hortas para venderem seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, estão, primeiramente, se alimentando melhor, diversificando sua alimentação, incorporando outras vitaminas importantes para sua dieta alimentar, fator que na monocultura do arroz não lhes era proporcionado.

O modelo de produção no assentamento Santa Rita de Cássia II proporcionou o aumento da autoestima das famílias, melhorando a relação do assentamento com a sociedade local que adquiram parte da produção. Em entrevista realizada no dia 2 de fevereiro de 2014, um assentado afirma que nos fins de semana aumenta a procura pelos produtos. Esta forma de comercialização direta com os consumidores possibilita que as famílias do assentamento criem suas redes de consumidores, estabelecendo uma relação direta entre produtor e consumidor. A ilustração 8 exibe os assentamentos que compõem a Regional de Eldorados do Sul, onde está incluso o assentamento Lagoa do Junco (Hugo Chaves) e que também faz parte deste estudo.

Ilustração 8 – Municípios que constituem a regional Eldorado do Sul, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação

Regional Eldorado do Sul				
Município	Assentamento	Nº de famílias	Área em (ha)	Ano de fundação
Eldorado do Sul	Belo Monte	48	442	2001
Eldorado do Sul	Cabanha Dragão	45	953	2007
Eldorado do Sul	Colônia Nonoaiense	13	148	1999
Eldorado do Sul	Fazenda São Pedro	104	2.265	1986
Eldorado do Sul	Integração Gaúcha	69	1.256	1998
Eldorado do Sul	Padre Josimo	22	515	1999
Tapes	Lagoa do Junco	28	790	1995
Guaíba	Dezenove de Setembro	37	441	1999
Arambaré	Capão do Leão	15	278	1996
Arambaré	Caturrita	25	489	1996
Arambaré	Fazenda Santa Marta	16	356	1995
Total	11	422	7.933	

Fonte: Criação nossa, com base no portal da Reforma Agrária (2015).

No conjunto de assentamentos da Regional Eldorado do Sul, os assentamentos Caturritas e Dezenove de Setembro produzem arroz de forma orgânica, mas, existem também famílias que produzem de forma tradicional que utilizam técnicas convencionais. Nos dois modelos de produção, as famílias produzem individualmente. No assentamento Lagoa do Junco (Hugo Chaves) também há produção orgânica e convencional, no entanto, as famílias que produzem de forma tradicional, cultivam os lotes individualmente. A produção orgânica é subdividida entre o grupo da cooperativa que produz coletivamente e algumas famílias cultivam de forma individual. O assentamento Belo Monte, localizado no município de Eldorado do Sul, não cultiva arroz. Todos os demais assentamentos cultivam arroz no modelo tradicional.

As famílias da regional Eldorado do Sul, especialmente as famílias assentadas no assentamento Lagoa do Junco, são oriundas da Região Norte do Rio Grande do Sul, que, segundo Vial (2005):

[...] são, em grande parte, compostas por descendentes de imigrantes alemães, poloneses e italianos. São filhos de pequenos agricultores que, devido ao grande número de filhos e à pequena quantidade de terras, não puderam permanecer na propriedade dos pais e foram expulsos do campo. (VIAL, 2005, p. 84).

Inseridos na organicidade do MST, estes trabalhadores têm relações diretas na luta pela terra, pois “no contexto da luta pela terra inserem-se os trabalhadores rurais sem-terra, que têm, muitas vezes, desde que nasceram, estreita relação com a terra” (VIAL, 2005, p. 19). Mesmo tendo relação com a terra, as famílias assentadas no Lagoa do Junco “enfrentaram dificuldades no início do assentamento para se inserir na produção da região, pois tiveram que descobrir e aprender como lidar com o novo tipo de terra que encontram no assentamento” (VIAL, 2005, p. 105). Como “os agricultores desse assentamento, por exemplo, estavam habituados a plantar feijão e milho, e conheciam todas as técnicas do plantio destes produtos. No assentamento tentaram plantar esta mesma semente, mas não surtiu resultado” (VIAL, 2005, p. 105). Com as tentativas sem sucesso nestas culturas, as famílias “tiveram então, de aprender a plantar arroz, porque na região do assentamento Lagoa do Junco essa é a produção típica” (VIAL, 2005, p. 105).

De acordo com as pesquisas, encontra-se no Lagoa do Junco duas formas de produção, uma de famílias que trabalham de forma coletiva e residem em agrovilas, e outra de famílias que trabalham nos lotes, de forma individual. Das 28 famílias assentadas, 14 estão inseridas no coletivo e as demais individualmente, apesar de que todas as famílias do assentamento

vivem na agrovila. Neste assentamento, o processo de consciência das famílias assentadas vai além da conquista da terra, uma consciência de que a conquista do assentamento, além de beneficiar as famílias, está contribuído para o conjunto da sociedade. Destaca Vial (2005) que na realização de seu estudo sobre este assentamento pode afirmar que: “Esta luta dos trabalhadores rurais sem terra tem um único objetivo: a justiça social, que também representa a paz social” (VIAL, 2005, p.20). Prosseguindo seu estudo, a autora entrevista o assentado Eduardo Waskievics, o qual afirma: “o MST apenas começou a caminhada, o MST pode ajudar muito no desenvolvimento do país, para que não haja tanta injustiça no Brasil. Agente sabe que está lutando por alguma coisa que é bom para todo mundo” (VIAL, 2005, p.20). Segundo Iasi (2007, p.14) “a consciência é gerada a partir das relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas”. São estas relações estabelecidas entre as famílias assentadas que proporciona a compreensão de que a luta vai além da conquista da terra, e que a luta das famílias e do MST é por mudanças sociais e transformações na sociedade.

O Lagoa do Junco faz parte da construção histórica do MST e segue as diretrizes estabelecidas no Terceiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1995. Neste Congresso foram estabelecidos alguns objetivos acerca da bandeira de luta da organização, objetivos estes que deveriam ser colocados em prática no cotidiano das famílias estudadas, dentre os quais estão:

1. Construir uma sociedade sem exploradores, na qual o trabalho tem supremacia sobre o capital;
2. Assegurar que a terra esteja a serviço de toda a sociedade, pois que ela é um bem de todos;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e da riqueza;
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (VIAL, 2005, p. 54).

Os itens supracitados são alguns dos princípios que as famílias seguem para manterem a unidade no assentamento mesmo com àquelas que não participam das atividades coletivas. Associado aos princípios da organização está o processo de comercialização do arroz produzido, comercializado diretamente com as cooperativas, compostas pelas famílias associadas. No Lagoa do Junco, as próprias famílias criaram uma cooperativa, e no Santa Rita de Cássia II, as famílias são associadas à COOTAP. Através destas cooperativas é realizado o

processo de comercialização com o mercado consumidor, mas principalmente com entidades públicas, pois:

A principal forma prática de conseguir viabilizar a produção de alimentos saudáveis, com base agroecológica é organizando a comercialização. Ou seja, todas as famílias assentadas devem ter a garantia de vender sua produção e ter renda. Para isso, precisamos potencializar ao máximo a política institucional do PAA, PNAE, compras governamentais, sejam municipais ou estaduais. (CADERNO DE ESTUDO, 2014, p. 9).

Através das vendas para as políticas institucionais é que o MST, junto às cooperativas e famílias assentadas, vai instituir a relação fora do mercado capitalista, pois ao vender seus produtos, através das políticas governamentais, efetivará o valor de uso dos produtos, e quem receber os alimentos estará recebendo pelo seu valor de uso, porque utilizará para sua alimentação e não como mercadoria que tem valor de troca. É o valor de uso que faz o MST, ou seja, defender as políticas do PAA e PNAE e a produção de alimentos saudáveis, “na qual a produção seja dedicada pela demanda de alimentos do povo brasileiro e onde cada camponês tenha condições de produzir tanto para o autossustento quanto em excedente para alimentar a população ao seu redor (CADERNO DE ESTUDO, 2014, p. 8).

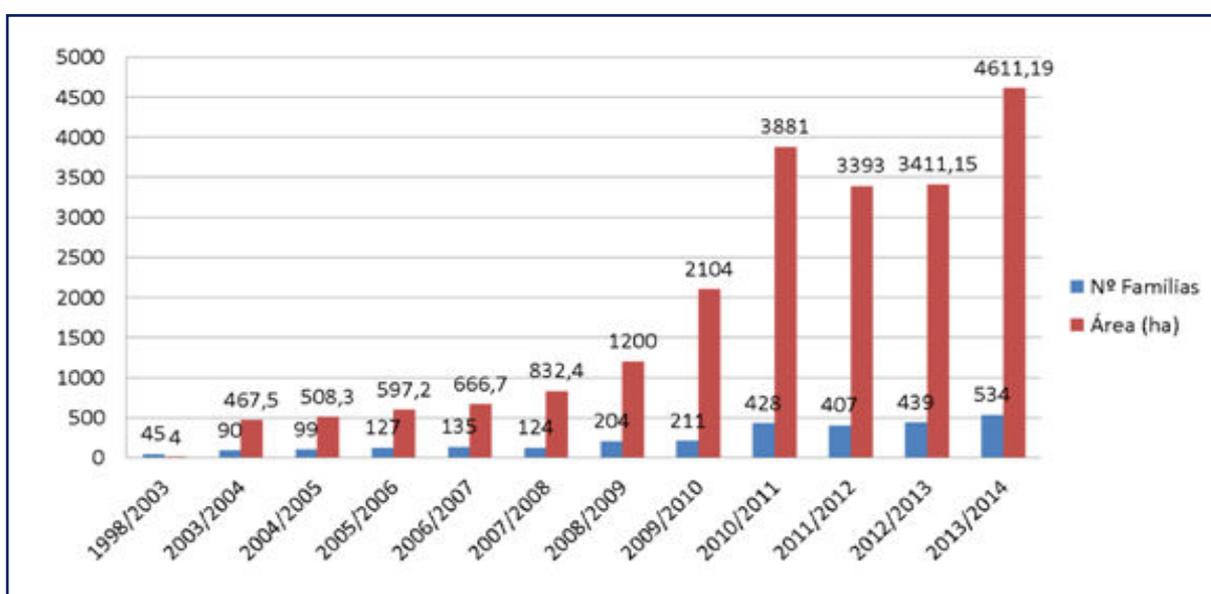
Esta produção de alimentos tem, acima de tudo, um valor de uso para as famílias que produzem para se alimentar. Segundo Marx (1982, p.31) “o valor de uso só tem valor para o uso, e se efetiva apenas no processo de consumo”. Ainda segundo o autor, “os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas inversamente, esses meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultado de força vital humana gasta, trabalho objetivado” (MARX, 1982, p. 32).

Levadas pela necessidade e pela elevação da consciência, as famílias deste assentamento realizaram a primeira experiência de produção orgânica de arroz. Iniciada no ano de 1998, a produção orgânica ganhou espaço e aos poucos passou a ser a alternativa encontrada pelas famílias assentadas na região metropolitana para enfrentar a produção do modelo tradicional construído pelo capital. A produção de arroz orgânico nos assentamentos iniciou em pequenas áreas, ou seja, 3 a 4 ha. na safra de 1998/1999, basicamente no Assentamento da Capela, em Capela, RS, com a Cooperativa COOPAN, e no Assentamento Lagoa do Junco, em Tapes, RS, com a Cooperativa COPAT. As experiências práticas desenvolvidas pelas duas unidades pioneiras na produção de arroz orgânico levaram ao interesse de mais famílias do próprio assentamento, como também de outros no intuito de produzirem arroz orgânico. A partir daí, iniciaram-se as trocas de experiências entre as

famílias que já estavam produzindo arroz orgânico e às que estavam iniciando ou que tinham interesse pela atividade.

Na ilustração 9 demonstra-se a evolução do número de famílias e a área plantada, um trabalho fruto da cooperação do Grupo do Arroz Orgânico que saiu da experiência de 4 ha com 45 famílias envolvidas; passando para 4.611 ha com 534 famílias, tornando-se um processo de resistência com fortes tendências de incorporar novas famílias.

Ilustração 9 – Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Evolução do número de família e área plantada (ha)



Fonte: Oliveira (2015) com base em COOTAP (2015).

As famílias dos assentamentos Santa Rita de Cássia e Lagoa do Junco (Hugo chaves) criaram alternativas para a agregação de valor na produção de arroz, tendo em vista que sua produção é destinada às cooperativas que cumprem este papel, ficando com parte da renda adicionada pela industrialização e comercialização. Na atualidade camponesa, a produção de arroz não tem sido obstáculo para os camponeses, mas estão na industrialização e comercialização, parte em que o mercado capitalista domina e mantém o monopólio.

Na ilustração 10 observa-se a produção de arroz orgânico realizada por parte das famílias assentadas que tem aumentado ano após ano com pequena redução nas safras 2011/2012 e 2012/2013, mas, nota-se também que a produção volta a aumentar na safra seguinte, demonstrando a capacidade de produção e a possibilidade de passar pelo processo de transição de um modelo convencional, com a utilização de agrotóxico, para modelo

alternativo. O mercado do arroz é concorrencial, visto que o preço é formado entre a interação da oferta e demanda, porém, este mercado não considera os impactos ambientais provocados pelo agronegócio. A sociedade teria que construir mecanismos que incorporasse a entropia nas atividades agrícolas, valorizando as matrizes tecnológicas de menor impacto ao meio ambiente.

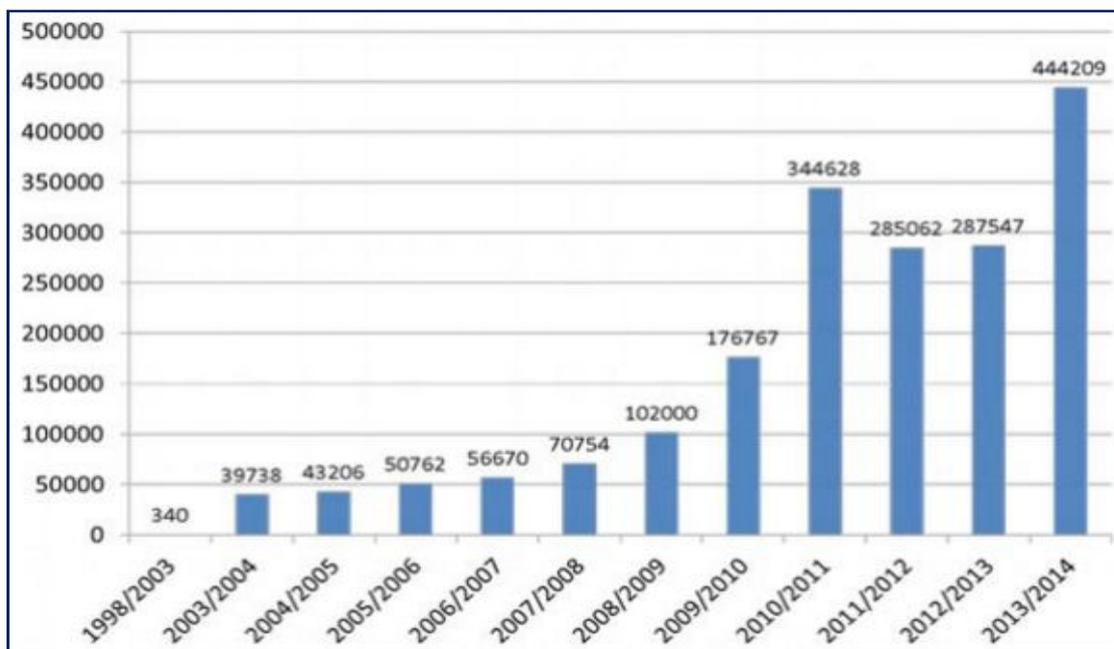
Se as leis de mercado controlam os preços do produto, resta aos campesinos diminuir custos e, neste caso, a nova matriz tecnológica, baseada nos princípios agroecológicos, vem operacionalizando esta intencionalidade dos campesinos. Os custos de produção do grupo do arroz orgânico ficam em torno de R\$ 2.160,00/ha, com uma produtividade de 97 sacas/ha limpo e seco, com um custo, por saca, de R\$ 22,2 (COOTAP). O arroz convencional fica em torno de R\$ 4.890,64/ha, com produtividade de 150,73 sacas/ha limpo e seco, tendo um custo, por saca, de R\$ 32,45 (IRGA, 2015).

O primeiro passo dado pelos camponeses assentados foi diminuir os custos, mas havia a necessidade de ter um controle maior da cadeia do arroz, já que estes camponeses estavam produzindo um alimento orgânico e, na hora de secar e beneficiar, não há secadores para processar somente o arroz orgânico, diferenciando o produto.

Assim, nos primeiros anos, todo arroz orgânico rumava para o mercado como convencional. Primeiramente, os camponeses tiveram um domínio tecnológico da nova matriz e depois, a necessidade de um controle da secagem e beneficiamento para poder entrar no mercado como produto diferenciado, disputando o mercado com um *plus* maior, ou seja, como produto orgânico.

A ilustração 10 demonstra a produtividade em sacas desde 1998 do Grupo Gestor do Arroz, comprovando a eficiência da matriz tecnológica adotada.

Ilustração 10 – Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Evolução da produção em sacas

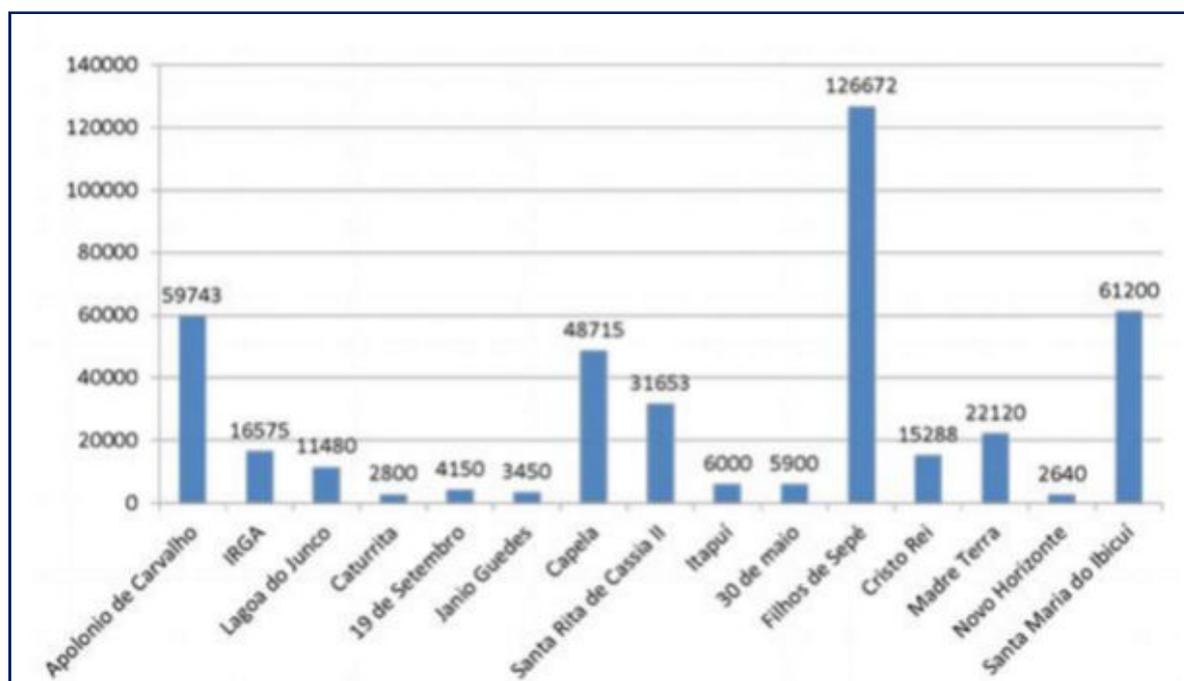


Fonte: Oliveira (2015) com base em COOTAP (2015).

A dinâmica da produção do arroz está centrada na decisão coletiva, embora as cooperativas tenham papel importante na estruturação da produção, industrialização e comercialização. O Grupo Gestor do Arroz Orgânico, constituído por representantes dos grupos de produção de arroz, dá condição para democratizar as decisões e rumos da cadeia do arroz. No Santa Rita de Cássia III são oito os grupos de produção que fazem parte do grupo gestor, onde de cada grupo tem um representante que participa das reuniões para debater e encaminhar diversos pontos como: épocas de plantio, financiamentos, área a ser cultivada, preço do arroz a ser pago aos produtores, locais de armazenamento entre outras demandas que surgem com frequência.

Na ilustração 11 observa-se a produção por assentamento na safra 2013/2014, onde o assentamento Santa Rita de Cássia II ocupa o quinto lugar na produção e Lagoa do Junco, o nono lugar. O fato de constar os 15 assentamentos apresentados na referida ilustração, eles não interferem na pesquisa, pois a área plantada em cada assentamento e o número de famílias envolvidas na produção é que foram analisados.

Ilustração 11 – Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Produção por assentamentos – Safra 2013/2014



Fonte: Oliveira e Fagundes (2015) com base em COOTAP (2015).

Dentro da cadeia produtiva, as cooperativas da região de Porto Alegre estão inseridas na produção orgânica de arroz e fazem parte da luta das famílias assentadas. Os assentamentos que se constituíram grupos coletivos de produção no início do assentamento, conseguiram viabilizar estruturas em torno das cooperativas, como é o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda. (COOPAT) que pertence às famílias do assentamento Lagoa do Junco em Tapes. Outro exemplo é a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN). Segundo Oliveira e Fagundes (2015, p. 7), “estas duas cooperativas estão vinculadas a COOTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre” A COOPAN é o resultado da articulação das famílias assentadas na luta para se tornarem autônomas em toda cadeia produtiva que “também conta com silos secadores para secagem e armazenagem. Toda esta estrutura é vinculada a cooperativa estadual – COCEARGS” (OLIVEIRA; FAGUNDES, 2015, p. 7). A cooperativa central, que industrializa e comercializa o arroz das famílias assentadas, conta um escritório de comercialização local e um localizado em São Paulo. O escritório local oferece ainda serviço de assistência técnica, acompanha o preço dos produtos, organiza planilhas com os custos de produção, enquanto que o escritório em São Paulo cuida somente da parte da comercialização, principalmente com chamadas públicas e vendas no

atacado.

Dois fatores levaram as famílias camponesas iniciarem as experiências com produção orgânica, ou seja, um deles relacionados às questões econômicas e outro às sociais. De acordo com Medeiros e Linder (2014), no âmbito econômico:

[...] a produção sem agrotóxicos foi motivada pela perspectiva de produzir com menores custos e comercializar em um mercado com concorrentes menos capitalizados do que no mercado de arroz convencional. Grande parte das famílias assentadas produtoras de arroz convencional enfrentavam dificuldades financeiras na década de 2.000 devido aos baixos preços do grão e dos altos custos de produção como uso de insumos externos, como agrotóxicos. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p.43-44).

Por sua vez, o segundo fator que levou as famílias a aprofundar as experiências de produção de arroz orgânico está relacionado com as questões sociais, porque, segundo os autores supracitados:

Do ponto de vista social as famílias pioneiras nesse cultivo queriam incentivar a ampliação da produção orgânica nos assentamentos, o que contribuía tanto para melhorar a saúde delas próprias, quanto para ganhar o apoio da população, tanto dos municípios em que os assentados foram instalados, quanto da capital gaúcha, que tem uma tradição de consumo de produtos orgânicos. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p.44).

Em entrevista realizada em fevereiro de 2015 com um assentado no Lagoa do Junco, o mesmo afirma: “inicie a produção orgânica, pois percebi que no assentamento onde moro praticamente em todas as famílias do assentamento tem um membro da família que se encontrava com problemas de saúde devido ao veneno utilizado nas lavouras”. Este assentado ainda fez a seguinte constatação e afirmação: “usávamos veneno direto, na hora de prepara a terra, na hora de plantar, na hora de fazer as plantas crescer e até na hora da colher”.

No que tange à produção e à comercialização, o aumento da cadeia produtiva do arroz orgânico foi e está sendo favorecida pela sua localização geográfica, pois:

[...] a proximidade da capital viabiliza a redução de custos de transporte até grandes mercados consumidores, possibilita um maior intercâmbio entre as famílias produtoras, pois as redes de transporte e comunicação entre os municípios e internamente nos assentamentos é bem mais organizada e funcional do que em outras regiões do Estado. E, sobretudo, a localização privilegiada viabiliza uma maior articulação política e comercial com instituições de diferentes escalas governamentais, uma vez que as lideranças têm facilidade de participar de reuniões em que obtém informações e viabilizam negócios, bem como participar de eventos divulgando e comercializando o produto. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 44).

As contradições na produção orgânica estão permanentemente em evidências entre os agentes envolvidos, ou seja, entre camponeses *versus* o agronegócio nas relações de produção antagônicas que fazem parte do dia a dia da produção. Para que a produção possa ser certificada como produção orgânica, precisa estar livre de qualquer resíduo químico, e este é um dos fatores de constantes conflitos entre camponeses que querem proteger suas áreas de agrotóxicos e grandes fazendeiros que utilizam da pulverização aérea para passar venenos em suas lavouras. Porém, esta contradição não existe somente entre camponeses e representantes capitalistas, mas entre famílias assentadas que cultivam de forma convencional e as famílias que cultivam de forma orgânica.

O avanço da agricultura camponesa na produção com base agroecológica, a exemplo do arroz orgânico, traz consigo uma conscientização em forma de ação, mesmo que estas decisões apresentem um grande grau de conflitualidade. O desafio de iniciar a produção orgânica em um território conquistado vem como processo de resistência do campesinato ao agronegócio. O arroz é um alimento básico da população, um dos cereais mais consumidos no mundo, isto é de grande valia para estes camponeses que estão oferecendo um produto de qualidade sem uso de venenos. A partir destas experiências de produção é que se pode afirmar da possibilidade de produzir alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade, pois os alimentos ou as matérias-primas produzidas pelo modelo do agronegócio vêm carregados de agrotóxicos, exploração da força de trabalho e destruição do meio ambiente, concentração da terra e da renda.

3.3 Contexto da produção de leite no assentamento 20 de Agosto e Conquista da Liberdade

Neste subcapítulo discutir-se-á acerca da produção agropecuária com ênfase na atividade leiteira. Será feita uma breve apresentação histórica da produção brasileira e gaúcha e, em seguida, falar-se-á da produção em áreas de reforma agrária, incluindo um estudo de caso dos assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade, ambos localizados na região Sul do Rio Grande do Sul. Aponta-se desde já que a bibliografia encontrada sobre o tema poderá prejudicar a análise com grande aporte teórico, no entanto, as pesquisas de campo trazem elementos para que seja compreendida a cadeia produtiva da atividade agropecuária, a qual faz parte do dia a dia das famílias camponesas. A produção leiteira proporciona às famílias camponesas uma renda mensal, porém, dentro das exigências das

grandes empresas capitalistas existem os mecanismos de exclusão dos camponeses com pouca produção e que não disponibilizam de aporte financeiro para investir em novas técnicas de produção.

A produção leiteira no Brasil tem sua origem com o processo de colonização das terras brasileiras, quando, em 1532, foram incorporados os primeiros animais. Segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, estes animais foram trazidos da “Europa para a então colônia portuguesa, precisamente para a vila de São Vicente, no litoral paulista” (RUBEZ, 2003, p. 1). No entanto, a produção leiteira perpassou por quase cinco séculos em um processo de produção que se reduzia a pequenas quantidades, sendo utilizada apenas para alimentação das pequenas propriedades e para a alimentação dos trabalhadores escravos nas plantações de café e cana-de-açúcar.

Nestes quase cinco séculos de existência, a atividade caminhou morosamente, sem grandes evoluções tecnológicas. A partir de 1950, coincidindo com o surto da industrialização do país, a pecuária leiteira entra na sua fase dita moderna, mas mesmo assim o progresso continuou muito tímido, não se verificando nada de estrondoso que mudasse radicalmente o *status quo*. (RUBEZ, 2003, p. 1).

Acompanhando o processo de industrialização na agricultura brasileira, ocorrido a partir dos anos de 1960, observa-se que o rumo da produção leiteira começa a se alterar quando o leite tipo B ganha expressão nacional. “Entretanto, o salto mais qualitativo da pecuária leiteira aconteceu somente por volta de 1980” (RUBEZ, 2003, p. 1). Continua explicando o autor que:

Daí em diante, o setor exibiu um dinamismo que nunca tinha tido, possibilitando afirmar que os progressos que teve em apenas duas décadas foram maiores que o dos últimos 500 anos. Raríssimos setores da nossa economia mudaram tanto em tão pouco tempo, e essa constatação fica patente quando se nota a ocorrência em apenas quinze anos de quatro ciclos distintos de notáveis mudanças. (RUBEZ, 2003, p. 1).

Apesar do avanço destacado por Rubez (2003), o Brasil é o quinto produtor mundial de leite, ficando a sua frente a União Europeia, com 140 bilhões, Estados Unidos, com 93.123 bilhões, Índia, com 60.125 bilhões, e China, com 37 bilhões de litros, de acordo com os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). O mercado futuro aponta que o Brasil inverterá sua posição no comércio internacional, passando a exportar mais do que importar. Em 2012, o mercado interno foi de 34.468 bilhões de litros e a produção de 32.304 bilhões de litros. Neste ano de 2015, o mercado deve ser de 37.107 bilhões de litros para uma produção superior, de 37.680 bilhões (Sindilat/RS). Apresenta-se na ilustração 12 os

principais países produtores de leite no período de 2010-2014.

Ilustração 12 – Crescimento da produção do leite

País /Ano 3	2010	2011	2012	2013(*)	2014(**)
	milhares de ton.				
União Europeia (***)	135.472	138.200	139.000	139.100	140.000
EUA	87.474	88.978	90.824	91.444	93+123
Índia	50.300	53.500	55.500	57.760	60.125
China	29.300	30.700	32.600	34.500	37.000
Brasil	30.700	32.100	32.300	34.260	36.630
Rússia	31.847	31.464	31.917	31.400	31.400
Nova Zelândia	17.173	18.965	20.567	19.678	20.569
Argentina	10.600	11.470	11.679	11.796	12.209
México	11.033	11.046	11.274	11.270	11.350
Ucrânia	10.977	10.804	11.080	11.160	11.220
Austrália	9.327	9.568	9.811	9.570	9.880
Canadá	8.350	8.400	8.614	8.535	8.450
Japão	7.721	7.474	7.631	7.560	7.580
Uruguai (****)	1.910	2.210	2.316	2.432	2.554
Total	441.432	453.514	464.303	468.605	478.835

(*) Dado preliminar (**) Projetado (***) Com base em referências (****) Estatística de DIEA 2013. MGAP.

Fonte: SINDILAT/RS (2015).

Segundo o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul – SINDILAT observa-se que:

A produção de leite do Rio Grande do Sul nos últimos dez anos (2004/2014) cresceu quase o dobro da brasileira: 103,39% contra 56,72%. A produção gaúcha evoluiu de 2,36 bilhões de litros para 4,80 bilhões de litros, enquanto a brasileira aumentou de 23,50 bilhões de litros para 36,83 bilhões de litros entre 2004 e 2014. O RS é o segundo maior produtor do país, apenas atrás de Minas Gerais (9,54 bilhões de litros). Os dados são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O consumo per capita de leite no Brasil avançou de 123,9 litros, em 2000, para 178 litros, em 2014, conforme a Embrapa e Agripoint. Desde 2004 o crescimento do consumo é constante, sendo que o maior incremento ocorreu entre 2008 e 2009: de 142,5 litros por ano por pessoa para 154,5 litros. O Brasil está atrás dos vizinhos Uruguai (242 litros) e Argentina (203 litros), bem como dos Estados Unidos (257 litros) e Nova Zelândia (300 litros), por exemplo, em consumo per capita de leite. (SINDILAT/RS, 2015)¹⁴.

Diante dos números acima, nota-se uma pequena diferença nos dados apresentados pelo IBGE e pelo MAPA, no entanto, as duas estatísticas de consumo ficam abaixo do

¹⁴ PRODUÇÃO de leite cresce e país passará a exportar mais do que importar. 2015. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3041:producao-de-leite-cresce-e-pais-passara-a-exportar-mais-do-que-importar&catid=1:ultimas-noticias&itemid=104>. Acesso em: 1º out. 2015.

recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual é de 200 litros ano/habitante.

Ilustração 13 – Principais Estados produtores de leite e a participação total do Brasil 2004-2014 em bilhões de litros

Evolução da produção: 2004-2014 em bilhões de litros								
	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Paraná	Santa Catarina	Goiás	São Paulo	Rio de Janeiro	Brasil
2004	6,63	2,36	2,39	1,49	2,54	1,74	0,47	23,50
2005	6,91	2,47	2,52	1,56	2,65	1,74	0,46	24,60
2006	7,09	2,63	2,70	1,71	2,61	1,74	0,47	25,40
2007	7,28	2,94	2,70	1,87	2,64	1,63	0,46	26,10
2008	7,66	3,31	2,83	2,13	2,87	1,58	0,48	27,60
2009	7,93	3,40	3,34	2,24	3,00	1,58	0,48	29,10
2010	8,39	3,63	3,60	2,38	3,19	1,61	0,49	30,70
2011	8,76	3,88	3,82	2,53	3,48	1,60	0,50	32,10
2012	8,91	4,05	3,97	2,72	3,55	1,69	0,54	32,30
2013	9,31	4,51	4,35	2,92	3,78	1,68	0,57	34,26
2014 **	9,54	4,80	4,59	3,17	3,91	1,70	0,58	36,83

Fonte: Sindilat/RS (2015).

A produção de leite no Brasil aumentou 5% em 2014, conforme o IBGE. O aumento foi confirmado e a produção chegou a 36,75 bilhões de litros em um ano. Em 2013, a produção leiteira foi de 35 bilhões de litros, sendo 35% a mais que os 26 bilhões contabilizados em 2007¹⁵. A projeção para 2020 é de um mercado de 42.415 bilhões de litros para uma produção de 45.843 bilhões. O SINDILAT (2015), que juntamente com os dados oficiais acima citados e outros indicadores, elaborou um Panorama do Setor Lácteo, arrolando como desafios para 2015 o trabalho para aumentar o consumo, a rastreabilidade para a captação do leite, o aumento do rigor nos testes da matéria-prima e a tentativa para agilizar os processos de análises externos, entre outros pontos.

A produção leiteira no Rio Grande do Sul está sendo constituída nas propriedades com menor capacidade de inovação tecnológica, sendo a pecuária uma das principais atividades produtivas a partir da década de 1980. “Porém, entre 1980 e 1985, houve diminuição de mais de 500.000 reses do rebanho gaúcho” (KIELING, 1999, p. 87). Por outro lado, explica o autor que:

Nos estabelecimentos até 20 ha., entretanto, houve aumento do rebanho em 113.000

¹⁵ Produção de leite no Brasil deve ser de 37 bilhões de litros em 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2013/12/producao-de-leite-no-brasil-deve-ser-de-37-bilhoes-de-litros-em-2014.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

cabeças. Esse acréscimo, provavelmente, esteve vinculado à formação das bacias leiteiras no Estado, caracterizada pela ampliação do número de vacas e pelo início de considerável aprimoramento genético do plantel. (KIELING, 1999, p. 87).

O dinamismo na pecuária leiteira também altera as relações de trabalho no campo e as atividades laborais de lida com o gado, que anteriormente era exclusiva dos homens, passa por configurações. De acordo com Kieling (1999):

Ocorreu uma alteração nas relações de trabalho embutidas nessa atividade: no conjunto das práticas de uma unidade colonial ou familiar de produção, o trato das vacas não era atividade mais importante e, na divisão familiar do trabalho, sempre coube à (às) mulher(es) e crianças menores. (KIELING, 1999, p. 87).

No entanto, as relações de trabalho com as lidas na produção leiteira deixaram de ser tarefas secundárias e passaram a constituir um conjunto de relações intrafamiliares, assegurando renda às famílias camponesas.

Destacando a importância da agropecuária leiteira gaúcha, Ribeiro (2010, p.125) afirma que esta atividade é desenvolvida “em 80% dos municípios gaúchos”, no entanto, explica que a produção no “setor leiteiro apresenta problemas de eficiência produtiva e de qualidade do produto”. A pesquisa, coordenada pelo Instituto Gaúcho do Leite e feita em parceria com a Emater, Famurs, Fetag-RS e Fetraf-RS, aponta que o número de produtores é superior aos 130 mil estimados até então. Conforme a pesquisa, o Rio Grande do Sul tem hoje 199 mil pessoas envolvidas na atividade. Desse total, 85 mil vendem o alimento para a indústria. O restante tem a produção destinada à fabricação de derivados lácteos na propriedade à venda direta e ao consumo próprio. Dos “85 mil agricultores que entregam leite à indústria, 45% têm produção diária entre zero e cem litros”. Estes produtores se encontram com dificuldades de manterem-se na atividade leiteira, pois estão, “em uma faixa considerada problemática diante das atuais exigências do mercado – empresas têm deixado de fazer recolhimento em locais onde o volume é reduzido”.

No que diz respeito ao exposto anteriormente citado, Ribeiro (2010) explica:

Várias são as causas dessa condição de subalimentação do rebanho gaúcho. A oferta inconstante e muitas vezes insuficiente de alimentos é uma delas, em parte causada pela extrema dependência dos alimentos in natura, com uso restrito de alimentação conservada em forma de silagem ou feno. Outros fatores a serem considerados incluem a insuficiente quantidade de pastagens, pastagens de baixa qualidade (gramíneas tropicais), ausência de leguminosas nas pastagens, manejo incorreto das pastagens, baixa qualidade dos alimentos conservados, uso incorreto de suplementação com concentrado e/ou mineral. (RIBEIRO, 2010, p. 124).

Desta forma, destaca-se o quanto o país ainda é vulnerável e precisa avançar nas técnicas de produção de pastagem e genética. Para Machado (2010, p. 237) “o manejo das pastagens é uma conduta eminentemente científica e, por isso mesmo, está ao alcance de qualquer um que seja capaz de contribuir para o progresso do saber humano”. Sendo assim, os camponeses continuaram sendo os principais responsáveis da produção leiteira no Brasil, pois são estes que têm relação direta com a terra e com a produção.

A produção leiteira também faz parte das estratégias das famílias assentadas no Rio Grande do Sul, especialmente as da Região Sul, as quais encontraram na produção leiteira alternativas de manterem-se enquanto camponês, haja vista que as famílias assentadas nesta região são oriundas da Região Norte e Noroeste do RS. Nas regiões de origem estavam habituadas a viver e cultivar culturas de acordo com as características regionais, Apesar disso, no processo de luta e territorialização tiveram de migrar para outra região do estado, completamente diferente e distante, aproximadamente seiscentos quilômetros de seus locais de origem. Neste território conquistado, os produtos que estavam acostumados a cultivar na sua região, necessitavam de conhecimento básico das condições climáticas e períodos de produção, elementos que os camponeses não possuíam, culminando no término das primeiras plantações e com isso, a frustração com a produtividade desejada.

Torna-se oportuno explicar acerca do Território Zona Sul:

O Território Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul abrange uma área de 39.960,00 Km² e é composto por 25 municípios: Amaral Ferrador, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Aceguá, Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Chuí, Cristal, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. (PORTAL DA CIDADANIA)¹⁶.

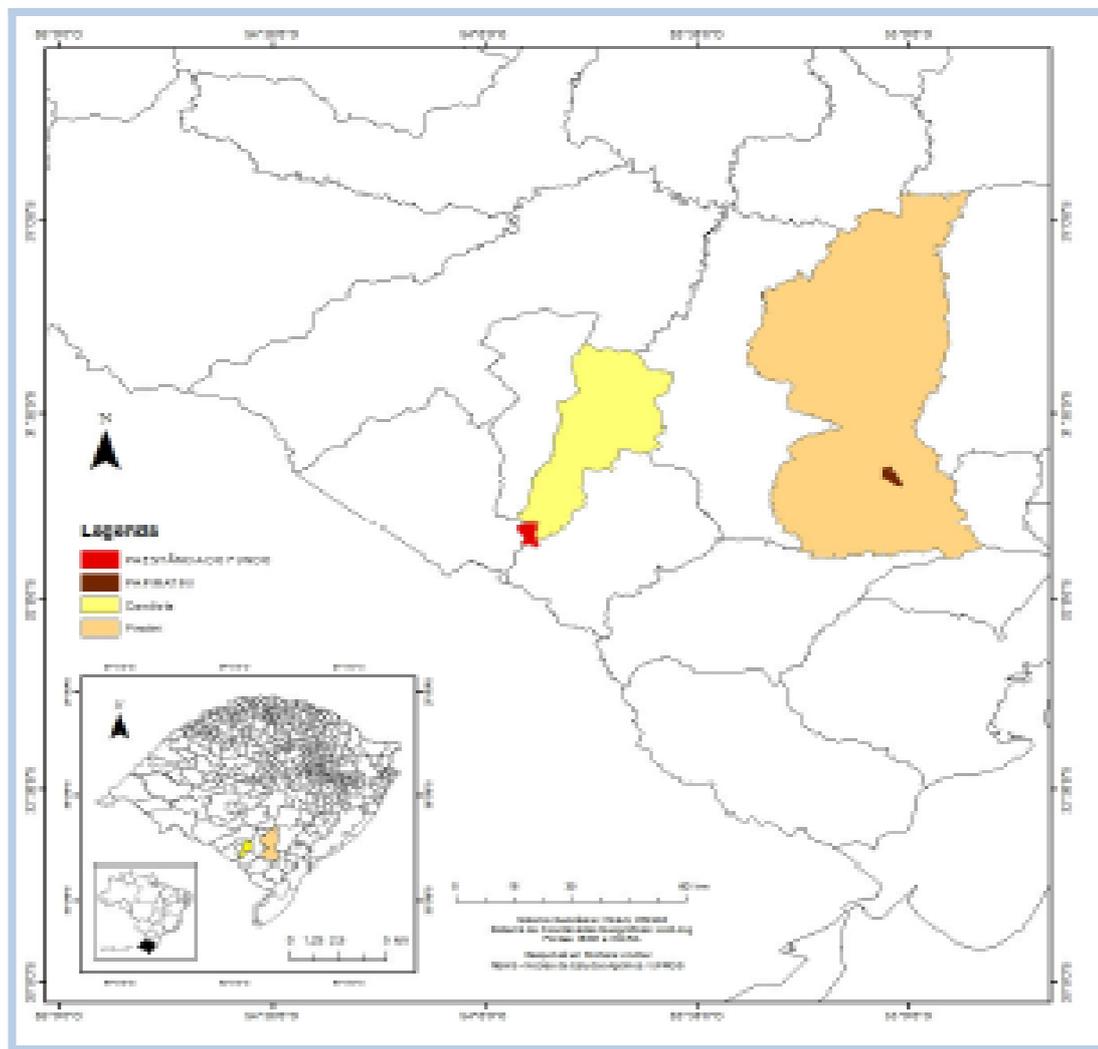
A ilustração 14 apresenta a localização dos municípios de Candiota e Piratini e os assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade. Para melhor compreender o território e a sua população, estes se encontram geodemograficamente assim definidos.

A população total do território é de 863.956 habitantes, dos quais 151.765 vivem na área rural, o que corresponde a 17,57% do total. Possui 32.160 agricultores familiares, 3.615 famílias assentadas e 36 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,79. (PORTAL DA CIDADANIA)¹⁷.

¹⁶ TERRITÓRIOS da cidadania. 2013. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page_num=0>. Acesso em: 19 dez. 2013.

¹⁷Idem.

Ilustração 14 – Localização dos Municípios de Candiota e Piratini e os assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade



Fonte: Lindner (2015) com base em NEAG/UFRGS (2015).

Observa-se que na divisão geográfica estabelecida pelo MST, o assentamento Vinte de Agosto (Estância do Fundo) está inserido na Regional Candiota, com uma área territorial de 2.135 hectares e é formado por 78 famílias (vide ilustração 15). Neste assentamento, os lotes são divididos individualmente sem nenhuma área coletiva, porém, com grande extensão de áreas de preservação ambiental. Os lotes apresentam uma variação considerável em proporção, os quais foram divididos conforme a fertilidade do solo e das áreas ambientais, sendo que os tamanhos correspondem entre 16 e 30 hectares, de acordo com informações prestadas pelos entrevistados (PORTAL REFORMA AGRÁRIA).

Ilustração 15 – Municípios que constituem a regional Candiota, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação

Regional Candiota				
Município	Assentamento	Nº de famílias	Área em (ha)	Ano de fundação
Candiota	Vinte e Dois de Dezembro	40	984	2000
Candiota	Boa Vista do Butiá	5	96	2000
Candiota	Conquista dos Cerros	72	1.845	2001
Candiota	Estância do Cambotá	22	624	2002
Candiota	Estância do Fundo	78	2.135	1997
Candiota	Estacinha	18	459	2002
Candiota	Fazenda São Francisco	49	539	1992
Candiota	Jaguarão Grande/7 Povos	7	188	2001
Candiota	Companheiros de João Antônio	32	813	2002
Candiota	Madrugada	45	1.143	1997
Candiota	Nossa Senhora Aparecida I	21	566	1999
Candiota	Nova Vitória	13	399	1999
Candiota	Os Pinheiros	19	446	2000
Candiota	Paraíso/Conquista do Paraíso	55	1.344	2001
Candiota	Pitangueira II	13	312	2002
Candiota	Santa Fé	30	755	1996
Candiota	Santa Lúcia	36	929	1999
Candiota	Santo Antônio II	60	1.356	2001
Candiota	São José	13	358	1999
Candiota	São Miguel	11	297	1999
Candiota	São Pedro II	25	585	1997
Candiota	São Sebastião dos Marmeleiros	18	379	2000
Candiota	Seis das Acácias	6	141	2000
Candiota	Vitória 2000	7	223	2000
Candiota	Vitória São João	7	152	2000
Total	25	702	17.068	

Fonte: Criação nossa, com base no portal da Reforma Agrária (2015).

As famílias assentadas na regional Candiota, juntamente com as famílias da regional Hulha Negra e Aceguá demonstrada na Tabela 1, ao longo do processo de organização social, criaram a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (COOPERAL), uma cooperativa de abrangência regional com sede no município de Hulha Negra-RS e filial em Candiota-RS. Apesar de sua dinâmica de atendimento aos camponeses, a cooperativa não conseguiu, até o presente momento (outubro de 2015), dar passos para o processo de industrialização da produção leiteira, ficando refém de outras empresas que compram este produto para industrializar e colocar no mercado, levando para si parte da renda territorial produzida pelos camponeses.

A COOPERAL é, entre tantas outras cooperativas do MST, um processo de experiências que, no decorrer dos anos o MST, foi procurando desenvolver com outras organizações de camponeses brasileiros e também de outros países como China, Cuba e União das Repúblicas Socialistas (URSS) a fim de aprofundarem o conhecimento sobre a cooperação agrícola. Neste processo, outras Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) foram criadas, visando a economia das famílias e o trabalho cooperativo. No entanto, no assentamento Vinte de Agosto, devido às questões culturais das famílias, este tipo de cooperação agrícola não foi possível, porque todas as famílias trabalham individualmente em seus lotes, dificultando o processo organizativo, bem como a organização da produção. Todavia, no conjunto das três grandes regionais apresentadas na Tabela 1, diversas experiências de cooperação foram implementadas.

Ilustração 16 – Imagem das duas sedes da COOPERAL



Fonte: Acervo Frei Zanata (2015).

Além destas unidades, a COOPERAL possui um supermercado onde a maioria das famílias associadas comercializa parte de sua produção e também compram os bens que não conseguem produzir nas unidades produtivas. Este processo estabelece, segundo um dirigente da cooperativa, uma relação de cumplicidade entre as partes, pois ambos estão preocupados para que a cooperativa tenha um bom desempenho. Dentre as vantagens apresentadas, uma diz respeito à cooperativa oferecer condições para os camponeses produzirem, garantindo a compra da sua produção, fator importante para proporcionar viabilidade econômica. Aqui, vê-se que a comercialização do excedente de outros produtos, além do leite, torna-se fundamental

para os camponeses, sem falar na cooperativa que trabalha em conjunto com as famílias na organização de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na entrega de alimentação escolar em diversas escolas dos assentamentos da região e de municípios vizinhos.

Segundo informações de um dirigente da COOPERAL, todas as famílias produtoras de leite do Vinte de Agosto são sócias da referida cooperativa. Esta, por sua vez, presta serviços de assistência técnica, disponibilizando, entre tantos profissionais, de técnicos agropecuários e veterinários agrônomos, todos envolvidos na viabilidade econômica e na qualidade do leite para os cooperados. A finalidade deste trabalho garante que todos tenham melhor qualidade na produção no intuito de aumentar a base produtiva do trabalho leiteiro, tendo em vista que, no Rio Grande do Sul, nos últimos anos, o Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Sanidade Animal, trabalha em prol de um controle rígido na qualidade do leite. Apesar disso, as lideranças da COOPERAL afirmam que a assistência técnica prestada pela cooperativa poderia ser dever do Estado, enquanto gerenciador de políticas destinadas ao fortalecimento das famílias camponesas e de todas as famílias que dependem de acesso à assistência.

Dentre as contradições da produção e organização da COOPERAL está no seu trabalho realizado na parte organizativa da produção e recolhimento, entregando toda produção dos seus associados à Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda. (COSULATI), a qual mantém no município de Capão do Leão um complexo agroindustrial, que industrializa e comercializa toda a produção dos assentamentos da Região Sul do Rio Grande do Sul, bem como de seus associados e, de igual modo, de outras cooperativas que entregam o leite para a COSULATI. Somente a COOPERAL de Hulha Negra, localizada no assentamento Conquista da Fronteira, no período de julho de 2013 a Julho de 2014, período deste estudo, entregou à COSULATI o montante de “2.325.338 litros de leite e a sua filial, localizada em Candiota, entregou para a mesma empresa o montante de 3.651.440”¹⁸, passando por um processo de industrialização, sendo destinados ao mercado.

Os dados mostram que uma única cooperativa das famílias assentadas entregou, durante um ano, o correspondente a 5.976.770 litros de leite. Isso comprova a capacidade organizativa que o MST tem nesta área, portanto, este processo de recolhimento e repasse para outra cooperativa realizar o processo de industrialização não se traduz em renda agregada a seus associados, os quais se tornam reféns da própria estrutura organizativa que eles próprios ajudaram e continuam construindo.

¹⁸ Dados oficiais da COOPERAL disponibilizados em trabalho de campo no dia 18 de outubro de 2014.

Nas regionais Piratini e Candiota todos os assentamentos estão localizados no mesmo município, diferente das demais regionais acima apresentadas. De igual modo, todos os assentamentos estão inseridos nas atividades orgânicas do MST, o que tem proporcionado importantes debates sobre as formas de organização da produção e a busca por alternativas para enfrentar as empresas capitalistas que hegemonomizam a circulação e comercialização da produção leiteira. Nestas regionais, as famílias assentadas buscam manterem-se dentro da estratégia de organização socioeconômica criando duas cooperativas: a CPS – Cooperativa de Prestação de Serviço e a COOPERSUL. Esta última tem como principal atividade o recolhimento da produção leiteira da região, envolvendo as famílias assentadas e outros pequenos produtores. A COOPAVA é composta por sócios do grupo coletivo, no entanto, nos últimos anos, com a expansão das atividades de comercialização dos produtos com órgãos institucionais precisou buscar novos sócios fora do grupo.

Ilustração 17 – Municípios que constituem a regional Piratini, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação

Regional Piratini				
Município	Assentamento	Nº de famílias	Área em (ha)	Ano de fundação
Piratini	Umbú	25	982	1996
Piratini	Santo Antônio	37	1.056	1996
Piratini	Rubira/Conquista da Luta	77	2.368	2001
Piratini	Passo Dorneles	15	362	1997
Piratini	Passo do Moinho	43	1.052	2002
Piratini	Passo da Cruz	11	314	1997
Piratini	Nova Sociedade I	15	407	1998
Piratini	Nossa Sra. das Graças	14	306	2001
Piratini	Itaçoce	10	598	1996
Piratini	Fortaleza/Rubira II	60	1.761	2001
Piratini	Floresta/Lagoa	74	2.224	1997
Piratini	Ferraria	35	1.072	1996
Piratini	Conquista do Imigrante	32	727	1998
Piratini	Conquista da Liberdade	51	1.238	1992
Piratini	Cachoeira	19	724	1996
Total	15	518	15.191	

Fonte: Criação nossa, com base no portal da Reforma Agrária (2015).

Na regional Piratini, em todos os assentamentos existem famílias envolvidas na atividade leiteira, como pode ser visto na ilustração acima. Porém, é no assentamento Conquista da Liberdade o foco de nosso estudo. Segundo informações encontradas no portal

da Reforma Agrária¹⁹, “51 famílias ocupam o território de 1.238 hectares”, entretanto, 11 famílias trabalham de forma coletiva e residem em agrovilas, ocupando 260 hectares de terra. Do total da área coletiva, 180 hectares são destinadas à produção leiteira, e outros 30 hectares destinados à outras culturas. O restante da área coletiva está subdividida em regiões de preservação permanente e também de moradias lazer.

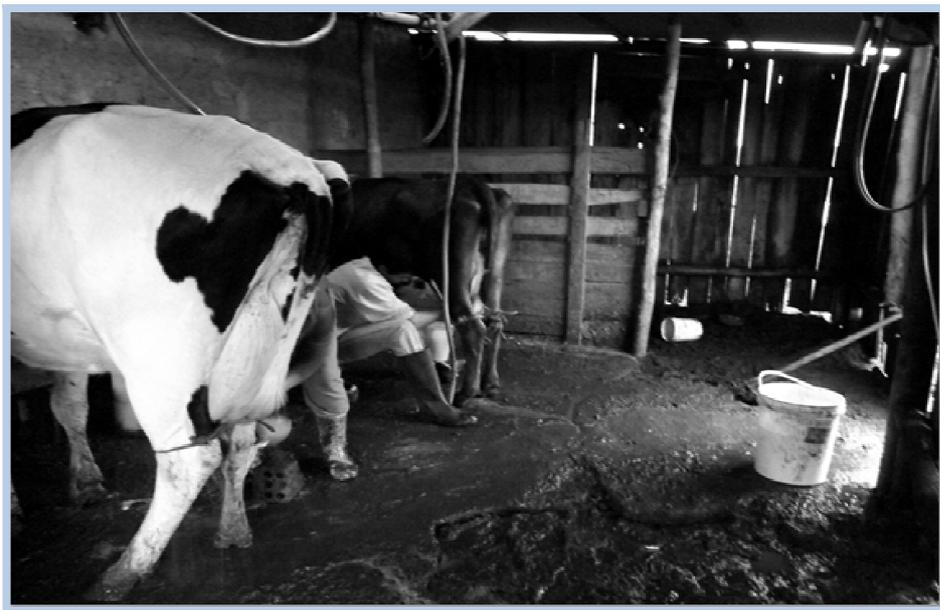
De início, encontra-se uma peculiaridade para buscar informações, pois o assentamento é composto de diferentes formas de organização social e da produção. No que se refere à organização social, este é subdividido em famílias que residem na agrovila e famílias que residem nas suas unidades produtivas. Na organização do trabalho, as relações são ainda mais complexas, pois são encontradas famílias que trabalham coletivamente e estão organizadas em torno de uma CPA, a cooperativa (COOPAVA), famílias que eram sócias da cooperativa e acabaram se desligando e por fim famílias que trabalham individualmente e nunca fizeram parte da cooperativa.

A COOPAVA, apesar de ser uma cooperativa de pequeno porte tem conseguido romper algumas barreiras do sistema capitalista hegemônico pelas grandes agroindústrias. Através de políticas públicas, a cooperativa conseguiu viabilizar o processo de industrialização e comercialização de toda matéria-prima que produz e no último ano precisou comprar da COOPERSUL matéria-prima para industrializar, pois a sua produção não foi suficiente para atender as demandas de mercado.

Um dirigente da COOPERSUL aponta a importância da viabilização da produção econômica das famílias em busca por alternativas, pela cooperativa, para manter os padrões de qualidade do leite, pois “o setor leiteiro apresenta problemas de eficiência produtiva e de qualidade” (RIBEIRO, 2010, p. 110). Estes fatores “causam significativos prejuízos econômico-financeiro a toda cadeia produtiva, pois o leite é rejeitado ou subvalorizado pela indústria” (RIBEIRO, 2010, p. 139). Existe atualmente em toda a região atendida pela COOPERSUL uma demanda expressiva por melhores condições para viabilizar a produção com qualidade, pois como pode-se observar na ilustração 18, ainda existem famílias que realizam o processo de ordenha manual.

¹⁹ A LUTA pela Terra e pela Reforma Agrária.. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2014.

Ilustração 18 – Imagem de camponeses realizando ordenha manual no assentamento Vinte de Agosto



Fonte: Acervo de Oliveira (2014), com base no Trabalho de campo (out. 2014).

Durante a pesquisa de campo com as famílias que trabalham de forma individual, constatou-se que, das cinco famílias entrevistadas, somente uma afirmou ter adquirido o resfriador com recursos próprios e todos os demais receberam o resfriador da cooperativa através de solicitação feita à direção da cooperativa. No entanto, todos os entrevistados afirmaram ter comprado as ordenhadeiras com recursos próprios. Apresenta-se na ilustração 19 uma assentada realizando a ordenha de forma mecânica.

Ilustração 19 – Imagem de uma camponesa realizando ordenha de forma mecânica no assentamento Vinte de Agosto



Fonte: Acervo de Oliveira (2014), com base no Trabalho de campo (out. 2014).

Com o objetivo de fornecer aos cooperados parte do material com inovações tecnológicas, a COOPERSUL possui uma agropecuária que fornece aos sócios este tipo de equipamento. Neste sentido, todas as famílias entrevistadas afirmaram que adquiriram as ordenhadeiras mecânicas na própria cooperativa, tendo em vista que poderiam pagá-las em prestações com a própria produção e de acordo com as condições de cada um, anteriormente preestabelecidas entre ambas as partes. O processo da ordenha de forma mecânica, segundo a própria assentada, reduz em 80% as horas de trabalho e garante melhor qualidade do leite, sendo que o mesmo vai diretamente para o tarro²⁰ e logo em seguida é transferido para o resfriador.

A duração do trabalho no trato e ordenha das vacas não é muito longo, nem o esforço exigido tão grande. Mas é uma atividade maçante, que envolve as pessoas responsáveis durante os 365 dias do ano e, ao menos duas vezes ao dia. Por esse motivo é um dos ramos da pecuária que, com poucas exceções é relegado aos pequenos e médios agricultores e criadores. A remuneração dessa mercadoria, por outro lado, tem sido motivo de atritos constantes entre produtores (as) de leite, indústrias, sindicatos, etc. e órgãos governamentais. (KIELING, 1998, p. 87).

São muitos os desafios dos camponeses assentados para manterem-se na atividade. Muitos limites persistem e outros surgem no decorrer do processo produtivo. As dificuldades enfrentadas pelas famílias envolvidas na produção leiteira estão associadas ao modelo pelo qual as empresas sufocam as pequenas e médias agroindústrias, inclusive as cooperativas constituídas pelas famílias inseridas no MST. No entanto, a organização destas em cooperativas tem possibilitado a sua manutenção enquanto sujeito camponês, mantendo, através da produção leiteira, a resistência do camponês enquanto classe social, mesmo que parte de sua renda se sujeite pelo capital.

²⁰ Recipiente de alumínio ao qual é acoplado a ordenhadeira e serve de depósito para o leite.

4 RELAÇÕES DE TRABALHO, RENDA TERRITORIAL E SISTEMAS PRODUTIVOS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E SUL – RS

4.1 A renda monetária da soja, renda de autoconsumo e outras rendas

Neste capítulo será apresentado o resultado da pesquisa sobre a renda da soja, outras formas de obtenção de renda e a renda para autoconsumo das famílias assentadas nos assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino. A produção da soja apresenta relações de trabalho complexas entre camponeses e o agronegócio, relações que configuram a territorialização camponesa, através da conquista da terra e sua desterritorialidade, por meio das ações que o capital estabelece no cultivo da soja. Neste caso, “a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho, mas é realizada pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês” (SANTOS, 1978, p. 2). As relações capitalistas de produção que dinamizam o lugar e mantêm relações no território camponês, tendo em vista que o capital da soja está internacionalizado, articulado entre capital financeiro, agroindustrial e presente em toda agricultura capitalista e em parte da agricultura camponesa.

No assentamento Seguidores de Natalino foram realizadas oito entrevistas para compreender a renda das famílias assentadas. Na época desta pesquisa, em junho e julho de 2015, dos 23 lotes do assentamento, 20 continuam com as famílias que fizeram parte do primeiro grupo de assentadas, dois trocaram de lote com outras famílias assentadas e um veio a óbito. Sendo assim, o INCRA pôs outra família para ocupar o lote, por isso, nem um dos lotes encontrava-se desocupado. Oportuno expor as palavras do entrevistado E.S., morador do assentamento:

[...] não ocorreu, até o presente momento, nenhuma venda de lote, embora o assentamento seja recente, já existiram várias propostas de compra por parte de terceiros, principalmente de grandes proprietários da região que querem expandir suas áreas com cultivo de soja. Neste assentamento o preço da terra é considerado um dos mais elevados do Rio Grande do Sul, aonde um hectare de terra na região chega a ser negociado por 1.200 sacas de soja, se levarmos em consideração o preço atual da soja, que está custando no balcão das cooperativas R\$ 70,00 a saca com pagamento à vista, o preço de um hectare de terra pode ser comercializado por R\$ 84.000,00 (E.S. - ASSENTADO DO SEGUIDORES DE NATALINO).

Dentre os elementos pesquisados para analisar a renda territorial leva-se em consideração o tamanho dos lotes e a destinação da área para o cultivo. Observa-se que,

apesar da soja ocupar maior parte do lote para agricultura, existem outras atividades culturais que ocupam parte significativa da área, conforme apresenta a ilustração 20.

Ilustração 20 - Área dos lotes no assentamento Seguidores de Natalino, áreas com produção de soja e área destinada a outras culturas

UP	Total da área em (ha)	Área para produção da soja em (ha)	Área com outros usos em (ha)
1	13,3	5,0	8,3
2	13,4	9,0	4,4
3	14,0	7,0	7,0
4	10,0	8,0	2,0
5	13,0	7,0	6,0
6	14,5	10,0	4,5
7	10,0	8,0	2,0
8	14,0	10,0	4,0
Total	102,2	64,0	38,2

Fonte: Trabalho de campo.

Diante dos dados da ilustração 20, observa-se que, do conjunto das famílias entrevistadas, 12,5% utiliza a maior parte do lote para outras culturas, 12,5% usa a metade da área para outras culturas e, 75% das famílias utilizam maior parte do lote, tendo a soja como a cultura principal. O tamanho dos lotes, com base na unidade produtiva (UP), apresenta pouca variação em área, sendo que somente o lote sete apresenta maior disparidade dos demais. Este elemento não influenciou na renda, mas no tocante à utilização da área com outras culturas.

Um fator importante, ao analisar a renda territorial, trata da composição das famílias e a força de trabalho existente nas unidades produtivas, como também o quanto desta força de trabalho é designada para compor a renda, a partir do trabalho com as culturas analisadas. Na ilustração 21, apresenta-se as UP com o número de pessoas que compõem a família e quantas destas trabalham na atividade em questão.

Ilustração 21 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Seguidores de Natalino

UP	Tamanho das famílias	Trabalham no cultivo da soja
1	1	1
2	1	1
3	3	1
4	4	1
5	8	1
6	6	1
7	3	1
8	2	1
Total	25	8

Fonte: Trabalho de campo.

Analisando-se a ilustração 21 vê-se que 25% das unidades produtivas é composta por um única pessoa, 12,5% por duas pessoas, 25% por três pessoas 12,5% por quatro pessoas, 12,5% por cinco pessoas e 12,5% por seis pessoas, compondo um total de 25 pessoas das famílias entrevistadas, uma média de 3,1 pessoas por unidade produtiva. Porém, como apresenta os dados, em 100% das unidades produtivas somente uma pessoa desempenha atividades laborais com a cultura da soja, mesmo a família que possui seis pessoas na unidade produtiva. Sendo assim, fica evidente que mesmo a família disponibilizando de força de trabalho ela não é absorvida na cultura da soja. Uma atividade agrícola que usa de técnicas convencionais do agronegócio com plantio direto, usa agrotóxicos, tem pouca mão de obra, caminha para o que afirma o assentado V.V. na entrevista realizada no dia 15 de julho, alegando que as famílias trabalham “8 horas para realizar o cultivo, mais umas 15 horas durante todo o processo de desenvolvimento da planta e acompanham o processo de colheita que leva em torno de 4 horas”. No entanto, o total de horas trabalhadas durante uma safra é de 27.

Os dados também apontam que 100% das famílias cultivam suas unidades produtivas apresentando uma variação de área cultivada, assim como nos resultados da produção líquida em sacas de soja. A ilustração 22 que segue, mostra a renda por unidade produtiva, analisando o valor bruto e líquido da produção.

Ilustração 22 – Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Seguidores de Natalino

UP	Produção em sacas (60) kg	Renda bruta anual da produção de soja em (R\$)	Renda líquida anual da produção de soja em (R\$)
1	200	11.600,00	5.800,00
2	424	23.320,00	16.500,00
3	350	22.050,00	14.175,00
4	300	15.000,00	6.500,00
5	360	22.680,00	9.450,00
6	300	18.000,00	9.000,00
7	480	30.240,00	12.600,00
8	420	26.040,00	15.500,00
Total	2.834	168.930,00	89.525,00

Fonte: Trabalho de campo.

Observa-se, com base nos dados da ilustração 22, que existe uma variação entre 200 sacas na unidade produtiva que produziu menos e 480 sacas na unidade produtiva que produziu mais. Ao analisar a produção por hectares percebe-se que, na unidade produtiva que obteve menor produção, a área destinada ao cultivo da soja foi de cinco hectares, com uma

produção de 200 sacas, resultando numa produtividade média de 40 sacas se soja por hectare. Na unidade produtiva com maior produção, a área destinada ao cultivo da soja foi de oito hectares com uma produtividade média de 60 sacas por hectare cultivado. Destaca-se que, na segunda unidade produtiva analisada, a produtividade foi 50% a mais que na primeira unidade produtiva.

Na ilustração 23 realizar-se-á uma análise sobre a renda líquida da soja e outras formas de renda através da produção agrícola, destacando-se as famílias que têm na soja a principal produção. As unidades produtivas 1 e 5 da respectiva ilustração apresentam uma renda superior à produção da soja, ou seja, em 25% das unidades produtivas são apresentadas características de um processo de transição para a cultura leiteira. Tal fato acontece tendo em vista que na unidade um, o valor da renda supera em 200% o valor da renda líquida da soja, e na unidade produtiva cinco, o valor supera 100% com outras rendas.

Ilustração 23 – Renda líquida da soja e outros tipos de produção no assentamento Seguidores de Natalino

UP	Renda líquida anual da produção de soja em (R\$)	Renda líquida anual com outros tipos de produção em (R\$)	Total anual da renda líquida da terra por família em (R\$)
1	5.800,00	18.000,00	23.800,00
2	16.500,00	000,00	16.500,00
3	14.175,00	000,00	14.175,00
4	6.500,00	000,00	6.500,00
5	9.450,00	18.000,00	27.450,00
6	9.000,00	1.200,00	10.200,00
7	12.600,00	6.000,00	18.600,00
8	15.500,00	1.200,00	16.700,00
Total	89.525,00	44.400,00	133.925,00

Fonte: Trabalho de campo.

Na ilustração 23 constata-se que a renda, através do cultivo da soja, aparece em 100% das unidades produtivas. De igual modo, certifica-se que 37,5% das famílias têm renda com a produção leiteira e 25% ainda tem uma renda com a comercialização de outros produtos como batata, mandioca, carnes etc. Estas são apresentadas como outras rendas provindas da utilização da terra, ou seja, da utilização do trabalho com a terra.

Por outro lado, apenas 12,5% das famílias entrevistadas afirmam não produzir nada para o autoconsumo, já os outros 75% afirma produzir feijão, mandioca, verduras, carne, banha, batata-doce, e compram no mercado apenas produtos que não conseguem produzir, como: café, açúcar, farinha de trigo e sal. Este percentual ainda afirma produzir a sua própria manteiga, salames, queijos e chimias, produto feito de frutas e serve como doce, geralmente

para passar em cima do pão na refeição do café. Estes elementos configuram a renda territorial camponesa do assentamento Seguidores de Natalino.

Outras formas de renda também aparecem como trabalho sazonal, trabalho acessório e trabalho temporário. No trabalho sazonal os homens que compõem a unidade produtiva trabalham em períodos de colheita de frutas, como maçã, ameixa e pêsego, no período de janeiro a julho, tempo de muita demanda da mão de obra na região. O trabalho temporário se dá nos períodos de plantio e colheita de soja, milho, feijão e principalmente de batata inglesa, pois a região é a maior produtora deste produto no Rio Grande do Sul. E por fim, o trabalho acessório que, frequentemente, aparece como trabalho extra em todos os períodos do ano.

Apesar de o assentamento Seguidores de Natalino ser realizado 11 anos após o assentamento Terra Nova, diversos fatores influenciaram o seu processo organizativo e o desenvolvimento da produção. Esta análise se dá pelo acesso aos recursos públicos subsidiados pelos órgãos governamentais para a implementação dos assentamentos. No caso do Seguidores de Natalino ser o mais recente, todas as famílias assentadas tiveram acesso ao crédito fomento, dividido em duas parcelas já no início do assentamento. Em seguida tiveram acesso aos recursos para habitação, sendo que 100% das famílias construíram suas moradias. Na época da pesquisa, as famílias estavam realizando os projetos para ter acesso às reformas, e na etapa seguinte, se dava o início da construção das moradias. Em conjunto com a habitação as famílias tiveram acesso à energia elétrica e água encanada. Concomitantemente a este processo, as famílias tiveram acesso às parcelas do PRONAF, o qual dividiu em três parcelas. Todos estes créditos possibilitaram rápido processo de viabilização social e de organização da produção. Contraditoriamente, o acesso aos créditos causou certa dependência das famílias, que por ter facilidade para efetuar o plantio, também teve facilidade para investir os recursos na cultura da soja sem buscar investir os créditos em outras áreas da produção. Diante disso, Oliveira (2001) explica:

É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital. É por este processo que parte da renda vai ser drenada para o setor bancário e industrial, pois os empréstimos financeiros fazem parte da dinâmica de reposição desses meios de produção, e – por que não dizer? – do próprio acesso do camponês a essas mercadorias. (OLIVEIRA, 2001, p. 63).

Os referidos elementos apontam que, mesmo os camponeses terem parte de sua renda subjugada ao capital, existe um processo de resistência das condições objetivas para permanecerem no campo, pois ao fato que 87,5% produz praticamente para autoconsumo.

Este mesmo conjunto de abordagens foi realizado por intermédio de uma pesquisa de campo no assentamento Terra Nova. Para tanto, constatou-se que as relações de trabalho proporcionaram às famílias condições de subalternidade da renda territorial, pois as formas de apropriação da renda dos camponeses ocorrem através das relações estabelecidas entre os camponeses e o agronegócio. Das famílias entrevistadas, 80% arrendam lotes para terceiros, ou seja, para a agricultura capitalista. Das 27 famílias assentadas, oito foram entrevistadas (30%) e encontrou-se neste conjunto de famílias, uma diversidade de elementos que permitem fazer uma análise complementar e, posteriormente com os dados da pesquisa foi possível aprofundar esta complexidade das relações socioeconômicas.

O processo de arrendamento no assentamento Terra Nova expressa a desvinculação do camponês com a terra, pois mesmo tendo a terra como posse, oito das famílias não residem no lote, mas em Palmeira das Missões, cidade próxima do assentamento. Este processo pode levar a sua desvinculação completa da terra, tendo em vista que, se forem levados em conta o processo migratório ocorrido no Brasil, poucos foram os casos em que, depois de migrar para a cidade, o camponês retorna a residir no campo. Ao serem questionadas sobre esta questão, as famílias entrevistadas afirmaram que este processo fragiliza as comunidades camponesas e abre um caminho para a venda dos lotes, mesmo sem a titulação da terra. De igual modo, por ser um processo ilegal e se os órgãos de fiscalização estivessem preocupados com os assentamentos, tudo seria diferente, porque as famílias assentadas já realizaram vários tipos de denúncias e nada aconteceu, ao contrário, foram estas mesmas famílias que foram ameaçadas pelos compradores.

Dos oito lotes que se encontram sem moradores no assentamento, todos continuam sendo cultivados. Destes oito lotes, cinco foram comprados por um morador da cidade de Palmeira das Missões para cultivar soja que só aparecia no assentamento em época do plantio, para cuidar as plantas e na colheita. Nos outros dois lotes, os donos residem na cidade e também aparecem no assentamento para realizar o cultivo. O dono de um dos lotes reside no assentamento, mas fora do lote por usá-lo somente para o cultivo da soja.

O Terra Nova foi instituído pelo governo do estado do Rio Grande do Sul através do Gabinete da Reforma Agrária (GRA). Neste caso, todos os investimentos se deram por parte do Estado, todavia, este processo foi mais lento, o que pode ter levado as famílias a não ter condição para realizar a produção, buscando no arrendamento uma forma de garantir a produção. Foi possível constatar que neste assentamento os créditos de habitação não foram suficientes para a conclusão das casas e, até a realização desta pesquisa, não havia perspectiva

de novos projetos para as reformas habitacionais. Este caso ocorreu também no Seguidores de Natalino, mesmo sendo constituído onze anos depois, nenhuma das famílias entrevistadas consegue acessar o PRONAF para investir na produção.

Nesta pesquisa fica explícito que os camponeses buscam diferentes formas de uso da terra para a produção e reprodução da sua força de trabalho. Desde o arrendamento, existem as parcerias da produção para o mercado e da produção para o autoconsumo, no entanto, as rendas complementares aparecem em diferentes oportunidades. Na ilustração 24, apresenta-se o tamanho das unidades produtivas e áreas destinadas à cultura da soja e área utilizada com outras culturas.

Ilustração 24 – Área dos lotes no assentamento Terra Nova, áreas com produção de soja e área destinada a outras culturas

UP	Total da área em (ha)	Área para produção de soja em (ha)	Área com outros usos em (ha)
1	12,5	0,0	12,5
2	15,5	10,0	5,5
3	15,0	13,5	1,5
4	12,0	10,0	2,0
5	12,5	5,0	7,5
6	17,0	14,0	3,0
7	13,0	10,0	3,0
8	14,5	11,0	3,5
Total	112,0	73,5	38,5

Fonte: Trabalho de campo.

Constata-se neste assentamento que 75% das famílias entrevistadas destinam maior parte da área para o cultivo da soja, 12,5%, para outras culturas e 12,5% afirmam não plantar soja na sua unidade produtiva. Esta família mantém a produção leiteira como prioridade. Desta forma, o modelo agrícola predominante tem relações diretas com as formas capitalistas de produção, pois toda a soja produzida neste assentamento é comercializada com cooperativas da região e estas com as empresas transnacionais.

A ilustração 25 apresenta a composição das famílias e da força de trabalho destinadas à cultura da soja. Observa-se que as famílias camponesas não têm reproduzido o número de filhos em quantidade superior ao número do casal, como acontecia na época da imigração para as áreas coloniais. Este fato tem destaque na obra de José Vicente Tavares dos Santos intitulada *Colonos do Vinho* do ano de 1978.

Ilustração 25 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Terra Nova

UP	Tamanho das famílias	Trabalham no cultivo da soja
1	2	0
2	3	1
3	2	1
4	2	1
5	2	1
6	4	2
7	2	1
8	3	1
Total	20	8

Fonte: Trabalho de campo.

No assentamento Terra Nova, a composição familiar apresenta uma densidade demográfica baixa como destacado na ilustração 25, ou seja, 62,5% das famílias é composta por apenas duas pessoas, 25% por três pessoas e 12,5% por quatro pessoas. Observa-se nos dados apresentados que, 75% das unidades produtivas, apenas uma pessoa desempenha atividades laborais no cultivo da soja, 12,5%, duas pessoas trabalham nesta cultura e 12,5% não cultiva soja, portanto, não existe nenhum membro da família envolvida com a atividade. Estes dados vêm reafirmar que a cultura da soja não absorve a mão de obra das unidades camponesas, nem mesmo proporciona na busca por outras atividades laborais, o que contribui para desvincular o camponês da unidade produtiva. A ilustração 26 exhibe o resultado das rendas bruta e líquida da atividade da soja no Terra Nova.

Ilustração 26 – Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Terra Nova

UP	Produção em sacas (60) kg	Renda bruta anual da produção de soja em (R\$)	Renda líquida anual da produção de soja em (R\$)
1	0	000,00	000,00
2	0	000,00	4.758,00
3	0	000,00	13.000,00
4	0	000,00	8.400,00
5	275	16.500,00	8.100,00
6	0	000,00	12.600,00
7	0	000,00	9.000,00
8	0	000,00	9.900,00
Total	275	16.500,00	65.758,00

Fonte: Trabalho de campo.

Observando-se os dados da ilustração 26, nota-se que 75% das famílias não produzem soja em suas unidades produtivas, mas arrendam seus lotes para terceiros, recendo uma renda

em sacas de soja, sendo que esta renda em produto varia entre 15 a 22 sacas de 60 Kg por ha/ano. Estes dados demonstram a fragilidade das famílias ao optarem por este tipo de cultura, pois elas não têm autonomia sobre sua unidade de produção, deixando para o arrendatário toda e qualquer forma de decisão do que e como plantar. Neste caso, a renda bruta não aparece para 87,5% das famílias, apenas a renda líquida.

Já na ilustração 27 observa-se que 62,5% das famílias não têm renda com a produção agrícola de outras culturas, demonstrando a fragilidade destes camponeses e a dependência da renda e da soja, que é anual. Estes elementos apontam para uma descapitalização dos camponeses e a tendência de sua desterritorialização, pois perdem a autonomia completa da unidade produtiva, buscando no mercado outros produtos para sua subsistência.

Ilustração 27 – Renda líquida da soja e outros tipos de produção no assentamento Terra Nova

UP	Renda líquida anual da produção de soja em (R\$)	Renda líquida anual com outros tipos de produção em (R\$)	Total anual da renda líquida da terra por família em (R\$)
1	000,00	13.200,00	13.200,00
2	4.758,00	18.000,00	22.758,00
3	13.000,00	000,00	13.000,00
4	8.400,00	000,00	8.400,00
5	8.100,00	30.000,00	38.100,00
6	12.600,00	000,00	12.600,00
7	9.000,00	000,00	9.000,00
8	9.900,00	000,00	9.900,00
Total	65.758,00	61.200,00	126.958,00

Fonte: Trabalho de campo.

Na divisão do trabalho das unidades produtivas, os homens são os que buscam, fora da propriedade, a renda complementar. Dos casos encontrados no Terra Nova, 100% são homens que trabalham fora do lote, em trabalhos temporários, cabendo à mulher ficar em casa cuidando das atividades que ainda restam na propriedade, como por exemplo, cuidar da ordenha do gado leiteiro, dos trabalhos com pequenos animais e com as lidas da horta. Além destas atividades laborais, as mulheres têm como tarefas o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico.

Os camponeses que cultivam soja, diferente dos camponeses que produzem leite, somente desempenham atividades laborais em alguns dias dos meses de outubro, novembro e dezembro e, quando muito, um dia de trabalho por mês durante os meses de janeiro, fevereiro e março, tendo em vista que nestes meses a soja está em processo de desenvolvimento e maturação. Quando as plantas necessitam de cuidados, poucas pessoas ajudam na lavoura. No

entanto, como a maior parte dos lotes não é cultivada pelos camponeses, mas pelos capitalistas arrendatários, a atividade laboral, na cultura da soja, fica restrita a 12,5% apenas das famílias, porque 12,5% não produz soja na unidade produtiva.

Aqui não se esgota o tema da renda da terra e da transferência de valor para o capital a partir do trabalho, porém, pretende-se esclarecer que não é possível achar que o capital e o agronegócio irão colocar o país como desenvolvido simplesmente por atender as demandas do mercado, exportando bens primários. Precisa-se entender o capital como explorador da força de trabalho, utilizando-se a concentração e centralização do capital. Necessário, portanto, compreender, a partir das relações de trabalho, de que forma o capital industrial, aliado aos capitais comercial e bancário, se sujeita às relações de trabalho no campo.

Na lógica daqueles que estão dentro da gestão das finanças da máquina pública, o agronegócio ainda é visto como um importante setor de receitas na economia, sendo impossível no momento atual o prosseguimento sem sua presença. No entanto, estes gestores não percebem que este mesmo modelo de desenvolvimento, que reforça a desigualdade social e suas mazelas, é o que determina altos gastos do poder público em infraestrutura social, saúde, educação, segurança nas cidades, e onde a mesma mão que gera receitas, provoca um imenso gasto, em uma conta de soma negativa.

Entende-se que em uma sociedade, realmente democrática, o paradigma da produtividade deverá ser substituído pelo paradigma da sustentabilidade, entendido aqui como aquela propriedade emergente, vinda da dinâmica das diferentes dimensões que compõem o território. Isso não é apenas uma opção política, mas uma necessidade de sobrevivência.

A Via Campesina compreende que o crédito cumpre um papel importante neste processo de consolidação da produção camponesa, na medida em que contribua para a estruturação do conjunto de toda a unidade produtiva camponesa e seus diversos sistemas produtivos, ainda que estimule e fortaleça o cooperativismo, a comercialização e industrialização da produção. Ocorre que o sistema de crédito bancário, atualmente existente, é excluyente para as famílias camponesas. Requer-se um crédito desbancarizado, com normas próprias e específicas, fora dos acordos de Basileia e das regras do sistema financeiro, um crédito ajustado às diversidades regionais e culturais e que não seja um mecanismo de intervenção cultural e no modo produtivo camponês.

4.2 A renda monetária do arroz, renda de autoconsumo e outras rendas

As relações de trabalho, a renda territorial e como se organiza o sistema produtivo da cultura do arroz são assuntos que serão discutidos neste item. Será feita uma análise a partir do Programa Agrário do MST de 2013.

Na produção, a organização do trabalho se dá de diferentes formas existindo um processo permanente de ajuda mútua, principalmente nos tempos de cultivar o arroz, nos cuidados com a água e principalmente no momento da colheita. Apesar de a colheita ser realizada completamente por colheitadeiras, existe uma rede de serviços necessários, ou seja, a colheita o transporte, o descarregamento e o armazenamento.

Encontra-se na cultura do arroz o assalariamento por parte da cooperativa das famílias assentadas no assentamento Lagoa do Junco, fator não encontrado nos outros assentamentos que fazem parte deste estudo. Este componente nas relações de trabalho dos setores produtivos se dá de forma permanente, configurando relações entre exploradores e explorados. No entanto, o assalariamento se dá em setores da cooperativa que desenvolve inovações para agregação de renda da cultura do arroz, na agroindústria do arroz, onde ocorre o processo de beneficiamento e no empacotamento deste cereal. Também neste assentamento foi criada uma padaria que também aparece o assalariamento. Este setor produtivo da cooperativa está desvinculado das atividades agrícolas, mas foi criado como alternativa das famílias em virtude de não ficar dependente apenas de uma linha de produção. As atividades na padaria demandam de mão de obra que as famílias do assentamento não dispõem, por isso, contratam trabalhadores para cumprir a referida função fora da cooperativa. Segundo um administrador deste setor, as pessoas assalariadas são do próprio assentamento que não fazem parte da cooperativa ou do grupo coletivo, no entanto, são assalariados que cumprem a função de motoristas para fazer as entregas da padaria, padeiros e serviços gerais.

No assentamento Santa Rita de Cássia II, 100% das famílias entrevistadas afirmam que somente um membro da família desempenha atividades laborais com a cultura do arroz. Este fato ocorre, pois a cultura do arroz é altamente tecnificada, exigindo, portanto, pouca utilização da mão de obra das famílias camponesas. Este elemento proporciona uma sobra de trabalho nas unidades produtivas, o que vai ajudar a compreender o motivo pelo qual no assentamento Santa Rita de Cássia II aparece, frequentemente, a existência de pessoas trabalhando fora da unidade produtiva. Na ilustração 28 apresenta-se a composição das famílias assentadas e a utilização da força de trabalho na cultura do arroz.

Ilustração 28 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Santa Rita de Cássia II

UP	Tamanho das famílias	Trabalham no cultivo do arroz
1	4	1
2	3	1
3	3	1
4	2	1
5	2	1
6	4	1
7	2	1
8	2	1
9	3	1
10	4	1
Total	29	10

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

No Rio Grande do Sul, a Região Metropolitana de Porto Alegre, nos últimos anos, tem desenvolvido diversas experiências de um novo modelo de produção, respeitando a natureza e trabalhando de forma que os agricultores camponeses produzam alimentos com qualidade e de forma orgânica, desenvolvendo uma cultura saudável, voltadas para atender as demandas de alimentação da população. Esta experiência iniciou com poucas famílias em um único assentamento, passou do tempo e foi se ampliando para outros assentamentos e, atualmente, contempla toda a região metropolitana.

A proposta de um programa de Reforma Agrária baseado numa agricultura saudável é o que os movimentos sociais, principalmente os articulados em torno da Via Campesina, vem sendo construído ao longo do tempo. Esta proposta caminha no sentido de construir um programa agrário alternativo, ou como é denominado de uma Reforma Agrária popular, muito debatida e aprovada no Sexto Congresso Nacional do MST realizado em 2014.

Proporcionar e colocar em pratica a reforma agrária popular não é somente um desafio dos trabalhadores do campo, mas do conjunto da sociedade que tem como objetivo mudar as relações de trabalho, terminar com a exploração dos trabalhadores, alterar a estrutura fundiária brasileira, ter uma alimentação saudável livre de agrotóxicos, além de proporcionar o desenvolvimento do campo brasileiro, tido em algumas regiões como o atraso do país.

A Reforma Agrária Popular somente será colocada em prática quando movimentos socioterritoriais organizados, governos e o conjunto da sociedade estiverem dispostos a enfrentar as barreiras do capital, e a burocracia do estado burguês. É neste sentido que uma grande e nova experiência vem sendo colocada em prática no Rio Grande do Sul, através do

Plano Camponês, pautado pelos movimentos do campo e da cidade e referendado dentro dos órgãos do governo estadual. Este plano tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e as áreas de assentamentos com investimentos em e de diversos níveis, com infraestrutura, recuperação de solo e através da compra de seus produtos. Este é o grande diferencial dos outros programas, pois as famílias camponesas produzem os alimentos, o governo os adquire e repassa às famílias carentes de forma subsidiada desde que estejam organizados.

Outro fator relevante é que neste plano, além dos elementos acima citados, os movimentos sindicais no Estado pautaram juntamente as suas entidades que a alimentação dos trabalhadores das fábricas também recebe, na sua alimentação, produtos provindos do Plano Camponês, ampliando a articulação campo e cidade e colocando em prática parte do que é o papel da Reforma Agrária Popular, que é fornecer alimentos para a população brasileira, principalmente para a classe trabalhadora que é a que mais sofre com a falta de alimentos.

Estas experiências encontram dificuldade de ter sua autonomia na hora em que os produtos são destinados ao mercado, pois acabam entrando no ciclo concorrencial da economia capitalista e as poucas alternativas encontradas são através de políticas públicas.

As famílias assentadas para conseguir agregar renda à produção tiveram que inovar e aprender a trabalhar com a terra, usando novas perspectivas e diferentes das que estavam acostumadas em suas regiões de origem. Isso se dá porque os agricultores desse assentamento, por exemplo, estavam habituados a plantar feijão e milho e conheciam todas as técnicas de plantio destes produtos e ao serem assentados em áreas de várzeas, tentando plantar as sementes. No entanto, não surtiu resultado e por isso, tiveram que reaprender a atividade de lidar com a terra. Nestas novas áreas, os assentados “tiveram, então, de aprender a plantar arroz, porque na região do assentamento Lagoa do Junco essa é a produção típica. O esforço empreendido na aprendizagem desse novo cultivo foi tão grande que hoje os assentados já plantam o arroz biológico” (VIAL, 2005, p. 105).

Neste processo de aprendizado com o novo modo de cultivo, as famílias do assentamento buscaram aprimorar as técnicas de cultivo de arroz propício nesta região. Para isso, os agricultores foram desvendando revelações, como explica Vial (2005):

Descobrimo esses segredos eles conseguiram, neste assentamento, supera mais esta dificuldade, alcançando inclusive, novos conhecimentos, aprendendo com a terra, descobrimo novas tecnologias, que não compreendem novas máquinas, mas sim novas técnicas de plantio, como plantar arroz juntamente com peixe, tecnicamente conhecida como rizipiscicultura. (VIAL, 2005, p. 105).

No Rio Grande do Sul, nos últimos anos, as famílias assentadas do MST na RMPA têm desenvolvido diversas experiências baseadas em um novo modelo de produção, respeitando a natureza a biodiversidade, trabalhando em forma de coletivos, cooperação ou mesmo individualmente. Porém, estes agricultores camponeses estão convencidos que precisam produzir alimentos com qualidade e de forma orgânica, desenvolvendo praticar uma cultura de produção saudável voltada para atender às demandas de alimentação da população. São diversas experiências de produção, industrialização e comercialização que as famílias sem-terra vêm desenvolvendo, no entanto, neste capítulo será possível observar a produção de arroz orgânico, uma experiência já conhecida e que apresenta melhores resultados na questão da Reforma Agrária no RS na atualidade.

A experiência teve início com poucas famílias em um único assentamento, mas, com o passar do tempo, foi se ampliando para outros assentamentos e atualmente contempla toda a região metropolitana. Segundo dados do IRGA, a Região Metropolitana de Porto Alegre abraça 26 assentamentos e 1,7 mil famílias assentadas da Reforma Agrária. Tais famílias são cooperadas da COOTAP e integradas com entidades locais, como prefeituras, universidades, IRGA, Emater e Conab. Nota-se na ilustração 9 que existem 534 famílias envolvidas diretamente na produção de arroz orgânico e na ilustração 11 que 15 assentamentos estão envolvidos diretamente na produção de arroz orgânico. Também a ilustração 9 aponta a elevação no número de famílias que, a cada ano, vem se inserindo nesta atividade. Por outro lado, aponta que ainda tem um amplo espaço em famílias e áreas a ser alcançado dentro dos próprios assentamentos.

Estudando a renda da terra, a partir da cultura do arroz, busca-se referências na pesquisa de campo realizada em dois assentamentos de Reforma Agrária na região metropolitana de Porto Alegre. Nas pesquisas ficou evidente que a atividade do arroz ocupa a maior área para produção, sendo que das 10 famílias entrevistadas no assentamento Santa Rita de Cássia II, nove informaram que seus lotes possuem 12 hectares de terra, enquanto uma informou que seu lote possui 15 hectares. Destes, quatro destinam oito hectares para a produção de arroz, três informaram que destinam 8,2 hectares para esta cultura, um apresentou informação que 7 hectares de seu lote é destinado para produção de arroz e um que destina 50% da área para o cultivo do arroz. Somente a família assentada que afirma possuir 15 hectares em seu lote, destina 11 hectares para cultivar arroz. Estes dados podem ser observados na ilustração 29. Neste estudo será trabalhado o número de famílias e não serão utilizados nomes para não constranger nenhuma pessoa acerca das informações prestadas.

Ilustração 29 – Área dos lotes no assentamento Santa Rita de Cássia II, áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas

UP	Total da área em (ha)	Área para produção de arroz em (ha)	Área com outros usos em (ha)
1	12,0	8,2	3,8
2	12,0	8,2	3,8
3	12,0	8,2	3,8
4	12,0	8,0	4,0
5	12,0	8,0	4,0
6	12,0	7,0	5,0
7	12,0	8,0	4,0
8	12,0	8,0	4,0
9	15,0	11,0	4,0
10	12,0	6,0	6,0
Total	123,0	80,6	42,4

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

As familiares entrevistadas também apontam para as dificuldades enfrentadas no tocante à ocupação das áreas baixas, ou seja, áreas destinadas à produção de arroz. Para estas famílias é muito difícil encontrarem alternativas para colocar a área no circuito produtivo, salvo, a cultura do arroz irrigado. Diante destas questões, a saída foi optar pela produção na área sem cultivo, mesmo que os resultados apresentados não sejam satisfatórios para todos. Segundo os entrevistados, os custos de produção precisam ser diminuídos, pois as altas técnicas desenvolvidas para cultivar arroz requerem alto grau de investimento financeiro e, em muitos dos casos, as famílias não dispõem para efetuar o plantio em tempo adequado. Observa-se na ilustração 30 que o custo de produção chega, em média, ser seis vezes mais do que a renda líquida obtida com a cultura do arroz.

No assentamento Santa Rita de Cássia II, as famílias, logo que foram assentadas no ano de 2008, tiveram acesso a todos os créditos para infraestrutura e produção, porém, os créditos para viabilizar a produção foram acessados anteriormente aos créditos de viabilização da infraestrutura necessária para armazenar e escoar a produção. Por isso, muitos destes créditos não tiveram direcionamento adequado, que, diante da resposta de uma entrevistada é que “a ideia era de que devíamos produzir, então, compramos vacas, lavramos a terra, mas as áreas secas, destinadas à pastagem, foram poucas para cada família”. As famílias não conseguiram dar sequência na produção leiteira e “com o passar do tempo não tínhamos mais pasto para dar para os animais e tivemos que vende por menos da metade do preço”.

Na visão de outro entrevistado, os créditos desta época foram a razão de muitas das famílias não conseguirem ter acesso a novos créditos para viabilizar a produção de arroz. Aos

poucos, as famílias foram migrando para outras culturas, optando pela criação de pequenos animais e pelo trabalho com hortas. Nos primeiros anos do assentamento foi pequeno o número de famílias que tiveram condições de cultivar as áreas baixas, com isso, muitos plantadores de arroz da região procuraram as familiares para firmar parcerias para produção, processo este que não é permitido pelo INCRA.

Analisando-se o tamanho dos lotes e a área destinada à produção de arroz na ilustração 29, afirma-se que a renda da terra, a partir da cultura do arroz, supera as outras rendas das famílias obtidas com o plantio e comercialização de outras culturas. A ilustração 30 exhibe os dados da produção, na segunda coluna, mostrando uma produção média de 86,68 sacas de arroz por hectares, no entanto, para chegar a esta produção, o custo de produção se eleva, chegando, em média, a R\$ 3.273 por hectare. Este custo de produção se reflete ao ser analisada a renda líquida obtida mensalmente por cada família.

Ilustração 30 – Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Santa Rita de Cássia II

UP	Produção em sacas	Renda bruta anual da produção de arroz em (R\$)	Renda líquida anual da produção de arroz em (R\$)
1	705	23.970,00	3.060,00
2	832	33.280,00	5.500,00
3	832	33.280,00	3.500,00
4	808	32.320,00	3.500,00
5	560	19.040,00	4.068,00
6	490	16.660,00	3.324,00
7	800	27.200,00	6.000,00
8	800	32.000,00	4.000,00
9	800	32.000,00	4.000,00
10	360	14.076,00	6.300,00
Total	6.987	263.826,00	43.252,00

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

Diante dos dados, compreende-se que todas as famílias assentadas no Santa Rita de Cássia II sobrevivem com uma renda inferior a um salário mínimo somente com a produção de arroz. Por sua vez, a ilustração 31 aponta que as famílias, na área destinada à produção de outras culturas, conseguem obter renda superior à cultivada com arroz. Com a diversificação da produção, a proposta da Reforma Agrária popular está além de oferecer às próprias famílias, uma alimentação diversificada e de qualidade, contribuindo, ao mesmo tempo, para agregar renda para as famílias.

Ilustração 31 – Renda líquida do arroz e outros tipos de produção no assentamento Santa Rita de Cássia II

UP	Renda líquida anual da produção de arroz em (R\$)	Renda líquida anual com outros tipos de produção em (R\$)	Total anual da renda líquida da terra por família em (R\$)
1	3.060,00	10.416,00	13.476,00
2	5.500,00	6.000,00	11.500,00
3	3.500,00	3.600,00	7.100,00
4	3.500,00	6.000,00	9.500,00
5	4.068,00	1.940,00	6.008,00
6	3.324,00	3.600,00	6.924,00
7	6.000,00	13.000,00	19.000,00
8	4.000,00	1.300,00	15.300,00
9	4.000,00	8.000,00	12.000,00
10	6.300,00	6.480,00	12.780,00
Total	43.252,00	70.336,00	113.588,00

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

Analisando-se os dados é possível entender que a renda das famílias alcança um quantitativo maior, tendo em vista que 70% das famílias obtêm renda superior a um salário mínimo. Caso for feita uma média de renda de todas as famílias entrevistadas, constata-se que a média de renda chega a R\$ 948,22. Esta elevação na renda é atribuída ao fácil acesso no mercado pelas famílias assentadas no Santa Rita de Cássia II. Conforme um dos entrevistados, a renda só não é maior pela falta de políticas públicas, cujo propósito deveria ser o de incentivar a diversificação da produção. Ainda de acordo com o entrevistado, toda produção de carnes, ovos e peixes é comercializada facilmente nos finais de semana, e os consumidores da cidade próxima se deslocam até o assentamento no intuito de adquirir os produtos. Acreditam as famílias que, nos próximos anos, a renda vai melhorar ainda mais, porque no último governo alguns recursos foram destinados à irrigação de pequenas hortas, mas isso representará um acréscimo na renda.

Das 10 famílias entrevistadas foram, ainda, encontradas duas diferentes formas de renda, ou seja, os casos de aposentadorias e pensão. Em três famílias, um dos membros percebe um salário mínimo de aposentadoria e na outra família, um que recebe dois salários mínimos. As demais, até o momento, não têm direito ao benefício. A outra forma, diz respeito à renda obtida fora do lote, sendo que foram encontrados três casos, sendo o primeiro, o de um indivíduo que trabalha na assistência técnica no próprio assentamento, o segundo presta serviço à COOTAP, trabalhando com máquinas agrícolas também no próprio assentamento, e o terceiro, realiza atividades laborais em uma empresa de construção fora do assentamento.

Outro fator pronunciado nas entrevistas trata da renda solidária. As famílias fazem doações de alimentos para vizinhos, parentes que visitam o assentamento e sempre levam algum tipo de produto, entidades carentes, atividades festivas e culturais realizadas no assentamento, e também para as famílias que permanecem acampadas. Todas as famílias esclarecem que o fato de doar produtos é uma prática habitual, porém, a renda jamais foi contabilizada.

Levando-se em consideração a diversidade de casos encontrados constata-se que os assentamentos que se encontram localizados próximos aos centros urbanos têm potencial para diversificar a produção obtendo renda semanal com a realização de feiras e vendas diretas para os consumidores que estão à procura de alimentos de qualidade.

Por outro lado, enfatizar somente as questões de produção e de renda é tratar destes pontos com muita genuinidade, é como pensar somente na economia deixando de lado as questões sociais. Aqui, se dá o latifúndio, o chamado montepio, onde residia apenas uma família de empregados que cuidava da área pertencente à massa falida, sendo, atualmente, um espaço de trabalho e moradia para 102 famílias. Este dado seria o suficiente para afirmar que a reforma agrária ou os projetos de assentamento valem a pena e dão certo. No entanto, o assentamento Santa Rita de Cássia II representou, na época de sua efetivação, a esperança para estas famílias que, aos poucos, constituíram uma nova comunidade. Um assentamento que, em poucos anos, foram construídas habitações de qualidade para todas as famílias assentadas, trocando a lona preta por uma verdadeira moradia digna. Isso não quer dizer que os barracos de lona preta não sejam dignos da luta, ao contrário, representam a força da organização de todas as famílias que foram assentadas no Rio Grande do Sul, passando, no mínimo, seis meses embaixo de uma lona preta.

Ao mesmo tempo em que se fala que todas as famílias têm acesso à energia elétrica, água potável encanada em suas residências e que todas as crianças podem estudar é falar de questões sociais de dignidade humana, é falar da conquista dos direitos básicos do ser humano. De igual forma, fala-se também de economia, sim, de uma economia que as famílias camponesas tanto lutaram por seus direitos, mesmo porque se os custos fossem calculados para alcançar os itens acima citados, no momento em que uma família se encaminha para o acampamento, por não ter outra perspectiva, se tornaria inviável o acesso desta família aos seus direitos. No entanto, optou-se por não fixar nas questões econômicas, porque é necessária uma boa análise para distribuir melhor as políticas públicas destinadas para as áreas de reforma agrária.

Como a agricultura brasileira foi constituída pelo processo imigratório, na constituição dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul também foi marcante a migração dos camponeses, principalmente na Região Norte onde se concentravam os camponeses pobres e onde iniciou a luta pela terra e as primeiras ocupações de terra no RS. No caso dos “assentados na Lagoa do Junco, que participam da pesquisa empírica, são todos descendentes de imigrantes alemães, poloneses e italianos” (VIAL, 2005, p. 37).

Em pesquisa realizada no assentamento Lagoa do Junco, Vial (2005, p. 39), analisando o uso e posse da terra afirma que “a ideia de propriedade da terra diverge sobre entre os assentados: alguns lutam pelo retorno a terra coletiva e outros lutam pela propriedade individual”. Estes argumentos refletem na atualidade do assentamento por conviverem estas duas questões: áreas coletivas que são utilizadas por 11 famílias das 27 que constituem o assentamento, e áreas de uso individual, configurando a utilização da terra. Neste momento, Vial (2005, p. 39) salienta que “entre os assentados pelo MST, alguns pretendem a posse definitiva da terra; outros pretendem apenas o uso da terra”. E continua o autor:

O assentamento Lagoa do Junco localiza-se em Tapes, zona sul do Rio Grande do Sul. Inicialmente, os hoje assentados organizaram-se em acampamentos, [...] a maioria de tempo que as famílias ficaram acampadas é de quatro anos. Após este período para algumas famílias foi designado o assentamento Lagoa do Junco criado em 1995. (VIAL, 2005, p. 83).

Na pesquisa de campo, o uso do questionário, como instrumento para a coleta de dados, facilitou a metodologia de pesquisa, porque, como membro do MST, as famílias entrevistadas se sentiam à vontade para responder aos questionamentos, informando a renda obtida na produção, bem como outras formas de renda. Através do trabalho de campo foi possível realizar visitas às unidades produtivas nas áreas plantadas com arroz, na padaria localizada no próprio assentamento e nas unidades familiares que faziam uso da produção para o autoconsumo. Através das observações interagiu-se com a realidade das famílias, seus espaços de trabalho e com os espaços de moradia. Cada questionário continha questões de ordem objetiva, mas as famílias, na sua maioria, ainda apresentavam outras questões foram incrementadas na elaboração do texto, contribuindo para melhor entendimento acerca da complexidade da renda composta pelas famílias.

Ainda Vial (2005, p.84), ao se referir à cooperativa criada pelas famílias assentadas afirma que era “composta por 18 famílias, totalizando 51 pessoas”. No entanto, com a realização desta pesquisa constatou-se que a COOPAT foi fundada em 1998 com este número de associados e que atualmente conta com 11 famílias assentadas, ou seja, com 24 sócios.

Segundo um entrevistado os filhos das famílias assentadas, ao completarem idade, associam-se à cooperativa e também desenvolvem as mesmas atividades laborais remuneradas igualmente aos demais sócios.

Todavia, no Lagoa do Junco, as famílias que trabalham coletivamente também possuem silos de secagem e armazenamento da produção própria e de terceiros, além de industrializar a produção. Este processo demanda de maior quantidade de mão de obra e, por não estar disponível é usada somente a força de trabalho das famílias da cooperativa, vendo-se esta, obrigada a buscar mão de obra fora ou parar com alguma atividade. Mesmo assim, observa-se na ilustração 31 o inverso do que acontece nos outros assentamentos que cultivam soja, leite e arroz individualmente, já no Lagoa do Junco, toda a força de trabalho é destinada às atividades nas unidades de produção, sendo que mais de 2/3 das pessoas que compõem as famílias trabalham com alguma atividade referente à cultura do arroz.

Ilustração 32 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Lagoa do Junco que trabalham coletivamente

UP	Tamanho das famílias	Trabalham na cultura do arroz
1	3	3
2	2	1
3	4	3
4	3	2
5	3	3
6	2	1
Total	17	13

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

No que tange à produção, Vial (2005), ao realizar seu estudo, afirma que as famílias desenvolvem diversas atividades produtivas tais como:

[...] arroz irrigado, plantado no sistema pré-germinado em área de aproximadamente 120 hectares, com uma produção anual de 10.000 sacos; pecuária leiteira, com um rebanho de 20 vacas de raça holandesa e uma produção de 90.000 litros de leite por ano, realizada por ordenhadeira mecânica, sendo que a produção é vendida diretamente para o consumidor na cidade de Tapes (parte em forma de queijo e leite fluído); suinocultura, cuja produção anual é de 45 mil quilos; avicultura, que produz cerca de 12 ml quilos por ano; cultivo de horta ecológica em uma área de 2 hectares, produzindo 25 diferentes produtos para abastecer o mercado de Tapes; e ainda há uma padaria coordenada e administrada pela mulheres, em que se produz artesanalmente pães,ucas, biscoitos queijos e doce de leite o que tem se tornado uma importante fonte de renda. (VIAL, 2005, p. 86).

Nesta pesquisa constatou-se que há, por parte das famílias assentadas, uma inversão na produção, acontecendo certa especialização na produção de arroz com investimento de tecnologias sofisticadas que contemplam a cadeia produtiva desde a preparação do solo, para efetivação do plantio, até o processo de industrialização da produção depois da colheita, sendo esta empacotada e pronta para ser comercializada. No que tange à padaria também houve incremento de técnicas, deixando de ser artesanal e passando à industrial. No tocante às outras culturas, Vial (2005) mostra as famílias informando que a falta de mão de obra e o pouco rendimento com outras atividades produtivas fez pessoas abandonar em tais atividades para se dedicarem à produção de arroz e à padaria. As demais atividades de hortas e produção de animais estão sendo realizadas nos lotes que todas as famílias possuem na agrovila.

Nesta parte da pesquisa optou-se em apresentar a área coletiva de forma única sem apresentação de uma ilustração para especificar o tamanho dos lotes, haja vista que a utilização do território é coletiva, definindo a sua utilização entre as famílias. Destaca-se, portanto, que do conjunto das 187 hectares da cooperativa, 120 hectares são destinados ao cultivo de arroz, 30 hectares ao cultivo de acácia, 5,5 hectares à moradia e pequenas hortas e o restante está subdividido entre reservas de preservação permanente, estradas, valos e pastagens.

A renda territorial do Lagoa do Junco configura uma produção de 1.200 sacas de arroz, renda bruta de R\$ 48.000 e renda líquida de R\$ 30.000 anual. Possui ainda a renda da padaria que, segundo um entrevistado, fica em torno de R\$ 2.000 por família, principalmente neste período em que as vendas para o PNAE estão em alta, mantendo-se este programa para que as famílias possam ter boas perspectivas no conjunto das famílias assentadas. Neste assentamento, as demais produções servem para atender as demandas da padaria para doações solidárias, já citadas anteriormente e para o autoconsumo. Oportuno expor que para o autoconsumo, as famílias produzem arroz, feijão, mandioca, carnes, banha, batata-doce, verduras, legumes, pão, queijo, salame etc., comprando no mercado apenas alguns produtos que não conseguem produzir, como o café, o açúcar, margarina, macarrão.

Como foi apresentado na ilustração 8, o assentamento Lagoa do Junco é composto por 28 famílias, no entanto, até então, trabalha-se com as 11 famílias que fazem parte da cooperativa. Para tanto, será analisado a seguir o resultado da pesquisa realizada com as famílias que trabalham individualmente no Lagoa do Junco, iniciando-se pela composição das famílias por unidade produtiva. Das 17 famílias que trabalham individualmente realizou-se seis entrevistas para compreender a renda das que, por opção cultural ou política, realizam em

seus lotes atividades laborais individualmente, mantendo relações de sociabilidade com as demais famílias.

Ilustração 33 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Lagoa do Junco que trabalham individualmente

UP	Tamanho das famílias	Trabalham na cultura do arroz
1	3	1
2	2	1
3	3	1
4	3	1
5	3	1
6	2	1
Total	16	6

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

De imediato, constatou-se que na cultura do arroz, onde os lotes são cultivados individualmente, a absorção da força de trabalho disponível nas famílias é menor que na produção coletiva, tendo em vista que nestas unidades produtivas somente são realizadas atividades na parte da produção. Na ilustração 33 vê-se que as famílias disponibilizam de pouca terra para o cultivo de outras culturas, tendo no arroz a principal fonte de utilização do lote.

Ilustração 34 – Área dos lotes no assentamento Lagoa do Junco áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas

UP	Total da área em (ha)	Área para produção de arroz em (ha)	Área com outros usos em (ha)
1	16	15	0,12
2	17	16	0,12
3	33	0	1,12
4	16	15	0,12
5	15	15	0,12
6	17	14	0,12
Total	114	75	1,72

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

No que tange ao consumo “é importante destacar que este cereal é um dos alimentos mais consumidos no Brasil, tendo um consumo médio de 45 kg/pessoa/ano, sendo considerado estratégico, no que se refere à solução de questão de segurança alimentar” (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 59). Desta forma, afirma-se que é possível produzir alimentos saudáveis para toda a população brasileira e mundial, pois se forem analisados os dados da ilustração 34, apenas seis lotes de reforma agrária produzem arroz por um ano para

8651 famílias, considerando o consumo médio anual. Na referida ilustração também fica evidente o quanto a renda bruta e a renda líquida das famílias fazem girar a economia local, pois cada família tem, em média, uma renda bruta de R\$ 41.351 e uma renda líquida média de R\$ 26.386. Todo este montante de recurso será colocado na economia local, mercados, lojas, postos de combustível, agropecuárias, bancos etc. diferente da agricultura capitalista onde os recursos são adquiridos e gastos nos grandes centros urbanos.

Ilustração 35 – Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Lagoa do Junco

UP	Produção em sacas	Renda bruta anual da produção de arroz em sacas (R\$)	Renda líquida anual da produção de arroz em (R\$)
1	1.200	45.600,00	30.000,00
2	1.600	51.200,00	30.360,00
3	1.500	48.000,00	27.300,00
4	1.200	38.400,00	30.000,00
5	1.950	59.280,00	24.000,00
6	1.301	41.628,00	16.656,00
Total	8.751	284.108,00	158.316,00

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

Na ilustração 36 constata-se que 50% das famílias dependem exclusivamente da renda do arroz e que outras 50% cultivam outras culturas. Esta situação apresenta certos riscos com o monocultivo, pois qualquer tipo de frustração de safra passa a comprometer toda a renda anual das famílias camponesas. Todavia, a renda com o cultivo do arroz no Lagoa do Junco, coletiva ou individualmente, é superior à renda obtida no Santa Rita de Cássia II. Este fator se explica em parte, porque no Santa Rita de Cássia II, os investimentos para viabilização da produção ocorreram de forma correta e as famílias investiram em máquinas agrícolas para viabilizar, por conta própria, a produção, bem como em silos para secagem e armazenamento, e mais, as famílias do Santa Rita de Cássia são completamente dependentes destes serviços, elevando, dessa forma, o custo de produção. Outro fator é o tempo na atividade arrosícola, tendo em vista que no Lagoa do Junco, as famílias são pioneiras na produção orgânica, enquanto que no Santa Rita de Cássia II este tipo de produção é recente e exige um aprendizado com as técnicas.

Ilustração 36 – Renda líquida do arroz e outros tipos de produção no assentamento Lagoa do junco

UP	Renda líquida anual da produção de arroz em (R\$)	Renda líquida anual com outros tipos de produção em (R\$)	Total anual da renda líquida da terra por família em (R\$)
1	30.000,00	6.000,00	36.000,00
2	30.360,00	0,00	30.360,00
3	27.300,00	6.000,00	33.300,00
4	30.000,00	0,00	30.000,00
5	24.000,00	0,00	24.000,00
6	16.656,00	4.320,00	20.976,00
Total	158.316,00	16.320,00	174.636,00

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

Nos últimos anos, a produção orgânica nos assentamentos de reforma agrária vem incorporando o processo de certificação. Este processo está sendo desenvolvido de forma participativa, sendo que as próprias famílias fazem o acompanhamento e expedem o certificado de produto orgânico. Esta certificação está baseada, segundo Meireles (2002) citado por Medeiros e Lindner (2014, p. 67-68), “na confiança, participação, descentralização, na organização, na formação de redes, na transparência, no olhar externo, na adequação à produção familiar e no processo de pedagógico” Além destes princípios, os autores explicam:

[...] a certificação participativa é aperfeiçoada na organização dos produtores (grupos, associações, cooperativas) que por possuir mecanismo interno de geração e transmissão de confiança como as visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, composição de comissões de ética; são capazes de fortalecer os elos de solidariedade e compromisso no processo. (MEDEIROS; LINDNER, 2014, p. 68).

Com isso, finaliza-se esta parte do capítulo ciente que a agricultura camponesa diversificada é viável e produz alimentos suficientes para o conjunto da população, pois as experiências dos dois assentamentos aqui apresentadas deixam evidente que é possível, com pouca área, produzir alimentos em quantidade, e que se as terras agricultáveis existentes estiverem destinadas à produção de alimentos saudáveis não se terá problema de fome nas gerações atuais e futuras. Por outro lado, a inovação técnica e a certificação dos produtos orgânicos trazem e trarão maior agregação de renda para as famílias envolvidas na produção. Esta certificação participativa é o exemplo de como são os próprios camponeses, os responsáveis por um novo modelo de agricultura.

4.3 A renda monetária do leite, renda de autoconsumo e outras rendas

Nesta parte, apresenta-se os resultados da pesquisa sobre a renda territorial nos assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade. Algumas questões serão destacadas a fim de proporcionar reflexões sobre a renda camponesa territorial com base na produção leiteira, tendo em vista que compreender a renda territorial é necessário para os camponeses que, diariamente, estão envolvidos na produção de alimentos. A renda territorial camponesa em contrapartida à renda capitalista do agronegócio está voltada à produção de autoconsumo das famílias e ao mercado que, a partir do trabalho familiar, encontram alternativas de resistência para permanecerem no campo. Procura-se, no decorrer deste subcapítulo, apontar qual a renda das famílias inseridas nesta atividade pecuária e outras rendas.

Os assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade foram escolhidos para a pesquisa por estarem dentro da estratégia do MST da produção leiteira. Observa-se que a atividade pecuária na região pode oferecer aos seus assentados, oportunidade de ter, a partir do trabalho familiar, renda que garanta a permanência e a resistência dos camponeses em seus territórios. O Vinte de Agosto e o Conquista da Liberdade estão inseridos no território da cidadania da Região Sul e fazem parte da trajetória da luta pela terra das famílias vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul, que, através da luta pela reforma agrária, conseguiram conquistar um lote de terra e, com isso, buscar por melhores condições de vida. Dentro das perspectivas das famílias assentadas está o acesso à habitação, água potável, acesso à saúde pública, acesso à educação, energia elétrica, meios culturais, além de créditos agrícolas como forma de viabilizar a produção.

Segundo o portal da Cidadania:

Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia²¹.

Entende-se que a estratégia do MST em incentivar a produção leiteira, também está vinculada a proporcionar renda às famílias assentadas, tendo em vista as condições socioeconômicas da região onde os assentamentos estão inseridos. Os territórios da cidadania também proporcionam a participação das famílias para debater as políticas públicas, tendo a

²¹ TERRITÓRIOS da cidadania. 2015. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page_num=0>. Acesso em: 14 nov. 2015.

finalidade de viabilizar as demandas das famílias que se encontram em situação de pobreza.

Estes dois assentamentos foram constituídos na década de 1990. Segundo informações do portal da Reforma Agrária, nesta década, no Rio Grande do Sul, foram criados 162 assentamentos com 6.044 famílias assentadas, ocupando um território de 146.228 hectares. Neste mesmo período no Brasil foram constituídos 696 assentamentos num total de 49.822 famílias assentadas em um território total de 1.279.335 hectares. Este conjunto de assentamentos, realizados nesta década, é o resultado do forte processo de mobilização das famílias acampadas na época. Muitas destas lutas foram impulsionadas em resposta ao massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará, quando milícias armadas, juntamente com a polícia militar daquele estado, assassinaram 19 trabalhadores sem terra no dia 17 de abril de 1996. Em resposta a este massacre, milhares de famílias se mobilizaram em torno da reforma agrária em todas as regiões do Brasil, obrigando o governo da época a realizar o assentamento de milhares de famílias em todo país. Para tanto, no território do assentamento Vinte de Agosto, os lotes apresentavam uma variação considerável de sua proporção e também na utilização.

Ilustração 37 – Área dos lotes no assentamento Vinte de Agosto, áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas

UP	Total da área em (ha)	Área para produção leiteira em (ha)	Área com outros usos em (ha)
1	26,4	18,0	8,4
2	19,6	13,2	6,4
3	18,0	12,0	6,0
4	18,0	12,0	6,0
5	16,8	11,0	5,8
6	20,0	13,0	7,0
7	30,0	22,0	8,0
8	29,4	25,0	4,4
9	27,0	21,0	6,0
10	17,6	12,0	5,6
11	18,7	10,0	8,7
12	19,3	8,0	11,3
13	22,0	11,0	11,0
14	27,0	19,0	8,0
15	19,3	12,0	7,3
16	18,1	11,0	7,1
17	21,9	7,0	14,9
18	28,0	20,0	8,0
19	25,7	13,0	12,7
20	24,8	18,0	6,8
Total	447,6	288,2	159,4

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

Em busca de melhor compreensão acerca da renda territorial, tem-se a ilustração 17 que exhibe o tamanho dos lotes e a sua utilização para a produção leiteira, como também a área destinada a outras culturas, tendo em vista que parte significativa dos lotes foi destinada a outras atividades agrícolas e para a produção do autossustento,

Analisando-se a composição das famílias e a força de trabalho utilizadas na atividade leiteira do Vinte de Agosto, compreende-se o quanto de trabalho familiar é desprendido para a atividade leiteira, pois esta é uma atividade que requer trabalho diário, diferente das outras duas culturas analisadas, como demonstra a ilustração 38.

Ilustração 38 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Vinte de Agosto

UP	Tamanho das famílias	Trabalham na atividade leiteira
1	4	2
2	2	2
3	4	1
4	2	2
5	3	2
6	5	2
7	4	2
8	1	1
9	3	2
10	6	2
11	2	1
12	2	2
13	3	1
14	4	2
15	4	2
16	4	2
17	6	3
18	4	2
19	3	1
20	5	2
Total	71	36

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (2015).

Segundo Oliveira (2015), a territorialização dos camponeses assentados na região Sul do Rio Grande do Sul, incluídos os assentamentos estudados, ocorreu com famílias procedentes da Região Noroeste do estado que estavam habituadas a viver e cultivar culturas conforme as características da região. E continua o autor explicando que:

No processo de luta e territorialização acabaram migrando para outra região do estado completamente diferente, distante aproximadamente seiscentos quilômetros

de seus locais de origem. Logo no início do assentamento as famílias tentaram, no novo território conquistado produzir os mesmo produtos que estavam acostumados a cultivar na sua região, sem ter um conhecimento básico das condições climáticas e períodos de produção, com isso acabaram nas primeiras plantações frustrando-se com a produtividade desejada, alguns que insistiram nestas culturas acabaram se inviabilizando economicamente e acabaram desistindo dos lotes. (OLIVEIRA, 2015, p. 7-8).

No entanto, este processo possibilitou que os camponeses buscassem alternativas de produção, viabilizando, segundo o presidente da COOPERAL, a cadeia produtiva do leite como saída para os camponeses se manterem no campo.

As informações e dados prestadas pela COOPERAL, cooperativa formada exclusivamente por camponeses assentados, permitiu fazer uma análise anual da renda com a atividade leiteira no assentamento Vinte de Agosto, por possuir em seus arquivos todas as informações dos associados. Neste sentido, foi possível organizar tabelas para demonstrar a renda bruta e renda líquida mensalmente de cada produtor a partir da comercialização das famílias entrevistadas, haja vista que as próprias famílias não possuem estas informações organizadas. As entrevistas de campo complementaram as informações, principalmente no que refere aos custos de produção.

A produção de leite no Brasil, segundo os dados do censo agropecuário de 2006 e citados por Fernandes et al. (2014, p. 19), provém, a maior parte, da agricultura camponesa onde a produção é de 58%, ou seja, na agricultura camponesa, com base no trabalho familiar, além de produzir para a comercialização, utiliza deste produto para consumir para o autoconsumo. Neste assentamento isso ficou evidente, porque de acordo com as entrevistas 100% das famílias afirmam consumir parte da produção, utilizando também para a alimentação de outros animais, além dos terneiros. O excedente da produção das famílias que é destinada ao mercado no assentamento Vinte de Agosto é recolhido pela COOPERAL. Todas as famílias que produzem leite para comercialização no assentamento entregam para a cooperativa que tem o monopólio no recolhimento da produção, mesmo porque todas as famílias entrevistadas afirmam que entregam a produção para a COOPERAL. De acordo com esta, a cooperativa é dos assentados e por isso, as famílias se sentem responsáveis para comercializar seus produtos com a mesma.

Nesta pesquisa trabalhou-se com 20 produtores de leite do Vinte de Agosto, buscando compreender, através da produção, a renda obtida. Na Tabela 4, apresenta-se o resultado da produção no período de julho de 2013 a junho de 2014 e, neste ano de pesquisa, percebeu-se, através dos dados, a variabilidade da produção durante os meses do ano e como esta produção

também apresenta variação entre os produtores. Observou-se, de igual modo, que alguns camponeses deixaram de produzir em alguns meses do ano, no entanto, este fator é considerado pequeno em relação ao montante das famílias e meses pesquisados. Também notou-se que os meses de maio, junho, julho e agosto, meses em que o inverno é mais intenso, a produção diminui significativamente.

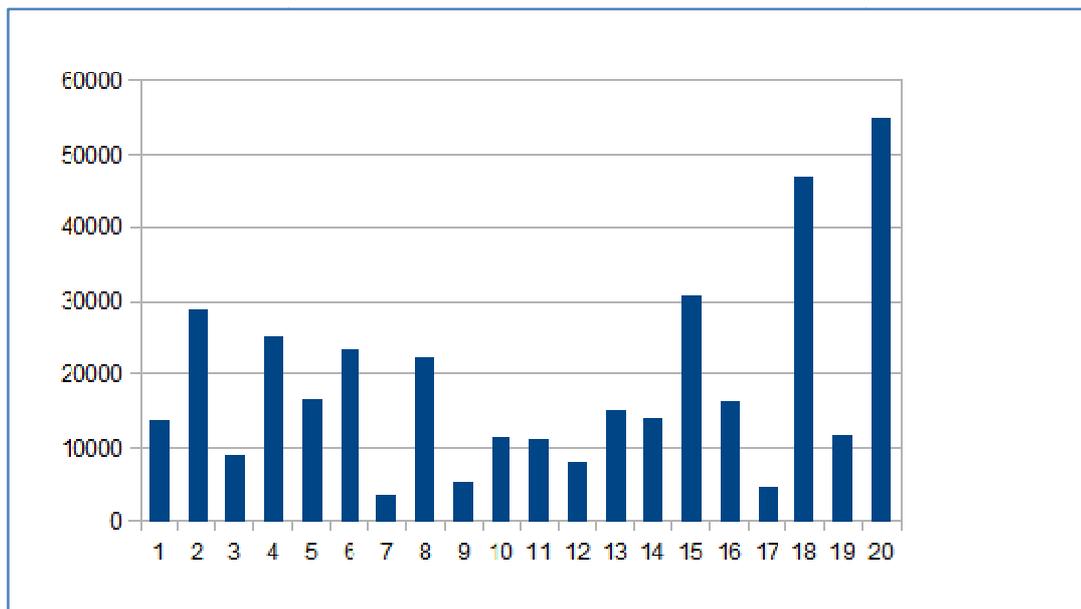
Tabela 4 - Produção mensal de litros de leite de famílias do assentamento Vinte de Agosto, no período de julho de 2013 a junho de 2014

Produtores	2013						2014						Total
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
1	605	1298	1392	2254	1922	1729	1149	935	983	454	648	290	13659
2	1873	1640	1786	2627	3179	3143	3150	2795	2041	2890	1663	2146	28933
3	592	1149	742	1005	483	1481	223	532	829	515	486	1050	9087
4	1693	1898	2599	2426	4020	2904	2735	3389	2755	1358	0	0	25777
5	968	989	1158	0	1738	1676	1736	2513	2657	1121	926	1142	16624
6	1715	1719	1808	2227	2522	2596	2759	2377	2101	1550	733	1278	23385
7	409	350	511	572	416	213	0	193	109	69	171	513	3526
8	1420	0	2222	2834	2413	2164	1853	1296	2079	1514	1761	2729	22285
9	100	49	236	757	910	877	675	667	625	235	50	0	5181
10	1695	1248	1369	1760	0	0	889	1311	1435	875	0	813	11395
11	1050	1050	1445	2068	0	0	1200	1050	1070	933	0	1439	11305
12	0	0	683	0	708	1357	1099	1734	1337	459	439	274	8090
13	2305	0	4838	0	0	0	1201	0	3410	0	0	3097	14851
14	820	1179	1627	2014	1988	1767	589	800	820	659	792	859	13914
15	0	1634	3092	3320	2856	3092	3099	3532	3301	2638	1886	2417	30867
16	1415	753	1215	1512	1273	2110	1483	2003	1395	1137	915	1027	16238
17	0	0	0	0	0	0	1104	1247	1045	126	333	527	4382
18	2223	3751	4794	4909	5472	5898	6533	6315	0	3662	1815	1754	47126
19	822	878	714	0	884	1417	1369	1036	1409	923	1236	1080	11768
20	2974	3447	6327	6134	5952	6116	5883	0	5752	3521	3025	5984	55115
Total/mês	22679	23032	38558	36419	36736	38540	38729	33725	35153	24639	16879	28419	373508

Fonte: Oliveira (2014), com base no Trabalho de campo ((Jul/2013-Jun/2014)).

No entanto, no Vinte de Agosto, devido às questões culturais das famílias, a cooperação agrícola não foi possível, sendo assim, todas as famílias trabalham individualmente em seus lotes, o que dificulta o processo organizativo, bem como da organização da produção. Observando-se a ilustração 39 vê-se a grande diferença na produção entre os camponeses, no entanto, em um processo cooperado ou coletivo de produção esta disparidade deixaria de existir.

Ilustração 39 – Variação da produção de leite em litros anual entre produtores do assentamento Vinte de Agosto



Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (Jul/2013-Jun/2014).

A ilustração 39 ainda exhibe o quanto é variável a produção entre os próprios camponeses, pois dos 20 entrevistados, cinco produzem menos de 10 mil litros de leite/ano, enquanto que dois produtores produzem mais de 40 mil litros/ano. Esta variável influencia diretamente na renda das famílias.

Buscando compreender e fazer um exame das despesas de cada família assentada, buscou-se levantar os custos da produção de cada família que compõem a renda bruta. Neste sentido, a Tabela 5 apresenta a renda bruta de cada família por mês e no fim, o resultado anual da renda bruta, podendo-se comparar com a Tabela 6 que exhibe somente os dados da renda líquida.

Tabela 5 - Renda Bruta(R\$) da produção de leite no assentamento Vinte de Agosto

Produtores	2013						2014						Total
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
1	443.3	967.66	1394.36	1766.77	1498.35	1347.89	876.16	708.99	778.89	357.8	524.49	226.08	10890.74
2	1331.77	1193.06	1271.32	1986.64	2469.41	2389.77	2343.31	2159.64	1577.03	2185.54	1226.97	1640.53	21774.99
3	453.95	866.33	568.96	817.73	376.54	1205.03	175.76	412.48	671	416.84	383.02	836.44	7184.08
4	1240.49	1524.4	1948.61	1942.95	3322.29	2276.26	2073.9	2670.87	2253.37	1081.81	0	0	20338.95
5	725.77	749.95	892.89	0	1414.13	1363.69	1382.93	1969.78	2127.94	931.22	765.29	900	13223.59
6	1263.93	1266.88	1363.27	1745.62	1976.85	2034.86	2115.6	1822.69	1682.66	1287.58	580.79	1007.19	18147.92
7	297.93	263.9	387.48	453.22	320.76	164.23	0	145.53	85.91	54.38	137.67	397.74	2708.75
8	1045.52	0	1647.04	2317.99	1973.64	1751.54	1460.36	977.21	1647.32	1231.87	1447.85	2162.35	17662.69
9	72.84	35.69	171.91	586.92	705.54	687.43	511.83	517.14	495.22	185.21	39.41	0	4009.14
10	1249.19	914.02	1008.93	1402.05	0	0	666.55	988.52	1143.15	693.3	0	644.19	8709.9
11	773.83	773.83	1064.94	1656.22	0	0	935.5	836.44	879.72	731.32	0	1439.08	9090.88
12	0	0	506.27	0	542.89	1057.88	838.04	1322.25	1076.48	365.64	345.97	213.6	6269.02
13	1708.57	0	3586.11	0	0	0	905.58	0	2745.53	0	0	2467.13	11412.92
14	600.83	668.9	1199.06	1578.65	1549.8	1377.52	446.63	606.62	649.73	522.16	627.54	709.92	10537.36
15	0	1232.07	2278.73	2673.07	2262.98	2515.83	2468.73	2813.66	2657.77	2112.72	1486.26	1915.55	24417.37
16	1042.83	564.57	895.44	1204.48	1003.25	1707.83	1168.74	1587.1	1111.3	905.76	725.02	809.37	12725.69
17	0	0	0	0	0	0	832.44	993.39	832.47	100.37	262.45	417.58	3438.7
18	1723.54	2796.37	3594.35	3973.34	4452.34	4849.21	5287.8	5057.56	3010.82	1476.79	1397.27	1769.16	39388.55
19	602.3	673.26	523.17	0	685.39	1152.97	1090.57	807.65	1170.45	747.07	984.62	851.14	9288.59
20	2043.45	2569.74	4797.64	4912.59	4741.48	5002.4	4686.51	0	4631.17	2834.91	2435.55	4766.97	43422.41
Total/mês	16620.04	17060.63	29100.48	29018.24	29295.64	30884.34	30266.94	26397.52	31227.93	18222.29	13370.17	23174.02	294642.24

Fonte: Oliveira (2014), com base no Trabalho de campo (Jul/2013-Jun/2014).

Tabela 6 - Renda líquida (R\$) da produção de leite no Assentamento Vinte de Agosto

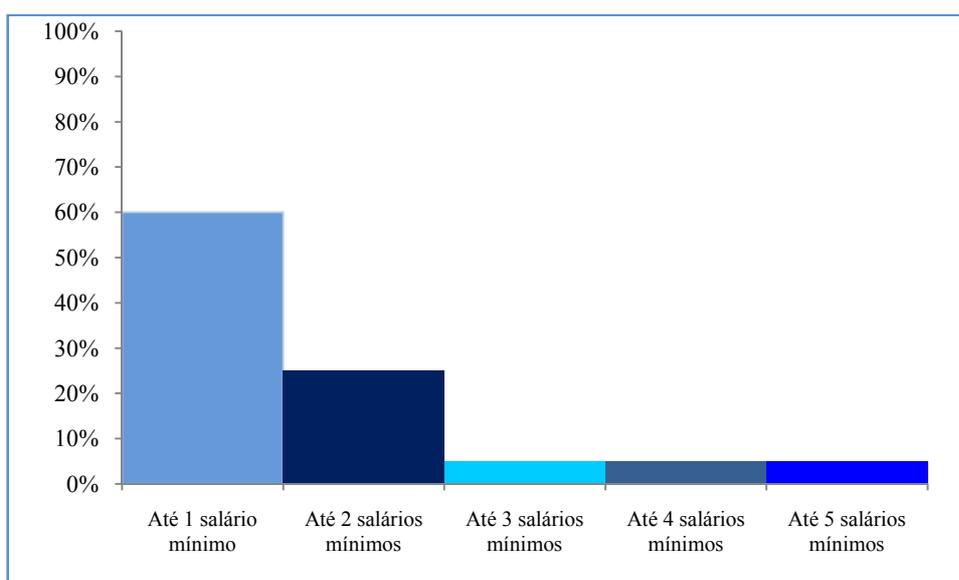
Produtor	2013						2014						Total
	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
1	230.42	833.25	1054.96	1632.38	1188.95	1243.49	566.76	399.59	778.89	53.02	390.33	226.08	8598.12
2	1248.77	1033.05	1037.33	1676.64	2285.41	1852.52	1789.31	1715.64	1432.03	0	911.47	1039.03	16021.2
3	387.95	816.36	320.96	767.73	174.52	1155.04	75.77	412.48	634.33	181.49	367.02	720	6013.65
4	862.9	1524.4	1702.61	1471.95	3042.29	1866.26	1501.9	2178.87	1775.37	876.81	0	0	16803.36
5	275.77	749.95	892.89	0	1339.13	1288.69	1174.57	1761.46	2052.94	716.21	550.3	755	11556.91
6	942.93	1176.86	1273.28	1415.64	1868.84	1711.84	1940.61	1497.7	1089.27	850.53	158.34	565.17	14491.01
7	297.93	263.9	387.48	453.22	320.76	164.23	0	145.53	85.91	31.39	0	151.74	2302.09
8	881.36	0	144.99	1605.99	1432.64	1227.54	1016.36	502.21	1097.32	556.87	783.85	2082.35	11331.48
9	0	0	0	0	8.9	443.42	308.83	396.15	420.22	69.21	0	0	1646.73
10	987.19	891.01	835.94	1175.05	0	0	125.55	283.52	1143.15	693.3	0	460.19	6594.9
11	773.83	773.83	1064.94	1656.22	0	0	777	537.94	769.72	731.32	772.58	481.47	8338.85
12	0	0	96.08	0	0	52.89	618.64	1152.85	859.72	0	0	0	2780.18
13	761.77	0	3049.31	0	0	0	0	0	1331.5	0	0	234.09	5376.67
14	438.51	423.7	609.77	876.3	1402.12	910.84	101.98	210.63	489.07	307.15	275.54	436.6	6482.21
15	754.74	1118.07	1918.73	2209.07	1900.98	1708.83	1984.73	2390.66	2530.27	1985.22	563.17	1522.97	20587.44
16	953.05	564.57	763.44	1054.48	902.25	1625.83	1045.74	1587.1	1111.3	659.76	448.02	604.37	11319.91
17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	933.13	1956.62	3044.54	3317.35	3883.34	4197.21	4677.8	4456.56	0	1839.33	748.49	824.47	29878.84
19	0	0	0	0	0	0	1090.57	807.65	1170.45	747.07	948.62	851.14	5615.5
20	2043.75	2406.23	4431	3878.85	4123.12	4794.08	4478.19		3143.06	1874.76	977.46	3347.12	35497.62
Total/mês	12774	14531.8	22628.25	23190.87	23873.25	24242.71	23274.31	20436.54	21914.52	12173.44	7895.19	14301.79	221236.67

Fonte: Oliveira (2014), com base no Trabalho de campo (Jul/2013-Jun/2014).

A Tabela 6 exibe a renda líquida de cada uma das 20 famílias assentadas que foram entrevistadas no intuito de compreender a real renda que cada família obtém com a produção de leite durante o ano. Dessa forma, foram subtraídas todas as despesas que as famílias tiveram para realizar a produção, contabilizando as despesas com horas máquinas gastas para realizar o preparo do solo e as despesas com silagens. Outras despesas como as horas de trabalho que cada família utiliza para efetivar a atividade leiteira, não foram computadas.

O resultado apresentado demonstra considerável variável entre os produtores, sendo que 10 dos 20 produtores sobrevivem com renda líquida abaixo de um salário mínimo mensal, comprovando que a principal renda das famílias camponesas da Região Sul encontra-se fragilizada e subalternizada pelas influências do capital. O que mais chamou atenção é que um dos produtores não conseguiu obter nem uma renda no período de um ano, ou seja, o seu trabalho e todos os outros investimentos durante o período não resultou em agregação de renda para a família, ao contrário, despreendeu todo o trabalho sem nem uma forma de remuneração. Por outro lado, observou-se que, em um dos casos, o produtor número 20 obteve uma renda líquida de R\$ 35.497,62, o que corresponde a uma renda superior a quatro salários mínimos mensais. Essa disparidade necessita ser compreendida para que as lideranças locais e regionais possam contribuir, visando que todas as famílias tenham renda a partir de uma produção satisfatória que possa garantir a permanência das famílias no campo. A ilustração 40 apresenta a disparidade da renda territorial camponesa em salários mínimos.

Ilustração 40 – Renda mensal por família



Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho 2013- 2014).

Se comparado o montante da renda obtida pelas famílias pode-se afirmar que as 20 famílias camponesas obtiveram um volume significativo de recursos financeiros num total de 211.236,67. Todo este dinheiro, segundo os entrevistados, é praticamente gasto no comércio local, fortalecendo a economia do município, isso, se for levado em conta somente os dados destas famílias. Porém, se forem analisados todas as famílias assentadas produtoras de leite, afirma-se que elas contribuem para o desenvolvimento da economia e do comércio local.

As pesquisas realizadas mostram que as estruturas utilizadas pelo capital visam alienar a classe trabalhadora pelo fato de o trabalho exercer uma linha de mão dupla, porque, ao mesmo tempo em que aliena o trabalhador, expõe para o capital que não pode estender todas as formas de dominação sobre a classe trabalhadora. Neste sentido, há um enfrentamento entre quem domina os meios de produção e de quem trabalha. Contudo, os camponeses, quando entrevistados, em momento algum apontaram que o seu trabalho estaria nos custos da produção e, mesmo sendo a COOPERAL a estrutura criada pelos assentados para recolher sua produção, evitando que outras empresas, hegemonicamente capitalistas, se apropriassem de parte de sua renda, estaria na lógica do capital, extraindo parte da renda territorial dos camponeses.

No que se refere ao trabalho, os camponeses do Vinte de Agosto o veem de forma natural, pois trabalhar faz parte do dia a dia das famílias. Questionados sobre o trabalho produtivo, responderam que na produção leiteira o trabalho é diário e não tem como deixar para o outro dia. Embora, compreendem que as atividades na produção leiteira lhes tiram a possibilidade de participar, de forma efetiva, de outras atividades por terem de se deslocar do assentamento por algum período do dia.

Este trabalho, no entanto, pode ser realizado livremente no decorrer do dia, e por ser uma obrigação diária, realizar qualquer outra atividade necessita encontrar outra pessoa que possa desempenhar o trabalho no seu lugar. No caso do assentamento Vinte de Agosto, as famílias entrevistadas afirmam que quando isso acontece algum vizinho ou parente próximo desenvolve a atividade na forma de cooperação. Poucos são os casos em que uma família precise contratar força de trabalho para desempenhar as atividades laborais necessárias.

A parte de infraestrutura para criar as condições básicas para a produção leiteira diz respeito aos assentados que encontram maior dificuldade para colocar em prática as normativas estabelecidas pelos órgãos sanitários. Parcas são as linhas de crédito para financiamento das estruturas como galpões, estrebarias e poteiros, todos estes elementos estão estreitamente relacionados com vistas a garantir um bom rendimento na produtividade e

redução do tempo de trabalho. Este é um dos pontos que leva os entrevistados apontarem a cooperativa como responsável para buscar alternativas, caso contrário, a própria cooperativa não pode exigir que seus cooperados tenham melhor qualidade do leite. A qualidade do leite também é um fator importante para garantir que os camponeses tenham melhor rendimento mensal, não é somente a produção ou produtividade do leite que garante renda, mas qualidade, que medida, muitas vezes, pela quantidade de gorduras que o leite contém. No trabalho de campo, constatou-se que alguns camponeses recebem em torno de 0,2 a 0,8 centavos a mais que outros camponeses, não pela quantidade, mas pela qualidade do leite. Cita-se um exemplo deste estudo que diz respeito ao agricultor número 20, que se no fim do ano recebesse 0,8 centavos a mais na sua produção pela qualidade do leite, estaria recebendo R\$ 4.409,20 a mais e este preço representaria uma renda líquida de R\$ 367,43, em média, a mais por mês. Na ilustração que segue apresenta-se o resultado da renda obtida pelos camponeses com outras rendas obtidas na produção agrícola.

Ilustração 41 – Renda líquida da Produção leiteira e outros tipos de produção no assentamento Vinte de Agosto

UP	Renda líquida anual da produção leiteira em (R\$)	Renda líquida anual com outros tipos de produção em (R\$)	Total anual da renda líquida da terra por família em (R\$)
1	8.598,12	7.800,00	16.398,12
2	16.021,20	6.350,00	22.371,20
3	6.013,65	7.200,00	13.213,65
4	16.803,00	4.870,00	21.673,00
5	11.556,91	4.660,00	16.216,91
6	14.491,01	7.800,00	22.291,01
7	2.302,09	11.350,00	13.652,09
8	11.331,48	8.700,00	20.031,48
9	1.646,73	8.000,00	9.646,73
10	6.594,00	7.890,95	14.484,95
11	8.338,85	9.720,00	18.058,85
12	2.780,18	14.000,00	16.780,18
13	5.376,67	12.800,00	18.176,67
14	6.482,21	7.000,00	13.482,21
15	20.598,44	1.800,00	22.387,44
16	11.319,91	3.200,00	14.519,91
17	0	13.800,00	13.800,00
18	29.878,84	4.200,00	34.078,84
19	5.615,50	13.000,00	18.615,50
20	35.497,62	2.680,00	38.177,62
Total	221.235,41	156.820,95	378.056,36

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho/2014).

No assentamento Conquista da Liberdade as pesquisas de campo foram subdivididas em duas partes, pois o mesmo está organizado em duas formas de organização social e de produção. Segundo informações encontradas no portal da Reforma Agrária, 51 famílias ocupam o território de 1.238 hectares deste assentamento. A pesquisa envolveu cinco famílias que trabalham de forma coletiva e cinco famílias que trabalham e organizam a produção individualmente. No que tange ao assentamento, não organizou-se uma tabela para exibir o tamanho dos lotes das famílias que trabalham coletivamente, porque a área é coletiva e as 11 famílias têm em sua posse o total de 260 ha. Para tanto, a ilustração 42 apresenta o tamanho dos lotes das famílias que trabalham de forma individual no Conquista da Liberdade, cujas informações encontradas na pesquisa de campo não possibilitou a tabulação dos dados da produção e da renda mensal como foi apresentado no assentamento Vinte de Agosto, mas isso, de forma alguma, não interfere no resultado do objeto da pesquisa.

Ilustração 42 – Área dos lotes no assentamento Conquista da Liberdade áreas com produção leiteira e área destinada a outras culturas

UP	Total da área em (ha)	Área para produção de leite em (ha)	Área com outros usos em (ha)
1	14	0	14
2	16	3	13
3	17	3	14
4	20	6	14
5	24	10	14
Total	91	22	69

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho/2014).

Compreender e estudar a renda territorial camponesa, a partir da produção leiteira dentre as questões apresentadas, também tem como finalidade trazer o tema do trabalho no campo, na forma que represente as contradições causadas pelo modo de produção capitalista na atualidade. Compreende-se que a produção leiteira requer dos camponeses uma jornada diária de trabalho durante todos os dias do ano sem exceção. De acordo com o presidente da COOPERAL, “na maioria dos casos a jornada mínima diária para as famílias que produzem leite é de 4 horas por dia, e em tempos de preparo das pastagens e silagens esta jornada se prolonga”. Estes elementos fazem dos camponeses assentados produtores de leite, um trabalhador sem tempo para o descanso, ou para participar de atividades políticas que perdurem por mais de um dia, pois, segundo uma assentada do Vinte de Agosto “as vacas não tiram férias e nós também não”.

Na ilustração 43 apresenta-se a composição das famílias que trabalham de forma individual em suas unidades produtivas no assentamento Conquista da Liberdade e quantas pessoas destas famílias se envolvem diretamente na atividade leiteira.

Ilustração 43 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Conquista da Liberdade que trabalham individualmente

UP	Tamanho das famílias	Trabalham na atividade leiteira
1	2	1
2	5	2
3	3	2
4	4	2
5	5	2
Total	19	9

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho/2014).

Observa-se que a atividade leiteira envolve mais pessoas nas ações laborais do que nas outras culturas estudadas mesmo os trabalhos sendo diários. Aqui, o tempo de trabalho para realização de todas as atividades fica em torno de 4-5 horas diárias de trabalho (Vide ilustração 35).

Ilustração 44 – Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Conquista da Liberdade, das famílias que trabalham coletivamente

UP	Tamanho das famílias	Trabalham na atividade leiteira
1	2	2
2	5	3
3	4	2
4	4	2
5	2	2
Total	17	11

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho/2014).

Observando-se os dados das ilustrações 34 e 35, vê-se que as famílias dos camponeses que trabalham individualmente são compostas por mais membros na família. No entanto, é no trabalho coletivo que a absorção da mão de obra é maior, pois as famílias que trabalham coletivamente também possuem uma agroindústria para beneficiar a produção, ou seja, industrializar o leite produzido e depois comercializar parte nos mercados tradicionais e parte para programas governamentais, como PNAE e PAA. A ilustração que segue apresenta a renda bruta e a renda líquida das famílias que trabalham individualmente na produção leiteira.

Ilustração 45 – Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Conquista da Liberdade das famílias que trabalham individualmente

UP	Produção em (L) anual	Renda bruta anual da produção de leite em (R\$)	Renda líquida anual da produção de leite em (R\$)
1	2.555	0,00	0,00
2	10.000	8.000,00	5.000,00
3	7.200	6.750,00	2.400,00
4	5.000	3.000,00	1.800,00
5	10.000	8.000,00	5.000,00
Total	34.755	25.750,00	14.200,00

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho/2014).

Das informações contidas na ilustração acima, optou-se em não fazer um gráfico, pois todas as famílias entrevistadas vivem com renda abaixo de um salário mínimo, o que comprova que elas precisam buscar outras atividades para se manterem no campo, tendo em vista que a renda é insuficiente para a reprodução da força de trabalho e a manutenção das famílias. Neste item também optou-se em não elaborar uma tabela para as famílias que trabalham de forma coletiva, pois a renda com o leite é igual para todos.

Ilustração 46 – Renda líquida da Produção leiteira e outros tipos de produção no assentamento conquista da Liberdade

UP	Renda líquida anual da produção leiteira em (R\$)	Renda líquida anual com outros tipos de produção em (R\$)	Total anual da renda líquida da terra por família em (R\$)
1	0,00	12.000,00	12.000,00
2	5.000,00	8.000,00	13.000,00
3	2.400,00	8.000,00	10.400,00
4	1.800,00	3.600,00	5.400,00
5	5.000,00	9.600,00	14.600,00
Total	14.200,00	41.200,00	55.400,00

Fonte: Oliveira (2015), com base no Trabalho de campo (julho/2014).

A renda territorial camponesa bruta, adquirida a partir da produção leiteira das famílias que trabalham coletivamente, é organizada na cooperativa COPAVA e totaliza R\$ 290.000 por ano. Estes dados foram apontados pelas cinco famílias que foram entrevistadas. Se dividirmos este valor pelo número de família, a renda anual bruta da produção leiteira seria equivalente a R\$ 26.363,00. No entanto, estes mesmos entrevistados afirmam que a renda líquida anual da cooperativa é de R\$ 100.000,00, e assim, fazendo a mesma divisão, a renda líquida de cada família é de R\$ 9.090,00. Agora, se comparados tais valores com os obtidos pelas famílias que trabalham individualmente, observa-se que a renda da produção leiteira é bem maior para as famílias que produzem de forma cooperada e que conseguem industrializar a produção.

Outro item importante é a produção de outras culturas das famílias da COPAVA, o que não leva a apresentação dos dados por tabela tendo em vista que os números são iguais para todos. Porém, destaca-se que a renda obtida com a produção e comercialização de outras culturas como soja, milho, feijão, frutas, legumes, verduras e carnes, chega a uma renda anual de R\$13.800,00 por família. Somando as duas rendas, ou seja, a renda da produção de leite e outras culturas e a renda anual de cada família assentada que compõe a cooperativa, é de R\$ 22.890,00. Estes dados comprovam que o trabalho coletivo possibilita a organização da produção e facilita a constituição de agroindústrias, possibilitando agregar valor na produção camponesa. Constata-se que a renda mensal das famílias optantes por este tipo de organização, chega a R\$ 1.907,00. Este valor não é obtido por nem uma outra família deste assentamento que produz de forma individual.

Um ponto importante encontrado neste assentamento diz respeito à divergência dos demais, sendo que nos dois casos, os assentados buscam fora do lote, uma renda complementar. Todavia, nos dois casos existem duas famílias que recebem bolsa família no valor de R\$ 134,00 e nos que possuem lotes individuais, duas famílias recebem dois salários mínimos por família com aposentadorias.

Ressalta-se que em ambos os casos dos assentamentos Conquista da Liberdade e Vinte de Agosto as famílias camponesas produzem batata doce, mandioca, batatinha, feijão, carnes, ovos, banha, amendoim, saladas, cebola, milho e outros tipos de legumes menos utilizados. Estes mesmos camponeses buscam no mercado poucos alimentos como café, açúcar, margarina, arroz em alguns casos, óleo vegetal. Esta é a parte que garante aos camponeses, mesmo com pouca renda, a resistência no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se apresentar alguns elementos sobre a renda territorial e da transferência de valor para o capital a partir do trabalho camponês. Evidenciou-se que as discussões acadêmicas precisam ir além de achar que o capital, o agronegócio travestido de forma moderna irá colocar o país como desenvolvido, simplesmente por atender as demandas do mercado, exportando bens primários. Este mesmo capital, que exporta produtos das *commodities*, explora a força de trabalho e se apodera de parte da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores do campo subjugando-os as condições precárias de trabalho e de vida.

Destaca-se um conjunto de fatores constatados e confirmados através das pesquisas, onde os assentamentos de reforma agrária, a agricultura camponesa e os pequenos módulos produtivos com produção diversificada são a alternativa ao modelo agroexportador adotado pelo Estado brasileiro. Os exemplos de produção em pequenas áreas de assentamentos comprovam também que a causa da fome de milhões de pessoas no mundo não é pela falta de terras produtivas, ou pela falta da produção de alimentos, mas pelos interesses do capital que concentram os estoques, os espaços de distribuição e comercialização dos alimentos, preferindo deixar que estes se percam nas lavouras, nos armazéns, buscando, através das bolsas de valores, ampliarem seu lucro ao invés de proporcionar que estes alimentos cheguem à mesa da população. Evidenciou-se neste conjunto de questões, elementos que possibilitam contextualizar os processos de conflitualidade enfrentados pelo conjunto dos camponeses nas áreas de assentamentos do MST, que, segundo Fernandes (2006, p.193), “é inseparável ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea das relações sociais”.

O avanço da agricultura camponesa na produção com base agroecológica, a exemplo do arroz orgânico, traz consigo uma conscientização em forma de ação, mesmo que estas decisões em produzir agroecologicamente apresentem um grande grau de conflitualidade. O desafio de iniciar a produção orgânica em um território conquistado vem como processo de resistência do campesinato ao agronegócio. O arroz é um alimento básico da população, um dos cereais mais consumidos no mundo, isto é de grande valia para estes camponeses que estão oferecendo um produto de qualidade sem uso de venenos. São a partir destas experiências de produção que se pode afirmar da possibilidade de produzir alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade, pois os alimentos ou as matérias-primas produzidas

pelo modelo do agronegócio vêm carregados de agrotóxicos, exploração da força de trabalho e destruição do meio ambiente, concentração da terra e da renda.

Por outro lado, os camponeses necessitam compreender que o modelo de produção capitalista vigente é explorador da força de trabalho, utiliza-se da concentração dos meios de produção e centralização do capital. O capital deve ser entendido, a partir das relações estabelecidas, entre homem e natureza e entre homem *versus* homem como agentes transferidores de lucro para a consolidação das forças hegemônicas do capital. Estas relações de trabalho no campo se apresentam de formas invisíveis e que a renda territorial para muitas famílias é insuficiente para poderem estabelecer, no campo, territórios de sociabilidade, livres das amarras do capital. Portanto, as relações capitalistas, estabelecidas no campo, configuram a forma de como o capital industrial, comercial e bancário subordina as relações de trabalho no campo.

Os camponeses dos seis assentamentos estudados encontram, a cada ano, mais dificuldade para ter acesso a qualquer modalidade de crédito no intuito de viabilizar a produção, uma vez que o modelo de crédito do Estado brasileiro está definido para implementar a cultura de *commodities* agrícolas e não para viabilizar a produção de alimentos. Os camponeses para continuarem se mantendo nas atividades agrícolas, precisam ajudar a criar programas e políticas públicas que permitem a diversificação da produção e contribuir para o fortalecimento do PAA e o PNAE, como mecanismo de comercialização da produção. Na realização deste estudo conclui-se que o resultado da produção camponesa precisa ser melhorado em muitas unidades produtivas para que os camponeses possam resistir no campo, caso contrário, migrarão para outras culturas ou serão desterritorializados de seus meios de produção.

Para superar o conjunto de ações que o capital utiliza para subjugar os camponeses é necessário que os próprios camponeses e suas organizações sociais fortaleçam os espaços de cooperação agrícola, estabeleçam um processo de industrialização de seus produtos, agreguem valor, consigam diminuir a sua dependência para com os custos de produção e também criem redes de comercialização solidária com os consumidores nos centros urbanos, estabelecendo uma relação direta entre produtor e consumidor. Torna-se fundamental para a resistência camponesa, além de aumentar a produtividade, a diversificação da produção, algo muito debatido nos espaços de formação técnica e política, mas que pouco se consegue colocar em prática por ser um desafio para o conjunto dos camponeses que lutam diariamente pela libertação da terra e de todos os recursos naturais para uso coletivo da sociedade.

O MST, juntamente com outras entidades sociais e órgãos governamentais, comprometidos com o bem-estar do ser humano, precisa criar mecanismos de conscientização da população e setores conservadores dos governos para os perigos que representam esta agricultura petrodependente, ou seja, dependente exclusivamente do petróleo para óleo diesel, adubos, ureia, venenos (inseticidas, fungicidas) e outros, ou procurar, iniciando pela sua base reduzir ao máximo ou banindo a utilização destes produtos, pois esta agricultura tem altos custos de produção, como visto nos dados obtidos na cultura do arroz convencional, tornando-se insustentável ao longo dos anos. Razões como esta e movidos pela necessidade é que faz camponeses, ligados ao MST, acreditar nos princípios agroecológicos e persistir nos seus desafios, ampliando a produção e reduzindo o preço para os consumidores, principalmente para as classes pobres que não tem acesso a alimentação de qualidade.

REFERÊNCIAS

A LUTA pela Terra e pela Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acessos em: 17 set. 2014 e 15 nov. 2015.

BATISTA, Ândrea Francine. **Consciência e territorialização contra hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**, 2013. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/108672>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio – trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 208 p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20120529090452/face.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de; STEDILE, João Pedro. A ameaça à soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana de açúcar e do etanol. São Paulo 2011. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Questão agrária contemporânea e os movimentos camponeses da América Latina**. São Paulo: Coletâneas de textos da ENFF, n.10, 2011.

DADOS e textos sobre a Luta e pela Terra e a Reforma Agrária. 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

DEPOIS da helicoverpa armigera chega a falsa-medideira: onde está o problema? 2014. Disponível em: <<http://www.laborsolo.com.br/site/corneta-do-agro/depois-da-helicoverpa-armigera-chega-a-falsa-medideira-onde-esta-o-problema/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999)**. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES%20tese_bm_fernandes.pdf>. Acesso em: 1º out. 2015.

_____. Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume. 2006. p.191-202.

_____. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Territorialidades, Conflitos e Desafios à Soberania Estatal na América Latina**. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2012. p. 203-230.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GIGANTES do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias. **Estadão**. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gigantes-do-agronegocio-se-unem-para-investir-nas-novas-ferrovias-imp-1144031>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; 2007.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevo sextractivismo: La sambivalências del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad** n. 237, enero-febrero 2012. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/?page=2>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. **Área e produção de arroz**. 2015 Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/upload/20160720141326producao_rs_e_brasil.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KIELING, José Fernando. **Expansão da agropecuária Sul-Rio-Grandense 1950-1980**. Pelotas, RS: EDUFPEL, 1999.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Pastoreio racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MADRUGA, Sergio Rossi et al. Diferenciais de custos em culturas de arroz. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Volume II n. 2 jun-nov/2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/6510/3958>>. Acesso em: 1º out. 2015.

MAESTRI, Mario. **História das lutas camponesas no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Coletâneas de textos da ENFF, n. 7, 2011.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, ano 15. ed. Especial, ago.2012. p. 41-51.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A sociedade vista do abismo**. São Paulo: Vozes, 2002.

_____. **O cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: salário, preço e lucro, o rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril, 1982.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 2. ed., São Paulo: Nova Cultura, 1986.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, território, produção**: novas alternativas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MOREIRA, Rui. **O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão**. Rio de Janeiro: Terra Livre, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A Cartilha “Programa Agrário do MST – Texto em construção para o VI Congresso Nacional”**. 1. ed. Secretaria Nacional. São Paulo, 2013.

NUNES, José Luis da Silva. **Arroz**: Histórico. 2015. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/historico.aspx>>. Acesso em: 1º out. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Vanderlei de Souza. **As Relações de Trabalho na Colheita da Maçã em Vacaria Rio Grande do Sul**. 2011. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista-UNESP, Presidente Prudente – SP, 2011.

OLIVEIRA, Vanderlei de Souza; FAGUNDES, Leandro Feijó. A produção de arroz orgânico em áreas de assentamento no Rio Grande do Sul: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria. Habana-Cuba, 2015.

ORIGEM e história do arroz. 2015. Disponível em: <<http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/novo/origem-e-historia-do-arroz/>>. Acesso em: 1º out. 2015.

PEET, Richard. Imaginários do Desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; 2007.

PEREIRA, Claudio. **Saída da crise do arroz está na rotação de culturas**. 2014. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/expointer/saida-crise-arroz-esta-rotacao-culturas-8272>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

PRODUÇÃO de leite do RS cresce quase o dobro da do Brasil nos últimos dez anos. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=3041:producao-de-leite-cresce-e-pais-passara-a-exportar-mais-do-que-importar&catid=1:ultimas-noticias&itemid=104>>. Acesso em: 1º out. 2015.

PRODUTORES de soja relatam perdas na colheita causadas possivelmente por fungicida. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/supersafra/?s=Marcelo+Madalosso&topo=>>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

RUBEZ, Jorge. **O leite nos últimos 10 anos**. 2003. Disponível em: <http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_093.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território**. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

_____. **A Questão Agrária: A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A Questão Agrária: o debate na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TERRITÓRIOS da cidadania. 2015. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page_num=0>. Acesso em: 14 nov. 2015.

THOMPSON, William Irwin (org.). **Gaia: uma teoria do conhecimento**. Traduzido por Silvio Cerqueira Leite. 3. ed. – São Paulo: Gaia, 2001.

VIAL, Sandra Regina Martini. **O direito a terra: um estudo de caso do assentamento Lagoa do Junco – Tapes/RS**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.